

# UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS-ICH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Pelotas, 2017



**A consolidação do Império através da formação da Armada imperial na província rio-grandense com base na Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande (RS) (1860-1885)**

**COSME ALVES SERRALHEIRO**

Pelotas, 2017

**Cosme Alves Serralheiro**

**A consolidação do Império através da formação da Armada imperial na  
província rio-grandense com base na Companhia de Aprendizes-Marinheiros  
de Rio Grande (RS) (1860-1885)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Oliveira Karsburg

Pelotas, 2017

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

S487c Serralheiro, Cosme Alves

A consolidação do Império através da formação da Armada imperial na província rio-grandense com base na Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande (RS) (1860-1885) / Cosme Alves Serralheiro ; Alexandre de Oliveira Karsburg, orientador. — Pelotas, 2017.

249 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

1. Consolidação. 2. Armada imperial. 3. Companhia de Aprendizes. 4. Rio Grande do Sul. 5. Recrutamento. I. Karsburg, Alexandre de Oliveira, orient. II. Título.

CDD : 981.06

Elaborada por Kênia Moreira Bernini CRB: 10/920

**COSME ALVES SERRALHEIRO**

**A consolidação do Império através da formação da Armada imperial na  
província rio-grandense com base na Companhia de Aprendizes-Marinheiros  
de Rio Grande (RS) (1860-1885)**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 04 de maio de 2017

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Alexandre de Oliveira Karsburg (Orientador/UNISINOS)

---

Prof. Dr. Caiuá Cardoso Al-Alan (UNIPAMPA)

---

Prof. Dr. Luiz Henrique Torres (FURG)

---

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas (UFPEL)

---

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra (Suplente/UFPEL)

## **AGRADECIMENTOS**

Após um longo e árduo trabalho de pesquisa e escrita desta obra, eis que chegou o momento dos agradecimentos. Mais que um procedimento formal, próprio de quem chega ao final de um percurso, nunca é demais olhar para trás e lembrar das pessoas que tanto ajudaram.

O processo de estudo para a confecção dessa obra requereu muito diálogo, bem como trocas de ideias e contribuições diversas as quais seria quase impossível lembrar-me de todos. Seria uma grande injustiça deixar alguém de fora desses agradecimentos. Por outro lado, não seria justo deixar de registrar aqueles que contribuíram de maneira significativa para o término da obra.

Dessa forma, em primeiro lugar agradeço a Deus, meu maior amigo, por ter me dado saúde e por me guiar com determinação e confiança a alcançar os meus objetivos. Demonstro toda gratidão necessária pelas bênçãos recebidas durante todo o tempo. A Ele toda honra, toda glória, todo amor e todo louvor.

Aos Professores da UFPel pelos conhecimentos que me passaram durante o estudo de suas disciplinas: Dr<sup>a</sup> Clarice, Dr. Aristeu, Dr<sup>a</sup> Elizabete, Dr<sup>a</sup> Larissa, Dr. João Júlio e Dr. Alexandre Karsburg, este último meu orientador ao qual agradeço por ter me ajudado e acompanhado até o final desse trabalho. Ao professor Edgar Gandra pelo convite em fazer parte desse Mestrado e também por ter feito parte da minha banca de qualificação, grato pelo carinho e pelas brincadeiras que permearam vários momentos. Ao professor Dr. Vinícius Pereira de Oliveira por ter também feito parte da banca de qualificação e por ter enviado vasto material dos quais alguns foram inseridos neste trabalho.

Ao pessoal do DPHDM, Wagner Bueno, Márcia Prestes, Comandante (RM1)Edina, Suboficial (RM1) Souza Lima, e o grande servidor civil José Antônio pelo material enviado, troca de ideias e por ter aberto a porta daquela instituição para minha pesquisa. De igual modo sou grato a mestre Gladys Rejane da biblioteca do porto de Rio Grande (RS) e ao Bibliotecario Marco da biblioteca rio-grandense pela ajuda.

Aos colegas do Comando do 5º Distrito Naval, Suboficial (RM1-FN) Ayres, Suboficial(FN)Puccineli, Suboficial(RM1-FN)Castrillon, Suboficial (ES) Villarinho e o

Suboficial (CN)Gutemberg, pelas orações, pela força, apoio e incentivo nos momentos que mais precisava de ajuda, aos 3º Sargentos Porto, Moacir, Suboficial (RM1-MR) Roquelaine e o 2º SG(RM1) Claudio José, este último parceiro de setor; agradeço pelos afrouxamentos das minhas funções nos momentos em que pensei que não conseguiria chegar ao final.

Sob pena de esquecimento e por questões de espaço, gostaria ainda de agradecer aos seguintes colegas de Mestrado pelo apoio e pelas demonstrações singelas de companheirismo e parceria. O tempo que aí fiquei, as pessoas que conheci e os relacionamentos firmados e compartilhados dificilmente serão esquecidos. Além disso, cito com muito apreço os colegas de Mestrado Amanda Basílio, Biane, Mônica Schmidt e o Ricardo Barbosa, este último pelo material enviado que muito colaborou na completude desta obra e pela troca de ideias. Ao Vanderley pelo material garimpado por ele no Arquivo nacional e enviado para minha residência, comprovando que ninguém faz Mestrado sozinho.

Por isso, minha gratidão é grande por aqueles que estavam longe e se compadeceram da minha posição geográfica e me enviaram materiais de suma importância. Dentre esses, cito o professor Dr. Arias Neto e a Edna Antunes, sendo que esta última se esforçou muito para encontrar algumas fontes de sua época de pesquisa para enviar a mim. Também, Gisele Terezinha Machado e Silvia Capanema, por, através da rede social Facebook, terem feito sugestões valiosas que foram apropriadas por mim e problematizadas neste trabalho.

Também agradeço a doutoranda em História da FIOCRUZ, Carol Arouca, amiga de adolescência, contribuindo com as correções gramaticais e ortográficas de maneira enfática na redação e sugestões do meu texto. Muitos foram os motivos de estresse e desgaste que tive os quais me obrigaram a pedir a ela socorro e Carol com muito bom humor fez dicas importantes que apagaram meu incêndio acadêmico. Assim como a Tamires, também doutoranda da UFSM, que muitas vezes teve que deixar de lado seus textos e seu trabalho e se prender por um tempo ao meu e ainda dizia que sempre quando precisar é só chamar, isso que é parceira. Também as amiga Janaina Sbabo e Dr<sup>a</sup> Dani Acosta, está ultima professora da FURG, se impressionou com a minha temática e, se voluntariou a pelo menos, fazer algumas correções da escrita desse trabalho, meus singelos agradecimentos.

Ao professor e doutorando do CPDOC/FGV Jorge Dias, apelidado por mim “Comandante da Nau Vasco da Gama”, pela colaboração na construção do conhecimento, mas, sobretudo, pelo respeito e companheirismo; por tão valiosa contribuição. Algumas vezes nos encontramos no Shopping Madureira/RJ e, sentados por horas na praça de alimentação, estabelecemos discussões calorosas, entre réplicas e tréplicas, o que acarretava em muitas trocas de conhecimentos. Pelos aplicativos WhatsApp e Facebook, não tinha dia e hora, estava eu lá sempre incomodando o Jorge, às vezes pensava que estava chegando ao limite do incômodo e ele sempre sem demora respondia com ética, profissionalismo, generosidade e interesse, mostrando ser um verdadeiro professor e amigo. Darei-lhe o prêmio de mister paciência 2016/2017. Sem dúvida, suas dicas foram pontuais, pertinentes e precisas. Espero que as afirmações um tanto quanto taxativas e categóricas apontadas por ele no momento das inserções, foram muito importantes na finalização do texto, e a amizade cultivada ao longo desse período de garimpagem tornou-se mais estreitas, e por que não duradoura?

Também gostaria de agradecer, inexoravelmente, a minha esposa Deise, minha eterna mola mestra, sei o quanto és incrível. A extraordinária mulher que tanto amo. Segurou as pontas do lar o tempo inteiro demonstrando ser uma verdadeira auxiliadora, meu sincero agradecimento e carinho. Por fim, meus maiores projetos, meus filhos Laryssa e Lucas. Começando pelo garotinho, dureza total. Peço desculpas a ele pela minha ausência por alguns períodos devido à pesquisa e escrita, mas quero que ele saiba tudo que fiz foi para ele e por ele, eu o amo. E a Laryssa, não preciso nem dizer a ela que a amo, a minha trajetória como pai já diz tudo. Agradeço pela paciência e peço desculpas como professor de história por não ter contribuído no conhecimento que eu poderia ter passado para ela na hora da preparação para o ENEM, mas meu maior consolo foi sua aprovação no ENEM e realizando seu sonho, filha papai te ama e sente muito orgulho de você. A todos, muito grato estou. Deus os abençoe. Shalom Adsumus!

*Acredite que nenhum de nós já nasceu com jeito pra super herói, nossos sonhos a gente é que constrói. É vencendo os limites escalando as fortalezas, conquistando o impossível pela fé. Campeão vencedor Deus da asas faz teu vôo. Campeão vencedor essa fé que te faz imbatível. Te mostra o teu valor...Tantos recordes você pode quebrar. As barreiras você pode ultrapassar e vencer...*

Cantora: Jamily



## RESUMO

Os trabalhos historiográficos elaborados nas últimas décadas, sobre o recrutamento na Armada imperial, focavam, geralmente, no impacto da ação militar sobre a vida nas províncias. Comumente, os pesquisadores tinham a tendência de ressaltar a execução violenta do recrutamento pelo Estado Imperial e em suas modalidades coercitivas, e fazer com que essas atividades afetassem a relação direta entre os setores da população e o Império. Neste contexto, e com o rompimento em definitivo dos laços com Portugal, em 1822, movimentos sediciosos e lusofóbicos, aproveitando-se do clima, eclodiram em várias províncias do Império, e duraram por quase 30 anos. Para combater esses movimentos, o Império (re) criou a Armada profissional para poder ser capaz de estar pronto para futuros momentos de tensão. Muito embora tivesse navios obsoletos e sucateados, e que eram tripulados, principalmente, por uma marujada improvisada, estrangeira e despreparada, essa Armada foi um dos resultados dos vários embates políticos sobre a questão da consolidação do Império. Esse processo de consolidação redundou na criação do corpo de Imperiais Marinheiros e posteriormente das Companhias de Aprendizes Marinheiros, entre elas a Companhia de Aprendizes do Rio Grande do Sul (1861). Evento significativo para a cidade de Rio Grande, noticiado nas páginas do principal jornal da cidade *O Diário do Rio Grande*, que, por ter seu porto em expansão, contribuiu para formar a Armada naquela região. A instalação da Capitania do Porto (1846) e da Companhia de Aprendizes na cidade gerou a necessidade de captação/recrutamento de jovens oriundos das camadas mais baixas da sociedade, os considerados como “desclassificados sociais”, para treinamento com o intuito de tripular os vasos de guerra. Nesta pesquisa utilizamos Jornais, Relatórios Ministeriais e várias obras significativas para completude do trabalho.

**Palavras-Chave:** Armada Imperial, Companhia de Aprendizes, Recrutamento.

## **Abstract**

The historiographical works elaborated in the last decades, on the recruitment in the Imperial Navy, generally focused on the impact of the military action on the life in the provinces. Generally, researchers tended to emphasize the violent execution of recruitment by the Imperial State and its coercive modalities, and how these activities affected the direct relationship between sectors of the population and the Empire. On that note, and with the definitive rupture of the alliance with Portugal in 1822, seditious and lusophobic movements, taking advantage of the climate, emerged in several provinces of the Empire, and lasted for almost 30 years. To combat these movements, the Empire (re)created the professional Navy to be able and ready for future moments of tension. Although it had obsolete and scrapped ships, which were mainly manned by improvised sailors, foreign and unprepared, this Navy was one of the results of various political battles on the question of the consolidation of the Empire. This process of consolidation led to the creation of the Imperial Sailors, and later to the Companies of Apprentices Sailors, among them the Company of Apprentices of Rio Grande do Sul (1861). An important event for the city of Rio Grande, reported in the pages of the main newspaper of the city O Diarrio do Rio Grande, that by having a harbor in expansion, contributed to form the Navy in that region. The installation of the Captaincy Harbor (1846) and the Company of Apprentices in the city generated the necessity to pick up / recruit young people from the lowest stratum of society, those considered as socially disqualified, for training with the purpose of crew the war vessels. In this research we used Newspapers, Ministerial Reports and several significant works for completeness of the work.

**Keywords:** Imperial Navy, Company of Apprentice, Recruitment.

## **Lista de Figuras**

**Figura 1:** Navio capitânia da primeira Esquadra do Brasil independente

**Figura 2:** 1º e 3º Ministros da Marinha do primeiro reinado. Da esquerda para direita pelo olhar do observador, Luís da Cunha Moreira Visconde do Cabo Frio e Francisco Vilela Barbosa Marquês de Paranaguá

**Figura 3:** Organograma II – Estrutura Administrativa da Marinha brasileira (1822-1847)

**Figura 4:** Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí)

**Figura 5:** Ilha de boa viagem onde foi edificado o primeiro prédio da Companhia de Aprendizes-Marinheiros junto a Igreja e N. Sra de Boa Viagem - Niterói –RJ

**Figura 6:** Localização das 18 Companhias de Aprendizes-Marinheiros pelas províncias do Brasil Império

**Figura 7:** Prédio da Alfândega e Cais do Porto Velho. Ano 1870

**Figura 8:** Primeiro prédio da Capitania do Porto de Rio Grande/RS em ruínas

**Figura 9:** planta da cidade do Rio Grande.

**Figura 10:** Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande, Século XIX

## **Lista de Tabelas**

**Tabela I:** Oficiais que aceitaram ou/ e outros aderiram a causa do Império brasileiro

**Tabela II:** Ministros da Marinha no Primeiro Reinado

**Tabela III:** Efetivos da Esquadra no primeiro e parte do segundo reinado

**Tabela IV:** Gabinete regencial permanente eleito em 17 de abril de 1831

**Tabela V:** Fixação das despesas do ministério dos negócios da Marinha

**Tabela VI:** Remuneração do pessoal da Marinha de Guerra

**Tabela VII:** Relação de todas as embarcações do Estado, que existiam nos portos do Império abaixo designados

**Tabela VIII:** Mapa do estado em que estava o Corpo da Armada nacional e Imperial

**Tabela IX:** Plano de ordenação das declaradas Companhias

**Tabela X:** Gabinete na maioria de militares, em 20 de janeiro de 1843

**Tabela XI:** Local, ano e decreto de Criação das referidas Companhias de formação de Marinheiros

**Tabela XII:** Naturalidades das tripulações da Armada imperial (1825-1854)

**Tabela XIII –** Demonstrativo do fluxo da navegação no Porto de Rio Grande

**Tabela XIV:** Mapa do estado das Companhias de Aprendizes-Marinheiros nas províncias, demonstrando descompasso em seu efetivo.

**Tabela XV:** Alistamentos e deserções do Corpo de Imperiais-Marinheiros

**Tabela XVI:** Mapa do estado evolutivo da Companhia de Aprendizes-Marinheiro de Rio Grande

**Tabela XVII:** Estado de Instrução das Companhias de Aprendizes-Marinheiros

## **Lista de Abreviaturas**

**AHRS:** Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

**AMPRG:** Arquivo Municipal da Prefeitura de Rio Grande

**AN:** Arquivo Nacional

**CPRS:** Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul

**CN:** Comunicações Navais

**Com5DN:** Comando do Quinto Distrito Naval

**CARS:** Companhia de Aprendizes do Rio Grande do Sul

**DPHDM:** Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

**EAM:** Escola de Aprendizes-Marinheiros

**FN:** Fuzileiro Naval

**IHGB:** Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

**RMM:** Relatório do Ministro da Marinha

**RPP:** Relatório do Presidente da Província

**RM1:** Reserva Remunerada

**SG:** Sargento

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	14
<b>1 A Gênese da Armada Imperial: projeto de uma organização política</b> .....	33
1.1 A construção da Armada nos momentos de tensão.....	34
1.2 Ministro Joaquim José Rodrigues Torres o saquarema naval.....	62
1.2.1 Torres e a política de base do ensino militar naval.....	76
<b>2 Marujos de primeira viagem/Jovens para bordo: a Gênese da Companhia de Aprendizes do Rio Grande do Sul como uma das organizações consolidadoras do Império</b> .....	82
2.1 Companhia de Aprendizes-Marinheiros e o Corpo de Imperiais Marinheiros: organização administrativa da Armada para consolidação nacional.....	84
2.2 E foi assim que os “viveiros” dos marujos se consolidaram.....	106
<b>3 E foi dessa forma que a Armada se estabeleceu na região Sul do Império</b> .....	131
3.1 O jornal <i>O Diário do Rio Grande</i> - Anuncia o nascedouro naval próximo a região portuária no extremo Sul do Império.....	140
3.2 A Cidade portuária de Rio Grande o solo fértil para o noticiário naval.....	143
<b>4 Relações de poder entre a Armada Imperial e os Aprendizes</b> .....	166
4.1 O recrutamento dos aprendizes e a questão do poder.....	170
4.2 O Sorteio Militar a letra morta do poder na Companhia de aprendizes do Rio Grande do Sul.....	193
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	203
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	210
<b>GLOSSÁRIO</b> .....	244
<b>APÊNDICES</b> .....	245
<b>ANEXOS</b> .....	246

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto analisar a trajetória histórica de um grupo social vinculado a Marinha Imperial brasileira, os aprendizes-marinheiros ligados a Companhia de Aprendizes-Marinheiro de Rio Grande entre os anos de 1860 a 1885.

A pesquisa que originou este trabalho tem sua gênese em diferentes experiências vividas e sentidas. Trata-se de um trabalho que foi pensado e construído também nas múltiplas relações do pesquisador da área de História com sua vida profissional acadêmica e profissional militar.

Conforme sugere o historiador Enrique Florescano:

Estudar o passado sugere uma abertura a outros seres humanos e nos obriga a transportar-nos a outros tempos, a conhecer lugares nunca vistos, a familiarizar-nos com condições de vida diferentes das atuais. Resumindo, o ofício do historiador exige uma curiosidade voltada para o conhecimento do outro, uma disposição para o encontro do inesperado, uma abertura ao que é diferente e uma prática de tolerância [...] o trabalho do historiador requer humildade do coração e a abertura da mente, duas qualidades que proverbialmente são consideradas indispensáveis para a compreensão histórica (FLORESCANO, 1997, p. 65-79).

Nesse sentido, reporto-me rapidamente às memórias de Helena Serralheiro (minha avó), ao rememorar a trajetória de seu esposo, e meu avô, Francisco Alves Serralheiro, dentro da Marinha do Brasil. Memórias estas que levariam um jovem a despertar a curiosidade sobre a vida no mar e o encontro com o inesperado, conforme salienta Florescano.

No ano de 1990, com a humildade do coração e disposto a abrir a mente, estava lá eu me apresentando como aprendiz marinha na Escola de aprendizes-Marinheiros de Florianópolis, em meio a outros 465 jovens, oriundos das diferentes regiões do país. Inconscientemente, naquele momento começa ali minha vida profissional militar e penso que também acadêmica. Pois, foi devido às atividades rotineiras de aprendiz e à necessidade de conhecer o “novo” espaço de formação profissional que me deparei com várias fotos em quadros nas paredes do grêmio recreativo daquela Escola de Aprendizes.

Esses fatos de imediato me remeteram ao reservado papel de instrumento de uma memória documental da realidade, concebida em toda a sua amplitude. Obviamente, feitas as devidas ressalvas, tendo como ponto de partida o sujeito que olha e imagina o outro, há muito mais que os olhos podem ver. E, com isso, aumentou ainda mais aquela curiosidade despertada pela minha avó. Fiquei horas e horas me reportando àquela época e tentando entender com perguntas: como teria sido a rotina daqueles jovens aprendizes dentro daquele lugar? O que eles faziam? Como eram seus comportamentos? Por que quase todos naquelas fotos eram negros, e de que forma eles chegaram ao interior das Escolas de Aprendizes? Perguntas essas que ficariam na minha cabeça com a esperança de um dia poder respondê-las parcialmente ou totalmente, à medida que nem mesmo durante as aulas na Escola de Aprendizes elas foram sendo respondidas.

A partir desses questionamentos e da falta de respostas institucionais, comecei a buscar indícios, mesmo sem nenhuma técnica para responder aquelas perguntas. Ao voltar em definitivo para o Rio de Janeiro, comecei a perguntar sobre documentos que faziam referências à Escola de Aprendizes do século XIX, e o máximo que escutava era que o nome não era Escola, e sim Companhia de Aprendizes. Os resultados não estavam aparecendo ou mesmo acontecendo.

Paralelamente, pude observar algumas raras produções de estudos historiográficos que enfocam a trajetória histórica da Companhia de Aprendizes-Marinheiros situada na cidade de Rio Grande/RS, em específico na segunda metade do Século XIX. Partindo dessa proposta, busca-se ampliar também o debate sobre o tema, bem como estabelecer um diálogo conceitual entre a temática militar e a História regional<sup>1</sup>.

Torna-se pertinente destacar que, na atualidade, existe um trabalho historiográfico em forma de artigo que ajuda a justificar nossa pesquisa sobre essa Companhia (VALLE, AMARAL, 2016) e outras que apenas mencionam a sua existência: Loner (2001) e Cesar (2016). Assim sendo, elenco aqui algumas

---

<sup>1</sup> Possivelmente poderá ser trabalhado com os obras de Pesavento, Kuhn(2006), Guazzeli por entender que são historiadores trabalharam com a História do Rio Grande na qual supostamente mais se encaixa nessa questão temática, isso também não quer dizer a obrigatoriedade de usá-los nesse trabalho.



importantes contribuições de historiadores acadêmicos que, de certa forma, criam uma interface com o objeto proposto para esse trabalho. Acredito que seja pertinente listar alguns que fizeram citações do assunto: Franco (1988), Cunha (2000), Silva (2003), Castro (2007), Machado (2007), Castro (2008), Silva (2011), Antunes (2011), Lima (2013) e Oliveira (2013).

Salta aos olhos que prioritariamente alguns trabalhos acadêmicos e institucionais dêem vazão aos aspectos disciplinares em detrimento a outros, tais como formação profissional e organização administrativa, como se tal separação fosse possível, exceto pela descrição bem delimitada por objetivos claros e profundos. Esse aspecto se deve muito ao que Greenhalgh ressalta em relação a manutenção dos castigos físicos na Marinha. Segundo ele, estes estavam em perfeita consonância com a atmosfera escravista brasileira do século XIX, pois esta, para se reproduzir, não dispensou os castigos corporais (GREENHALGH, 1998, p.92).

Foi esse o espírito que impulsionou meu Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao final do curso de Graduação em História<sup>2</sup>. A lide deste trabalho se tornou uma semente para que chegasse a alguns objetivos propostos, pois com base nas pesquisas verifiquei que muitos Marinheiros Imperiais a bordo daqueles vasos de guerra no momento daquela pesquisa vieram de vários centros de formação de Marinheiros inclusive de Rio Grande. Isso ainda não era suficiente para mim, pois precisava de mais fontes para embarcar de vez na questão sulina.

Em face do exposto e com base naquilo que foi problematizado o foco prioritário dos objetos gerais e específicos desse trabalho é analisar a formação das Companhias de Aprendizes-Marinheiros, especificamente a de Rio Grande/RS. A partir de uma perspectiva histórica que leve em conta o recrutamento de negros e pardos, poderemos compreender como era realizado o recrutamento dos Aprendizes pela Capitania dos Portos e similarmente entender a dinâmica da Companhia de Aprendizes na cidade de Rio Grande.

---

<sup>2</sup> *Revolta dos Marinheiros, aspectos jurídicos e sociais do sorteio Militar (1874-1910).*

Outro fator importante, dentro da problemática dessa pesquisa, foi demonstrar que, no contexto brasileiro em meados do século XIX, os chamados “desclassificados” tinham um espaço desfavorável ao seu desenvolvimento e inserção social, que vinham se arrastando por longas datas, principalmente na relação estabelecida com a estrutura política do país.

Com a sua inserção na Companhia de Aprendizes, suas identidades iam estabelecendo e se reafirmando no contexto social e militar, pois, ao chegarem nessa instituição, os aprendizes receberiam alimentação, fardamento, soldo mensal, educação elementar, aulas de náutica e religião, como garantia simbólica e necessária para a construção e a manutenção das identidades. O balizamento simbólico é o ambiente pelo qual oferecemos significação lógica a atividades e aos vínculos sociais, estabelecido, por exemplo, quem é suprimido e quem é incluído, seja ele macro ou micro. “É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são vividas nas relações sociais” (SILVA et al, 2012, p.14).

No sentido de operacionalizar os objetivos propostos para esse trabalho, contamos com o aporte teórico de autores ligados às áreas das ciências humanas e sociais. Isso o que garante a esse trabalho um perfil adequado e sintonizado àqueles que recentemente compõem o plantel historiográfico pautado pela interdisciplinaridade. Essa nossa perspectiva dialoga diretamente com a perspectiva da professora Carla Pinsky no que diz respeito à questão de uma nova tendência de alguns autores formados pela academia: “[...] que têm como referência o rigor na análise, as críticas propostas pela Nova História ao cientificismo, a necessidade da interdisciplinaridade para ampliar as interpretações” (PINSKY In: JANOTTI, 2005, p. 16).

Como um dos objetivos desse trabalho é analisar a trajetória histórica de um grupo social vinculado à Marinha Imperial Brasileira, os Aprendizes-Marinheiros ligados às Companhias de Aprendizes, um importante momento da pesquisa está parcialmente centrado na análise das transformações que o grupo de Aprendizes vivenciava em sua realidade. Assim, busca-se discutir como se caracterizava daqueles jovens até o ingresso na Companhia de Aprendizes, se o grau de

marginalização social era minimizado pelo militarismo ou se na prática a exclusão continuava tão intensa como antes do ingresso.

Em síntese, foi preciso expandir e propor um diálogo amplo com diferentes teóricos e também historiadores inseridos na temática da formação militar do século XIX. Por isso, no que tange a Foucault, nos apropriamos do conceito de poder e suas relações com diferentes indivíduos:

Não devemos nos enganar: se falamos do poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estruturas ou mecanismos de poder, é apenas na medida em que supomos que ‘alguns’ exercem um poder sobre os outros (FOUCAULT, 1995, p.40).

Seguindo a linha do pensamento de Foucault, o poder é um exercício que corresponde a ação de uns sobre outros; não é algo que uns possuem e de que são vítimas. Portanto, não existem aqueles que possuem o poder e os que dele estão separados. A dinâmica das relações de poder indica que ele está em todo lugar a partir do momento em que uma ação interfere na ação do outro. Pode ser multilateral pela ótica do topo da pirâmide hierárquica ou circular o “poder” do Império sobre a Marinha, mas também dos oficiais sobre aqueles grupos de aprendizes, estigmatizado pela sua condição social ou dos menos favorecidos.

No que se refere à identidade, essa perpassa as fronteiras de suas características próprias, caracterizando a imagem do “eu” marinheiro, elemento ainda subalterno na sociedade, mas inserido em uma instituição que defende o “*status quo*” social. Dessa forma, dialogamos com os escritos dos seguintes autores: Silva, Hall e Bourdieu, os quais sistematizaram uma contribuição teórica para a presente escrita, pois a identidade para Silva é:

[...] tal como a diferença, é uma relação social, isso significa que sua definição – discursiva e lingüística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas (SILVA, 2009, p.81).

É precisamente porque as identidades são construídas no interior e não fora do discurso que a questão do poder de definir interessa a esse trabalho, precisamos

compreendê-las como são produzidas em locais históricos e institucionais específicos. Essa localização encontra-se no interior de formações e práticas discursivas específicas, isso pode ser em qualquer lugar, pois nesse caso reportamos a Companhia de Aprendizes-Marinheiros usada como elemento estratégico e de iniciativas estatal. “Além disso, elas (as identidades) emergem no interior do jogo de modalidades singulares de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica” (HALL, 2009, p.109).

Silva apresenta considerações sobre os “campos sociais” de Bourdieu, relacionados ao conceito de identidade. Estes “campos sociais” são espaços onde as identidades são exercidas. Para a presente pesquisa, a cidade de Rio Grande poderá ser considerada um “campo social” de onde se valem os recursos simbólicos, e o poder de escolha e de submissão dos sujeitos, em graus variados.

Aqueles indivíduos viviam no interior de um grande número de diferentes instituições, que constituem aquilo que o supracitado Bourdieu chama de “campos sociais”, tais como as famílias, os grupos de amigos, as instituições de ensino, os grupos de trabalho ou partidos políticos. Assim como nós, aqueles sujeitos também participavam daquelas instituições ou “campos sociais”, exercendo graus variados de escolha e autonomia, mas cada um deles tem um contexto material e, na verdade, um espaço e um lugar, bem como um conjunto de recursos simbólicos (SILVA, 2009, p. 30).

Contudo, torna-se eminente que esse conjunto de ideias pudesse dar respostas, ou melhor, ajudar na compreensão daquilo que o corpus documental selecionado viesse a apresentar. Segundo Bacellar (2005), as fontes representam a obra prima do historiador, devendo este trabalhar com várias fontes, entre elas as manuscritas, possibilitando agregar conhecimentos de maneira clara e objetiva a partir de levantamento de vestígios de documentos, mesmo em condições precárias, ou que estejam em estado terminal. Esse autor possibilitou um aprofundamento no trabalho ao mostrar que a relação entre o historiador e as fontes jamais será a mesma:

[...] dos que viam nos documentos fontes de verdade, testemunhos neutros do passado, aos que analisam seus discursos, reconhecem seus vieses, desconstruem seu conteúdo, contextualizam visões, muito se passou e, como foi dito, pode ser estudado na ampla bibliografia à disposição sobre o assunto, de fácil acesso aos leitores (BACELLAR, 2005, p. 25).

Desta maneira parece que o autor nos mostra que o difícil é definir o objeto de pesquisa. Porém, ele deixa claro que existe uma saída específica dependendo do interesse e do questionamento daquilo que será trabalhado. Para isso, ele relaciona tipos de fontes e seus arquivos que podem ser manuseados<sup>3</sup>.

Nessa pesquisa optou-se por trabalhar com arquivos do Poder Executivo e Judiciário, nos quais os campos de atuação foram: os debates parlamentares, ofícios, cartas e Relatórios Ministeriais, sendo esse último a fonte mais usada neste trabalho.

De acordo com Barcellar, os documentos, dependendo do que for, são de uma vastidão amazônica. Por isso, a busca em alguns arquivos foi algo *sine qua non* para essa pesquisa como o AHRS (Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul) onde se encontram esses documentos relatando fatos esses que na época aconteceram. Também o AMPRS (Arquivo Municipal da Prefeitura de Rio Grande), o qual informações, possuem diversas caixas de registros da localização exata onde seria o prédio não só da Capitania do Porto, mas também principalmente da Companhia de Aprendizes. Fica bem claro que a cidade de Rio Grande é o foco prioritário da pesquisa em termos de delimitação espacial.

A principal fonte de pesquisa foram os documentos produzidos pelo Poder Executivo, isto é, Relatórios Ministeriais. No recorte cronológico esses Relatórios se baseará em um importante momento da história política brasileira: o processo de formação e as mudanças na administração da Armada Imperial brasileira. Sua relevância está nos desafios impostos para a consolidação da Marinha na formação de sua base social.

As sugestões de fontes impressas por meios de periódicos, do tipo jornais de Luca (2005), também foram de grande ajuda na pesquisa, pois a escolha do referido

---

<sup>3</sup> Idem, p.15.

instrumento ocorreu devido à possibilidade de realizar a contraposição de elementos quantitativos, objetivando observar quais os mecanismos foram utilizados pelo jornal para doutrinar os assuntos da época sobre o recrutamento “forçado” entre os sublevados da sociedade, com uma análise qualitativa. Em outras palavras, Luca contribui com uma metodologia que melhor auxiliasse na interpretação de uma quantidade considerável de edições como essa que foram usadas durante as pesquisas: prioritariamente o jornal *O Diário de Rio Grande* e secundariamente o *Rio Grandense*.

Na busca por sistematizar uma abordagem metodológica no campo das relações sociais, a partir de um estudo sobre o levantamento documental realizado, foi elencada a “análise de conteúdo”<sup>4</sup> como pressuposto metodológico que norteará a pesquisa, com o intuito de apresentar a percepção crítica da linguagem observada. Nesse horizonte, para compor a análise empírica, embasada neste suporte metodológico, utilizam-se de jornais da época, sendo determinado pelo seu caráter específico de publicação, por se tratar de uma produção periódica, que dará bastante embasamento a esse trabalho. De acordo com Bardin (1977, p. 7), “[...] enquanto esforço de interpretação a análise de conteúdo oscila entre os pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade”.

A análise de Conteúdo baseia-se, principalmente, na relação quantitativa versus qualitativa. Elas são complementares; porém, apresentam esferas de atuação diferenciadas no interior de uma pesquisa. Como aponta Bardin na seguinte passagem:

[...]a abordagem quantitativa e a qualitativa, não têm o mesmo campo de ação. A primeira, obtém dados descritivos através de um método estatístico. Graças a um desconto sistemático, esta análise é mais objetiva, mais fiel e mais exata, visto que a observação é bem mais controlada. Sendo rígida, esta análise é, no entanto, útil nas fases de verificação das hipóteses. A segunda corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável, a índices não previstos ou à evolução das hipóteses (BARDIN, 1977, p. 115).

---

<sup>4</sup> Análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação (BARDIN, 1977, p.19).

A aplicação desta metodologia na presente pesquisa seguirá as três fases destacadas pela autora, no momento em que realiza a sua caracterização: a pré-análise, a qual é composta pelo contato e leitura do documento; a exploração do material, momento em que se atribui um olhar ao caráter quantitativo do estudo; e, por fim, a interferência e a interpretação, em que se realiza a sistematização de uma interpretação, ou seja, se trata do perfil qualitativo da análise.

Nesse sentido, diversos cuidados metodológicos foram tomados quando da leitura das fontes jornalísticas. O primeiro deles foi perceber a necessidade de realizar uma leitura detalhada e meticulosa, devido à compreensão de que não somos os leitores padrões daquele periódico. O segundo é sempre historicizar a fonte de análise, na tentativa de compreender as condições vigentes durante a sua produção.

No que tange ao recrutamento, os Aprendizes supracitados eram considerados não só pelo estado, mas por alguns populares, como já foi dito, “turbulentos e vadios” (OLIVEIRA apud NASCIMENTO, 2001, p. 68). Ou seja, eram homens pobres considerados “desclassificados”, inúteis e perigosos à sociedade e que, após o ingresso, se transmutavam em “Marinheiros imperiais”, aspecto este que remete à questão de um novo paradigma de vida que esses indivíduos tiveram que interagir. Para isto, deve-se ter consciência dos limites dessa possibilidade de “ascensão social”, dadas as características aristocráticas da oficialidade da Marinha Imperial no período.

Frente a isso, destaca-se a fala de Elias, que compara o recrutamento da Armada Imperial inglesa ao sistema de recrutamento na época dos *Cavaleiros e Tarpaulins*,<sup>5</sup> descrito por ele em seus estudos sobre a Gênese da Profissão naval: cavaleiros tarpaulis (ELIAS, 2011) ou os *outsiders*. (ELIAS, 2000).

Elias refere-se à Inglaterra dos séculos XVI e XVII, e relata que ser Oficial naval na Inglaterra é o mesmo que ser visto como cavalheiros, líderes que comandavam homens e colocavam-nos compulsoriamente nos navios. Desta forma,

---

<sup>5</sup> Tarpaulin" [no original], lona alcatroada, era naquela época o que se podia chamar de capa do marujo comum. Tinha vários usos. Podia ser empregada como cobertura durante a noite; podia proteger do sol e do vento ou servir como capa de chuva. Assim, de nome daquilo que usavam como vestimenta, "*tarpaulin*" [lona] tornou-se a alcunha dos marujos.

“os quase miseráveis eram canalizados, sem resistência, para os vasos de guerra (Navios)” (MAESTRI, 1986, p. 22). Já essa mesma oficialidade derivava de enormes linhagens de possuidores de terras, cuja mentalidade aristocrática exibia os mesmos preconceitos senhoriais, executando sanções físicas e humilhações à marinagem, tornando-se um microcosmo da sociedade escravista a que estava ligada aqueles considerados pelos regime vigente de “desclassificados”. É por isso que entender o pensamento dos elementos dos extratos superiores, que ocupavam a função de recrutar e comandar aquele grupo de pessoas e como era realizado, em uma sociedade patriarcal considerada etnocêntrica e escravocrata, se tornou algo de extrema importância na pesquisa. Assim, reforçando o já supracitado, aqui no Sul, como em outras partes do Império, se tornava comum enviar crianças e homens pobres, órfãos e rejeitados para instituições militares. Isso não supria apenas as novas necessidades das forças bélicas, mas também deixava uma lacuna na tabela de “lotação” da Armada.

As Companhias de Aprendizes podiam, estrategicamente, recolher das ruas não só escravos alforriados, como também aqueles pequenos indivíduos que estavam ameaçando a ordem estabelecida e sujeitos a adquirirem todo tipo de vício. Essa manifestação estatal do Império também validava essa postura, afirmando ser a rua “a grande escola do mal” (MARCÍLIO, 1998, p.76) e o espaço de produção dos futuros delinquentes. Esse discurso procurava alertar a Nação a respeito da necessidade de guardar e separar em espaços produtivos aqueles meninos que representavam a massa futura de trabalhadores, e esse método era o que seria aplicado na Marinha.

Para posicionar melhor o leitor, o ano de 1836 representa, pois, o ponto principal de partida do recorte temporal, em decorrência da criação da primeira companhia de Aprendizes, sendo essa também o primeiro braço de recrutamento, formando e distribuindo os recém-formados marinheiros, com sede na Côrte. Então, foi a partir dessa que posteriormente surgiu a Companhia de Aprendizes de Rio Grande (RS). O recorte temporal ultrapassou o ano de 1874, por sua vez, diz respeito ao período em que o recrutamento militar tomou nova forma, conforme será explicado no decorrer desta obra. A Companhia de Rio Grande passou a formar



Marinheiros com base na disciplina e no recrutamento concebidos pelos agentes recrutadores como modalidades do Antigo Regime, pois expressavam valores sociais e políticos no interior da Armada que negavam a ascensão na carreira através das capacidades do indivíduo, preservando, assim, a antiga estrutura social nobiliárquica portuguesa.

O recorte final, em 1885, quando, pela questão de aperfeiçoar o ensino militar naval, mascarando o recrutamento violento, as Companhias passam a receber o nome de Escola de Aprendizizes. Os anos que marcaram a fundação da Capitania do Porto em Rio Grande/RS até o processo de recebimento da Companhia de Aprendizizes possuem uma relevância, por ser este um dos braços do Estado para captação e controle das camadas menos privilegiadas e também devido à localidade ser um bom ancoradouro para a formação de futuros marinheiros, fato este que será discutido neste trabalho. De fato, torna-se extremamente relevante à historiografia pensar na cidade de Rio Grande, tendo em vista o seu porto estratégico, sensível aos embates constantes do Brasil com os países do Rio da Prata.

A despeito das produções historiográficas sobre o objeto proposto, elenco aqui mais algumas outras importantes contribuições de historiadores acadêmicos que, de certa forma, criam uma interface com o objeto proposta para esse trabalho. Ao analisar a forma de recrutamento, juntamente com a questão da inserção forçada ou não desses jovens, entende-se pertinente inserir na presente pesquisa os mecanismos usados pelos agentes recrutadores sobre os recrutados da Marinha. Destaca-se a contribuição de Nascimento (2001), por ser uma referência que auxilia a entender a forma de recrutamento, mas também todo o contexto histórico no qual o Brasil estava inserido desde o século XIX. Nascimento não se prende a uma só figura naquele momento dos recrutamentos, mas ao contexto social da formação militar dos subalternos da Marinha do Brasil.

O autor descreve os acontecimentos em si, bem como analisa a estrutura que permeia as transformações de cunho social e político, considerando diversos personagens que precisam ser analisados e vistos sob a ótica da “Nova História

Política”<sup>6</sup>, e utiliza como fontes o mesmo tipo de documento que será utilizado no presente trabalho: boletins, relatórios policiais, discussões nas Câmaras dos Deputados e no Senado, além de atas e processos submetidos ao Conselho de Guerra da Armada Nacional.

Uma importante reflexão do autor está na percepção de que, ao ingressarem na Armada, através do alistamento ou recrutamento forçado, os futuros homens do mar eram submetidos a um regime de intenso desgaste: social, físico e mental. Na obra *Marinheiros em Revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880-1910)*, Nascimento (1997), expõe a questão do recrutamento nas províncias, na qual procura compreender de que maneira era realizado o recrutamento na Marinha, no que se refere à segunda metade do século XIX. Naquele momento, havia três maneiras de se fazer esse recrutamento, como já foi dito uma vez e será repetido em outros momentos aqui desse trabalho: à força, alistamento de menores e voluntários de forma espontânea que eram enviados para as Companhias de Aprendizes e, depois de treinados, seriam enviados aos navios<sup>7</sup>. Além disso, Nascimento procura compreender quem eram estes homens recrutados à força e como era formada a sua identidade. Por outro lado, mas em consonância com a temática aqui abordada, ao analisar os ofícios de encaminhamento destes homens, Nascimento percebe que entre estes homens recrutados pelo chefe de polícia encontravam-se negros e pardos em maioria e que, ao serem presos pela polícia, esses homens eram enviados para servir a Marinha. Muitos deles o faziam por opção, pois o serviço militar seria uma forma de não perder a liberdade.

Assim como na obra anterior, essa obra *Do convés ao porto: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910*, (2002), Nascimento defende que inserir-se na Armada seria para eles um grande castigo. Paradoxalmente, ainda mantinham a esperança de conquistarem sua liberdade, e não abriam mão de alguns costumes

---

<sup>6</sup> Sobre a questão do conceito de história política Oliveira (2002, p. 12), entende que é o estudo das relações de poder na sociedade. Contrabalanceando com Foucault substitui a ideia de poder (“o Poder”) enquanto conjunto de instituições e aparelhos de Estado pelo conceito de relações de poder, dizendo que o poder está em toda a parte. Assim Nascimento usou as fontes baseadas no Poder Executivo do Estado para traçar o destino dos recrutados no período, século XIX.

<sup>7</sup> O recrutamento era interligado a uma complexa rede de relações patrono-cliente entre o Estado, membros da classe senhorial e os pobres livres. KRAAY, Hendrik. “Repensando o recrutamento militar no Brasil Império”. In: *Diálogos* DHI- UEM, Vol.3, n.º 3, 1999, p.116.

adquiridos nas ruas, tais como: prostituição, bebedices e vários tipos de ações que desempenhavam, principalmente nos dias de licença, as quais eram consideradas como comportamentos que configuravam a indisciplina, o que também poderia representar uma forma de resistência às novas formas de atuação social.

Essa obra se abstém de tratar do recrutamento na região sul do país, pois o seu foco prioritário está na Corte, mas nos deixa a oportunidade de fazer um *link*. Vale lembrar que a Companhia de Aprendizes do Rio Grande do Sul foi a que menos deserções teve entre todas as Companhias formadas e criadas até a data de nosso recorte, fato este que será demonstrado no decorrer dessa pesquisa.

Vinícius Pereira de Oliveira (2013), autor de *Sobre as águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande, RS (1835-1864)* é o autor que mais se aproxima da temática em estudo, pois sua tese analisou mais a Marinha Mercante do que a Armada Imperial (embora parece que não tenha sido apenas uma opção, mas sim decorrência da maior disponibilidade de fontes para a Mercante). Pouco foi abordado sobre o dia a dia dos Marinheiros na Armada Imperial do Rio Grande do Sul, pois seu foco aborda a cultura maruja Mercante na cidade de Rio Grande; ele fez uma ampla abordagem do cotidiano marinho nesta cidade. Também usou os Relatórios Ministeriais e do Presidente da Província do Rio Grande do Sul como fonte para captar a dinâmica e a lógica estatal frente aos motivos para o recrutamento e ao perfil desejado para obter marinheiros.

É necessário analisar também a obra *Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para a Marinha de Guerra Imperial (1822-1870)* de Edna Fernandes (2011), uma dissertação de mestrado de muita importância, dentro da temática abordada no presente trabalho, pois a autora em vários momentos envereda de maneira clara e objetiva pela História Militar mais abrangente e menos factual, “aquela em que o historiador se baseia na História política tradicional, factual ou, como diriam os fundadores da *École des Annales, événementielle*” (CARDOSO, VAINFAS, 1977, p.68). Edna trabalhou com documentos oficiais do tipo: jornais e regulamentos somados a estes, também, Relatórios Ministeriais como fonte de pesquisa.

É difícil fazer uma crítica a este trabalho tão minucioso sobre a dinâmica da vida dos Aprendizes-Marinheiros dentro de algumas Companhias, os quais foram recrutados à força também em algumas partes do Sul do País. Esse trabalho deu bastante embasamento para complementar nossa obra sobre os aspectos referentes à dinâmica do recrutamento e à vivência dos Aprendizes dentro da Armada Imperial naquele período vigente, algo que em poucos momentos iremos discorrer neste trabalho.

A tese de doutorado de Silvana Jeha (2011), intitulada *A galera heterogênea: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil (c.1822-c.1854)*, incrementa uma significativa progressão frente a história deste estabelecimento militar ao comprovar a composição composta de suas tripulações, com sua multiplicidade de origens e a presença significativa de estrangeiros, trata dos marinheiros e dos recrutas que atuaram na Armada Nacional e Imperial do Brasil naquele período por ela trabalhado. Para ela, como ocorria nas marinhas dos países de base atlântica, os seus navios eram tripulados por homens de diversas nacionalidades: entre os estrangeiros, principalmente portugueses e anglófonos; entre os nacionais, homens oriundos de quase todas as províncias do Império. Devido às múltiplas origens, esses recrutas e marujos apresentavam uma profunda pluralidade de trajetórias e contribuíram, assim, para a ampliação e o desenvolvimento de uma cultura marítima cosmopolita, criada desde o início das navegações pelo Atlântico.

A autora se apropriou dos requerimentos de recrutas e de seus familiares, a literatura marítima portuguesa e as memórias de marinheiros anglófonos como elementos centrais para compreender as suas experiências e as rotas socioeconômicas e culturais que percorreram, tanto no oceano quanto nas suas margens. Desse modo, tornou-se possível relacionar a formação do Estado Imperial e da nacionalidade brasileira à história atlântica e marítima (JEHA, 2011). Segundo Oliveira (2013, p.27), o estudo de Jeha resultou num incontestável avanço quanto aos pormenores quantitativos da composição da Armada Imperial Brasileira no século XIX.

Para ter um bom balizamento teórico e metodológico durante o processo de investigação, a presente proposta desse trabalho visou a trabalhar com alguns conceitos norteadores, os quais serão apresentados com o auxílio do referencial teórico responsável por configurar esta discussão. Entre os conceitos pontuados, tratou-se em trabalhar com três que mais se encaixaram nas discussões desse trabalho que foram os conceitos de representação, poder e identidade. É a partir destes conceitos que Nascimento (2001) apresenta um olhar sobre os "recrutados", especificamente, atribuindo uma atenção ao perfil destes indivíduos.

Conforme já relatado, os subalternos sociais recrutados deveriam refazer-se dentro de um contexto de disciplina militar. Soma-se a isso o fato da cidade de Rio Grande/RS ser o último porto brasileiro no extremo sul, na qual as relações se faziam de maneira conflituosa devido às tensas relações entre escravos e agentes recrutadores. Esse conceito está em algumas vezes presente em qualquer leitura dessa temática, também estarão nas diferentes etapas da análise.

O conhecimento das teorias que fundamentam uma pesquisa pode facilitar o processo da análise textual. Entretanto isso não é uma exigência, já que o pesquisador também pode ter pretensões de construir teorias a partir do material que analisa. Não é que nesse caso não haja teorias que o orientem, mas o pesquisador exercita um esforço de construir novas teorias a partir de elementos teóricos de seus interlocutores empíricos, manifestados por meio dos textos que analisa (MORAES, 2003, p.193).

Convém ressaltar que aqueles dois primeiros teóricos acima citados, Nascimento e Oliveira, são historiadores que desabrocharam a partir dos anos 1980, beneficiando-se, em grande medida, da crise dos paradigmas deterministas. São intelectuais da história que fizeram escolhas nas áreas das humanas talvez não por acaso, mas sim, através de relações de casualidade. “Ela não deixa de ser, em certa medida, mais um derivativo da chamada *nova história*” (VAINFAS, 2001, p.121), esses dois tiveram como inspiração a Escola dos Annales, sobretudo sua 3ª geração, pois, buscaram alguns nexos profundos, entre história política e história militar. Ao longo do século XX, por diferentes razões, com o desenvolvimento da história econômica, da história social e, mais recentemente, da história cultural, a história política, e com ela a militar, sobretudo na historiografia francesa e em sua

área de influência, tornou-se periférica. Num plano superficial, ela, a história Militar, estudaria fenômenos de superestrutura determinados em diferentes graus pelas estruturas socioeconômicas.

Levando em consideração que no Capítulo primeiro relataram-se e problematizaram-se os movimentos de guerra quando aquela descrição e a análise gravitavam em derredor das eventualidades que foram apresentadas e as suas influências nas batalhas. “Nesta história de epifenômenos se situaria a história-batalha de Febvre, epifenômeno de um epifenômeno” (WEHLING, 2001, p.39).

Verificamos que Jovani de Souza Scherer (2008), assim como outros em nossa temática, é um historiador que se propõe a trabalhar do âmbito da História Regional. Ele mostra-se interessado em estudar diretamente a movimentação escrava vindo de outras regiões e localidades para o Sul do Brasil. O estudo direcionou-se, entre algumas regiões de Rio Grande do Sul, para a região específica de Rio Grande. Para contrabalancear isso usamos a fala de Barros (2004, p.152):

[...]o espaço regional não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar. Mas, de qualquer maneira, o interesse central do historiador é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros similares ou examinar em algum momento de sua pesquisa a inserção do espaço regional em um universo maior (o espaço nacional, uma rede comercial, etc.).

Não é uma questão de ter levado isso para o estudo da micro-história e sim ter verificado indícios na obra de Scherer de que muitos afro-descendentes nativos de Rio Grande foram inseridos compulsoriamente dentro da Companhia de Aprendizes-Marinheiros na cidade em questão. Em síntese, dialogar com aquele ou aqueles teóricos/historiadores que já escreveram algo em que se está trabalhando nos facilita a trabalhar o assunto de maneira mais clara e até fazendo uma construção empírica dialogando com aquele que mais se aproxima da temática vigente. Não se trata de negar a análise específica sobre a vida e/ou influências do

autor, mas sim compreendermos a tradição cultural e histórica de um conjunto de representações.

Referente ao conceito de “poder”, Foucault (1995, p.40) aborda as relações entre indivíduos:

[...]não devemos nos enganar: se falamos do poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estruturas ou mecanismos de poder, é apenas na medida em que supomos que ‘alguns’ exercem um poder sobre os outros.

Apesar de não ser contemporâneo à lei do sorteio e muito menos à delimitação temporal deste trabalho, sua retórica baseou-se no fenômeno do poder através da ideia de uma rede ou teia que se ramifica para distintas direções, determinando o saber-poder, enquanto um conjunto de conhecimentos norteia as relações de poder e define os papéis nessa rede. O poder, segundo este autor, acontece de forma dinâmica, distribuindo-se em níveis que não são cognoscíveis a todos os envolvidos na rede como instrumento de imposição e/ou legitimação de uma classe sobre a outra. A conexão entre agentes recrutadores e os poderes locais exemplifica esta dinâmica de poder e de dominação para trazer materiais humanos para o interior da Companhia de Aprendizes, ainda porque havia bastante complexidade em aliciar voluntários para os serviços na Armada.

Seguindo a linha do pensamento de Foucault, o poder é um exercício que corresponde ação de uns sobre outros. Não é algo que uns possuem e de que são vítimas. Portanto, não existem aqueles que possuem o poder e os que dele estão separados. A dinâmica das relações de poder indica que ele está em todo lugar a partir do momento em que uma ação interfere na ação do outro. Pode ser multilateral pela ótica do topo da pirâmide hierárquica ou circular o poder do Império sobre a Marinha, mas também dos oficiais sobre aqueles grupos de aprendizes, estigmatizados pela sua condição social ou dos menos favorecidos.

No que se refere à identidade, essa perpassa o de fronteira, caracterizando a imagem do “eu” marinheiro, elemento ainda subalterno na sociedade, mas inserido em uma instituição que defende o “*status quo*” social. Dessa forma, dialogamos com

os escritos dos seguintes autores: Silva, Hall e Bourdieu, os quais sistematizarão uma contribuição teórica para a presente escrita.

É precisamente porque as identidades são construídas no interior e não fora do discurso é a questão do poder de definir que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, essa localização encontra-se no interior de formações e práticas discursivas específicas, isso pode ser em qualquer lugar, pois nesse caso reportamos a Companhia de Aprendizes-Marinheiros usada como elemento estratégico e de iniciativas estatal. Além disso, A preocupação das autoridades em construir uma identidade nacional, seria o sustentáculo dentro da modalidade do jogo do poder em nacionalizar aquela corporação insipiente.

Para isso, este trabalho acadêmico, além desta introdução, foi dividido em quatro capítulos que, de maneira bem resumida, sintetizamos aqui para preparar melhor o leitor naquilo que virá pela frente. Desse modo, no primeiro capítulo trabalhou-se com o nascimento da Armada Imperial a partir de 1822 e como foi a atuação dos dirigentes imperiais nessa tarefa e o comportamento desta instituição perante os movimentos insurgentes que aconteceram naquele período. Mediante essa (re) criação as autoridades imperiais entenderam que para ter navios bem preparados e prontos para os eventuais combates era necessário nacionalizar a marinhagem e tê-los adestrados e preparados para aqueles fins.

Levando em consideração essa problemática, já no capítulo dois foi abordada a formação das Companhias Fixas de Aprendizes-Marinheiros nacionais adidas ao Corpo de Imperiais Marinheiros. Elas foram corporações que se originaram através de alguns elementos organizacionais de controle e recrutamento pelas províncias como a Capitania dos Portos, inclusive a do Rio Grande do Sul, sendo a primeira ser criada, e a Companhia de Aprendizes também do Rio Grande do Sul. Por terem sido instâncias militares concebidas e criadas durante a primeira e segunda metade do século XIX ajudaram o regime Imperial a se consolidar. Esse centro de formação de Marinheiros, as Companhias, foi pensado para cumprir a dinâmica do recrutamento e também como forma de nacionalizar a Armada. Para isso, foi proposto fazer discussões mediante algumas interpelações e abordagens



discursivas, que permitam pensar na configuração institucional e em experiências militares em certo período temporal e espacial no Sul do Brasil. Além disso, acredita-se que, ao realizar de forma regular, esse exercício permitiu a consolidação de abordagens na área de estudos sobre militares, em especial da Armada Imperial naquela província do Brasil.

No terceiro capítulo, foi proposto discutir com base nas reformas organizacionais e administrativas do Ministério, em meados do século XIX, na qual impôs, segundo Santos (2016, p.9), “aos seus construtores, além de um enorme esforço político e considerável capacidade de formular estratégias burocráticas e administrativas, a necessidade de combinar variações de forças disponíveis [...]”. A Marinha, a partir daquele momento, passou a implantar agências navais que dentro de sua estrutura acarretou, enfim, a criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros na cidade de Rio Grande (RS). Evento significativo para cidade de Rio Grande, noticiado nas páginas do principal jornal da cidade *O Diário do Rio Grande*.

O quarto e último capítulo apresenta as relações de poder do estado usando a Armada Imperial como objeto de controle para com os Aprendizes. Nos moldes de instituição total, repressiva e poder de disciplinar, o andamento da Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Rio Grande do Sul colocou em xeque a organização de aquartelamento e disciplina, analisados por alguns historiadores somados a Erving Goffman e Michel Foucault.

E por fim, em face ao exposto, esperamos contribuir, com este estudo, para um melhor entendimento acerca do marinheiro, juntando com todos esses capítulos, pois, o presente estudo procura desvelar o macrocosmo superficialmente dentro e amplamente fora da companhia, em especial de Rio Grande, enfatizando a prática social na qual se introduziam, a origem dos menores enviados, a constituição e transformação daquele(s) viveiro(s) naval(is) e os propósitos políticos verdadeiramente prioritários para os dirigentes da Armada imperial brasileira.

## **Capítulo 1: A Gênese da Armada Imperial: projeto de uma organização política**

No início do século XIX, em especial logo após a independência, a proposta da política-imperial e seus debates tiveram como resultado um importante projeto de (re)criar uma Armada e prepará-la para os futuros sinistros. Além disso, com independência política do Brasil, através da Côrte Lusitana, foi necessário formar a Armada Nacional para garantir e assegurar a emancipação e o monopólio político de Império.

Nas adjacências geográficas, a recém-formada Nação brasileira provava certa solidificação na sensação de nacionalidade. Até aquele momento sob a administração imperial, aquelas movimentações de independência caracterizavam rebeliões de estabilização e de confrontos lindeiros. A costa brasileira era basicamente uma sequência de províncias, esta dispersão constituía um fator político decisivo. Com isso, é possível pensar o quanto a Armada, de certa forma precária, teve papel importante para manutenção da unidade Nacional, pois, mesmo após a independência, o projeto de recolonização tinha como ponto inicial a ideia de que era capaz de explorar a ausência de unidade ou de pertencimento nacional em várias regiões das províncias.

Desse modo, ter materiais e, principalmente, homens para tripular os precários navios da época, se tornava projeto relevante não só para manter a unidade nacional, mas também para a consolidação do Império. Com isso, é possível entender, no século XIX, os motivos que fizeram o governo central (re)criar a Armada. Compreender os debates da Câmara e boa parte da problemática que permeava o pensamento político da época, que era caracterizado por intensas lutas por espaços e implementação de projetos políticos imperial da época, referente à construção do poder marítimo, se tornou importante para a reformulação daquela Força Naval.

O período trabalhado tem como pano de fundo os movimentos sediciosos, separatistas e liberais, ou seja, contrários ao interesse do Império. Movimentos esses que serão debatidos no decorrer deste capítulo. Esses mesmos perturbaram e tumultuaram a vida das autoridades e dos moradores das províncias até 1848,

quando eclodiu a última rebelião liberal no Brasil, a Praieira. Foram 26 anos de revoltas.

Vale a pena ressaltar que combater esses movimentos se tornou imperativo e necessário para o Império naquele momento da história. Ter uma Armada forte, organizada, não só materialmente, mas também administrativamente, era o objetivo das autoridades políticas e militares, estes da alta patente hierárquica, para tê-la preparada com intuito de estabilização daqueles movimentos. Entre as autoridades, cita-se a figura do estadista e proeminente naval o Ministro José Joaquim Rodrigues Torres.

Para entender esse contexto, se realizou uma narrativa descritiva na tentativa de mostrar ao leitor como “abafar” aquelas rebeliões, “contidas” pela costa marítima e que ajudaram na formação do Estado Nacional, vinculada à manutenção do mercado escravista articulado à noção de integridade territorial à antiga colônia. O domínio do mar foi fundamental, não apenas para a concretização da independência, mas também para a manutenção da paz e para a soberania nacional em construção durante todo período de crise interna. Também, discorre-se, através de algumas obras, como foi a atuação da Armada na formação do Estado estando vinculada à manutenção do mercado interno e à delimitação da costa (*Uti possidetis*)<sup>8</sup>.

### **1.1 A construção da Armada nos momentos de tensão**

No dia 7 de setembro de 1822, retornando de uma inspeção ao porto de Santos, cavalcando através de uma colina, às margens do riacho do Ipiranga, souo o brado retumbante “independência ou morte”. A atitude do jovem príncipe o consagrou como o primeiro Imperador do Brasil independente politicamente de Portugal. Essa atitude de D. Pedro cortaria os laços em definitivo com Portugal e, de

---

<sup>8</sup> Esse termo é oriundo do direito Romano em que os portugueses se apropriaram para fazer diplomacia nos tratados de definições de fronteiras no período colonial. Posteriormente o mesmo princípio foi adotado pela diplomacia imperial brasileira na resolução de pendências fronteiriças até o início do século XX.

certa forma, mudaria, em alguns aspectos, a história/rumo da Armada Imperial brasileira e, conseqüentemente, das instituições políticas e sociais daquele período. Outra atitude do Imperador para declarar o Brasil independente “foi coroar a si mesmo no dia 10 de outubro daquele ano como D. Pedro I” (DIDIONE, 2012, p.48).

A Armada foi alçada ao status, a partir daquele momento, em Marinha imperial Nacional brasileira. Com isso, fazendo parte importante do aparato político e administrativo do país recém-independente. Dias antes o próprio Imperador tomava conhecimento que Portugal estava em mobilização para evitar a emancipação do Brasil. No ano seguinte à independência, foi convocada a reunião da quinta sessão preparatória na sede da Côrte, o paço imperial conclama sua preocupação com os rumores vindos de algumas regiões do Império.

[...] Não estamos livres desses inimigos, quando poucos dias depois aportou outra expedição, que de Lisboa não era enviada para nos proteger: eu tomei sobre mim proteger este Império, e não a recebi. Pernambuco fez o mesmo, e a Bahia, que foi a primeira em aderir a Portugal, em prêmio da sua boa fé e de ter conhecido tarde qual era o verdadeiro trilho, que devia seguir, sofre hoje crua guerra dos vândalos, e sua cidade, só por eles ocupada, está a ponto de ser arrasada, como nela não se possam (sic) manter<sup>9</sup>.

As informações sobre as intenções dos lusitanos em manter as rédeas da nação chegavam a todo o momento, principalmente de Salvador, pois a situação daquela região era caótica. Com isso, manter as províncias sobre a autoridade imperial se tornava mais que uma obrigatoriedade, era uma missão árdua, pois não se tinha uma Armada forte e pronta para aquele momento. Em Salvador havia uma pequena unidade militar naval portuguesa capaz de combater a entrada na “Baía de todos os santos” da Esquadra vinda da Côrte. Destarte, era necessário, antes de qualquer coisa, que os portugueses tomassem a frente, que o governo imperial organizasse uma poderosa força que produzisse o efeito esperado naquele momento, “era uma corrida contra o tempo”(BRIAN, 1971, p.8).

---

<sup>9</sup> Sessão da Assembleia Legislativa e Constituinte de 3 de maio de 1823, p.38. A partir desse momento as citações desse período serão atualizadas para o português atual.

No contexto da Armada, é oportuno destacar a atuação de dois personagens, de início, que foram importantes para o projeto de um novo nascedouro naval, Felisberto Caldeira Brant (Marquês de Barbacena) e o Ministro do Interior e dos Negócios Estrangeiros, o paulista José Bonifácio de Andrada e Silva, Patriarca da Independência. O trecho abaixo expõe quem eram esses homens e o que eles estavam pensando e fazendo sobre a questão da Armada:

[...]sem dúvida, os fundadores do Império eram homens de formação basicamente rural, como não podiam deixar de ser, mas a educação que muitos haviam recebido na Europa, principalmente na Inglaterra, deve ter influído preponderantemente na maneira desses homens abordarem determinados problemas nacionais. Eram eles contemporâneos da luta do poder marítimo britânico contra o poder continental da França e não poderiam ignorar ensinamentos providos de tal provação para o mundo. Talvez residisse aí a clara evidência com que previram a importância de uma Marinha para o Brasil. [...], o embaixador brasileiro em Londres, Caldeira Brant escrevia para D. Pedro I: “ persiste na opinião de depender a unidade nacional da existência de uma marinha eficaz.” José Bonifácio, por seu turno estava convicto da necessidade de criar uma Marinha de Guerra que seria instrumento capaz de dar remate à independência e de colocar o país a salvo de possíveis agressões” (CAMINHA,1975, p.282).

Essa breve citação ilustra as preocupações dos grupos dirigentes em construir uma Armada Nacional capaz de garantir a liberdade política do Brasil perante a Côrte Lusitana. Convém ressaltar que esse grupo expoente, encabeçado por Bonifácio, teve a rápida percepção que formar uma combatente Armada Imperial nacional constituía na melhor maneira de transportar suprimentos para as áreas de guerra e concentrar tropas leais ao Império no combate contra os portugueses. Cabe aqui ressaltar que Caldeira Brant, naquele momento, já estava na Inglaterra negociando um plano de recrutamento de Marinheiros ingleses<sup>10</sup>.

Uma das principais medidas de José Bonifácio foi trazer do Chile o Lord Thomas Cochrane, a convite de Sua Alteza, oferecendo-lhe uma proposta teoricamente irrecusável, enviada por meio de uma nota a Antônio Correa da Câmara, o agente brasileiro em Buenos Aires, que dizia: “[...] não o deixarei servir

---

<sup>10</sup> Caldeira Brant e José Bonifácio, 27 de dezembro de 1822, AN, Vol.II, 1907, p.293.

com vantagens menores que aqueles que ele tinha tido no Chile”<sup>11</sup>. Em 4 de novembro, a Câmara transmitiu uma mensagem de forma eficaz e persuasiva:

Vinde Milord [...], a honra o convida, a glória o chama [...]Vinde, Hércules renascido, e com seus honrosos esforços ajudai a domar a Hydra de cem cabeças de um despotismo medonho. Vinde e tornai nossas almas navais com a ordem maravilhosa e a disciplina incomparável da poderosa Albion [...]<sup>12</sup>.

Cochrane foi um oficial da Real Marinha britânica, de muito prestígio e muito competente. Depois de ter travado batalhas com as forças napoleônicas, foi um oficial comandante de Fragata, que tinha como seu ponto forte a estratégia e boa desenvoltura nas batalhas navais. Porém, seu passado foi manchado pela corrupção nas fraudes das bolsas de valores em 1814, acarretando, assim, sua prisão e demissão da Marinha Inglesa. Militar de temperamento explosivo e de muita arrogância, ele foi destacado pela historiografia brasileira como “policia naval, mercenário, caçador de butim, entre outros termos correndo riscos, servindo e, ao mesmo tempo, disputando proventos materiais” (FREYRE, 2000, p.70). Porém, para Gilberto Freyre ele era definido como um aventureiro, no bom e no mau sentido da palavra.

Sua competência e habilidade o tornaram contundente, e, quando chegou à América, por convite da Marinha do Chile, combateu as forças espanholas em 1817 ajudando Chile e Peru em sua independência. Seu passado obscuro e a sua personalidade geniosa não importavam para as autoridades brasileiras, mas sim sua capacidade de combate nos mares. Ele aceitou o convite e veio para o Brasil se incorporar ao projeto político brasileiro deixando seu posto no Chile ainda em novembro de 1822<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> Jornal *Correio da Câmara*, 13 de setembro de 1822, Arquivo Diplomático da Independência, Vol. IV. Por questão de espaço não discutiremos amplamente o assunto da contratação de oficiais e praças estrangeiros, mas fica registrado três personagens que foram essenciais para formação da nossa Armada, Felisberto Caldeira Brant Pontes, depois Marquês de Barbacena, como já foi citado, representante brasileiro na Europa, sua missão era a contratação, tanto oficiais como praças estrangeiros, para completar o vácuo existentes nos efetivos, Capitão de Mar e Guerra Luís da Cunha Moreira e Joaquim Raymundo Delamare, ver VALE, 1971, p.10-20.

<sup>12</sup> Jornal *Correio da Câmara* - Cochrane, 4 de novembro de 1822, *Annais do Itamaraty*, Vol.2, 1937, p.39.

<sup>13</sup> Jornal *Correio da Câmara*, 30 de novembro de 1822. **Fonte:** BN, setor de periódicos.

Para completar as lacunas existentes nas tripulações<sup>14</sup> foram contratados praças e oficiais estrangeiros, sobretudo aqueles outrora mais experientes da Marinha inglesa. Brant, naquele mesmo mês, em novembro, em seu despacho sugeriu que seria importante ter uma marinhagem de confiança para combater os portugueses. Desta forma, pediu para Cochrane que trouxesse do Chile todos os Marinheiros que haviam lutado com ele: “Só seu nome levaria o susto e terror aos nossos inimigos, escreveu ele: os Marinheiros britânicos converteria uma força portuguesa em um leal e efetivo esquadrão”<sup>15</sup>.

Em 13 de março de 1823 chegam ao Brasil, a pedido de Cochrane, Marinheiros a bordo do brigue inglês *Coronel Allen*, vindo de Valparaíso, trazendo um grupo de oficiais ingleses que estava sob sua liderança. A vinda desses militares, justificadamente, dariam melhores condições ao seu comandante de receberem ordens, sem a limitação da língua, que ocorria com os brasileiros, e em quem Cochrane depositaria maior confiança. Assim, Freire relata que “no bloqueio ao porto de Salvador, no comando da *Nau Capitânia*, exigiu que toda a tripulação estrangeira fosse transferida para essa embarcação, com a qual empreendeu o cerco à cidade” (FREIRE, 2014, p.29).

Na Inglaterra, a proposta de recrutamento deu certo. Mesmo de maneira secreta, o Vice-Cônsul em Londres, Antônio Meirelles Sobrinho junto com Caldeira Brant, conseguiram uma quantidade expressiva de militares para lutar a favor da causa do Império: em seis semanas tinham conseguido 265 marinheiros e 12 oficiais.

Dentre os oficiais contratados vieram, antes e depois de Cochrane, Thomas Crosbie, William Parker, John Taylor, James Norton, John Greenfell, James Shepard, George Manson, William Eyre e mais algumas dezenas deles, inclusive oficiais da

---

<sup>14</sup> Decisão de 25 de fevereiro de 1823, o governo imperial ordenava a admissão na Armada, como marinheiros e grumetes, os escravos oferecidos pelos seus senhores, abonando-se a estes as competentes gratificações e, em julho do ano seguinte, mandava que o intendente de Marinha comprasse escravos que houvessem adquirido no exercício marítimo a necessária aptidão para servirem de grumetes no serviço dos navios de guerra. CAMINHA, Herick M. *Op. Cit.*, p. 231 - 35. (ARIAS NETO)

<sup>15</sup> Caldeira Brant e José Bonifácio, 4 de maio de 1822, Publicações do Arquivo Nacional Vol. VII, 1907, p. 24. Para entender como foi toda a articulação de como foi o recrutamento não só no quantitativo, mas também em todo processo de articulação política ver BRIAN, Vale. *Estratégica, poder marítimo a criação da Marinha do Brasil*, In: Navigator, 1971, p.6-21.

Marinha norte-americana. Muitos deles haviam lutado na guerra contra a França e posteriormente foram dispensados pela Real Coroa britânica. Também, muitos deles permaneceram no Brasil e se tornaram Almirantes na Armada Imperial. Alguns tiveram suas vidas ceifadas nos combates contra os portugueses, na Guerra da Cisplatina (1825-28)<sup>16</sup>.

A questão não era somente incorporar oficiais para comandar aqueles precários, sucateados e defasados navios, mas também ter Marinheiros para aquele fim. Assim sendo, para internacionalizar e heterogeneizar mais ainda os vasos de guerra foram contratados praças lusitanas, conforme descrito por Vale:

[...]a Marinha brasileira herdou também de Portugal um corpo de marinheiros e de soldados da Artilharia da Marinha. Eram todos, infelizmente, portugueses de nascimento, e a falta de confiança neles era amplamente justificada pela sua ação na viagem de Delamare contra Bahia<sup>17</sup>. Não obstante, a Marinha precisava deles, e o governo esperava que eles poderiam permanecer leais, se comandados por oficiais fiéis, e reforçados por um grupo de homens de confiança. Para manobrar os navios existentes, e também os novos navios em preparo, eram necessários 430 soldados e 1.700 marinheiros, dos quais 1.250 deveriam ser homens do mar bem adestrados. Os navios do Rio forneceram exatamente a metade deste número, isto é, 230 soldados e 900 marinheiros, dos quais somente 650 eram homens experimentados no mar e por isso, um rápido e bem sucedido recrutamento era uma necessidade vital (VALE, 1971, p.12).

A atitude de preencher as lacunas das tripulações com Marinheiros lusitanos se tornava um risco eminente, pois seriam portugueses combatendo portugueses, e isso causava certo desconforto e desconfiança entre as autoridades civis e militares.

As ações militares desencadeadas propiciavam as condições necessárias para defesa externa e o monopólio da violência. Além de preservarem a integridade

---

<sup>16</sup> Foi um conflito armado entre as Províncias Unidas do Rio da Prata (futura Argentina) e o Império do Brasil que disputavam a Província Cisplatina (futuro Uruguai), então parte do território brasileiro. Sua origem foi uma rebelião, nesta província, liderada pelo exército de Juan Antonio Lavalleja em 1825, apoiada pelas Províncias Unidas do Rio da Prata, que pretendiam anexá-la ao seu território. Referente a questão da atuação da Armada na Cisplatina ver: MARTINS, Hélio Leôncio. O curso... *Op. Cit.* SOUZA, J. A. Soares de. O Brasil e o Prata até 1828. In: Holanda, Sérgio B. (Dir). História geral da civilização brasileira: O Brasil monárquico. São Paulo: Bertand Brasil, 1993, t.2 v.1, p.300-28.

<sup>17</sup> Diz respeito à insubordinação dos marinheiros portugueses sofrida pelo comandante Delamare na guerra da independência. Ressalta-se que essa mesma armada lusitana também sofreu com a indisciplina militar, o que seria mais um elemento que concorreria para enfraquecer a sua as forças rebeldes. Ver SILVA, Marcelo Renato Siquara...*Op. Cit.*, p. 124. Ofício encaminhado pelo capitão de mar e guerra Manoel de Vasconcelos Pereira de Melo ao Comandante das Armas Inácio Luiz Madeira de Melo. Bahia: 24 de maio de 1823. In: AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Op. Cit.*, p. 386- 388.



territorial, elas deram início ao fortalecimento da soberania nacional. Assim, para proeminente poder sobre terra era fundamental a manutenção e a obtenção do controle da imensa área marítima. A partir disso, através de uma campanha para colher fundos recorrendo a comerciantes<sup>18</sup> e de subscrição popular<sup>19</sup>, ocorreu a formação da Armada Brasileira.

O evento precursor, que estreou o poder de fogo desta Força Naval, ocorreu na Guerra da Independência, marcada, principalmente, pela resistência nas regiões Sul, Nordeste e Norte. Para combater as ameaças à integridade territorial, em 10 de novembro de 1822, sob o comando do inglês e Almirante Thomaz Cochrane, o pavilhão nacional foi içado em navio de guerra brasileiro, na *Nau Martim de Freitas*, que era anteriormente o navio mais poderoso da Esquadra portuguesa e o primeiro capitânia, ponta de lança de futuras batalhas, com setenta e quatro canhões, e que veio para o Brasil com a família real, em 1807. Esta Nau, demonstrada na figura abaixo, fez parte da nascitura Esquadra Brasileira, que depois foi rebatizada de Pedro I.

---

<sup>18</sup> Fazer empréstimos ao Império foi uma estratégia muito utilizada pelas elites coloniais para conseguirem contratos lucrativos, títulos de nobreza, favores de toda ordem, cargos na burocracia e tudo aquilo que interessavam aos negociantes. Ver: SILVA, 2005 e FRAGOSO, 1992. As pessoas que não podiam contribuir em moeda corrente ofereciam escravos como marinheiros e, outros, ofertavam carne-seca, barris de vinagre ou de vinho, ou gado em pé (VALE, 1999, p. 104).

<sup>19</sup> Devido às dificuldades financeiras em janeiro de 1823 foi lançada pela Marinha uma subscrição, essas assinaturas obrigava aos oficiais portugueses lealdade a Côrte brasileira e a comprar mensalmente ações de 800 réis [...] pagáveis em 3 anos [...]Perto de junho de 1823 o fundo já tinha alcançado 300.000 réis” VALE, Brian. Estratégia, poder marítimo e a criação da Marinha do Brasil: 1822-23. In: Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, nº 4, dezembro de 1971, p.9-10. Para Juvenal Greenhlagh aconteceu a subscrição popular em setembro de 1822 propostas ao Secretário da Fazenda Martins Francisco Ribeiro de Andrade por Gonçalves Lêdo e Luiz Pereira de Andrade. Brasileiros de toda parte do país, acorrendo ao apelo que lhes foi feito apurado ou fizeram doações de todas espécies (GREENHALGH, 1965, p.5).

**Figura 1-** Navio capitânia da primeira Esquadra do Brasil independente



Navios da Marinha portuguesa que se encontravam no porto do Rio de Janeiro em mal estado de conservação e foram reparados pelo Arsenal de Marinha da Corte (Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro). Na Marinha Portuguesa era nomeada *Martin de Freitas* e fez parte da Esquadra que transportou a Família Real para o Brasil em 1808. Óleo sobre tela de Eduardo de Martino.

**Fonte:** DPHDM

Carvalho (1986, p.10) discorre brevemente como foi a estréia definitiva da Armada, isto é, parcialmente demonstrando como foi o combate na Bahia após o desmembramento com Portugal:

[...]quando da proclamação da Independência o principal foco de resistência à nova ordem concentrou-se na Bahia, onde o Governador das Armas, General Madeira de Melo, dispunha de consideráveis forças de terra e mar; contra esse poder levantaram-se os patriotas baianos. A reação, a princípio desarticulada e sem unidade aos poucos se organizou e alastrou-se por toda a Província. Dentro de alguns meses os portugueses estavam praticamente confinados a Salvador e seus arredores; embora possuindo a superioridade no mar. A sorte da guerra dependia decisivamente do domínio da Baía de todos os santos e conseqüentemente controle do abastecimento e das comunicações entre as vilas [...] no dia 6 de dezembro era lançado ao mar o primeiro barco artilhado, denominado Pedro I. A flotilha foi aumentando ao longo da campanha, alcançando efetivo de quase 800 homens.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Para saber como se desenvolveu toda estratégia referente ao cerco de Salvador pela Armada brasileira ver: Brian Vale, (1971)

A cidade de Salvador, estava sobre o poder do General Madeira de Melo e também estava sendo o ponto chave de toda situação. Sem dúvida, o Governo Imperial teria que organizar uma esquadilha que pudesse combater a Força Naval portuguesa que lá estava e colocar as longínquas províncias acessíveis somente por mar, sob sua autoridade, e isso tudo antes que os portugueses pudessem enviar reforços consideráveis de além do mar. Ficava claro, na ótica de Monteiro (1982, p.550), que “a vitória na Bahia dependia do mar”.

Existia outro aspecto de grande relevância. Não se pode deixar de lembrar que o Brasil, na época com 7.680 quilômetros de costa e um continente de grande extensão territorial econômico-cultural, facilmente poderia perder parte de seus territórios para os movimentos separatistas que estavam acontecendo, conforme ocorreu com a América espanhola, fragmentar-se em várias unidades políticas, e sem dúvida, poderia causar a derrocada dos ideais de consolidação do Império. Pode-se sustentar a hipótese de que a guerra da independência, sustentada por uma Força Naval pequena, mas suficientemente corajosa, também foi considerada, verdadeiramente, como a guerra da unidade nacional. Como disse Carvalho de Moraes:

[...] durante a chamada Guerra de Independência, a Marinha tornou possível a ação do exército imperial em socorro aos patriotas locais e, o que talvez foi seu papel mais importante, demonstrou a essencialidade do país possuir um poder naval efetivo, assim como a estreita ligação entre a possibilidade de se possuir esse poder naval e a existência de um governo fortemente centralizado e bem organizado (MORAES, ano(?), p.5).

Os navios ajudavam o Exército nos transportes de materiais e suprimentos aos locais de combate, bem como transportavam os feridos de uma província para outra. Com os ataques constantes aos grupos insurgentes, as forças inimigas se enfraqueceram permitindo o avanço do Exército.

Com a ação na Bahia e a emancipação política do Brasil referente à Côrte, ficava clara a necessidade de reformular a Armada para garantir a independência

nacional e a centralização política. Convém lembrar que aquele ato no Ipiranga significou de certa forma a criação de um Estado<sup>21</sup>.

Fazendo uma análise sobre a perspectiva dos diversos processos de construção dos Estados Nacionais modernos, Charles Tilly (1996, p.78)<sup>22</sup>, muito mais do que outras atividades, afirmou que “a guerra e a preparação da guerra produziram os principais componentes dos Estados europeus”<sup>23</sup> que, segundo o autor, seriam “organizações que aplicam coerção, distintas das famílias e dos grupos de parentesco e que em alguns aspectos exercem prioridade manifesta sobre todas as outras organizações dentro de extensos territórios”<sup>24</sup>. Portanto, a monopolização das forças de violência, com o apoio da Armada Nacional Brasileira, tiveram como um dos motivos atuarem nas disputas pelo controle das províncias na questão de logística.

Desta forma, permitiu que, com toda esta estrutura, a manutenção de seus combatentes nas áreas de ação. Foi assim que se desenvolveu, pois o Estado Brasileiro, enquanto entidade política autônoma deu início às organizações e às construções do então nomeado Império do Brasil.

---

<sup>21</sup> Conforme Norberto Bobbio o Estado só é Estado quando há “a máxima organização de um grupo de indivíduos sobre um território em virtude de um poder de comando: *civitas*, que traduzia o grego *pólis*” (Bobbio, 1987, p. 66). Nesse caso estamos nos referindo à territorialidade do Estado em que se confrontam o território do soberano, isto é, do imperador ou monarca, com o território da nação em suas diversas manifestações, isso envolve governo e sociedade. É oportuno ressaltar, segundo Vale Brian no momento da formação do Estado brasileiro, a população em 1822 consistia de quatro milhões e meio de habitantes espalhados em uma estreita faixa ao longo de uma extensa costa que se estendia das águas do Amazonas, ao norte, até o Rio da Prata ao Sul (VALE, 1971, p.6).

<sup>22</sup> Podemos tomar como base o esquema proposto por Charles Tilly para análise do longo processo de formação dos Estados Nacionais europeus na época moderna, dizendo ao avanço do governo direto sobre as duas atividades principais (extração do capital) e burocratização dos exércitos (controle da coação), nas etapas sucessivas de patrimonialismo, corretagem, nacionalização e especialização, definidas pelas distintas modalidades de arranjos entre o público e o privado no exercício dessas atividades (TILLY, 1996, p.78-84)

<sup>23</sup> Os monarcas jogaram o mesmo jogo – o jogo da guerra e da competição por territórios - sob condições amplamente diferentes. Quanto mais cara e mais exigente se tornava a guerra, mais recursos tiveram de negociar para empreendê-la. A negociação produziu ou fortaleceu as instituições representativas na forma de Estados, Cortes e, por fim, legislaturas nacionais. A negociação se estendeu desde a cooptação com privilégios até a repressão armadas em massa, mas produziu acordos entre o soberano e os súditos (RIBEIRO Apud TILLY, 1996, p.268).

<sup>24</sup> Idem, p. 46.

Para José Murilo de Carvalho, exclusivamente, a manutenção da unidade nacional dependia da elite brasileira, por ser homogênea<sup>25</sup>, isto é, no sentido intelectual, de que parte dela teria sido recrutada entre os setores sociais dominantes e também devido ao seu isolamento ideológico referente às doutrinas revolucionárias do antigo regime europeu. Tudo isso, somado à questão da elite, na sua maioria ter sido formado na Europa em especial na escola de Coimbra, incorporando os ideais franceses, em sua coerência de pensamento intelectual, teve como preço dessa homogeneidade a distribuição muito mais elitista da educação e a menor difusão de ideias que os governos da época consideravam perigosas (CARVALHO, 1980).

No Brasil, a pacificidade relativa em algumas províncias após a independência, houve certa influencia na historiografia tradicional e de maneira reduzida deu pouca proeminência à importância dos florescentes militares das primeiras décadas de autonomia do Império, de modo que as revoltas das regências foram examinadas pela ótica regional e não de forma relacionada. Ainda que o processo de construção do Estado Imperial tenha sido explicado de maneira diversa, as principais análises deram pouca atenção à realidade Militar. Uricoechea (1978, p.81-178), em suas análises sobre aquele período, foi quem mais se aproximou disso, analisando o processo de extensão e de consolidação da autoridade do Estado central, num contexto em que seus instrumentos não chegavam e havia apenas a ação do poder privado, isto é, burocratização e centralização (RIBEIRO, 2013).

Mediante a situação de guerra ocorrida na Bahia, fato este que obrigou o Império a entender que ter uma liderança Militar fiel aos princípios monárquicos se fazia necessário para ter uma participação mais preparada nos combates. Além disso, o Decreto de 05 de dezembro, assinado no palácio da Côrte pelo Imperador, e ratificado pelo seu Ministro e Secretário de estado dos Negócios da Marinha, Luiz da

---

<sup>25</sup> Segundo Carvalho (1980, p.36) essa homogeneidade diz respeito ao momento que o Brasil disporia, ao torna-se independente, de uma elite ideologicamente homogênea devido a sua formação jurídica em Portugal, a seu treinamento no funcionalismo público [...]. Essa elite iria reproduzir-se em condições muito semelhantes após a Independência, ao concentrar a formação de seus futuros membros em duas escolas de direito, ao fazê-los passar pela magistratura, ao circulá-los por vários cargos políticos e por várias províncias.

Cunha Moreira, criou uma comissão para tratar de todos os objetos concernentes à repartição desta força, dando impulso às ações de imediato na instituição para que ela pudesse ser mais respeitável<sup>26</sup>. Nesse mesmo mês, foi aprovado um parecer remetido ao Quartel-General reforçando o compromisso de todos os oficiais a aderirem a causa Imperial brasileira. Na verdade, não eram obrigados a aceitar tal decisão, mas caso declarassem a negativa, seriam convidados a retornarem para Portugal, sendo o governo isento de arcar com as despesas da viagem não só do próprio, mas também de sua família. Teotônio Meireles listou o nome de noventa e um oficiais que aderiram à causa brasileira, também verificou que a maioria era de nacionalidade portuguesa. Ainda segundo Meireles (1882, v.II, p.47-49) “a resposta de todos os oficiais foram dadas com muito entusiasmo e amor à causa do Brasil”<sup>27</sup>.

Greenhalgh (1965, p.6) traz outra ideia de que o motivo que os levou a aderirem à Independência não foi amor, conforme dito acima, ou pelo entusiasmo de formar uma nova pátria, e sim por que haviam adquirido raízes no Brasil. Na tabela I, é possível observar a relação de oficiais que aceitaram fazer parte da Armada versus aqueles que se recusaram, e como os seus cargos hierárquicos.

**Tabela I** – Oficiais que aceitaram ou/ e outros aderiram a causa do Império brasileiro

Patentes hierárquicas	Aceitaram ficar	Não aceitaram ficar
Capitão-de-Mar-e-Guerra	9	5
Capitão-de-Fragata	21	4
Capitão Tenente	18	7
1º Tenente	15	9
2º Tenente	28	2
Lentes de Guarda Marinha	-	8
Aspirantes	-	20

**Fonte:** MAIA, João do Prado. 1965, p. 60

Esses oficiais, apesar de terem vindos de Portugal com a Côrte em 1808, alguns constituíram família aqui no Brasil, como foi o caso do Capitão de Mar e

<sup>26</sup> BRASIL. Coleção de leis do império. Decreto de 5 de dezembro de 1822.

<sup>27</sup> Idem, p.49.

Guerra Joaquim Raymundo Moraes de Lamare, no qual respondendo ao ofício de 20 de dezembro o mesmo discorre da seguinte forma:

[...]que tendo-me proporcionado ocasião de regressar a Portugal, como de próximo aconteceu em a *Nau Rainha*, o tenho deixado de fazer por tencionar persistir no Brasil onde sirvo há 15 anos; e agora com mais gosto que nunca depois de Sua Majestade fez aos habitantes deste hemisfério a graça de se declarar seu defensor perpétuo, fazendo com isto a felicidade deste vasto e riquíssimo continente e de todos os seus habitantes, a cujo tenho a honra de pertencer, e de que não desejo ser de modo algum privado, juntamente com minha mulher e meus filhos, que sendo todos indígenas deste país não almejamos outra pátria mais que o Brasil<sup>28</sup>.

Muitos daqueles oficiais que apoiaram a causa nacional, listados por Meireles ,posteriormente fizeram parte de dez gabinetes que comandaram a pasta da Armada do Primeiro Reinado. Entre eles podemos citar: Luís da Cunha Moreira, Francisco Maurício de Souza Coutinho, Diogo Jorge de Brito e Miguel de Souza Melo e Alvim, conforme exposto na tabela abaixo:

**Tabela II** - Ministros da Marinha no Primeiro Reinado

Gabinetes	Ministros
1º Gabinete – 16/01/1822	Manuel Antonio Farinha, (Conde de Suzel) - oficial da Armada até 22/01/1822, Luís da Cunha Moreira (Visconde de Cabo Frio), oficial da Armada.
2º Gabinete - 17/07/1823	Luís da Cunha Moreira (Visconde de Cabo Frio), oficial da Armada
3º Gabinete – 10/11/1823	Francisco Villela Barbosa, oficial do Exército
4º Gabinete – 21/11/1823	Francisco Villela Barbosa
5º Gabinete – 21/01/1827	Francisco Villela Barbosa
6º Gabinete – 15/01/1827	D. Francisco Maurício de Souza Coutinho (Marquês de maceió), oficial superior da Armada
7º Gabinete – 20/11/1827	Diogo Jorge de Brito, oficial da Armada, até 30/05/1828. João Carlos Augusto de Oeynhausien (Marquês de Aracati), Senador, até 16/01/1829. Miguel de Souza e Melo e Alvim, oficial general da Armada
8º Gabinete – 04/12/1829	Francisco Villela Barbosa, desde de fins de janeiro de 1826, senador e de outubro do mesmo ano, Marquês de Paranaguá.
9º Gabinete – 19/03/1831	José Manuel de Almeida, oficial do Exército
10º Gabinete – 05/04/1831	Francisco Villela Barbosa

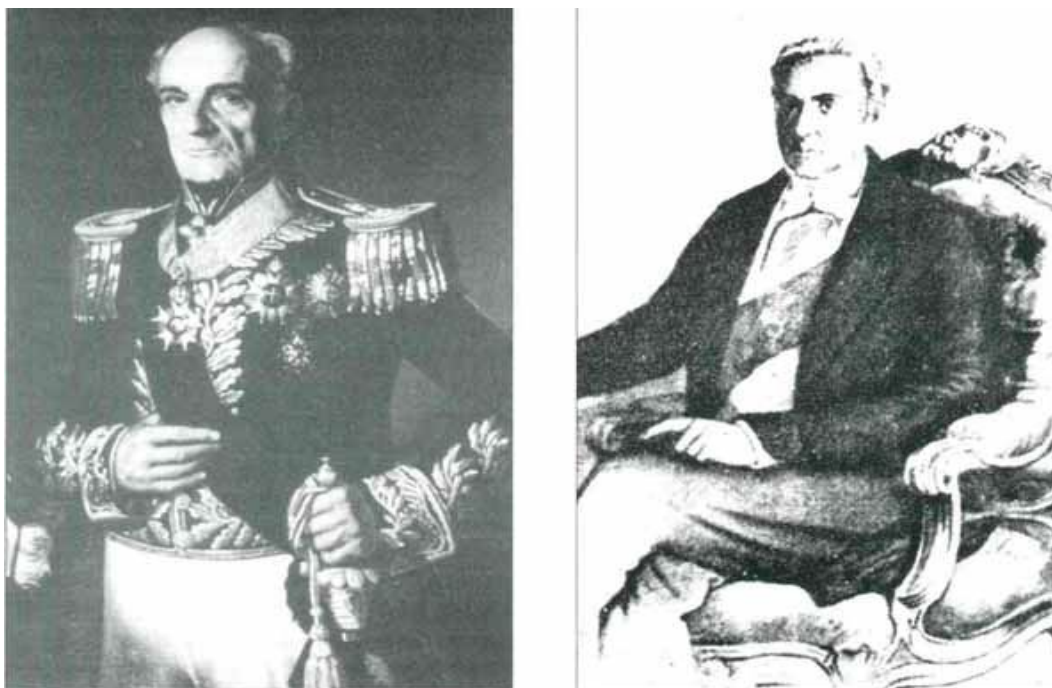
Fonte: ARIAS NETO Apud SOUZA, 1988, p.366

<sup>28</sup> Idem, p.50

Destaca-se a atuação de Francisco Vilela Barbosa (Marquês de Paranaguá), 3º Ministro da Armada do Império, intelectual formado em Coimbra. Lutou em 1789 quando assentou praça na armada portuguesa e no mesmo momento em que, ainda na patente de 2º Tenente, prestou relevantes serviços no cerco de Tunis e na perseguição aos piratas argelinos do Mediterrâneo. Sua experiência no Exército português, em combates marítimos, e seu poder de articulação como engenheiro de campo fez com que fosse convidado pelo Imperador a assumir a pasta de 1823 a 1825 como Ministro da Guerra, do Império, da Marinha e dos estrangeiros, repetindo o cargo em 1829.

Em 1827, o 4º Ministro, Francisco Maurício Menezes Souza Coutinho (Marquês de Maceió), assume a pasta da Armada tendo sua posse em 16 de Janeiro. Foi determinado, através da decisão de 27 de Janeiro, que a *Nau Pedro I* recebesse homens para ter instruções se transformando assim num depósito de recrutas e fazendo inspeção a todos que ali estavam.

**Figura 2** – 1º e 3º Ministros da Marinha do primeiro reinado. Da esquerda para direita pelo olhar do observador, Luís da Cunha Moreira Visconde do Cabo Frio e Francisco Vilela Barbosa Marquês de Paranaguá



Fonte: CAMINHA, 2002, p.13



Não se pode esquecer de ressaltar que muitos habitantes das províncias não aceitaram se juntar à causa da Côrte, como noticiado pelo jornal de 3 de janeiro de 1825:

Manda Sua Majestade o Imperador pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, que o General Governador das Armas, remeta uma lista nominal dos indivíduos dos diferentes corpos, desta província, que não julgarão a Constituição Política do Império<sup>29</sup>.

Para ter um Império consolidado, eficaz e seguro, era importante que a população se juntasse à causa da Côrte e, para isso, militares de diversos corpos teriam que jurar fidelidade à Constituição Imperial. Por ter sido outorgada no difícil momento que o Brasil passava, fica claro que os artigos foram feitos para que todos fossem obrigados a aderir à causa política-imperial. O Artigo 147, título V do capítulo VIII, da Constituição de 1824, que versa sobre a força militar, discorre sobre tal assertiva:

[...]todos os cidadãos brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a independência e a integridade do Império e defendê-lo dos seus inimigos internos e externos (art. 145), assim como a força militar é essencialmente obediente (art. 147), ao poder executivo compete privativamente empregar a força armada de mar e terra com bem lhe parecer conveniente a segurança e a defesa do Império (art. 148).

Não deixava de ser uma retórica para estabelecer certo de tipo de recrutamento compulsório e, com isso, ter instituições militares formadas e profissionalizadas, entre elas a supracitada Armada Imperial. Com isso, o próprio Ministro Miguel de Souza Melo e Alvim, tempos depois, já conclamava em seu relatório:

[...]o Império do Brasil não pode prescindir de ser uma potência essencialmente marítima, sem quebra de sua glória, de sua dignidade e de seus mais interesses [...] Esta verdade é de primeira intuição, basta lançar

---

<sup>29</sup>Jornal *Diário Fluminense*, Paço em 22 de dezembro de 1824. Biblioteca Nacional setor de periódicos.

os olhos sobre a carta geográfica do Brasil; tendo a nação conseguido, [...] o grande bem de possuir atualmente uma Marinha respeitável, tanto pelo número e qualidade dos vasos que a compõe, como pela quantidade de marinheiro e soldados aguerridos, e mais que tudo, pela benemérita corporação de oficiais de Marinha, todos [...] hábeis, enérgicos, valorosos e principalmente inabaláveis na lealdade à nação e ao imperador, seria, não só solapar os fundamentos da grandeza nacional e destruir o mais vigoroso elemento da prosperidade pública [...] seria, digo, um terrível exemplo de ingratidão nacional, entregar ao desprezo, ao abandono, um tão benemérito, tão necessário e tão poderoso agente da força pública<sup>30</sup>.

Tendo uma costa marítima de plenitude continental, a fala do Ministro buscava prestigiar, valorizar e referenciar a força como elemento preponderante para o poder pátrio, tudo isso por ter logrado uma boa atuação na batalha do Prata.

Portanto, voltando ao movimento da Armada na banda do oriental, como já foi citado no início desse capítulo, tem-se observado que a historiografia naval, ao falar que aquele evento ocultou significativamente os efeitos da derrota e enfatiza outros aspectos, como o declínio financeiro e o conflito entre o parlamento e o imperador, pois acarretou no enfraquecimento do poder político do monarca.

A Guerra durou três anos, gerando ao Império Brasileiro enormes gastos financeiros, além de perdas humanas inumeráveis – prejuízos financeiros que prejudicaram a economia brasileira (elevação da dívida). Porém, devido ao distanciamento do ocorrido, percebe-se que a guerra produziu efeitos como o crescimento da Esquadra e a independência do Uruguai.

Ora, cabe ressaltar que, naquele período, diversas províncias não aderiram imediatamente ao imperador e, para complicar mais ainda, se revoltaram durante quase 30 anos após a independência, não só no primeiro, mas também no segundo reinado, trazendo intranquilidade ao poder central. Movimentos sediciosos, liberais, lusofóbicos, federalistas e republicanos perturbaram o Império, tais como a Revolução Pernambucana, de 1817<sup>31</sup>; a Confederação do Equador, em 1824<sup>32</sup>; a

---

<sup>30</sup> RMM, 1828, p.14.

<sup>31</sup> Segundo Prado Maia. *Op. Cit.*, p.52 Durante esse período a Armada colaborou com as forças de terra na repressão da revolução pernambucana.

<sup>32</sup> Assembleia constituinte dissolvida pelo Imperador, isso no Mês de novembro de 1823, logo após a rendição dos Cisplatinos, em função da briga do Imperador com os constituintes acerca da definição das atribuições dos poderes legislativos e executivos – tudo isso referente aos confronto estruturais entre interesses regionais e centralistas dos poderes no primeiro reinado, que acabou forçando a abdicação do imperador em 1831. Sobre o período ver: SOUZA, Otávio Tarquínio de. *Op. Cit.* Cabe ressaltar que a força naval sobre o comando de Cochrane, estabeleceu o boqueio do porto de Recife

ocorrida em Pernambuco; a Cabanagem que durou até 1840<sup>33</sup>, no Pará agitado desde 1831, Farroupilha<sup>34</sup>, sendo está última a mais desgastante para a Força Naval que estava em formação, e as revolta dos Malés, em 1835; Sabinada, em 1837; na Bahia; e Balaiada, em 1838, no Maranhão<sup>35</sup>.

Torna-se relevante ressaltar que os Artilheiros navais<sup>36</sup>, vinculados a Armada, tiveram poucas participações nos movimentos acima citados. Pode-se dizer que, por serem grupos de terra pertencentes à Armada podem ser considerados também Marinheiros. Os Artilheiros navais também se fizeram presentes e pouco entraram em ação naqueles momentos tensos, isso não quer dizer que esses Artilheiros, na função de Marinheiros combatentes da Armada, faziam parte de uma força genuinamente autóctone por não serem nativos do Brasil, como observa Prado Maia:

---

estabelecendo hostilidade pelo mar e transportando as forças de terra forçando a rendição dos revoltosos, bem como criou uma comissão militar para processar os chefes do movimento.

<sup>33</sup> A Cabanagem, foi a guerra civil que aconteceu na Província do Pará, se estendeu até o Maranhão, na Vila de Turiassu. É conveniente ressaltar que a província do Maranhão serviu com um dos pontos de apoio logístico para os navios da Armada Nacional em luta no Pará e a Armada desarticulou a Cabanagem maranhense, restabelecendo o princípio da autoridade (LEANDRO, 2002, p.31). Apenas durante a Cabanagem na província do Pará estima-se em 30 mil o número de mortos, cerca de 40% da população da província na época (ALMEIDA, 2014, p.11).

<sup>34</sup> A Guerra dos Farrapos, rebelião no Sul do Império que durou dez anos, de 1835 a 1845, atingiu uma região de fronteira já conturbada por conflitos externos. A Marinha novamente atuaria em cooperação com o Exército no transporte e abastecimento das tropas e apoiando ações em terra com o fogo dos canhões embarcados. Os combates não ocorreram em mar, mas em águas restritas, como as Lagoas dos Patos e Mirim. O primeiro combate naval da Guerra dos Farrapos opôs o late *Oceano*, da Marinha Imperial, e o Cúter *Minuano*, dos revoltosos. Na Lagoa mirim, quando o navio rebelde foi posto a pique (BITTENCOURT, 2006, p.87).

<sup>35</sup> A armada Imperial lutou pela adesão do Maranhão ao Império e foi vital para garantir a ordem e resolver algumas contendas políticas. Durante esse processo os navios da Armada não travaram lutas no litoral maranhense, porém, sua presença foi importante na consolidação da ordem imperial, por tratar-se de uma força armada que chegava ao Maranhão para estabelecer a ordem a qualquer preço; no entanto, não houve necessidade. A Armada Nacional sobre o comando de Cochrane deu tranquilidade e paz aos marinheiros maranhenses e estabeleceu a autoridade política do imperador D. Pedro I. Idem, p.30-31.

<sup>36</sup> Anos mais tarde a proposta enviada a Assembleia Legislativa culminou com base no decreto 451 de 31 de julho de 1847 fixando as forças de mar para o ano financeiro de 1848-49 que resultou com o Decreto 535 de 11 de setembro daquele ano em que extinguisse a denominação artilheiros navais e passaram a usar o nome corpo de Fuzileiros navais, onde foram transferidos os oficiais para o exército ficando apenas os praças de pré no supracitado corpo. Esses corpos ficariam sediados na ilha de Villegaignon (...) onde alguns já estavam destacados em pequenos números a bordo dos navios.(RMM, 1847, p.5) CAMINHA. 1986. *Op. Cit...* p.293. É importante informar ao leitor que a palavra naval vem do latim *navio*, relativo a navio. Nesta acepção atualmente é usado nas locuções: construção naval e engenheiros naval. Relativo à Marinha de Guerra poder naval, estabelecimento naval também de Fuzileiro naval. Dicionário Marítimo brasileiro (CAMINHA, 1996, p.301).

seus chefes, como seus oficiais e marinheiros continuaram a ser portugueses, obedecendo a uma dinastia portuguesa [...] Basta mencionar que os filhos do Brasil não eram aceitos na Marinhagem da esquadra e só lá um ou outro, bem apadrinhado, lograva admissão na academia de Marinha (MAIA, 1965, p.52).

Esse movimento foi abafado por uma esquadrilha composta por alguns navios mercantes improvisados com armamentos, sob o comando do Capitão-Tenente Rufino Peres Batista, Brás Caetano Barreto Cogomilho e do chefe de Esquadra Rodrigo José Ferreira Lobo. Em 20 de maio 1817, foi feito um bloqueio de Recife pelo mar e dado fim a revolta. Antes, seria interessante acrescentar que, na verdade, de início, somente nas regiões de Minas, Rio de Janeiro e São Paulo as tropas eram leais à causa da Corte brasileira. O Norte apoiou a causa lusitana reconhecendo a metrópole como poder central político do Império, enquanto o Centro-Sul se organizou em prol da Independência<sup>37</sup>. Não houve “nenhum momento da história do Brasil concentrou tanta violência num tempo tão curto e em extensões de terra tão largas quanto essa fase da monarquia” (MOREL, 2003, p.65).

Assim, Aldo Janotti, em seus estudos sobre o período em questão, denominou essas ameaças desagregadoras de “o grande temor e a grande preocupação” (JANOTTI, 1990, p.169-214). Neste sentido, a Armada desempenhou papel decisivo na manutenção da unidade territorial, identificada a independência política nacional, pois a nação ainda não estava formada, por isso era necessário ter o domínio das regiões, pois como observou Armando Amorim:

---

<sup>37</sup> Os conflitos naquele século no Brasil mostraram o poderio estratégico e político das autoridades, um verdadeiro instrumento político de subjugar o inimigo por meio de vários meios na realidade uma trindade caracterizaria uma guerra real e completaria sua definição como fenômeno total, comportaria três componentes que expressariam suas tendências dominantes. O primeiro componente englobaria a violência original, uma hostilidade e uma animosidade, consideradas como impulso natural cego, todos ligados ao povo. Nesse contexto, as paixões que se manifestariam na guerra seriam inerentes ao povo. O segundo componente diria respeito ao jogo de probabilidade e do acaso que movem a livre alma crítica, que dependerá das características de seu comandante e de seu exército. Por fim, a subordinação da guerra à política e aos objetivos políticos, assunto de decisão exclusiva do governo de um Estado em três fases. Juntando todos esses recursos travados pela guerra interna naquela época podemos dizer que foi uma guerra total (PASSOS Apud CLAUSEWITZ, 1984, p.89)

o Brasil era basicamente, uma sequência de comunidades litorâneas, destacando-se Belém, São Luís, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, o complexo Santos-São Paulo e Montevideú [...]. Essas diversas comunidades ligavam-se por mar com o exterior, quase que exclusivamente com Portugal, e, ainda através do mar, em face da precariedade das ligações terrestres, praticamente inexistentes, umas com as outras, num intercâmbio de pequena intensidade (VIDIGAL, 1985, p.1).

Então, em face das enormes dificuldades terrestres de comunicação entre as províncias, a existência de uma força marítima poderosa era o instrumento essencial para garantir essa unidade. Para proteger o comércio daquelas regiões dos ataques de piratas ou corsários, se fazia necessário ter um quantitativo de navios para aquele fim, pois, segundo Oliveira (2015, p.15), “a atividade corsária no litoral brasileiro e na costa africana atingiu a economia brasileira de maneira direta, diminuindo o abastecimento”, e “não só com a destruição dos navios carregados de gêneros essenciais, como devido à lentidão imposta pela adoção do sistema de comboios” (OLIVEIRA Apud MARTINS; BOITEUX, *Op.Cit.*, p. 361). Por consequência disso, havia muitas dificuldades em reprimir o “contrabando, e isso, ia além das possibilidades da Marinha brasileira a fiscalização do litoral em toda a sua vasta extensão” (COSTA, 1999, p.282).

Devido à fragmentação geográfica das províncias e por muitas estarem espalhadas de maneira irregular e distantes uma das outras, o mar é que servia de ligação não só populacional, mas também material entre as regiões. Pelo mar circulavam produtos que, de certa forma, movimentavam a economia; em Pernambuco, o comércio obtinha uma forte produção de açúcar; na Bahia, por ser uma área compacta em termo de população, circulava açúcar, tabaco, algodão e melão e também um comércio crescente de escravos. Enfim, ao Sul dessa região, estava o Rio de Janeiro que estendia para São Paulo e Minas Gerais onde prevalecia o ouro. Para Brian (1972, p.6), havia um acréscimo de duas áreas pequenas de menos importância: “a linha de costa do Norte que ia do Pará até a zona de plantação de algodão do Maranhão, e os pampas do Sul que se estendem até Montevideú e o Rio da Prata”, esses dois territórios, também por serem os mais longínquas, de grande isolamento e de difícil acesso, podem ter chamado pouco a atenção do autor devido à sua pequena importância econômica. Mas não tinha

pouca importância econômica, muito pelo contrário, era importante pelo gado que era enviado para as feiras de Sorocaba e o charque, principal produto de exportação do sul do Brasil para o restante do país.

Na questão da nacionalidade da população brasileira, a nação ainda não estava madura naquele momento no Império brasileiro. “Nação pode ser definida como um grupo de indivíduos que se sentem unidos pela origem comum, pelos interesses comuns e, principalmente, por ideias e aspirações comuns” (AZAMBUJA, 1999, p.31). Cita-se a guerra do Paraguai (1864-70) como uma verdade autóctone, pois existe uma corrente de historiadores na atualidade que considera que a nacionalidade da população brasileira começou a ser formada a partir daquele evento.

Muitos movimentos separatistas tiveram ligação com a questão xenofóbica contra os não-nacionais, quanto aos portugueses que, logo após da independência, não aceitaram a desanexação do Brasil com a metrópole. De acordo com Hobsbawm (1990), fundamenta-se este fato imaginado como correto, a situação estava ameaçada pela posição de não austeridade dos nativos, o que influenciou na discriminação da nacionalidade do “outro”:

[...]a xenofobia nacional que se matiza de racismo é quase universal. E levanta um problema que não sei solucionar. Que é, exatamente, que se defende contra “os outros”, identificados com os imigrantes estrangeiros? Quem constitui o “nós” é uma questão menos problemática, pois a definição costuma ser feita em termos dos Estados existentes. “Nós” somos franceses, ou suecos, ou alemães, ou até membros de subunidades politicamente definidas, como os lombardos, mas distintos dos “eles” invasores, por sermos os “verdadeiros” franceses, alemães ou britânicos, como (usualmente) definidos pela suposta descendência ou residência de longa data. Quem são “eles” também não é difícil. “Eles” são reconhecíveis como “não nós”, em geral pela cor ou por outros estigmas físicos, ou pela língua. Quando esses sinais não são evidentes, podem-se fazer discriminações mais sutis: quando se recusam a entender os anglófonos que falam com sotaque canadense, os naturais de Quebec respondem aos anglófonos que falam com entonação britânica ou norte-americana, assim como os flamandeses que afirmam não entender o francês falado com sotaque belga compreendem o francês da França [...] Na verdade, como sugere a expansão global dos restaurantes indianos e chineses, a xenofobia se volta contra as pessoas estrangeiras e não contra as importações culturais estrangeiras [...]. O que se está defendendo não é simplesmente a posição de indivíduos do grupo a contra a ameaça de forasteiros [...] Em certo sentido, o que se defende é a ideia do “nós” como um corpo de pessoas unidas por um número incontável de coisas que “temos” em

comum – um “estilo de vida”, no sentido mais amplo, um território comum de existência em que vivemos, e cuja paisagem nos é familiar e reconhecível. É a existência disso que fica ameaçada com a entrada do que vem de fora “**e os de fora que estão dentro**” (grifo do autor) (HOBSBAWM, *Op. Cit.*, p. 278-280).

Não há como deixar de pedir desculpas ao leitor quanto ao tamanho da citação, mas se torna pertinente para demonstrar o quanto as ideias do autor se confundem muito com a história do Brasil, após 322 anos de dominação, viveu sob o estatuto colonial, como parte do Império Lusitano. Pode-se observar nas palavras de D. Pedro I – “sofreu o indigno nome de colônia e igualmente todos os males provenientes do sistema destruídos então adotado, logo que o Senhor D. João VI rei de Portugal, e Algarves [...] elevou a categoria de Reino Unido em 1815”<sup>38</sup>. Essa fala do Imperador dizia respeito às mudanças feitas na administração pelo seu pai, na qual estabelecia centralização dos poderes das províncias nas mãos do Rei, enfraquecendo os poderes das elites, como observou Bernardes (2006, p.8):

[...]como parte destas transformações, as províncias do então Reino do Brasil, deixaram de ser administradas por governadores capitães-generais, nomeados pelo rei e que concentravam amplos e discricionários poderes administrativos, militares, fiscais e judiciais, substituídos que foram juntas de Governo, escolhidas através de processo eleitoral. Todas estas transformações não foram magnanimamente concedidas pelo rei ou por um Estado que se transforma - com aprovação ou repulsa – por uma população passiva, inerte, meramente espectadora de decisões políticas que a afetavam, mas da qual não teria participado. Ao contrário, elas foram a expressão e o resultado de intensa e inusitada mobilização dos mais diversos setores da população e envolveu desde bispos, oficiais militares, comerciantes de vultosa fortuna até libertos e escravos.

Essa centralização, dando poderes máximos ao Rei, criava um clima irradiante de celeuma e fazia incitar o sentimento de repulsa pelos portugueses. Mesmo sem ter escutado o “brado retumbando”, no Ipiranga, alguns populares incorporavam em seus sentimentos o Lusofobismo. Hobsbawm, em sua análise, destaca que a xenofobia está ligada a todo e qualquer projeto vinculado à nação, a

---

<sup>38</sup> Sessão da Assembleia Legislativa de 3 de maio de 1823, proferida pelo Imperador, p.38.

partir do princípio de que a definição de nação supõe um “nós”, que é constituído a partir da existência dos “**outros**” (grifo do autor).

Deve-se, pois, considerar que o agrupamento de paulistas, pernambucanos, mineiros e outras naturalidades, mantendo os regionalismos, costumes, os quais foram contribuindo para a formação de uma identidade nacional, fatos estes que foram girando em torno de um propósito decisivo, que foi a defesa do território imperial e a derrota iminente do inimigo. Quando se dizia que Bento Gonçalves era mais do que tudo sulista, existia uma verdade preponderante naquela afirmação devido ao seu ideal regional.

Pode-se admitir, baseado naquele momento, que o conceito de nação é o conceito de tradição em um sentido que pode se remeter a um "passado imemorial" (GRZIBOWSKI, 2012, p.26)<sup>39</sup> comum aos membros de um grupo, e, por assim ser, confere aos mesmos um sentimento de pertencimento em relação a este grupo e, conseqüentemente, de não pertencimento aos grupos de portugueses, no caso do Brasil. Também o conceito de nação fundamenta-se na constituição de fronteiras, a partir de identidades de grupo construídas com base em um processo de identificação, reforçado por "tradições inventadas"<sup>40</sup> e aspectos que remontam a um "passado imemorial" comum a cada grupo, ou, neste caso, "nação". Essas fronteiras não se referem à questão geográfica e sim aos nacionais da pátria, pois as províncias não se interligavam devido aos seus distanciamentos, o mar que fazia essa conexão. O mar era um dos meios de conexão, mas não o único. As viagens por terra eram comuns, bem como as viagens pelos rios brasileiros, até mais importantes que por mar.

O próprio conceito de identidade, quando aplicado a determinados grupos sociais, nos remete a um processo de reconhecimento mútuo entre os membros desses grupos a partir de suas semelhanças (étnicas, culturais, sociais, etc.) e da percepção das diferenças em relação a membros de outros grupos, segundo esta

---

<sup>39</sup> Para esse autor o passado imemorial é um passado que não pode ser trazido a partir da retenção para o presente “agora”. Um passado que não pode ser recuperado pela consciência, não é presença é ex-cedência.

<sup>40</sup> Para saber sobre a expressão conceitual de “invenção das tradições” e como ela é utilizada em sentido *Lato Sensu*, mas bem definido, incluindo tanto as tradições propriamente inventadas e institucionalizadas, ver em HOBSBAWM, Eric. “Introdução” In: HOBSBAWM e RANGER, 1984, p. 9-23.



mesma perspectiva. Considerando que os estados nacionais naquela época eram relativamente recentes, a própria identidade nacional também o era, e, sendo assim, podemos entender que esse "passado imemorial" se fundamenta em "tradições inventadas", que tem significativa relevância na construção dessas identidades nacionais e, conseqüentemente, no conceito de nação.

Ainda em Hobsbawm (2004, p.19), de maneira análoga, o mesmo aborda outro conceito, pois ela pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente, sendo uma entidade social, apenas relacionada a certa forma de Estado territorial moderno. O autor completa dizendo que "as nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto". Continuando nesse pensamento, Elias (2006, p.163) dizia que:

[...]as sociedades se fazem nações quando a interdependência funcional entre suas regiões e seus estratos sociais, bem como entre seus níveis hierárquicos de autoridade e subordinação, torna-se suficientemente grande e recíproca para que nenhum desses grupos possa desconsiderar completamente o que os outros pensam, sentem ou desejam.

A dispersão daqueles territórios administrativos foi o elemento motivador e político para manter a unidade das províncias<sup>41</sup> com intuito de consolidar os planos imperiais. Esta dispersão, pela ótica de Costa (1999, p.33), "tinha como ponto de partida a ideia de que era possível explorar a falta de unidade das várias áreas". Portanto, formar uma Marinha sólida e ampla, em uma nação continental, mesmo com um contingente marinho escasso, principalmente referente aos nacionais da pátria, se fazia necessário naquele momento. Portanto, explorar as áreas lindeiras da Côrte com navios seria mais fácil pelo mar.

Sobre a gênese da Armada brasileira, sabe-se que ela se deu pela apreensão dos navios sobre a tutela da Armada portuguesa fundeados e atracados no Rio de Janeiro, e pela incorporação de outros que estavam em construção no

---

<sup>41</sup> Barman (1988) e Holanda (1962-72) os autores declaram que a unidade nacional, no Brasil, foi, em grande parte, criada por um governo central e, convincentemente, descreve vários outros efeitos possíveis que poderiam ter levado a três ou mais países independentes, ambos concordam que "a unidade nacional [...] estará ao ponto de esfacelar-se nos dias que imediatamente antecedem e sucedem à proclamação da Independência. Daí por diante irá fazer-se passo lento de sorte que só em meados do século pode dizer-se consumado" (HOLANDA, 1962-72, p.16).

Arsenal da Corte. Por isso, pode-se chamá-la de Esquadra híbrida, formada como partes dos navios recém incorporados da Marinha portuguesa, com suas tradições, doutrinas, comportamentos, material humano e capacidade Lusitana. Dessa forma, constituir uma Armada nacional era salutar e “ter uma esquadrilha em atividade bem tripulada se fazia necessário para não só manter a paz, mas também combater corsários e contrabandista que navegavam pela nossa costa marítima”<sup>42</sup>.

É importante ressaltar que aqueles vasos de guerra estavam sucateados e obsoletos para a navegação e os combates de guerra, com isso, ter aqueles vasos precários de certa forma incomodava as autoridades. Diante da instabilidade política, os políticos viram na Armada Imperial importante instrumento de consolidação e preservação da unidade nacional, colocando a responsabilidade sobre ela.

O clima de tensão e de instabilidade instaurado naquele período, devido aos movimentos sediciosos, obrigou as autoridades a investirem no aumento dos efetivos de navios, adquirindo uma quantidade expressiva, capaz de abafar as rebeliões que estavam assolando a nação. Conforme indicado na tabela abaixo.

**Tabela III** - Efetivos da Esquadra no primeiro e parte do segundo reinado

Anos	Navios Armados	Navios desarmados
1822	19	-
1827	76	-
1831	19	44
1832	16	?

**Fonte:** Relatório do Ministro da Marinha, 1827-1832, ARIAS NETO Apud MAIA, p.132-214

Com base na tabela, segundo Neto (2001, p.56), “a Esquadra foi sendo ampliada até 1827, o ápice da guerra Cisplatina. Após o fim da guerra, ela foi reduzida, as guarnições contratadas foram despedidas, as contas liquidadas”. As informações sobre a quantidade exata de navios de guerra no momento da independência são variadas entre os historiadores. Há números divergentes para aquele momento:

---

<sup>42</sup> RMM, 1830, p.1.

[...]logo que houve a Independência, alguns vasos portugueses caíram em poder do novo Estado que surgia, formando o núcleo da nascente Marinha Imperial. Foram cerca de dezessete navios de guerra e uma dúzia de transportes e canhoneiras, a maioria baseada no Rio de Janeiro (VALE, 2002, p.219).

A maioria dessas Naus apropriadas ou confiscadas de Portugal estava avariada, necessitando de grandes reparos, como relatou Almeida (2010, p.12):

[...]das três corvetas, com um número médio de vinte e cinco canhões, uma fora construída no Brasil, em Alagoas, tendo sido acabada em 1823, outra em Portugal e a terceira comprada nos Estados Unidos da América, em 1819. Dos nove brigues-escunas, armados com dez a dezoito canhões, a maior parte avariada, compondo a força portuguesa no Brasil. No entanto, foram reaparelhadas no Brasil, por brasileiros, após a Independência, sendo que três foram incorporadas após 1822, compradas por Labatut, pelo Barão de Laguna e pelo próprio Pedro I, em 1823, com recursos próprios, doando-as ao Brasil. Existiam também escunas, canhoneiras e transportes com pouco ou quase nenhum poder combativo. No total, dos dezessete navios mais importantes, cinco foram comprados ou adquiridos após a Independência, com recursos brasileiros, e os doze restantes foram reparados por nacionais, ou portugueses que abraçaram a causa brasileira. Assim, pode-se concluir que, em termos de vasos de guerra, a Armada brasileira foi composta, na maior parte de navios lusitanos.

O Ministro da Marinha, Diogo Jorge de Brito, em seu Relatório de 1827 apresentado à Assembleia Geral de 3 de maio de 1828, sobre os cinco meses na pasta do Ministério, dá conta do estado atual quantitativo da Armada naquele momento e propõe a necessidade de proteção da costa bem como a preocupação do não desguarnecimento do litoral pela Força Naval:

[...]participarei dando conta que a força atual da Armada Brasileira em 1827 a Armada Imperial brasileira em efetivo serviço imonta de 1 nau, 9 Fragatas, 4 Corvetas, 13 Brigues, 7 Brigues-escunas, 25 escunas e barcas, além de 16 transportes. [...] com quanto à primeira vista pareça avultado o número de vasos em ação, contudo, refletindo se de absoluta necessidade não diminuir a esquadra no Rio da Prata, conservar uma força naval na costa da África, e rendendo-se seis em seis meses, o que importa quase o emprego de duas divisões; manter uma divisão naval na Bahia, não só para guarda-costa, mas até por seu um lugar acessível a qualquer empresa do inimigo, destacar algumas embarcações nas províncias de Pernambuco, Ceará, Maranhão e Pará, prosseguir nos regulares comboios para Campos e Portos do Sul e finalmente sustentar efetivos cruzeiros sobre os principais pontos[...]<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> RMM, 1827, p.3.

Mesmo com guerras intestinais acontecendo e rumores de guerras em algumas províncias, o importante era não perder o foco dos principais objetivos do Império com a Esquadra brasileira que era manter a paz, soberania e unidade nacional de sua longa costa, com isso é indubitável que ter a quantidade mínima de vasos nas operações de guerra era importante.

Naquele momento tenso, aconteceram vários debates que tiveram como resultado um importante projeto de (re)criar uma Armada profissional e preparada para futuros conflitos que viriam pela frente. Diante disso, o Ministro da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres<sup>44</sup>, em seu Relatório, discorria da importância de uma eficaz (re)organização da Força Naval,

[...] estas penetrado da magnitude dos serviços, que nos pode prestar a Marinha de Guerra, e do quanto convêm dar-lhe a mais apropriada organização ao fim á que se destina, e criar-lhe os elementos de organização, e prosperidade, a que deva ela subir [...] <sup>45</sup>.

O Ministro Torres, entre os períodos de Regência de Araújo Lima e do Reinado de D. Pedro II, trouxe para sua gestão um importante projeto de implementação dentro do programa de reaparelhamento da Armada Imperial, introduzindo reformas administrativas e materiais, entre elas as seguintes corporações e corpos: Quartel General, mesa de despacho da Intendência, Contadoria da Marinha, Tesouraria (que é também pagadoria), Almoxarifado, nas oficinas do Arsenal na Marinha, formação de oficiais<sup>46</sup> e oficiais de fazenda de embarque<sup>47</sup>. O organograma abaixo nos dá uma noção clara da questão acima:

---

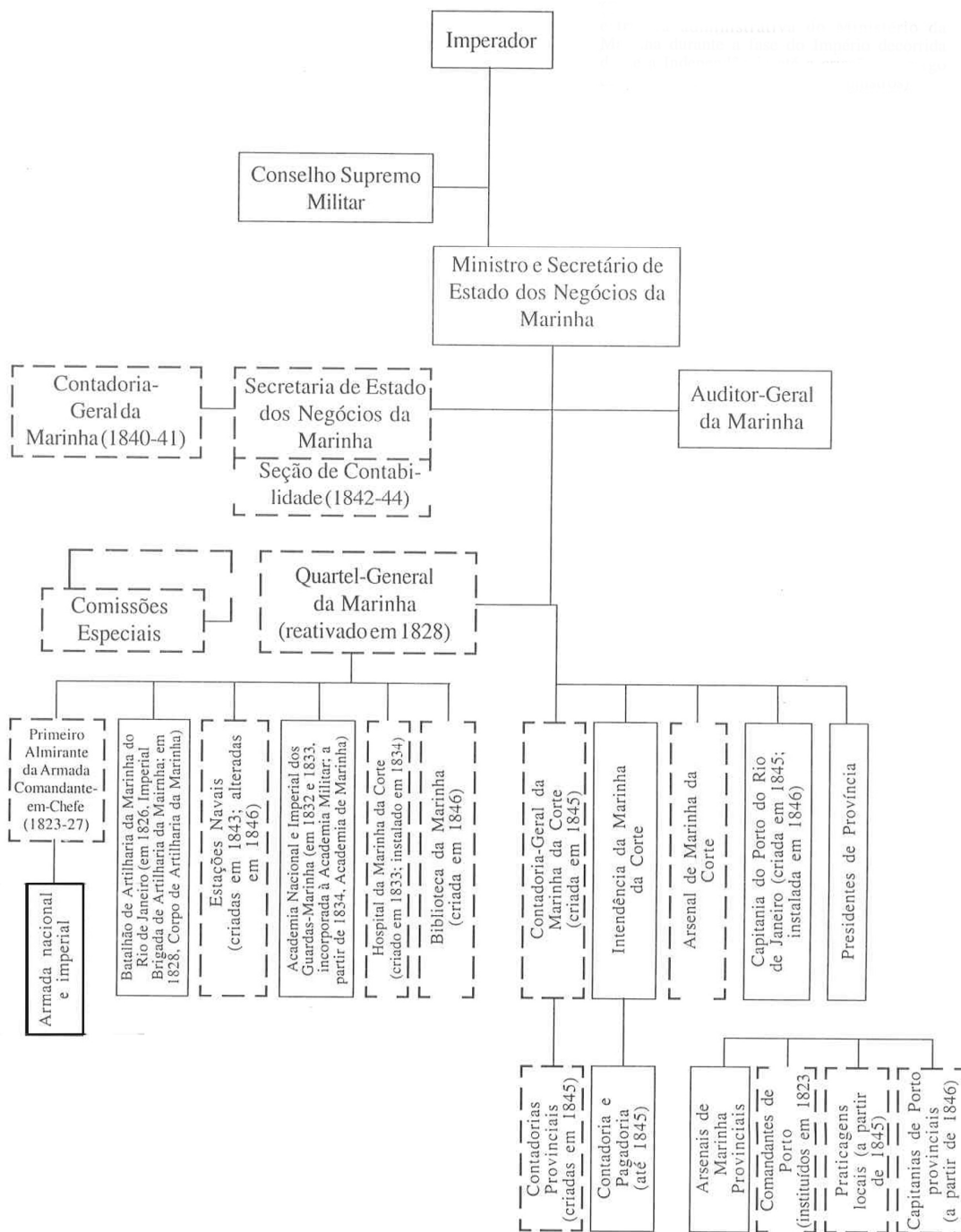
<sup>44</sup> Joaquim José Rodrigues Torres futuro visconde de Itaboraí por decreto de 2 de dezembro de 1854. **Fonte:** Dicionário das Famílias Brasileiras, de Carlos Eduardo Barata e AH Cunha Bueno e Almanak Laemmert (1844-1889)

<sup>45</sup> RMM, 1833, p.3.

<sup>46</sup> Em 1822, a Companhia dos Guardas-Marinha recebeu ordem de regressar a Lisboa, “com sua biblioteca e arquivos, não se obrigando, contudo, no mesmo regresso indivíduo algum dos que compõem a referida companhia”. Todavia, o príncipe regente sustou o cumprimento dessa ordem, continuando a academia a funcionar em dependência do Mosteiro de São Bento, onde fora “provisoriamente” instalada em 1808, quando da sua transferência de Lisboa para o Rio de Janeiro. (CAMINHA, 2002, p.11). Para saber como era a feito a dinâmica da formação Militar naval dos jovens oficiais daquele período ver. LOPES, 2012 e DONIN, 2014.

<sup>47</sup> Sobre a questão da evolução da estrutura administrativa da Armada Imperial ver Caminha, 2002.

**Figura 3 – Organograma II – Estrutura Administrativa da Marinha brasileira (1822- 1847)**



Organograma do Segundo Reinado  
 Fonte: CAMINHA, 2002, p.12

Segundo Caminha, esse “organograma indica esquematicamente a estrutura administrativa do Ministério da Marinha durante a fase do Império decorrida desde a Independência até a criação do cargo de presidente do conselho de ministros”. (CAMINHA, 2002, p.12). Também ele ressalta que os órgãos representados por retângulos de linhas cheias existiam no início do período abrangido pelo organograma; os representados por retângulos pontilhados foram criados durante o período<sup>48</sup>.

Verificou-se que houve um salto bastante significativo ligado principalmente aos cinco mais importantes setores vinculados ao poder central, estes pertencentes ao segundo escalão da administração, passando, é claro, pelo Quartel-General e pelo Ministro da Marinha. Era uma forma de não Bay-passar o alto escalão até chegar ao Imperador. Fica claro e evidente que a primeira parte do organograma esteve ligada diretamente a parte burocrática, tudo isso se desenvolvendo no momento da construção não só do Estado imperial, mas também da Armada em que se davam as revoltas provinciais.

Pelo viés administrativo, para organizar e construir uma Armada Imperial resistente e forte, principalmente em seu bojo institucional, exigiria reformas naqueles tensos momentos, com isso observamos nos componentes do organograma naval brasileiro como ele se estruturou. Segundo Donin (2014, p.46), “Henrick Caminha, ao esboçar a trajetória da organização e administração do Ministério da Marinha no Império, demonstra que o Império do Brasil foi um contexto evolutivo e expansionista do quadro marítimo Militar”. Existiu um aumento quantitativo de órgãos subordinados sobre a égide do poder ministerial, e que em sua maioria eram voltados para o andamento administrativo de uma Marinha subordinada a um Estado-Nação consolidado.

No organograma, o Conselho Supremo Militar correspondia metaforicamente à parte do pescoço de um corpo que tinha a função de dar suporte técnico e militar ao Imperador. Mais uma vez, como observado por Donin (2014), “aumentando os órgãos consultivos e hierárquicos superiores que estabelecem a ligação com o

---

<sup>48</sup> Idem, p.12.

Poder Executivo, dando sinais de que o canal de comunicação deveria ser mais apurado e técnico”<sup>49</sup>.

Todavia, o Ministro Saquarema Torres e o Imperador convencido que dar à administração da Marinha uma estruturação e organização mais séria, econômica, simplória e harmônica facilitaria nas respostas das ações desencadeados naqueles complicados momentos de guerras que permeavam o território brasileiro.

## 1.2 Ministro Joaquim José Rodrigues Torres o saquarema naval

Entre vários intelectuais da época, era o que buscava harmonizar, “civilizar”<sup>50</sup>, manter a ordem, educar a sociedade e ajudar no projeto de organizar a Armada Nacional. Um estadista de primeira ordem era Joaquim José Rodrigues Torres<sup>51</sup>, considerado por muitos o mais competente Ministro regencial que a Armada teve. Esse mesmo recebeu o título de Visconde de Itaboraí, e teve participação ativa no programa de organização da Armada.

Ele fez parte de uma classe senhorial em que sedimentava as diferenças de instrução, vínculos pessoais, raça, enfim, arraigando a escala e as distinções sociais. A dependência dos liberais alucinados à ótica de mundo aristocrático esteve

---

<sup>49</sup> Idem, p.49.

<sup>50</sup> Para entender e pensar sobre o processo civilizador pautado no poder político do Estado ver. ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador (Volume I e II). Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

<sup>51</sup> Nascido em 13 de dezembro de 1802 em Porto das Caixas, Vila de Itaboraí na província do Rio de Janeiro, Rodrigues Torres era filho de um imigrante português e de mãe brasileira. A família possuía plantações de açúcar e café, e era bem relacionada na organização política local. Após ter recebido educação no Seminário de São José, a família enviou Rodrigues Torres à Universidade de Coimbra, em Portugal, a fim de estudar matemática. Após sua formatura, em 1825, este voltou ao Rio de Janeiro e lecionou mecânica na Academia Militar, como professor substituto. Licenciando-se de suas funções em 1827, Rodrigues Torres embarcou para a França para continuar seus estudos, o que eventualmente levou à obtenção de um doutorado em matemática. Influenciado pelo pensamento científico, Ele retornou ao Brasil em 1829 e, de maneira ainda não explicada, ingressou na política. Cabe ressaltar que esses dados de sua biografia foram copilados do Arquivo de Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. **Fonte:** BOITEAUX, Lucas Alexandre. “Visconde de Itaboraí: Joaquim José Fernandes Rodrigues Torres”. In: **Coleção Titulares do Império**. Arquivo Roberval Bezerra de Menezes. Rio de Janeiro: IHGB lata 11, pasta 25. É oportuno destacar que seu comando na Armada intercalou períodos, entre menor e maior idade D. Pedro II: de 28 de outubro de 1831 a 3 de agosto de 1832, de 8 de novembro de 1832 e 30 de julho de 1834, de 18 de setembro de 1837 a 16 de abril de 1839, de 23 de maio de 1840 a 23 de julho de 1840 terminando seu último mandato em 24 de janeiro de 1843. (Essas datas foram retiradas do Almanaque de Oficiais da Marinha). Enfim, para completar sua biografia ressalta-se que também foi presidente de província (RJ), deputado, senador, conselheiro de Estado, ministro e presidente do conselho por várias vezes.

clara durante os movimentos revoltosos no período regencial, quando chefes das famílias proprietárias e escravistas retrocederam diante das exigências populares por isonomia e/ ou uniformidade quanto a suas posses e seus direitos.

Quando o movimento regressista fez seguir o princípio da superioridade, recuperando a notoriedade a manutenção do poder da Coroa e dos privilégios do executivo, os regressistas tutelavam entre outras coisas a reorganização do Exército e da Armada Imperial, como elemento de robustecer o poder central. Organizados politicamente em torno dos saquaremas, o Partido Conservador encarnava a classe senhorial, tendo a frente o triunvirato saquarema fluminense: Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), Paulino José Soares de Souza (Visconde de Uruguai) e Eusébio de Queirós.

Essa trindade saquarema passou a ter de fato a direção total do partido, em 1843 (MATTOS, p.175), e cinco anos depois, em 1848, teve sua supremacia na direção dos cidadãos ativos, transbordando seu domínio por toda a sociedade. A vitória sobre as revoltas liberais marcou o triunfo do projeto conservador<sup>52</sup>.

Em relação a Torres, sua agremiação político-partidária teve sua gênese como moderado, logo depois regressista e definitivamente conservador. Ele assume a pasta da Armada, pela primeira vez, em 1831.

Conforme tabela abaixo, demonstra o novo gabinete de maioria conservador no momento da posse do Ministro Torres:

**Tabela IV** - Gabinete regencial permanente eleito em 17 de abril de 1831

Pastas ministeriais	Nome do ministro	Gabinete	Decretos	Observação
Império	José Lino Coutinho – Diogo Antonio Feijó (Padre e deputado)	16 de julho de 1831	3 de janeiro de 1832	José Lino Coutinho voltou ao exercício em 26 de janeiro de 1832.
Justiça	Diogo Antonio Feijó (Padre) Manoel da	Idem	Decreto de 1 de agosto de 1832	-

<sup>52</sup> Idem, p.86



	Fonseca Lima e Silva			
Estrangeiros	Francisco Carneiro de Campos	Idem	-	-
Guerra	Manoel da Fonseca Lima e Silva	Idem	-	-
Marinha	Joaquim Manoel de Almeida <b>Joaquim José Rodrigues Torres (Capitão)</b>	Idem	Idem	Decreto 28 de outubro de 1831.
Fazenda	Bernardo Pereira de Vasconcelos (Bacharel) Joaquim José Rodrigues Torres	Idem	Idem	Decreto 10 de maio de 1832.

Fonte: GALVÃO, 1894, p.16

Ao assumir essa pasta, passava, a partir daí, a fazer parte de uma regência permanente, em 17 de junho de 1831, oficializado por decreto imperial em 28 de outubro do mesmo ano, recebendo a patente honorária de Capitão de Mar e Guerra. Essa regência era composta pelos deputados José da Costa Carvalho, João Braulio Muniz e do brigadeiro Francisco de Lima e Silva, ambos moderados e conservadores. Também cabe ressaltar que sua carreira política esteve vinculada à imprensa, devido ao fato de ter sido dirigente do jornal *O Independente*, usando esse periódico em vários momentos para atacar o imperador com relação sua atitude autoritária. Também, juntamente com Evaristo da Veiga, foi editor do jornal a *Aurora Fluminense*.

**Figura 4-** Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí)



**Fonte:** Revista Marítima Brasileira, 1999, p.84

A convite do Imperador, assume a jovem Armada, mas, mesmo incipiente, já demonstrava seu comprometimento à causa. Com isso, em seu primeiro discurso no parlamento, ele mostrava fidelidade e compromisso a causa imperial, conforme observado em seu relato: “augusto, e digníssimo senhores representantes da nação. Para cumprir um dever, que me impões a lei, venho hoje perante esta augusta Câmara fazer-lhes o relatório do estado da repartição, que me foi confiada” (RMM, 1832, p.1).

Para a historiografia ele é considerado o mais importante de todos os ministros da Armada da época, como aponta Arias Neto (2001, p.43):

[...] sem dúvida, de todos os ministros da Marinha no período regencial, foi o mais importante. Não apenas porque deu início à implementação do programa de reformas do partido moderado mas também, porque imprimiu uma direção política que terminou por conduzir a importantes alterações na configuração da Armada Nacional ao final da Regência e início do Segundo Reinado.

Ele enquanto Ministro foi presença proeminente entre a classe política no Brasil. Sua participação foi contundente nos programas de reaparelhamento da Armada, na (re)organização da formação de oficiais e da marinhagem e na estruturação dos navios que eram construídos nos arsenais. Para alguns, seu nome não recebeu a devida valorização na época, pois, “não aparece na história dos conflitos e da exaltação nacional no mês de março e do pronunciamento de 6 de abril de 1831 seguido pela abdicação de D. Pedro I no dia 7” (BOITEUX Apud WARREN, p.84)<sup>53</sup>.

Torres apresentou uma sucessão de pequenos relatórios visionários, em um total de dez páginas, à Câmara para debates, que os mesmos apresentavam com a perspectiva de torná-la uma instituição militar, menos estrangeira e amadora e mais nativa e profissional, sobre a ótica de revigorar ou cimentar a política do Estado.

Em seu primeiro relatório, a Torres coube julgar necessário mexer com o quantitativo da proposta de fixação de forças dos anos anteriores, por entender ser inviável compô-la com 1989 praças (RMM, 1830, p.2), pois boa parte daqueles homens deveriam ter sido expulsos da corporação devido à revolta ocorrida no teatro São Pedro de Alcântara, no Rio de Janeiro, em setembro de 1831<sup>54</sup>, mencionado em seu relatório da seguinte forma:

---

<sup>53</sup> Ao fazer a leitura detalhada de Ilmar Mattos, *O tempo Saquarema*, não procurei desse autor, ser laudatório ou estabelecendo um enaltecimento com adjetivações de Joaquim Rodrigues Torres, isto porque, além dele, outros ministros tiveram sua real importância no projeto Armada imperial.

<sup>54</sup> Trata-se de um movimento político promovido pela facção dos *liberais exaltados*, com participação de camadas sociais diversas. Situada no conjunto de outras ações semelhantes, verificadas no início do período regencial, é compreendida como um dos eixos de desenvolvimento de uma cidadania informal e de uma incipiente nacionalidade, construídas de baixo para cima, no âmbito de um emergente espaço público de ação política. A chamada *Revolução de 7 de Abril* forçara a abdicação do primeiro imperador e instituíra uma regência trina para governar a nação até a maioria de Pedro II. Desde então, a arena política encontrava-se acirradamente dividida em três facções, que disputavam o poder (e os cargos públicos), dotadas de princípios e propostas bastante distintos: na posição de centro, os *liberais moderados*, que controlavam o novo governo e tinham maioria na Câmara dos Deputados; à esquerda, os *liberais exaltados*, que promoveram, ao lado dos primeiros, o movimento da Abdicação, mas foram logo aliçados e perseguidos, gozando de fraca representação parlamentar; e, à direita, os *caramurus*, simpatizantes do ex-imperador, que tinham forte apoio no Senado. As forças armadas e o decorrente desprestígio das corporações; com a redução dos efetivos e as habituais transferências de unidades para outras regiões; com as suspensões, as baixas compulsórias e as prisões dos envolvidos em distúrbios; com os ínfimos soldos, o recrutamento forçado e os castigos corporais. Quanto à Artilharia de Marinha, uma semana depois, era a vez de esta unidade se rebelar, na Ilha das Cobras. **Muitos foram presos, julgados e expulsos da Marinha** (grifo nosso). Ver Marcello Basile (2006).

[...]o Corpo de Artilharia da Marinha se encontra reduzido a 600 praças, pouco mais ou menos, em consequência das baixas numerosas, dadas aqueles indivíduos, que estavam para isso legalmente, habilitados, e ainda sim, entram as praças, que estão presas pelo acontecimento de 7 de outubro do ano passado. Entretanto o governo não tem julgado conveniente levá-las ao número fixado na supracitada lei de 31 de agosto, porque o espírito de rebeldia, sedição, manifestado entre os soldados daquele corpo é um foco de infecção, que pegaria o contágio a todos os que se lhes reunissem. Quando pois se não julgue conveniente dissolvê-lo, e dá-lhes uma outra organização, tenciona o governo, antes de proceder a novo recrutamento, expurgá-lo de todos esses indivíduos, cujo espírito inquieto, e de insubordinação tem concorrido para romper os laços da disciplina militar, e fazer da maior parte dos nossos soldados o flagelo da sociedade, em vez de defensores que dela deveriam ser (RMM, 1832, p.2).

Tratava-se, na perspectiva do Ministro, de trabalhar com um quantitativo disciplinado e fiel à autoridade. Para isso, as sanções e as transgressões disciplinares, aplicadas aos militares que se rebelaram contra a causa do Império, seriam a forma de expurgar do meio da corporação de Artilheiros aqueles que, certa forma, “contaminariam” os outros causando certa “anarquia” militar na sua base. A proteção da disciplina exigiu de Torres medidas cabíveis antes de iniciar outro recrutamento para compor esse hiato que tinha ficado no efetivo dos Artilheiros navais.

Na noite de 6 de outubro, o plano para soltar os Artilheiros da Armada que se rebelaram contra o Império<sup>55</sup>, conforme narrado por Greenhalgh, se configurou da seguinte maneira:

[...] revoltou-se o Corpo de Artilharia da Marinha na ilha das Cobras. Os revoltosos soltaram os presos dos calabouços, que a eles (sic)se reuniram. Da Nau “*Príncipe Real*” servindo de Presiganga,<sup>56</sup> já tinham sido os presos transferidos para outros navios, pelas suas precárias condições de fluabilidade, mas sua guarnição abandonou o navio e desembarcou na ilha aderindo à revolta (GREENHALGH, 1965, p.39).

---

<sup>55</sup> Sobre a questão do levante do batalhão de Artilheiros navais .Ver: MAIA, Prado. Quatro séculos de lutas na Bahia do Rio de Janeiro. SDGM. Ministério da Marinha, 1981, p.12

<sup>56</sup> Nau Presiganga *Príncipe Real*, fundada ao norte da Ilha das Cobras. Era um célebre navio-prisão onde aglutinava os presos apreendidos nas cercanias do Rio de Janeiro. Essa Nau, inutilizada para o serviço de combate e desarmada, passou a servir como prisão depois de transportar de passagem a rainha Dona Maria I e o príncipe regente Dom João por ocasião da transferência da Corte portuguesa para a colônia da América em 1807. Cf. FONSECA, 2008, p.96.

Aquelas revoltas ocorridas em outubro de 1831, causaram um desfalque numérico de Artilheiros navais presos, ficando em aproximadamente 300 artilheiros. Segundo Arias Neto, “o corpo de artilharia estava reduzido a metade devido às baixas e ao grande número de presos” (ARIAS NETO, 2011, p.44).

Por outro lado, a agitação nas ruas crescia de forma muito desorganizada, dia após dia. Com isso, a indisciplina e a dissolução na corporação dos Artilheiros poderia chegar ao seu limite. Em vista disso, os meses de 1831 foram os períodos culminante em que houve pela primeira vez atos da indisciplina e da desorganização, não só nos quartéis do Exército, mas também da Armada Imperial. Azevedo (1884, p.23-24) apontava que:

[...] tal desorganizada e dissoluta andava a corporação militar, que qualquer tribuno aliciava soldados e levava-os de espingarda ao ombro a cometer desatinos, a desrespeitar a lei, a perturbar o sossego e a levantar exigências que, quando não cumpridas, eram o cartel de desafio e a iniciação de sedições repetidas, perigosas e sanguinolentas.

Após abdicação de D. Pedro I e o reinado de minoridade do filho, o ambiente social ficou extremamente abalado com os grupos que se opunham ao governo que se instalavam entre as camadas heterogêneas, causando um clima de muita intranquilidade nas províncias. O Padre Feijó, na pasta de Ministro da Justiça, comandava as forças policiais. Nessa época, o Exército estava muito debilitado devido à vagareza em conter as incontáveis revoltas que agitavam a regência. O regente se beneficiou da ocasião para formar a Guarda Nacional<sup>57</sup>.

A Câmara em sessão ininterrupta examinava a situação de desordem, o Ministro Feijó em sua fala prometia rigorosidade aos rebelados e completava dizendo “pelo que tenho ouvido e sei, há perigo, e perigo iminente; é isso não convém senão muita energia; mostremos aos inimigos da ordem pública que só representantes da nação se aterram”<sup>58</sup>. Para Sousa (1988, p.62), o caráter de Feijó ficava bem claro naquele momento referente a sua rigorosidade, “já anunciava o

---

<sup>57</sup> Lei de 18 de agosto de 1831, **Coleção de Leis do Império do Brasil**, 1831. (CLI)

<sup>58</sup> Anais da Câmara, 1831, tomo I, p.241.

pendor autoritário do Ministro da Justiça da Regência: queria medidas policiais severas”.

Segundo Antunes (2001, p.85), “em um período de constantes revoltas nas províncias ficou gravado como prioridade para a força marítima a necessidade da 'rigorosa disciplina' e a conservação sempre tensa da cadeia de subordinação”. Por causa dessa debilidade do Estado em conter as rebeliões, intensificada pela desfragmentação de boa parte das tropas de terra da Armada, no caso os Artilheiros navais, tudo isso pela falta de uma legislação interna específica. O Ministro Torres salienta a obrigação de um novo estatuto que legitimasse o Corpo da Armada e estipulasse uma legislação penal que fortalecesse a disciplina. Assim, em seu relatório Torres toma uma decisão enérgica, “por seus crimes deveram ser sido punidos severamente” (RMM, 1833, p.3).

Por isso, controlar e punir os subversivos seria um ato de manter o controle interno e dar uma resposta rápida àqueles movimentos, além de mostrar que a Armada não tinha perdido o comando da situação. Para Arias Neto (2001, p.67), “o Estado procurou criar mecanismos que viessem não apenas controlar as rebeliões subversivas, mas também para fixar as guarnições a bordo dos navios”. Assim, procurou tomar medidas punitivas referente a deserção de modo exemplar. A atitude do Ministro Torres, posteriormente, determinava o seguinte:

[...]em virtude do disposto em aviso da secretaria de estado dos negócios da Marinha, com data de 1º do corrente, previno aos Srs. Comandantes dos Navios da Armada, para sua inteligência e governo, de que os crimes de deserção simples, cometidos pela marinhagem, deverão ser, castigados, na forma do Art.80 dos anos de guerra.<sup>59</sup>

As punições, baseadas na legislação penal militar vigente, seriam aplicadas somente aos praças que estivessem participando de atos contrários à disciplina militar, tal como ocorrido após o dia 31 de abril. Do ponto de vista dos comandantes

---

<sup>59</sup> Ordem geral 6 de 03 de agosto de 1833. Ordens gerais. As ordens assim como os avisos, constituíam a forma como eram transmitidas as ordens dos comandos militares aos subordinados. Posteriormente passaram a ser denominadas Ordens do dia e eram expedidas pela secretaria de estado a mando do Ministro da Marinha, ou por uma autoridade superior. NETO, 2011. *Op Cit...*p.67.

poderiam ser aplicadas as penas da forma como conviessem ser: uso de golinhas, prisão no porão, perda de ração, de vinho entre outros.

No tocante à questão da conservação dos materiais, o Ministro Torres se mostrou atento aos descuidos dos responsáveis com os materiais que estavam se deteriorando ao relento sem nenhum cuidado apropriado:

[...] o ancoradouro, em que até agora se conservação neste porto os Vasos de Guerra desarmados, era sem dúvida uma das causas mais poderosas, que concorriam para sua pronta deterioração; por isso providências estão dando para que possam tomar posição, entre a ilha das cobras e a praia grande, onde a maior agitação das águas torna-las-á menos nocivas as madeiras que são construídas: o que junto a maior vigilância na constante baldeação dos navios, ventilação, e limpezas a dos seus porões, nos assegura grande melhoramento, neste importante ramo da administração pública, melhoramento devido, em grande parte, ao zelo [...] (RMM, 1832, p.2).

A preocupação do Ministro se dava por conta do desleixe dos materiais que estavam sofrendo com a falta de manutenção e cuidado. Foram verificados locais inadequados onde estavam atracados os vasos de guerra, sendo que isso poderia causar danos aos cascos dos navios por causa da violência das ondas. Torres sugeriu maior baldeação dos navios, pois essa prática ajudaria a retirar o excesso de sal nos conveses, colaborando para menor deterioração dos metais que ajudavam na calafetagem da embarcação. Somado a isto, recomendou ventilação, limpeza dos porões<sup>60</sup>, entre outros (RMM, 1832, p.2).

Esses cuidados foram sugeridos por ele, com a intenção de evitar o abreviamento do tempo de uso dos vasos de guerra, tendo-os prontos para combater os movimentos que estavam afligindo não só em solo, mas também a costa marítima brasileira, conforme algumas vezes citados neste trabalho. Também, essas medidas teriam que ser tomadas para evitar onerar mais os cofres públicos, já que Torres tinha conhecimento das finanças do Estado, o que o levou a ocupar a

---

<sup>60</sup> Decisão de 3 de outubro de 1832 determina (aos presidentes de províncias) que os navios da Armada que precisam limpar os respectivos porões, pintar e recorrer de calafete, o possam fazer (de seis em seis meses), onde quer que estiverem CAMINHA, 1986, *Op. Cit...*, p.260.

pasta do Ministério da Fazenda, interinamente em 1834, enquanto estava no Ministério da Armada.

Os acontecimentos de desordem acarretaram, no final das contas, no maior empobrecimento dos cofres públicos, isso somado “a existência de um clima de grande corrupção administrativa e de indisciplina, que atingia a todas as classes, em meio à tremenda crise econômica e financeira que assoberbou todo o período” (GREENHALGH, 1965, p.32).

Ainda assim, os eventos ocorridos no Sul (Províncias Unidas do Rio da Prata), além de terem positivamente resultado na ampliação da Esquadra brasileira e feito sucumbir à esquadilha uruguaia, por outro lado, causaram quase que a bancarrota financeira do Estado, devido o enorme gasto usado para construir e equipar os navios da Armada.

Retornando ao ano de 1831, a lei de 15 de novembro orçava a receita e fixava a despesa para o ano financeiro de 1832-1833. Porém, em 12 de dezembro de 1831, para acalmar os ânimos, o Parlamento marcava o número das tabelas relativas aos trabalhos para o orçamento da despesa militar do Império, e fixava na época de sua remessa aquilo em que deveriam constar na Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra para pagamento. As informações necessárias para o orçamento das despesas militares do Império, que deveriam ser apresentadas ao Corpo Legislativo, viriam das províncias. Em síntese, este método estabelecido pelo regente seria a maneira mais simples e ordenada na época em captar fundos:

[...]a sobredita época seja a do último dia do mês de Fevereiro: e que as informações e façam por meio de tabelas, cujo número, e método constam da relação inclusa. O que assim participo a V. Ex. para que neste sentido expeça as ordens precisas, dando já princípio com a remessa das tabelas para o orçamento do ano financeiro de 1833-1834<sup>61</sup>.

Os quadros elaborados na ocasião fazem menção aos militares e seus dependentes e estabelecem o tipo e a quantidade de remuneração que cada integrante do Corpo receberia, isso de certa forma dava o tom de organização e mais economia nos cofres do Estado.

---

<sup>61</sup> Sessão de 12 de dezembro de 1831, Guerra, Typografia nacional, RJ, publicado em 1876, p.397.



A tabela abaixo nos mostra como seria dividido o orçamento financeiro nas secretarias, nos corpos e nos meios navais entre os anos de 1832 e 1833, dentro do Ministério da Armada:

**Tabela V** - Fixação das despesas do ministério dos negócios da Marinha

§	1º Com a Secretaria de Estado, e seu expediente. Dezoito contos de réis	18:000\$000
§	Não sendo compreensiva a inibição na admissão de Oficiais de Secretaria ao Oficial com cláusulas, que nela existe, logo, que o Governo o julgue digno de ser contemplado com os seus vencimentos.	-
§	2º Com o Corpo da Armada. Cento e trinta contos de réis	130:000\$000
§	3º Com a Academia de Marinha, Auditoria, Capelães, e Oficiais de Saúde. Trinta e quatro contos de réis	34:000\$000
§	4º Com o Corpo de Artilharia de Marinha. Cento e trinta contos de réis	130:000\$000
§	5º Com prêmios para ajuste de marinheiros e soldados. Trinta contos de réis	30:000\$000
§	6º Com reformados, pensões, e monte-pio. Cinquenta contos de réis	50:000\$000
§	7º Com as intendências e Arsenais. Quinhentos contos de réis	500:000\$000
	Sendo cento sessenta e um contos cento oitenta e cinco mil oitocentos e oitenta réis, para o Arsenal da Bahia.	-
§	8º Com os navios armados, transportes, canhoneiras, patrões-móres, e correios marítimos. Quinhentos contos de réis	500:000\$000
	Suprimidas as despesas da barca de vapor.	-
§	9º Com os navios desarmados, e despesas extraordinárias. Cento e oito contos de réis	108:000\$000
§	Compreendidos quatro contos de réis, para as barras, e mais destrezas da Marinha na Província de Mato Grosso.	
Soma		1.500:000\$000

**Fonte:** Coleção de Leis do Império do Brasil - 1831, Página 229 Vol. 1 pt I

O pagamento dos soldos a partir daquele momento estaria sobre a responsabilidade do Ministério Militar naval.<sup>62</sup> Um pouco mais tarde, no Relatório de maio de 1834, do Ministro Torres à Assembleia Geral Legislativa, aponta a seguinte falha que também foi observada por Caminha:

[...] está bem longe de preencher o fim que se deve ter em vista na composição de um semelhante documento [...] As despesas com os vencimentos dos indivíduos que compõem as guarnições dos navios armados, víveres, munições navais e de artilharia , - todas as despesas enfim que exige o serviço da Força Naval efetiva - , aparecem nos orçamentos englobados debaixo de um só título; e [...] para o cálculo delas toma-se por base o número de praças que compõem o pessoal de semelhante força atribuindo a cada um valor médio de despesa cuja estimativa é muito precária (CAMINHA, 1986, p.77).

Em suma, seria pela mudança de dinâmica, em consequência das reclamações observadas pelo Ministro Torres, que a sistemática da remuneração dos membros da Armada sempre foi diversificada e complexa. O valor remuneratório era constituído de várias parcelas, além do soldo, para retribuir e até atribuir ou não cada indivíduo em função de sua ocupação hierárquica. Tudo isso nos leva a crer que teve a ver com a motivação da classe subalterna sobre várias reclamações e reivindicações, no caso, dos baixos soldos, o “atraso dos pagamentos e a redução do efetivo militar”. (BASILE, MARCELO Otávio N de C. In: LINHARES, 1990, p. 222-224) Conforme tabela abaixo, verifica-se essa sistematização remuneratória ao longo de algumas décadas:

**Tabela VI** – Remuneração do pessoal da Marinha de Guerra

Posto ou Graduação	1823	1825	1843	1854
Almirante	-	-	-	300\$000
Vice-Almirante	-	-	-	240\$000
Chefe-de-Esquadra	-	110\$000	-	2:160\$000
Chefe-de-Divisão	-	80\$000	-	1:728\$000
Capitão-de-Mar-e-Guerra	-	70\$000	-	120\$000
Capitão-de-Fragata	-	60\$000	-	96\$000

<sup>62</sup> Decisão de 3 de outubro de 1832 sobre o pagamento (“em dias certos, todos os meses, como se pratica no Arsenal de Guerra”) aos indivíduos que cobram (recebem) seus vencimentos pela repartição da Marinha.

Capitão-Tenente	-	50\$000	-	84\$000
Primeiro-Tenente	-	30\$000	-	60\$000
Segundo-Tenente	-	25\$000	-	42\$000
Mestre; Segundo-Sargento	20\$000	-	20\$000	-
Contra-mestre; Segundo-Sargento	14\$000	-	19\$000	-
Guardião Furriel	12\$000	-	18\$000	-
1º Carpinteiro, 1º Calafate	18\$000	-	-	-
Serralheiro; Tanoeiro	15\$000	-	-	-
Cabo-Marinheiro (Voluntário)	-	-	16\$000	18\$000
Marinheiro de 1ª Classe (voluntário)	8\$000	-	12\$000	14\$000
Marinheiro de 2ª classe (voluntário)	6\$500	-	10\$000	10\$000
Grumete (voluntário)	4\$800	-	4\$800	7\$000

Fonte: CAMINHA, 2002, p.55

Conforme a tabela, observa-se que a ordenação se dava a cada indivíduo conforme sua função e uma cadeia de circunstâncias, tais como: se os oficiais de alto posto estivessem embarcado ou servindo em terra, se estivesse servindo em “Mato-Grosso ou Amazonas, em quaisquer outras províncias, ou no estrangeiro”<sup>63</sup>, nos casos dos praças se fosse recrutado ou se voluntariasse a servir e se tivesse especialização (manobra de navios, artífices entre outros). É imperativo ressaltar que a tabela está incompleta, mas nos auxilia a dar uma ideia do valor que os integrantes da Marinha recebiam no tocante àqueles anos.

No plano da construção naval, relativo ao arsenal e o almoxarifado, Torres constata a quantidade de materiais que são comercializados do estrangeiro e que eram usados na construção das embarcações, tais quais: cabos, lonas, amarras e fateixas, entre outros. Para ele, a nacionalização desses produtos traria um ganho financeiro necessário à nação:

[...]assim uma cordoaria, que existe anexa ao Arsenal de Marinha desta corte, poderia fornecer cabos, não só para suprir as necessidades da nossa Armada, mas para com interesse públicos, para serem vendidos à Marinha Mercante, se a cultura do linho, que produz abundantemente nas províncias do Rio Grande do Sul, e São Paulo, não houvera até agora sido abandonada; pois apesar de que linho para consumo seja importado do

<sup>63</sup> Idem, p.55.

estrangeiro, o que proíbe dar-se a ela o conveniente desenvolvimento, [...] segue-se que todo ele tivesse sido fabricado tivesse sido fabricado na cordoaria nacional, houvera resultado á nação num benefício de seis e sete contos de réis [...]quando se considera quanto nos convém tornar-nos independente do estrangeiro naqueles objetos, que são de imediata precisão para a construção, e armamento de nossos navios de guerra [...] (RMM, 1832, p.3).

Depois do 7 de setembro, independência do Brasil, e principalmente a partir da proposta de consolidação do Império pelo viés conservador, mesmo com a dependência econômica externa<sup>64</sup>, a Armada passou a se apresentar como estabelecimento de utilidade pública aliada, mantendo-se assim a unidade territorial e nacional. Mesmo com poucos recursos, se manteve na posição em um roteiro estável em relação à monarquia e ao Estado. A centralização política e administrativa, gestada a partir do Regresso, produziu uma reorganização de órgãos da Marinha, tais como o Almojarifado e os arsenais, favorecendo então a construção naval e sua modernização.

Cabe destacar que, com a nacionalização de seus produtos, nasceria uma cultura política mais estatal voltada para a fabricação de seus próprios materiais. A higiene a bordo, a construção de um dique e de um novo presídio na Ilha das Cobras, as melhoras nas oficinas do Arsenal, a reconstrução de um novo quartel do Corpo de Artilharia naval, o plano de carreiras dos oficiais, os vencimentos salariais, o estabelecimento de um regimento disciplinar, e a construção de uma escola de artífices eram parte do projeto sistematizado pelo Ministro Torres.

No entanto, nos arsenais havia um descompasso no quantitativo de mestres que trabalhavam não só na fabricação dos navios, assim como, nos reparos dos mesmos. O Ministro Torres em seu relatório, em 1832, já tinha observado a insuficiência de artífices nos arsenais, e, com isso, ordenou organizar uma instrução para consertar essa deficiência (RMM, 1832). Entre as décadas de 1820 e 30 aconteceram trocas de correspondências entre o arsenal da Bahia e o arsenal da Côrte, informando a chegada de um valor numérico de vários profissionais do ofício

---

<sup>64</sup> Para Emília Viotti da Costa os produtos brasileiros sofriam a concorrência das manufaturas inglesas e a presença de produtos ingleses no mercado brasileiro impedia o desenvolvimento de uma indústria nacional. (COSTA, 2001, p.26)

de artífices, tais como: seis carpinteiros, dois torneiros e dois cortadores de madeira, vindos de Portugal, para preencher postos de trabalho naquela área da construção naval<sup>65</sup>. Mesmo com poucos recursos pecuniários eram propostas polarizadoras, pelo viés renovador, dos respectivos projetos políticos, muito bem demarcadas pelo Ministro Torres.

Essa estratégia de renovação na logística técnica envolvia capacitação de seu pessoal para manter os vasos em perfeitas condições, tanto que nos debates da Câmara no ano de 1833 Torres alertava aos políticos que: “[...] infelizmente com [...] alguns poucos e [...] pequenos vasos [...] desarmados [...]”<sup>66</sup>. “O que se permeou no decurso do período regencial.” Havia também a intenção de melhoramentos dos meios, tanto é que Almeida (2014, p.14) apontava que “as dificuldades orçamentárias e, por que não, os embates políticos do período, impediram reformas imediatas [...] os conservadores voltaram ao governo após um breve interregno liberal”.

### **1.2.1 Torres e a política de base do ensino militar naval**

A questão da formação Militar naval, pois, era grave para a Armada Imperial, e o Ministro Torres teve uma capacidade de observação que permitiu a ele capitanear a reforma capaz de obviar a situação, ao observar o baixíssimo grau de cultura escolar não só da Marinha como também dos brasileiros e, por isso, estava por estabelecer uma política voltada para a educação do corpo de oficiais e/ou principalmente das camadas mais baixas da Armada: os Marinheiros.

Sobre a questão do ensino, Torres, por ter sido professor e ter tido sua formação acadêmica voltada para a instrução de jovens, tinha sido lente da Academia Militar na cadeira de Matemática. Esse profissional docente, diante da

---

<sup>65</sup> AN, pacote XM 700, correspondência datada de 19 de junho de 1827 de Tristão Pio dos Santos ao Marquês de Maceió, referindo-se aos artífices que desembarcaram na Côrte chegados de Lisboa a bordo do *Dom Affonso*. Segundo Caminha o contrato acertado pelo Consulado Brasileiro em Lisboa incluía passagem gratuita aqueles profissionais (CAMINHA, 1999, p.135).

<sup>66</sup> Relatório do Exm<sup>o</sup> Sr. Joaquim José Rodrigues Torres, Ministro da Marinha, apresentado à Assembleia Geral em 8 de maio de 1833. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876

perspectiva de dar certa instrução para os recém-formados oficiais, propunha mudança na educação. Sua iniciativa era dar aos oficiais mais experiência a ponto de os mesmos conhecerem mais outras marinhas, em especial a Europa, para habituá-los em navegação mais longas, já que ambos tinham mais prática na navegação costeira (RMM, 1931, p.6). Isso ajudaria a profissionalizá-los dando-lhes mais experiência na navegação na cultura e novos conhecimentos linguísticos.

Nas idéias do Ministro Torres, de nada adiantaria os meios navais estarem prontificados e modernizados se não houver homens bem preparados e instruídos para o desempenho de suas funções operativas e de apoio. Os navios não poderiam ser conduzidos sem o conhecimento prévio do que fazer. Daí o papel fundamental da atividade de ensino, uma possível ação transformadora que proporcionaria o desenvolvimento das potencialidades daqueles indivíduos e sua preparação para o exercício profissional do mar e/ou talvez da cidadania.

Alguns anos antes, em 1826, o combatente da batalha do Prata e recém empossado comandante da *Nau Vasco da Gama*<sup>67</sup>, o Capitão de Fragata Francisco de Assis Cabral e Teive, no dia 21 de dezembro daquele ano, acabara de receber do Inspetor do Nacional e Imperial Arsenal de Marinha da Côrte, o Vice-Almirante Francisco Antonio da Silva Pacheco, um pacote de doze instruções referentes à Marinhagem, entre elas:

[...]deverão fazer-se na referida *Nau*, destinada para depósito de Marinheiros e recrutas, exercícios duas vezes por dia, tanto de manobra como de artilharia, a bem de se adestrar a maruja e tropa, que devem guarnecer os navios de Guerra, exercitando além diço (sic) os Recrutas nas mais fainas que costumam ter lugar a bordo dos mesmos navios (BOITEUX, 1938, p. 228-229).

Para tripular aqueles navios era necessário ter a Marujada formada, preparada e habilitada para aquela tarefa, já que naquele momento os próprios navios eram suas escolas. Esse laboratório permitiu aos recrutados embarcados a bordo dos navios adquirirem conhecimentos, pois estes eram apresentados ao

---

<sup>67</sup> Foi um navio remanescente da Esquadra Portuguesa, que havia muitos anos, apodrecido no seu fundeadouro, sem utilização. Pouco depois passou o depósito para a “Pedro I”, e em fevereiro de 1827, o Ministro da Marinha expedia instruções regulando seu funcionamento como depósito de marinheiros e de recrutas (GREENHALGH, 1965, p. 186).

comandante da unidade e conduzidos ao oficial imediato, a partir de onde eram distribuídos nos setores e para posteriormente assumir suas funções.

Caso aqueles recrutas não tivessem habilidades necessárias para o serviço Marinheiro da Armada Nacional Imperial, o mesmo seria encaminhado, apresentado e ficaria à disposição do Comandante da Brigada de Artilheiros da Armada, para posteriormente assentar praça naquela unidade.

Quanto aos estrangeiros, o artigo doze dizia: “[...] nos assentos dos Marinheiros estrangeiros, que se alistarem por contrato, para o serviço dos Navios da Armada, se declare sempre forão (sic) contratados, e por quanto tempo” (BOITEUX, 1833, p.230). A partir desta forma de inserção dentro das belonaves, podemos pensar alguns ajustes mais amplos que passaram a ser feitos pelo Ministro Torres na forma de educar aqueles homens a bordo dos navios. Isso ocasionaria a forma de cogitar um tipo de organização dentro do ensino militar naval. Cabe aqui ressaltar que a “Marinha Imperial Brasileira não apresentava uma organização de ramo regular do serviço público, regido por normas e preceitos definidos” (DIAS Apud MAIA, 1975).

Nesse capítulo ainda não vamos abordar o rigor que sofria aquela marujada no interior dos navios, mas Boiteux nos dá uma ideia de como pensavam algumas pessoas, feito através de uma narrativa de autoria desconhecida:

[...]a repugnância dos brasileiros pela vida marítima [...] por encontrarem em terra meios exuberantes de subsistência, sem as dolorosas provações do mar, e a redução da marinhagem nascida em Portugal e considerada brasileira, produzindo grande falta de marinheiros manifestou a necessidade de os formar constrangidamente[...]<sup>68</sup>.

Isso nos reitera a ideia de que a forma romântica e utópica de ser um Militar fardado navegador, tripulante de navios e servir a pátria, recebendo aulas de primeiras letras e marinharia, era prazerosa para aqueles recrutados. Mas, estar fora dos “encargos privilégios” daquele tipo de educação dado a bordo não chamava a atenção dos iniciantes devido à forma que era oferecida.

---

<sup>68</sup> Idem, p.228.

O excesso de trabalho e o tipo de vida que era oferecido a bordo dos navios da Armada tiravam todo tipo de incentivo de ser Marinheiro. Assim, a necessidade de ser homem do mar não era aprazível, pois a narrativa de Maestri (2000, p.26) nos dá uma ideia do ambiente de como era a vida nos navios da Armada:

[...] o trabalho estafante, a paga e a comida insuficientes, uma vida sem diversões - tudo pesava sobre o cotidiano triste dos marinheiros. Os navios não possuíam dormitórios e refeitórios para os inferiores, que repousavam em redes estendidas nos porões e comiam em pratos de flandres pelos conveses. A comida era rústica e, muitas vezes, racionada. Os trabalhos eram infundáveis.

Por outro lado, Jorge Dias nos traz um exemplo ambíguo e paradoxal, baseado nos avisos do Ministro da Marinha, como uma diminuta parcela da população conclamava a inserção de seus filhos nos navios da Armada, por entenderem que ali, de certa forma, ajudariam a ter mais educação: “suplicava Silvestre de Souza Pereira, solicitando o engajamento para seus dois filhos menores João e Antônio Venâncio da Silva Pereira”<sup>69</sup> (DIAS, 2014).

Em 30 de setembro de 1833, chegava às mãos do Ministro Torres um ofício dirigido pelo comandante da embarcação, (brigade) *Imperial Pedro*, o Capitão-Tenente Luiz Antonio da Silva Beltrão, oferecendo o seu navio como alternativa de educação e disciplina, dando a seguinte informação:

[...] estabelecerá a bordo do seu navio uma Escola de primeiras letras para instrução da respectiva equipagem e que abonara ao Grumete encarregado da direção da escola uma gratificação do seu bolsinho; além disso estabelecerá exercícios de infantaria e artilharia, com o que conseguirá adestrar a mesma guarnição e, para isso, solicitava fazer nos dias 1º e 15 de cada mês, prática de tiro de peça ao alvo, abonando-se uma pequena gratificação àqueles que nela mais se distinguissem” (BOITEUX, 1933, p.232).

Isso mostra que o Ministro Torres não estava sozinho dentro da instituição, na laboriosa tarefa de transformar a Armada numa escola de aprendizado, tanto é que, em ofício despachado por ele no dia 22 de outubro, mostra total apoio a atitude tomada pelo comandante daquele brigade:

---

<sup>69</sup> Aviso do Ministro da Marinha jul/dez 1833 -IIIM409 – CODES -f.B5- Arquivo Nacional.



[...] mando significar a Vossa Majestade, em resposta ao citado ofício, que aprovando muito o mencionado estabelecimento, louva o zelo e desinteresse com que Vossa Majestade o promoveu, e o previne de que se vão expedir as precisas ordens para que se crêem semelhantes escolas a bordo de cada um dos navios armados de maior parte, e se designe a gratificação, que aos respectivos Mestres se deva abonar: e pelo que respeita aos referidos exercícios, que com quanto sejam eles de reconhecida utilidade, todavia não é possível por ora estabelecer os premios(sic) por Vossa Majestade propostos<sup>70</sup>.

Parece que a atitude de incentivar os professores na árdua tarefa de ensinar a bordo dos navios, tendo-os como escola, de certa forma, surtiu um efeito preliminar, pois dias depois o governo baixa o decreto de 24 de outubro daquele ano determinando que, a bordo dos navios armados de mais de vinte bocas-de-fogo, teria que haver um indivíduo encarregado da instrução primária, tanto científica como religiosa, das pessoas que compõem as suas equipagens<sup>71</sup>.

Estava sendo criado um tipo de Regulamento de modo a ampliar o ensino técnico, prático, e proporcionar ao aluno um ofício, garantindo-lhe um tipo de ocupação a bordo, aproveitando-o nas diversas obrigações que fossem exigidas.

Parece que esse decreto, dividido em cinco artigos, surgiu a partir da sensibilidade de algumas lideranças políticas da época. Com isso, o quanto seria necessário ter um local predeterminado com enfoque na instrução de uma parcela ainda marginalizada da população. O mesmo documento estabeleceu regras de como seria a forma mais conveniente de promover educação dos Grumetes dentro das embarcações.

Voltando ao ano de 1832, o Ministro Torres, ao elaborar o relatório junto com seus assessores, apresentou à Assembleia Geral, em maio, um episódio observado por ele, ocorrido no Arsenal de Marinha da Côrte, que provavelmente poderia ter sido o fato precursor que revolucionaria a arte de formar Marinheiros em terra. Pode-se hipoteticamente conjecturar que foi o embrião da criação das futuras Companhias de Aprendizes-Marinheiros na qual discorreremos no próximo capítulo:

---

<sup>70</sup> Idem.

<sup>71</sup> Typografia Nacional Coleção de Leis do Brasil - 1833, Página 174 Vol. 1 pt. II.

[...]antes de acabar esta parte da minha exposição, julgo de rigoroso dever informar á esta Augusta Câmara, que felizmente um pequeno estabelecimento no Arsenal da Marinha, do qual se continuasse, poderiam para o futuro resultar grandes vantagens um moço, filho de um empregado daquele Arsenal, do abriu alí por consentimento da respectiva autoridade, uma escola para os jovens artistas nele ocupados, onde lhe ensina ler, escrever, aritmética, princípios de geometria, e de desenho; o que de tal sorte, desempenha, que alguns meninos que ali vi, os quais, além da instrução mais primária, sabem perfeitamente as principais teorias da ciência dos números. Com o tempo, assiduidade, e bons desejos de que é dotado o seu zeloso professor, não duvido que os artistas do arsenal farão um dia serviços assinalados à nossa Marinha. O corpo legislativo, que conhece a influência poderosa, que exercem as ciências sobre o progresso das artes, não deixará de proteger este ensaio espontâneo de um jovem Brasileiro, que deseja ser útil ao país (RMM, 1832, p.4).

Percebe-se, pela ótica do Ministro, mais tarde, que ele preocupar-se-ia em prover um ensino voltado a uma educação militar que fornecesse conhecimento profissional e artesanal aos jovens militares da Armada. Posteriormente, o avanço das tecnologias foi a justificativa do Ministro Torres para “militarização das praças” (NETO, 2001, p.48). Essa militarização estaria fazendo efeito ao Estado como forma de controle social daqueles que eram considerados uma ameaça à sociedade e ao Estado. Poderia também ser a forma de suprimir o antagonismo entre o setor mercantil e o próprio Estado. Com esse propósito, solidificar a ideia na criação de um órgão fixo para instruir e preparar jovens, que estavam sediados em divisões navais, no intuito de distribuí-los aos navios, para servir à nação.

A formação da Armada como projeto político ainda não estava concretizada, pois na sombra do Ministro pairava a responsabilidade de atender de maneira imprescindível à obrigação de manter a integridade territorial, mesmo no momento de efervescência e convulsão política somada aos movimentos sediciosos que estavam acontecendo.

A ruptura com Portugal preservou o arcabouço administrativo, mas estabeleceu a inevitabilidade de (re)construir uma força nacional, adicionalmente para assegurar a soberania da nova nação independente. Por abarcar em seu bojo o mesmo desafio de relação entre território e povo, a Armada, através do Ministro Torres, passaria a investir na militarização, formação, profissionalização, controle e educação de Marinheiros para o cumprimento das práticas exigidas pelo Estado e de uma parcela significativa da nação brasileira. Foi a maneira usada pelo Ministro para

ajudar a administração naval na consolidação dos períodos regências e Imperiais, com isso surgiriam as Companhias fixas de Aprendizes-Marinheiros, entre elas a Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Rio Grande do Sul, assunto que será abordado no próximo capítulo.

## **Capítulo 2: Marujos de primeira viagem: a Gênese da Companhia<sup>72</sup> do Rio Grande do Sul como uma das organizações consolidadoras do Império**

Este capítulo visa a oferecer ao leitor um contato amplo com a gênese de duas Unidades Militares Navais no extremo sul do Império Brasileiro e alguns de seus parâmetros de análise, primeiramente, a Companhia de Aprendizes-Marinheiros e secundariamente a Capitania do porto, mediante uma aproximação com aspectos da formação de um grupo específico vinculado a essas casernas em Rio Grande/RS. Propõe-se fazer discussões mediante algumas interpelações e abordagens narrativas, que permitam pensar na configuração institucional e nas experiências militares em certo período temporal e espacial no Sul do Brasil. Além disso, acredita-se que, ao realizar de forma regular, esse exercício permitirá a consolidação de abordagens na área de estudos sobre “militares”, em especial da Armada Imperial na região Sul do Brasil.

Os debates na Câmara do ano de 1832 se permeavam em torno das propostas para aumentar o efetivo naval devido à grande proporção territorial. Por ocasião das discussões do artigo primeiro do projeto que fixava as forças navais para o ano financeiro de 1833, o Deputado Honório conclamava em seu discurso a necessidade da Marinha brasileira de contar com mais navios e mais Marinheiros<sup>73</sup>.

No ano de 1833, em pleno curso das propostas liberais empreendidas pelos

---

<sup>72</sup> Se torna relevante ressaltar que **companhia** é um tipo de unidade militar, composta entre 60 e 250 militares e tradicionalmente comandada por um capitão. Normalmente, está dividida em dois ou mais pelotões [...] **Fonte:** <http://segundaguerra.net/organizacao-militar-o-que-e-regimento-divisao-brigada-batalhao/>, acesso em 22 de novembro de 2016. Também esta mesma Companhia é conceituada como uma subdivisão de uma unidade tática Militar (como um batalhão), por sua vez subsidiada em Pelotões, CAMINHA, Henrick Marques. Dicionário Marítimo brasileiro, 1996.

<sup>73</sup> Sessão da Câmara de 29 de maio de 1832, I, p.55.

moderados, o então Ministro da Marinha Rodrigues Torres apresenta ao Senado, em sessões realizadas no início dos meses de junho e julho de 1833; projeto aprovado pela Câmara dos Deputados com aval da comissão de Marinha e Guerra daquela casa, composta pelos deputados Francisco do Rego, Vieira Souto e Baptista de Oliveira, que fixava as forças navais para os anos de 1834 e 1835.

A segunda legislatura da Câmara dos Deputados do período de 1830-1833, segundo José Honório Rodrigues, era composta por muitos deputados novos que viriam a representar papel destacado na política nacional. Eram homens de governo e oposição, destacava Rodrigues; mas a balança começava a pender para este lado. Dentre esses “novos” deputados, destacamos a presença do português naturalizado brasileiro em 1823, Brigadeiro Salvador José Maciel, que antes havia servido na província da Bahia como diretor do Arsenal de Guerra e Inspetor de Fortalezas e Portos (1824), sendo eleito, no entanto, para a câmara dos deputados pela província do Rio Grande do Sul, onde havia sido governador durante o período de 1826-1829. Salvador Maciel teria sofrido forte rejeição na província do sul em face das convulsões sociais que assolavam aquela região, assim como acusado de simpatizar com o absolutismo.

De acordo com Tavares Lyra, no ano de 1824, Salvador José Maciel foi encarregado, *pelos seus conhecimentos militares, refletida e reconhecida prudência de reorganizar os corpos de milícias de Pernambuco em 1824*. Sua importância para esse trabalho, como será visto adiante, está mensurado pela sua participação no encaminhamento da proposta de criação das Companhias Fixas de Aprendizes-Marinheiro em 1836, quando então ocupava o posto de Ministro da Marinha.

A partir das propostas lançadas para debate, obteve-se a criação da Companhia de Aprendizes na Côrte, a qual se tornou uma oficina de experiências que a partir delas surgiram várias outras, inclusive a do Rio Grande do Sul, estado que abrigou um dos centros de grande efervescência e insatisfação em relação ao Governo central, em um período sensível da história, no qual será analisado como foi a chegada e suas rotinas de um grupo seletivo de “indesejáveis”: os excluídos sociais, o que não significa que eles sempre foram considerados dessa forma,

futuros militares, que foram personagens socialmente ativos registrados nas páginas do jornal *O Diário do Rio Grande*,

A combinação direta entre política, intervenção do Estado na sociedade e esses militares é resultado de uma atividade histórica peculiar, produzida durante boa parte do século XIX e que teve por desfecho a criação das Companhias de Aprendizes, espalhadas pela costa do Império e, mais especificamente, no caso em análise, na região Sul. Foi essa experiência que justificou os “militares” como objeto de investigação mais sistemática para a área das Ciências humanas.

Com isso, trazer esses jovens para bordo das Companhias de Aprendizes, para militarizá-los, ajudou a expurgar parcialmente da sociedade certas rebeldias que incomodavam uma parcela da população. Por outro lado, segundo Arias Neto, houve, por parte do governo e por meio do Primeiro Ministério da Regência, a intenção de profissionalizar as guarnições da Marinha de Guerra Imperial (NETO, 2001, p.41). De certa forma, este fato foi fomentado pelas autoridades políticas (conservadores e liberais) e mediado pela Coroa.

Portanto, a seguir será contextualizado o resultado dos debates, que teve como propósito ter uma Armada profissional, a criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros, entre elas a do Rio Grande, auxiliando na consolidação nacional.

## **2.1 Companhia de Aprendizes-Marinheiros e o Corpo de Imperiais Marinheiros: organização administrativa da Armada para consolidação nacional**

Como discutido no capítulo primeiro, a Armada Imperial foi uma das instituições militares que mais colaboraram para estabelecer a unidade territorial Brasileira, especificamente após o 7 de setembro. Entre outros ofícios, essa organização militar foi responsável pela repressão às revoltas provinciais durante os períodos debatidos, defesa do comércio, e pela abertura dos rios lindeiros, entre outros. Ela foi um dos sustentáculos do êxito nas derrotas dos movimentos revoltosos que aconteceram no século XIX, passou a trilhar caminhos rumo aos

ideais políticos e a crença na relevância do mar nos destinos do país e em sua potencialidade plena como fator de consolidação da grandeza da nação.

Para atuar com eficiência nos trabalhos que lhe competiam, a Armada necessitava da sustentação de seu corpo nacional, cujo principal obstáculo era a sujeição das contratações estrangeiras que trazia como dificuldade não só as despesas provocadas, mas a falta de confiança que inspiravam.

No Segundo Reinado, fazer desenvolver um quadro profissionalizado e fixo, era uma das maiores preocupações das autoridades navais brasileiras. Esse novo quadro trazia um comprometimento endógeno na formação de um oficialato nacional, além da constituição de grupos nacionalizados de oficiais de apito, praças, quadros administrativos, mestres, operários para o arsenal, cirurgiões e capelães.

A esquadra já havia passado em períodos decisivos por momentos de exaustivo teste no palco de combate na qual tinha a responsabilidade, como braço armado do Estado, de estabelecer a manutenção da soberania nacional. Com isso, foi ao final do período da Regência que a mesma já estava deteriorada, cansada e desgastada pelo enorme esforço político-militar exigido na consolidação da integridade territorial.

Com isso, no bojo das reconfigurações estruturais da Armada, que será discutido mais adiante, Rodrigues Torres, enquanto foi Ministro, passou a tratar estratégias no cenário político com a finalidade de colocar a casa em ordem e transformar o aprimoramento técnico-profissional em uma realidade consubstanciada. Suas ações foram o prenúncio de criar plantéis coadunados com a instrução e formação de jovens ociosos e indisciplinados. Seu questionamento referiu-se à maneira como eram utilizados os jovens para o serviço da Armada, dessa forma observada por Antunes (2011, p.85):

[...]a principal questão levantada por Rodrigues Torres dizia respeito ao preenchimento das tripulações dos navios e à disciplina a ser empregada no interior dessas belonaves. Para o Ministro, o principal problema era a forma como eram selecionados os marinheiros: pelo engajamento e pelo recrutamento forçado. Seu argumento no combate dessas estratégias de seleção baseava-se na percepção de que uma se opunha à outra, gerando desarmonia e prejudicando a formação de um serviço de melhor qualidade. Enquanto os engajados eram premiados ao assentarem praça e cumpriam

um tempo de serviço determinado, os recrutados eram levados à força sem qualquer pagamento ao serem introduzidos à Marinha.

Pela forma em que era realizado o recrutamento de igual modo contribuía para o esvaziamento do quadro de contingentes de Marinheiros, com isso acarretava grandes quantidades de deserções. Estes fatos levados a debates na Câmara culminaram com a decisão de mandar remeter para a Côrte, sempre que possível, rapazes de 16 a 20 anos, “desde que não fossem pretos”<sup>74</sup>, para serem empregados na Armada e artilharia da Marinha.

O motivo, que argumentava essa decisão e estabelecia idade, não foi somente a falta de marinhagem, mas devido à situação em que se encontravam os homens: “velhos, casados e aleijados, o que aumentava as despesas da repartição”<sup>75</sup>. Essas deficiências era um dos motivos as autoridades em abrirem as portas da Marinha na Côrte no intuito de receber jovens oriundos de outras províncias com objetivos de instruí-los e dar-lhes formação adequada a bordo dos navios sediados naquela província. Muitos desses jovens socialmente eram órfãos, o que poderia estar por trás disso seria o propósito de dar-lhes certa educação básica para manter o controle deles até certa idade, já que a decisão de 27 de outubro de 1834 dizia:

[...]enquanto durar a menoridade daqueles indivíduos, não sejam eles contemplados nas lotações dos ditos navios; e que outrossim, depois de instruídos nas primeiras letras, se lhes ministre, como aos praticantes [...]ser-lhes á todavia vedado desembarcar, sem obter licença para isso, e serão no caso de assim o fazerem, considerados como desertores<sup>76</sup>.

Como a idade dos jovens já pré-estabelecida e o recrutamento naquela ocasião se fazia entre os Marinheiros dos navios mercantes nacionais que se encontravam atracados no porto e, também, nos locais públicos e nos mais

---

<sup>74</sup> Decisão n.353 de 16 de outubro de 1834 CLI, Rio de Janeiro. Typografia Nacional, 1866, p.15. Também é pertinente ressaltar que quando houve o pedido “que não fossem pretos” os enviados. Buscamos em nossas pesquisas tornar claro está dúvida, então ficamos com a hipótese, de que com a armada em formação não fosse interessante ter negros no Corpo de Artilheiros sendo a forma de esbranquecer mais ainda esse grupo militarizado.

<sup>75</sup> Typografia Nacional. CLI, 1866, p.267.

<sup>76</sup> Idem, p.277.

desprezíveis, ermos e assombrosos lugares das cidades, agrupando delinquentes, “vadios” ou criminosos que neles perambulavam. Assim, era necessário reduzir a idade para trazê-los para bordo. Então, a decisão de 19 de dezembro daquele ano propunha reduzir a maior idade com objetivo de aumentar o efetivo das embarcações, conforme prescrito por Boiteux:

[...]convido regular o número de Grumetes<sup>77</sup> menores, que pode ter cada um dos navios de guerra, fora da lotação, e que frequentam as Escolas nas embarcações onde são permitidas; previno a Vossa Majestade do que os Grumetes, de 12 anos para menos, devem ser considerados menores, e destes poderão ter, fora da lotação, as Fragatas de 1ª ordem até 25; de 2ª ordem 20; Corvetas; e Brigues 12 (BOITEUX, 1938-1972, p.234).

Foi colocado, porém, o desafio político de obter a qualquer custo praças para compor as fileiras das tripulações indispensáveis ao cumprimento de tais propósitos, mesmo com a idade abaixo do estabelecido. Foi analisada boa parte da documentação administrativa e estatal que revelou a ânsia das autoridades civis e militares em também cumprir objetivos de ter as embarcações com seus efetivos sempre completos, mediante o recurso do recrutamento voluntário, mas sobretudo forçado.

Contudo, o corpo político/militar havia desenvolvido um tipo brutal de recrutamento forçado<sup>78</sup> que dissolveu em suas amplitudes várias famílias de regiões litorâneas como as comunidades indígenas e pequenos agricultores. Em trabalho conjunto entre o Ministério da Armada, os Presidentes de Província e alguns Chefes de Polícia da Côrte receberam ordens de prisões de (re)capturas dos Marinheiros

---

<sup>77</sup> Na Marinha brasileira é primeira graduação depois de Aprendiz, isto é, “a primeira graduação na hierarquia do pessoal subalterno”. CAMINHA, Henrick Marques. Dicionário Marítimo brasileiro, 1996, p.229. Já na Marinha portuguesa os Grumetes são considerados marinheiros de baixa graduação, ou em um significado mais amplo “moço do navio, cuja praça medeia entre os marinheiros e os pagens” pois segundo AMORIM, João Pedro d’. Dicionário de Marinha que aos oficiais da Armada Nacional Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1841. p.177.

<sup>78</sup> O recrutamento militar brasileiro adotou essa prática portuguesa, ao usar os quartéis e navios como território de exportação penal. Na Marinha de Guerra, a presiganga e o calabouço eram os espaços em que os capturados das várias províncias do país eram recolhidos. Ver ANTUNES, 2011, p.32 e FONSECA, 2008, p.97



fugitivos que eram expedidos às centenas<sup>79</sup>, atingindo crianças e adolescentes, chefes de família e até mesmos estrangeiros que vagabundavam em torno da região costeira e portuária e até alguns “escravos de ganho” (SOARES, 1988, p. 107-142)<sup>80</sup>. Portanto, o recrutamento obrigatório e às vezes truculento era um método fundamental da polícia no manejo ou controle social nos centros urbanos e nas zonas rurais que permearam no século XIX.

Essa dinâmica, todavia, não significava que políticos e povo concordavam com a maneira que eram realizados “as violências do recrutamento” (DE SOUSA, 1965, p.61). Por outro lado, na imprensa e na Câmara havia calorosos debates sobre o descontentamento contra essa prática. Para Arias Neto (2001, p.49), as autoridades provinciais e locais utilizavam-se deste recurso como instrumento político para a neutralização das oposições.

Esses homens, jovens e crianças, ao serem recrutados, passavam a fazer parte de elementos de manipulação em que sua importância se limitava apenas à proa (frente), popa ou ré, bombordo (esquerda) e boreste (direita) dos navios, resumindo, em todos os lados das embarcações. Suas liberdades eram cerceadas pelo regimento autoritário e repressor, em que as desavenças ocorriam sem cessar. Nesse sentido, concorda-se com Barreiro (2006, p.3) quando diz que “concebendo o navio como um espaço de lutas e contradições entre governantes, comandantes e Marinheiros [...]”. Essa animosidade constante leva a pensar e até problematizar o universo de rivalidade permeada por conflitos e rivalidades dentro do espaço reduzido que era as embarcações na época.

Algumas providências cabais teriam que ser tomadas para ajudar na consolidação pela Armada através desses jovens. Dentre as precauções a tomar,

---

<sup>79</sup> Para Thomas Holloway (1997), ao elucidar o efeito das entidades policiais, salienta, na origem dessas administrações, a efetivação de objetivos determinados para resposta de adversidades fundamentados na sociedade. As polícias passavam a agir de forma laboratorial formando setores de ensaio das interferências administrativas e burocráticas na composição do Estado imperial. Haviam introduzidos nas conexões do emprego escravista.

<sup>80</sup> Eram escravos predominantes da província da Côrte, onde eram numerosos e empregados nas diversas atividades econômicas; comércio ambulantes, pequeno comércio de lojas (quitandas), barbearias, transportes de cargas e passageiros, oficinas artesanais e manufaturas, etc.

julgou necessário que o aquartelamento fixo e apropriado dos recrutados era de suma interessante para o avanço e a conservação da disciplina entre a marujada.

Então, para manter esses rapazes em lugar específico e com menor tempo possível em terra, teria que ser construída uma estrutura física para esse fim. Além disso, também se tinha como intuito restringi-los do acesso aos passatempos, dos vícios, como pequenos furtos e das brigas e das concupiscências carnavais, como a prostituição e a pederastia.

Para este fim, em 5 de fevereiro de 1836 tomava posse um novo gabinete, quando na administração do Ministério da Marinha assumiu, segundo Boiteux, “o pouco simpático português<sup>81</sup>, adesista de última hora, Brigadeiro Salvador José Maciel” (BOITEUX, 1935, p.20), assessorados pelos seus escudeiros, o chefe de Divisão naval, Capitão de Mar e Guerra, Francisco de Assis Cabral e Teive, e o Capitão de Mar e Guerra, Francisco Bibiano de Castro, com o seguinte discurso:

[...]em cumprimento da lei, venho apresentar-vos o quadro da repartição da Marinha, e suas mais instantes necessidades; bem certo que a vossa atenção e benevolência se dirigirá para administração de um tão grande elemento da força pública, à qual se acham intimamente ligadas a integridade do Império, a manutenção da lei, e da ordem, e a esperança, e refúgio dos cidadãos em toda parte, em que por desgraça nossa, a pública segurança tem sido alterada<sup>82</sup>.

O Ministro assume com a função de buscar, assim, a solução para preservação nacional. O Ministro enviou, em missão diplomática à Europa, o General Barbacena com o objetivo de recrutar 500 mercenários destinados à Armada para combater exclusivamente no Pará, porém advertindo com ressalvas, que enviassem “gente boa”<sup>83</sup>. Por outro lado, seu esforço se deu como parcela do esquema de revisão da Marinha de Guerra Imperial, na dimensão em que se experimentava ampliar sua ação militar pelo litoral brasileiro.

Em maio daquele ano, o Ministro, em seu primeiro ato, levou uma proposta através de um pequeno relatório com pouco mais de seis páginas para pôr em debate na Câmara para a fixação das Forças navais para os anos de 1837 e 1838,

---

<sup>81</sup> Ressalta-se que essa adjetivação foi dada pelo autor citado

<sup>82</sup> RMM, 1836, p.3.

<sup>83</sup> Idem. Ibidem, p.20.

em que propunha tripular todas as embarcações com o efetivo máximo, o que não poderia exceder a 1800 praças de todas as classes de marinheiros e 1200 praças do corpo de artilharia, não podendo exceder ambos num total de 3000, sendo que o excedente somente em casos especiais<sup>84</sup>.

A posse do Ministro não foi bem aceita pela oposição. O Deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos “continuou a prometida oposição suave, entremeada de 'sátiras' e de 'ferroadas'<sup>85</sup> dizendo de imediato ao Ministro da Marinha Salvador Maciel: “V. Ex<sup>a</sup>. não cumpriu o dever que a Constituição lhe impôs de dar informações para a Câmara fixar as Forças Navais” (VASCONCELOS e SOUSA, 1988, p. 144).

Sobre a elaboração do Relatório Ministerial, cuja temática foi lei de fixação de forças, para Santos “muitas informações não chegaram ao Ministro, uma vez que precisava reunir informações de toda a Administração Naval encaminhadas pelos comandantes e chefes das repartições da Marinha” (SANTOS, 2016, p.82). Isso leva em consideração o período temporal da sua posse, fevereiro, até o recebimento do relatório pela Câmara, junho, provavelmente não foi possível reunir todos dados necessários dos comandos operativos e de pessoal administrativos, principalmente relativos às embarcações e pessoal para completar o referido documento.

O empossado Ministro assumiu a pasta da Armada em um dos momentos mais conturbados da Regência, quando os movimentos sediciosos, liberais e separatistas estavam ocorrendo tanto no Pará quanto no Rio Grande do Sul<sup>86</sup>, o que requeria da Armada um fôlego a mais para abafar essas tensões que estavam acontecendo. Diante do cenário político e social, em específico na região Sul, a movimentação do Estado e a energia de guerra da Armada imperial se fizeram essenciais desde o começo do conflito, pois a representação da Armada na província do Rio Grande do Sul na cidade de Rio Grande era inofensiva ou inócua.

---

<sup>84</sup> Idem.

<sup>85</sup> *Jornal Correio Oficial*, de 7 de julho de 1836.

<sup>86</sup> Ainda que a revolta do Sul tenha se estendido por um período de dez anos, as operações de guerra da Armada, constantemente em combates, aconteceram efetivamente, entre 1836 e 1840, nas águas das Lagoas dos Patos e Mirim, e em vários rios localizados entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Nos demais anos do conflito coube à Armada realizar patrulhamento e a vigilância nas águas da região, bem como o transporte de tropas do Exército, logrando êxito em sua tarefa. Sobre a atuação da Armada na guerra dos Farrapos. Ver Almeida e Boiteux, 1935.

Esse movimento no Sul contava somente com uma esquadilha, apropriada da Esquadra imperial, por oportuno do começo da revolta: pelo oficial superior rebelado Capitão de Mar e Guerra, Antonio Joaquim do Couto, composta por cinco pequenas embarcações: brigue *Bento Gonçalves*, escunas *Farroupilha*, *Pataxo Vinte de Setembro*, *Cuter Minnuano* e palhabote *Dezenove de Outubro*.

Atinente àquele movimento em voga, uma das primeiras ordens como Ministro e comandante da força, o Ministro Maciel, foi orientar o Capitão de Mar e Guerra, John Pascoal Greenfell, suspender do Rio de Janeiro com a Esquadra para Rio Grande, em 05 de junho de 1836, para subjugar os rebeldes do Rio Grande do Sul. Antes de cumprir sua missão, o comandante Greenfell recebeu as seguintes instruções do Ministro:

[...]devido V.S. partir amanhã para o Rio Grande do Sul no Brigue-Escuna *Leopoldina* tenho hora de significar-lhe que sendo objeto da presente comissão ficar ali com as Forças Navais do seu comando ás ordens do respectivo presidente, desempenhar todas incumbências de que for por ele encarregado, a bem de sustentar o governo legal, proteger os cidadãos pacíficos contra as tentativas dos sediciosos, procurando imprimir em todos indivíduos, que compõem as referidas Forças, entusiasmo e energia, tão necessários em semelhantes ocasiões, e conservando a disciplina, de cuja inteira observância depende sempre o bom resultado de todas as operações [...]e evite derramamento de sangue brasileiro (sic), e mantenha a integridade do Império. Deus guarde a V.S – Paço, em 4 de junho de 1836. Salvador José Maciel (BOITEUX, 1935, p.31).

Não detalha-se, neste momento, como foi a atuação ampla da Armada no conflito, pois o vértice está apontado de maneira não aprofundada na região Sul e a temática não se pauta no conflito farroupilha. Os apontamentos sobre esse período indicam a responsabilidade do Ministro Maciel no tocante àquele tenso momento.

Em seu relatório o Ministro lista os navios que a Armada possuía naquele período, sediados nas províncias do Império, conforme referenciando na tabela abaixo.

**Tabela VII** - Relação de todas as embarcações do Estado, que existiam nos portos do Império abaixo designados

Características/classe de vasos	Estados	Navios Armados
Bocas de fogo	Rio de Janeiro	85
	Santa Catarina ou Desterro	12
	Rio Grande do Sul	44
Total de embarcações		141
Transportes	Bahia	22
	Pernambuco	19
	Maranhão	21
	Pará	188
Paquetes do Norte		4
Total de embarcações		254
Paquetes	Centro	4
Transportes		6
Total de embarcações		10
Total geral de embarcações armadas		450

**Fonte:** Relatório do Ministro da Marinha, 1836, p.12-14 anexos

Verifica-se na tabela que, nas regiões Sul e Pará, havia um descompasso no quantitativo de embarcações. A máxima disso aponta que o Norte teve mais cuidado das autoridades, pois seria mais importante manter uma quantidade considerável de vasos em divisões navais naquela região, devido a maior movimentação de guerra. Já no Sul os vasos não estavam atracados no Porto da cidade de Rio Grande, provavelmente estavam no mar ou fundeados em milhas distantes da costa Sul ou na lagoa dos Patos ou lagoa Mirim. Entre 450 navios armados tinham também 19 desarmados e 274 oficiais no comando das embarcações, subtraindo dois que estavam respondendo processos e 24 por motivo de doença. Esse relatório demonstrado na tabela tinha sido enviado pelo Capitão de Mar e Guerra Francisco Bibiano de Castro, encarregado do expediente do Quartel General da Marinha ao Ministro em 29 de abril de 1836, conforme tabela abaixo.

**Tabela VIII – Mapa do estado em que estava o corpo da Armada Nacional e imperial**

PATENTE		Estados								
		Prontos	Doentes em casa	Embarcados	Empregados em terra	Com licença	Em conselho de Guerra	Faltam a justificar-se	Ausentes	Total de cada Classe
CORPO DA ARMADA	Chefe de Esquadra efetivo	-	-	-	1	-	-	-	-	1
	Chefes de Divisão	1	-	1	2	-	-	-	-	4
	Capitães de Mar e Guerra	5	1	2	2	2	-	1	-	13
	Capitães de Fragata	2	-	4	3	1	1	-	-	11
	Capitães-Tenentes	6	3	8	7	3	-	-	-	27
	Primeiros-Tenentes	14	7	50	5	6	1	1	2	86
	Segundos-Tenentes	11	13	96	4	5	-	3	-	132
Soma		39	24	161	24	17	2	5	2	274

**Fonte:** RMM, 1836, N.2 disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2051/000019.html>, acesso em 05 de agosto de 2016.

A tabela dá uma ideia clara de como estava organizado o corpo da Armada na questão de efetivo dos oficiais. Era necessário colocar a casa em ordem e estabelecer em escopo capaz de manter a boa administração.

No tocante à base da pirâmide naval, Salvador José Maciel passa a elaborar estratégias para suprir o engajamento dispendioso representado pelos estrangeiros e Marinheiros mercantes e pescadores, esses dois últimos eram considerados trabalhadores necessários e produtivos. Com isso, seriam recrutados jovens “desocupados, ociosos sem meios de subsistências, e os que não aplicarem assiduamente a algum ofício ou ocupação, educando-os para a mais absoluta

subordinação, julgando ser esta a solução para o problema das deserções”<sup>87</sup>. Ainda nesse ano de 1836, por meio de Decreto, elencado no adestramento, na educação e na disciplina, foram criadas quatro Companhias de Marinheiros com 100 praças cada uma, abatendo-se o efetivo da força das mencionadas no artigo 1º da presente proposta, e das que ficam decretadas para o ano de 1836 a 1837, formando assim o Corpo das Companhias Fixas de Marinheiros. Essa criação permitiu a elevação nos padrões de recrutamento, abrindo-se mais espaço para o recrutamento voluntário em prejuízo de sua forma forçada.

Torna-se importante frisar que Salvador Maciel ocupou cargos importantes na administração do Exército, sem envolver-se diretamente em conflitos que poderiam ter-lhe rendido vasta experiência de combate como oficial de campo. Logrou êxito ao usar uma tropa profissional e organizada em Companhias para sufocar o possível caos que ameaçava subverter a província de Pernambuco. Para Santos (2016, p.83), estava ali se configurando uma ideia de tropa regular de Marinheiros em contrapartida à marinheiragem, recrutada no laço. Atuou administrativamente em diferentes frentes pela Independência na Bahia e Pernambuco; estando ainda às voltas na guerra contra as províncias Unidas do Rio da Prata. Distante dessas questões, ainda apresentou, na província do Rio Grande do Sul, um projeto de criação de seis corpos de cavalaria que seriam denominados Guardas da Fronteira do Sul. Contudo, seus traços biográficos, tal como descritos por Lucas Boiteux, reforçam a tese de Adriana Barreto sobre a ausência entre o corpo de oficiais do exército brasileiro dos anos iniciais do período regencial de conhecimentos técnicos específicos sobre a arte da guerra; “de valores orientados por uma disciplina rigorosa, incorrendo para que os militares não se constituíssem em um grupo unificado detentor de uma forte identidade corporativa” (SOUZA, 2004, p.161).

Uma hipótese plausível, entre outras, seria considerar que Salvador Maciel teria, com esse gesto, demonstrado um bom relacionamento desses ramos das forças armadas com representações de parte da elite civil; e, aliado a isso, certa

---

<sup>87</sup> RMM, 1836, p.8.

clareza das dificuldades históricas e sociais impostas pelo recrutamento às duas armas – Exército e Marinha.

Outra possibilidade, relacionada à primeira hipótese, teria sido a aproximação de Salvador Maciel com o então Ministro Rodrigues Torres, enquanto este ainda desempenhava suas funções como lente substituto da Academia Militar, durante o período de 1826 a 1833 (com intervalo de dois anos 1827-1829), quando esteve licenciado e retornou à França. Afinal, Rodrigues Torres paulatinamente iria sendo admirado e respeitado, inclusive pelos seus mais intransigentes adversários, como mestre, redator doutrinário da folha *Independente, moderado* inicialmente, integrante da Sociedade Defensora, e Ministro da Marinha. Ambos partilhavam inclusive da ideia de que os verdadeiros homens do mar deveriam ter sua formação completada quando embarcados.

No ano seguinte, segundo seu regulamento de 1837, estariam destinados a formar uma Escola de Marinheiros Nacionais para o serviço da Armada<sup>88</sup>. Vale ressaltar que as Companhias de Aprendizes não tiveram seu projeto genuinamente brasileiro, com isso:

[...]observa que na mesma marinha francesa, donde vem a origem desta organização,[...]. Nos portos de Toulon e Brest há, em cada um deles, 53 companhias de 100 praças cada uma, mas não embarcam por destacamentos, e sim por companhias ou seções<sup>89</sup>.

É verossímil, no entendimento político, que a principal maneira de adquirir Marinheiros seria criar esse braço naval de origem francesa. Por esse e outros aspectos, ficou evidente a admiração e a influência do modelo francês de organização militar defendida por Rodrigues Torres.

Desta maneira, “assim também a guarda nacional brasileira teve sua gênese inspirada no modelo francês e em parte cumprir a missão de colocar nas mãos dos cidadãos de posses a tarefa de manter a ordem” (CARVALHO, 2004, p.49). Por isso, anos antes, o Ministro Torres já dava indícios que ter os franceses como referência

---

<sup>88</sup> Decreto de 1º de julho de 1837, disponível no sítio do Senado Federal, consultado em 15 de junho de 2015, por meio do endereço eletrônico [www.legis.senado.gov.br/siscon](http://www.legis.senado.gov.br/siscon).

<sup>89</sup> Ordem do dia da Sessão da Câmara dos Deputados, 1836, p.199.



era algo primordial<sup>90</sup>, sendo essa ideia trazida da Europa que mais se encaixava nos moldes para formar uma unidade que poderia atender ao recrutamento e formar para o serviço naval, sem retirar das atividades comerciais aqueles que ali já estavam estabelecidos, com o objetivo de não ficar na dependência do sistema escravista. Por isso que, desta forma:

[...]conseguindo que eles se criem no comércio de cabotagem e na pesca; e lastima que o Governo não tenha dado impulso a estes dois ramos tão importantes para o Estado, e até mesmo premiando aquelas embarcações que somente trouxessem homens livres, ou mui diminuto número de escravos na tripulação.<sup>91</sup>

Estes jovens, inicialmente, eram levados de maneira compulsória ou voluntária para o interior dos navios da Armada. Por outro lado, era nas Companhias de Aprendizes que ocorria a formação Militar indispensável para ocupar os cargos de Marinheiros nos navios de guerra. O aprendizado consistia em receber instruções de primeira letra, aulas religiosas<sup>92</sup> e formação de marinharia, com o intuito de conduzir e manter os navios prontos para operar.

Fica clara a ideia de que a preocupação não era só organizar um Corpo de Aprendizes-Marinheiros, mas também retirar das ruas aqueles que de uma maneira ou de outra nada faziam, isto é, viviam sem objetivo certo, ou seja, na “vadiagem” e na criminalidade, trazendo algum tipo de desconforto à população, naquele momento. Visto que inserir jovens não seria de forma voluntária e sim uma obrigação para atender a demanda da instituição que necessitava formar, profissionalizar e aumentar o efetivo da Armada. Desta forma, conforme tabela abaixo, demonstra como eram estruturadas internamente as Companhias de Aprendizes-Marinheiros:

---

<sup>90</sup> RMM, 1833-2, p.5.

<sup>91</sup> Idem, p.5.

<sup>92</sup> Nos oitocentos, predominará, sobretudo, nos estabelecimentos governamentais masculinos. Questionava-se se agora um ensino com propósitos religiosos em favor de uma educação que fosse útil aos interesses da pátria (RIZZINI, 2004, p.24).

**Tabela IX-** Plano de ordenação das declaradas Companhias

Patentes ou graduações	Quantitativos
Primeiro-Tenente (Capitão ou Comandante da Companhia)	1
Segundo-Tenente (Tenente da Companhia)	1
Guardas-Marinha	2
Contra-Mestre	1
Guardião	1
Primeiro Forriel	1
Segundo Forriel	1
Cabos de Marinheiros	4
Primeiros-Marinheiros	18
Segundos-Marinheiros	18
Terceiros-Marinheiros	26
Aprendizes-Marinheiros	26
Total	100

Fonte: Coleção de Leis do Império, 1836, p.215

Observe que, na tabela, o oficial subalterno na patente de Primeiro-Tenente, com título de Capitão ou Comandante da Companhia, possuía a responsabilidade de comandar e manter, em todas as circunstâncias, na plenitude de sua autoridade: a disciplina, a boa ordem e a estrita execução da legislação em vigor, exigindo o respeito e a obediência daqueles jovens e informando ao Quartel General o andamento da produtividade na formação daqueles Aprendizes, instruindo-os, admoestando-os e punindo-os ou promovendo sua punição de conformidade com a lei. Os Artigos de Guerra, que constituíam a parte final do Regimento Provisional, relacionavam os crimes e transgressões cometidas, não só pelos oficiais, mas também pela guarnição, e estabeleciam as respectivas penas da presente ordenança e das normas e instruções da Armada.

Essa Companhia nasce organizada hierarquicamente. Por isso não se sabe precisar com base em que instituição se deu a organização daquela unidade militar. Pode-se entender que se deu pelo viés da organização das tropas, em Portugal, onde também se dava essa organização. Todavia, na figura do primeiro e do

segundo forriél<sup>93</sup>, observa-se o uso de graduações em francês configurando uma formação híbrida.

A criação dessas instituições era uma tentativa das autoridades brasileiras de formar Marinheiros, oferecendo-lhes algum tipo de atividade técnica/profissional para servir à nação, em substituição ao recrutamento compulsório, o qual se constituía quase que exclusivamente na única fonte de captação de pessoal para os serviços da Armada Imperial. Tudo isso foi num momento em que o Brasil se deparava com tensões de conflitos que estavam em andamento em algumas provinciais. Com essas celeumas foi necessário criar instituições com o intuito de (re)inventar uma Armada forte. Portanto, foi com base nesse pensamento que o uso das Companhias se tornou essencial para estabilidade do Brasil.

Para a compreensão da formação das Companhias de Aprendizes, foi necessário dar maior ênfase ao ano de 1836, para melhor entendimento quanto os ideais das autoridades sobre a questão da nacionalização da Armada Imperial trouxe uma nova organização a essa instituição brasileira. Desta maneira, é possível adentrar de forma mais absoluta no conhecimento de como surgiram os centros de formação de Marinheiros. Para nortear melhor o leitor, é necessário fazer um breve retorno ao ano de 1831, início da Regência, e entender em que os relatos da época mostram o quanto a diversidade das tripulações a bordo, incomodavam as autoridades:

[...]a heterogeneidade da tripulação dos nossos Navios de Guerra, que infelizmente não podemos ainda destruir, e talvez causa de não poucos males, que tenhamos sofrido. Qualquer que seja a habilidade dos Marinheiros Estrangeiros, e claro, que tomarão, como nós, tanto interesse pelo país, á que servem; e ninguém ignora os prodígios, de que e capaz o entusiasmo pela Glória Nacional, e quanto mais vezes dele e depende a sorte dos combatentes<sup>94</sup>.

Essa heterogeneidade diz respeito aos Marinheiros estrangeiros a bordo dos vasos de guerra, pois, naquele momento, as tripulações da Armada Brasileira eram

---

<sup>93</sup> A designação vem do termo francês "*fourrier*", que, por sua vez, vem de "*fourrage* (forragem)". Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Furriel>, acesso em 25 de agosto de 2016.

<sup>94</sup> RMM, 1831, p.5.

formadas em sua grande parte por estrangeiros, principalmente portugueses. Muitos desses, por questões de não se autodeclararem nacionais, praticavam o desleixe com os afazeres diários e a insubordinação para com seus superiores. Mesmo assim, “uma minoria de 'nacionais' e escravos, muitos deles libertos para esse fim, também tripulavam os navios da Armada nos verdes anos do Império” (JEHA, 2011, p. 51).

Essa diversidade era um espelho da nação brasileira que ainda não estava formada por completa. “Porém, foi nesse mesmo período, que, experiências e ideias começaram a ser utilizadas no sentido de também militarizar e nacionalizar e as guarnições” (NETO, 2001, p.145).

A presença maciça de Marinheiros internacionais, na sua maioria portugueses a bordo dos navios brasileiros, incomodava, de certa forma, as autoridades nacionais, e fez surgir a necessidade de nacionalizar a Armada com a criação das Companhias Fixas de Marinheiros.

Cumpre, pois criar, Companhias fixas de Marinheiros, [...] estes Corpos devem ser organizados de tal forma, que se tornem aptos para todo o serviço de Mar, e aprendam conjuntamente o manejo da artilharia, de fuzil, e de todas as armas, que se usam nos combates de terra. Deste modo conseguiremos formar uma Marinha numerosa, e respeitável pela qualidade das tripulações, e converter em hábeis, e bravos defensores da Pátria, indivíduos, que pelas desgraçadas circunstancias, em que achavam na sociedade, seriam impelidos a viver na ociosidade, e no crime<sup>95</sup>.

No momento em que se cogitava em tirar de ação a tropa leal ao jovem D. Pedro II, o Ministro Salvador Maciel provavelmente talvez tenha entendido que aquela ocasião poderia ser uma ótima circunstância para incorporar como mecanismo de recrutamento uma nova modalidade no escopo militar naval.

Essas Companhias de Aprendizes passariam a ser um laboratório onde formariam setores de experimentação de interferência estatal, dentro do escopo administrativas e burocráticas na configuração do Estado imperial. Estavam introduzidas, nas associações do trabalho escravista, a criação, a organização e a

---

<sup>95</sup> RMM, 1836, p.8.

atuação no momento da construção e constituição do Estado imperial e que tinha como referência e laboratório o modelo e característica da Côrte.

Considerando a grande extensão de costa marítima e a quantidade de valiosos produtos, principalmente agrícolas, junto à falta de uma Armada profissional. Essa ausência e defasagem de uma força naval regular, incomodava as autoridades naquele momento. A defesa desses empórios do comércio e a preservação do inabalável trono, que buscava manter a ordem social, a tranquilidade, a obediência às leis, à vista do funestíssimo exemplo da tenaz, e sanguínea rebelião, que naquela fase assolava algumas províncias, eram motivos bastante relevantes naquele período para investir em um corpo profissional de Marinheiros. Dentre as várias necessidades de autonomia, surgidas após independência 1822, o controle da extensa faixa litorânea era uma das mais urgentes. O governo Regencial sabia da importância do domínio marítimo. Para isso, foi necessário distribuir suas forças pelo litoral, deixando-as prontas para defesa. Para tripular esses navios “dispersos” pelo litoral, era necessário ter homens capazes de fazer a manutenção e a condução das atividades, mesmo de maneira rudimentar, Marinheiros a bordo daquelas belonaves.

Com a proposta sobre a fixação de forças, inspirada pelas ideias do Ex-Ministro Rodrigues Torres, a Assembleia Geral Legislativa, na sessão ordinária ainda em 1836, pelo Ministro da Marinha vigente na época, Salvador José Maciel, elaborou uma estratégia para suprir o engajamento dispendioso representado por mercantes e pescadores. Por outro lado, era nas Companhias de Aprendizes que ocorria a formação Militar necessária para ocupar os cargos de Marinheiros nos navios de guerra, como já foi referido algumas vezes nesse trabalho. Fica clara a ideia de que a preocupação não era só organizar um corpo de Aprendizes-Marinheiros, mas também discipliná-los. Inserir jovens não seria de forma voluntária e sim uma obrigação para atender a demanda da instituição que necessitava também formar, profissionalizar e aumentar o efetivo da Armada.

Para Venâncio (2000, p.199), é a partir da criação das Companhias de Marinheiro que se fundam, ineditamente no Brasil, instituições inteiramente públicas voltadas para os menores que não podiam estar sob os cuidados de seus

responsáveis ou de hospitais. A proposta do Ministro, aparentemente, se mostrava bastante aprazível para as agremiações políticas da época, a partir do momento em que se cogitava, ou ao menos inseria, por meio do instrumento de recrutamento ou arregimentação, uma direção mais dilatada de coação e apropriada sobre a sociedade menos favorecida, impulsionando com força os laços do recrutamento sobre a infância indefesa e abandonada, “reforçando, assim, o objetivo de manutenção das hierarquias sociais e controle das classes menos favorecidas” (SANTOS, 2016, p.90).

Consequentemente, com as finalidades de proteção da longa costa brasileira e formação de uma marinhagem nacional, é que muitos políticos passam a pensar na possibilidade de criar centros de formação de Marinheiros. Essa medida seria cabível diante da necessidade de armar e conduzir as belonaves que necessitavam de um contingente amplo para manutenção da paz e soberania nacional.

Ressalta-se que havia uma desigualdade muito grande entre Marinheiros e Artilheiros Navais pelas devidas dificuldades em obter homens com intuito de servirem à Armada. O motivo dessa desigualdade provinha da disparidade de idade e robustez necessárias, entre essas duas classes, para cumprir as atividades exigidas. A sugestão nos debates naquele momento seria mais do que nunca a nacionalização por completo da Marinha: “Por muito convir o nacionalizar o mais que for possível a nossa Armada, pois não é em ser nacional a madeira, de que se fabricam os navios do país, e o filete das bandeiras, que está a nacionalidade, mas sim nas suas guarnições [...]”<sup>96</sup>.

Naquele ano, os debates se acirraram quanto à desproporcionalidade do corpo de Marinheiros em relação aos Artilheiros. Mesmo com falta de profissionalização dos homens para as atividades para o mar, muitos estrangeiros que compunham a Armada estavam divididos entre Marinheiros e Artilheiros Navais. A desproporção causava um clima de tensão, por entenderem que os Artilheiros tinham mais força física mesmo estando em pequeno número do que a marinhagem:

---

<sup>96</sup> Interpelamento do Sr. Bento Barroso Pereira presidente da Câmara do Senado na Sessão de 18 de junho de 1836, na qual questiona o Ministro sobre a nacionalização da Armada, p. 193, disponível em [http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/IP\\_AnaisImperio.asp](http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp), consultado em 15 de junho de 2015.

[...] o Marquês de Paranaguá entende que o Sr. Ministro tem dado muito boas razões para se guardar a proporção que o projeto apresenta, e julga que os nobres Senadores laboram em um equívoco, qual o de suporem que as 1.800 praças de que trata o artigo 1º, são todas de marinheiros; que segundo a sua inteligência esse número compreende marinheiros, Oficiais de Marinha, Fazenda e Artilheiros, etc. Deseja ser informado pelo nobre Ministro sobre quais as forças que atualmente á de Marinheiros e Artilheiros[...]<sup>97</sup>.

À vista destas, o que de certa forma explica a prioridade em ter mais Marinheiros que Artilheiros. Ficou claro que essa diferença numérica acontece pela grande extensão da costa brasileira, pois a prioridade da navegação de cabotagem e a ampla dificuldade em obter homens para vida do mar através do recrutamento, de certa forma consolidava a prioridade em ter mais Marinheiros em vez de Artilheiros.

À medida que os debates, questionamentos, reflexões e tensões foram acontecendo, ficou decidido, na sessão de 19 de julho de 1836, o Artigo 5º da lei de fixação de força sobre a questão do corpo de Artilheiro, a partir do qual uma medida paliativa seria fazer uma emenda aditiva da lei. Com isso, ficou decidido que, para preencher o corpo de artilharia da Marinha, bastaria ter servido ao Exército, ou no dito corpo, ou ainda estar como praça. Além disso, também ficou igualmente concedido oferecer um abono aos civis que espontaneamente quisessem entrar no serviço militar.

Para preencher a força designada para o corpo de Artilharia da Marinha, o Governo fica desde já autorizado a convidar para o serviço os indivíduos, que, tendo já servido no exército, ou no dito corpo, obtiveram suas baixas, e a contratar com os que existem ainda com praça, e estão no caso de terem baixa, por haverem acabado o seu tempo de serviço, a continuar no mesmo serviço, dando a uns e a outros, como gratificação, além do soldo que lhes pertencer, em quanto forem praças de pret, uma quantia igual ao mesmo soldo. Fica igualmente autorizado a conceder uma gratificação igual à metade do respectivo soldo, aos paisanos que voluntariamente quiserem entrar no serviço<sup>98</sup>.

---

<sup>97</sup> Sessão da Câmara dos Deputados, 1836, p.194.

<sup>98</sup> Anais do Senado do Império do Brasil. Ordem do dia da Sessão de 19 de julho de 1836, p.137. Disponível em [http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais\\_Imperio/1836/1836ok.pdf](http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1836/1836ok.pdf), acesso em 24 de agosto de 2016

Toda essa ideia reforçou o governo a autorizar que muitos civis, ex-militares do Exército e até da Armada, que já tinham passado por certa formação militar, pegassem em armas. Tiveram uma doutrina de caserna, com certo incentivo financeiro, caso viessem a retornar para Armada; isso de antemão era uma forma de recrutar jovens para o serviço ativo do corpo de Artilheiro da Armada.

Com isso, fica evidente que era a forma encontrada de conter a evasão e/ou baixas estabelecidas pelos militares de Artilharia da Armada. Então, criar as Companhias fixas de Marinheiros se tornava uma prioridade, mesmo usando de meios diversos para compor as fileiras militares, profissionalizar jovens e homens, através de uma missão árdua para os parlamentares.

A lei de fixação de forças inquietou os ânimos oposicionistas, dessa vez encabeçados pelo Deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, no tocante ao referido Art.5º daquela lei, devido ao ajuste nas remunerações relativas a prêmios prioritariamente aos nacionais e secundariamente aos estrangeiros de forma ordinária, acarretando aumento de gastos nos cofres público. Essa situação fez com que Maciel fosse chamado às pressas, a explicação: “Vasconcelos, na sessão de 17 de junho, interpelou Salvador José Maciel, submetendo-o a interrogatório” (VASCONCELOS e SOUSA, 1988, p. 145).

Analisando os Relatórios Ministeriais, verifica-se que, progressivamente, a proposta enviada ao governo em tempo ordinário seria elevar o número de aprendizes que o Ministro havia sugerido em seu Relatório, mas sim a 2.500 homens. Então foi elaborada outra proposta paliativa e utópica em tempo ordinário, isto é, podendo elevar o número de praças para 4.000<sup>99</sup>, este que não foi alcançado. Somado a isto, criar 12 Companhias de Imperiais Marinheiros com 106 praças, cada uma, com idade entre 10 e 17 anos. Cumpri aqui uma observação: “poder-se-á também inserir menores de dez anos que tenha suficiente desenvolvimento físico para os exercícios do aprendizado”<sup>100</sup>.

---

<sup>99</sup> RMM, 1837, p. 2.

<sup>100</sup> Fonte: Instrução para o alistamento de voluntários de recrutas para o serviço da armada. AN, códice. XM-850.



Ainda no Relatório do Ministério da Marinha, em 1837, Rodrigues Torres foi considerado o mais importante Ministro devido à questão da reformulação da Armada, viu mais uma vez, a propósito, a necessidade de ampliar a Força Naval de 1500 para 3000 praças. Como em anos anteriores, as leis de fixação da força no período estabeleciam sempre que os Marujos deviam ser alistados a prêmio, preferindo sempre os nacionais aos estrangeiros, expurgando-os aos poucos da Armada, visto que a atenção naquele momento estava concentrada na nacionalização das guarnições; deviam recrutar a força, quando não preenchessem as fileiras militares, o que sempre ocorria, mas também na economia que se pretendia fazer e no controle da disciplina que se pretendia promover.

Em 1838, Torres, com seu mandato em vigência, assumindo pela terceira vez, dos quais durante o período da Regência foi Ministro da Armada por quatro vezes e também por seis vezes assumindo a liderança da Secretaria de Estado dos negócios da Armada, apresentava à Assembleia Legislativa algumas propostas remetidas por meio de seu relatório:

[...]não estou porém em que devam estas dificuldades fazermos dar de mão a um designo, a que com o andar ao tempo pode responder o sucesso; e por isso é minha opinião que em lugar de criarmos já Companhias de Marinheiros, as formemos de Aprendizes de Marinheiros, onde sejam admitidos moços de 10 a 16 anos, ou 18 anos, os quais, recebendo desde tenra idade a educação e instrução apropriada, poderão formar, em chegado a idade viril, Companhias e corpos permanentes de Marinheiro, conseguindo [...] não só formar homens próprios para o serviço de nossa Marinha Militar [...] senão também dar-lhes a organização mais conveniente, ao fim que ela destina<sup>101</sup>.

O discurso do Ministro decorre da dificuldade em obter jovens para aquele fim e confirmando a dependência do recrutamento. Assim, o Ministro, no relatório de 1838, propõe aumentar para dez o número de Companhias Fixas de Marinheiros, ele também propunha tripular os navios de guerra com o máximo possível de Marinheiros, porém com uma ressalva: “[...] cujas tripulações não deverão exceder a 3.000 praças de todas as classes”<sup>102</sup>. Observa-se, analiticamente, que, de um ano

---

<sup>101</sup> RMM, 1838, p.29.

<sup>102</sup> Idem, p.31.

para outro, a nomenclatura não muda, a questão era ter e não exceder. Manter um Marinheiro era muito oneroso: alimentação, soldo e uniforme custavam aos cofres públicos uma soma que no final sairia muito alta. Não adiantava ter todo esse investimento se o recrutamento não era visto com bons olhos para população. As deserções e as expulsões atrapalhavam, de certa forma, a organização do Corpo de Praças da Armada.

Com base na decisão do ano anterior, ou seja, de 23 de novembro de 1837, o Ministério da Marinha, mediante ofício às presidências das províncias, ordenava que atuassem no sentido de efetuar engajamentos e recrutamentos para manter a composição das guarnições da Marinha:

[...]sendo da maior urgência armar quanto antes algumas embarcações de guerra, e sendo um dos obstáculos que se opõe à celeridade de semelhantes armamentos a falta de marinheiros que as guarneçam, ordena o Regente Interino [...] que V. Ex. faça remeter com toda a brevidade ao arsenal de Marinha desta Corte o maior número possível de indivíduos aptos para este serviço, que tenham a idade de 14 a 36 anos, e a precisa robustez, ordenando, outrossim o mesmo Regente que, caso não haja nesta província quem voluntariamente por tempo determinado queira se engajar, que poderá ser de um a dois anos, faça V. Ex. proceder ao recrutamento na forma das leis em vigor<sup>103</sup>.

As revoltas e os movimentos de cunho separatistas e liberais, que ainda estavam acontecendo neste período, como já foi citado no início desse trabalho, tornavam urgente a necessidade de ter homens a bordo para guarnecer os navios, a fim de manter a soberania e a ordem. As dificuldades em ter jovens em caráter voluntário, para compor as tripulações, se tornavam um empecilho para as autoridades e agentes naquele momento. De certa forma, ter homens em quantidade não era o único problema, mas sim tê-los em idade e saúde para praticar as atividades a fins. Com esse eixo de ideias, percebe-se como havia em torno dos projetos navais um jogo de interesses e de enquadramentos relativos ao material humano, pois, não adiantava recrutar qualquer um. Uma vez que, ao inserir um daqueles jovens com algumas enfermidades contagiosas, o problema seria maior, de

---

<sup>103</sup> Decisão tomada em 13 de novembro de 1837. Referido por Arias Neto (2001, p. 58), com base em Caminha (1986, p. 415).

modo que isso atrapalharia de certa forma a organização e estrutura das Companhias.

Os Relatórios dos Ministros da Marinha tinham um cunho organizacional e administrativo apropriados para concorrer para manutenção da integridade, da independência, e da honra nacional; favorecer a indústria, o comércio, protegendo-os, era a missão da Força Naval, muito clamada pelas autoridades em causa da ordem. Para isso, a disciplina era um instrumento usado para coagir todo ato de contravenção e insubordinação cometido por aqueles militares que não aceitavam esse tipo de instrumento: [...] A disciplina mais severa, a subordinação mais religiosa são elementos indispensáveis de uma boa Marinha Militar<sup>104</sup>. Dessa forma, também, como já foi citado nesse trabalho, outra maneira usada para coibir as rebeldias “era usada como forma de prisão e punição as Galés chamadas de 'presiganga' na condição de sentenciados” (FONSECA, 2008, p. 95-100).

A maioria dos Ministros conservadores, sejam militares ou civis, não eram somente homens de opinião, mas também homens intelectuais capazes de mandar, administrar, eram agentes cujos interesses exigiam ordem e paz social. Esses mesmos homens ligados ao poder central foram incorporando o projeto Companhia de aprendizes, a partir do momento em que seu efeito foi sendo sentido, assim a organização administrativa da Armada estava se consolidando através desses viveiros navais na consolidação nacional.

## **2.2 E foi assim que os “viveiros”<sup>105</sup> dos marujos se consolidaram**

Conforme discutido no subcapítulo anterior, ficou notório que aquela instituição estatal, as companhias de Aprendizes-Marinheiros, foi um projeto de envergadura nacional, uma vez que foi parte do projeto de reforma da administração naval no contexto da reforma administrativa e burocrática do estado brasileiro em meados do século XIX. A reestruturação da gestão Naval ganhou a nuance e a

---

<sup>104</sup> RMM, 1838, p.5.

<sup>105</sup> Esse termo passou a ser utilizado no final da primeira metade do século XIX até mesmo para fazer alusão às Companhias de Aprendizes-Marinheiros, a partir daí se permeou até o período republicano.

chefia da política da agremiação conservadora. Entre os aspectos da gestão administrativa imperial, herdada pelo Brasil emancipado, mantinha-se a transmissão de poderes aos indivíduos que representavam o Estado onde ele próprio não alcançava.

Mediante os debates acirrados, fazia parte do repertório discursivo, não só do Império, mas também da Regência, a conclusão, mais uma vez, de que para nacionalizar e profissionalizar os Marinheiros se tornaria algo primordial. Para isso, seria necessário iniciar a construção de Escolas de Marinha em forma de companhias, tendo no Decreto nº 14 de 1840 a fundação da primeira e única Companhia de Aprendizes-Marinheiro do Brasil, até naquele momento, sediada na Corte e considerada o principal pilar do projeto militar-político da Armada.

O próprio Decreto nº 45 de 26 de março<sup>106</sup>, expedido pelo Regente Araújo Lima, sobre supervisão do Ministro naval Jacinto Roque de Sena Pereira, mudava a denominação de Companhias fixas para Corpo de Imperiais Marinheiros<sup>107</sup>, fazendo a unificação de ambas. Essa resolução emanada não foi uma simples mudança de nomenclatura, mas tinha o propósito de cortar os laços com a dependência do tipo de recrutamento usado na época, assim como da contratação e do engajamento de estrangeiros. A mudança organizacional que vinha acontecendo na forma de criar um corpo genuinamente nacional passava a se tornar realidade a partir desse decreto, mas as agressividades do jeito de recrutar e as propostas de militarização dos jovens, para torná-los fiéis ao serviço da Armada com intuito de fazer carreira, não estava sendo a solução concreta para resolver os problemas da organização.

Por outro viés, o Corpo de Imperiais Marinheiros seria criado com intuito de selecionar os melhores, em comportamento e aptidão, voltados para uma ótica de modernização e profissionalização do seu quadro, pois segundo Leandro (2002, p.110), a tendência desse Corpo foi progressivamente elitizar-se a ponto de excluir

---

<sup>106</sup>Coleção de Lei do Império, Typografia nacional, 1863. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>, acesso em 07 de agosto de 2016.

<sup>107</sup> Segundo as pesquisas a denominação Corpo de Imperiais Marinheiros era um grupo específico na qual seriam identificados como aqueles que vinham das Companhias de Aprendizes-Marinheiros por terem bons comportamentos, e até um tipo de ofício, procedentes do recrutamento forçado.

de seus quadros Marinheiros de mau comportamento e até mesmo forçar uma legislação específica para não admitir indivíduos de certas procedências suspeitas.

Anteriormente, quando eram recrutados, os mancebos<sup>108</sup> eram obrigados a embarcar a bordo nos navios de guerra. A partir de 1840, passaram a ser aquartelados nas Companhias de Aprendizes, todavia, para Santos “essa foi medida mais significativa para formação e organização das praças, como garantiam as autoridades navais e o governo” (SANTOS, 2016, p.195-196). Quando se observa o recrutamento, com intuito de inserir nas embarcações, é importante pensar sobre a amplitude e a metodologia em tê-los como militares, aqueles episódios que foram tão presentes na vida de centenas de rapazes durante todos aqueles anos.

Naquele momento, o Ministro da Armada, de caráter conservador, Jacinto Roque de Sena Pereira, ao assumir administrativamente a pasta da instituição, em 1839, sustentou o posicionamento de Rodrigues Torres, com relatórios detalhados e buscando as mesmas reformas atinentes ao seu antecessor. Para tal fim, dando continuidade ao seu mandato, em 1840, apresenta as propostas à Assembleia Geral Legislativa, com um plano para fixação das Forças Navais. Nessa proposta, ele sugere elevar o número de praças de todas as classes, isto é, Artilheiros e Marinheiros, inclusive o número de crianças e jovens matriculados na Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Côrte. A inovação trazida, conforme exposto acima, se referia à ideia de que os seus pais ou tutores, ao apresentarem seus menores, receberiam uma gratificação, por isso, chamadas de “prêmio”<sup>109</sup>.

---

<sup>108</sup> O termo mancebo é a “classe de marinheiros aos quais se lhe não confiam ainda certos trabalhos de maior consideração , é termo mercante, entre marinheiro, e moço de governo” Fonte: AMORIM, João Pedro d’. Dicionário de Marinha que aos oficiais da Armada Nacional Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1841. p.198.

<sup>109</sup> Essa forma de gorjeta eliminava superficialmente os gastos públicos com os prêmios e melhores salários que anteriormente eram pagos aos estrangeiros engajados. Cf. ARIAS NETO. 2001, p. 48. Décadas mais tarde a constituição republicana extinguiu essa forma de recrutar por prêmios. Segundo essa carta magna, as necessidades de obter homens nas forças Armada, foram abolidas com os voluntários, Art 87 parágrafo 4º. Convém também ressaltar que além de voluntários muitos vieram pela lei 2556 de 26 de setembro de 1874. Ver, por exemplo, MENDES, Fabio Faria. O tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial. Rio de Janeiro, IUPERJ, Tese de doutoramento em ciência política. 1997.

**Art. 5º** Além das Companhias mencionadas no artigo antecedente, haverá outra de Aprendizes Marinheiros, que poderá ser elevada até ao número de 200 menores da idade de 10 até 17 anos, findos os quais principiarão a vencer tempo de serviço.

**Art. 6º** O Governo fica desde já autorizado a dar uma gratificação de 12U000 réis, aos pais ou tutores, que voluntariamente apresentarem os menores para serem admitidos às Escolas de aprendizes Marinheiros, e mais um terço de soldo, deduzido do que houverem de vencer os mesmos menores até a idade de 17 anos. São preferidos os filhos dos artífices, oficiais de apito, marinheiros, inferiores ou soldados de artilharia da Marinha, e de quaisquer outros indivíduos empregados nos Arsenais Militares do Império.

**Art. 7º** Enquanto outra coisa não se decreta, o tempo de serviço para toda marinhagem voluntária será de 5 anos efetivo, e de 8 anos para os recrutados<sup>110</sup>.

De certa maneira, alistar os filhos, com intuito de receber a remuneração, era um tipo de moeda de troca devido às necessidades das classes menos abastadas da época. Era também a forma de vender a guarda de sua cria para a nação, “prática essa vinda da tradição escravista” (MAESTRI, 2000, p.25). Observa-se que o cuidado em mantê-los vinculados mais tempo na Companhia estava sendo a preocupação maior, por essa razão aqueles que tinham a intenção de fazer parte da Armada poderia ser alguma vantagem, pois se quisesse sair, o tempo de serviço seria menor ao invés daquele que foi pego a laço no recrutamento forçado. Não se pode esquecer que todos eram exclusivamente oriundos dos extratos inferiores da sociedade.

Definitivamente, a criação da Companhia de Aprendizes se deu pela lei 148, de 27 de agosto de 1840, conforme o ato assinado pelo Ministro Antonio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti<sup>111</sup>, o Visconde de Albuquerque, que mandava abrigar uma quantidade expressiva de jovens, ficando subordinada, a Companhia, ao Corpo de Imperiais Marinheiros. Era uma Companhia junto à outra Companhia, isto é, uma já criada e outra adida ao Corpo de Imperiais Marinheiros, conforme preconizada no art. 5º.

---

<sup>110</sup> RMM, 1840, p.1.

<sup>111</sup>Ministro, político pernambucano simpatizante liberal que, durante sua passagem pela administração da Marinha, tornou a ideia de Rodrigues Torres um fato real - por ocasião de sua vigência na pasta da Armada criou a Companhia de Aprendizes-Marinheiros na Corte, durante o primeiro gabinete da Maioridade, isto é no Segundo Reinado. A novidade que ele traz no momento que assume a Armada foi a proposto de aumento das Companhias para 14, ver, RMM, 1841, p.2.

Essa lei alterou a estruturação da Armada do Brasil, para incluir essa alteração teve a ver com a construção de um prédio fixo onde pudesse haver melhor formação teórica ao Aprendiz. Segundo um brasilianista contemporâneo, que nos deu a localização oficial do primeiro quartel fixo, esse estando projetado para obter durante todo o ano 200 menores, desta forma, *“the first companie of apprendices in fortaleza de Boa Viagem (Niterói, RJ), was for young people to prepare themselves better and for those who ‘wanted’ to follow a career”* (MORGAN, 2004), isto é, a primeira Companhia de Aprendizes na fortaleza de Boa Viagem (Niterói , RJ) era para jovens melhor se prepararem e que “queiram” seguir carreira.

Certo viajante estrangeiro da época, que estava de passagem pelo Brasil, chamado Thomas Ewbank, fundamentou geograficamente a localização exata da Companhia e descreveu o tipo de rotina dentro daquele órgão:

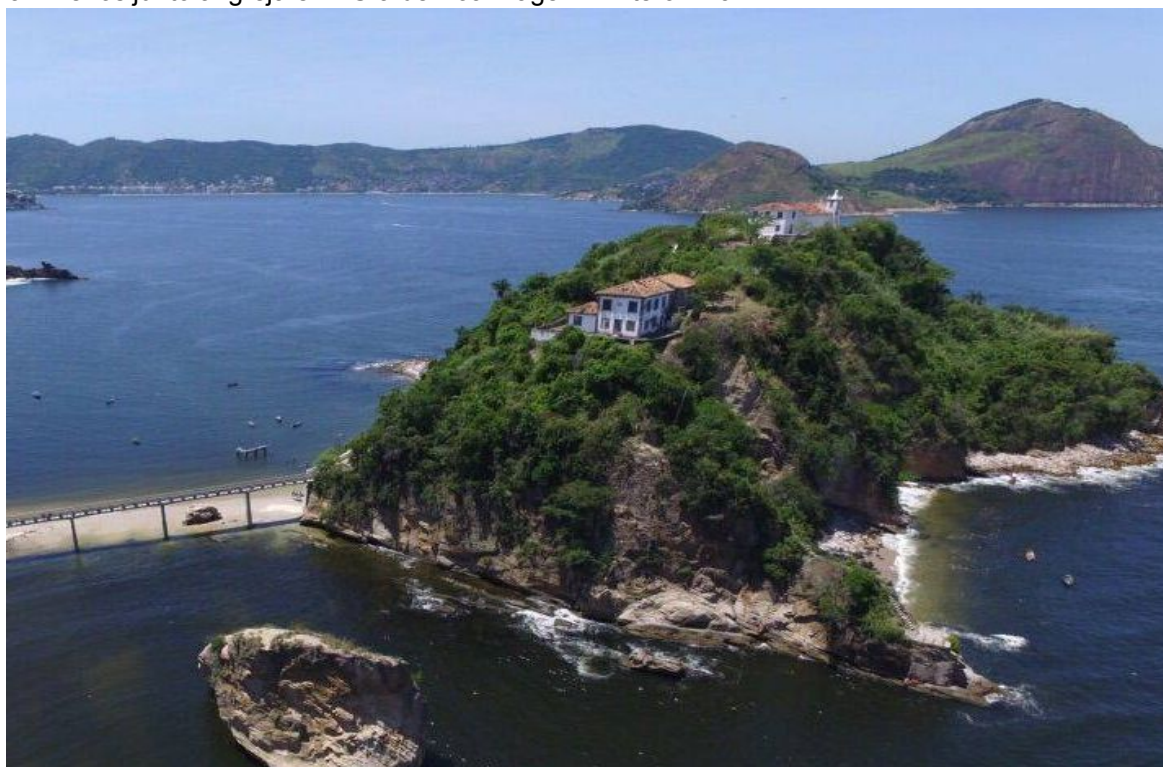
chegamos a uma porteira de pedra. Passar por ela sem asas era impossível: do lado de dentro ficava uma sentinela de mosquetão e baioneta. Era auxiliada por um companheiro de quepe, jaqueta azul, uma caixa de cartuchos ao lado, e uma espada à mão. Nenhum desses guerreiros ia além de quatro pés de altura nem dez anos de idade. Percebo que um deles era índio. O que tudo isso significa não concluí nem tive fôlego para perguntar. Deixaram-nos passar, e passamos os dois suando e palpitando, exaustos, em direção ao santuário. Tomando ora este, ora aquele caminho, paramos finalmente para descansar, quando H me disse que o lugar tinha sido ultimamente pouco visitado por devotos, e que o governo tinha estabelecido ali uma escola para uma centena de meninos serem educados como marinheiros. O comandante era seu velho companheiro de armas. [...] Junto a um mastro de bandeira perto da igreja, ostentava-se um par de sentinelas liliputianas. Outros varriam os caminhos. Numerosos índios estão entre eles, principalmente índios domesticados, dos estabelecimentos jesuíticos. As autoridades recolhem-nos onde possam encontrá-los e mandam-nos para as escolas navais daqui. Dizem que acabam dando bons marinheiros. Afirmou-me ainda que os aborígenes, os selvagens e os mansos, ligam pouco para os filhos, às vezes vendendo-os por um trago de cachaça, e que seus filhos não dão importância maior aos pais. Para ilustrar estes sentimentos, o comandante chamou, por sugestão minha, um rapazinho das proximidades do Amazonas. Respondendo aos interrogatórios, disse-nos que o seu pai tinha morrido e que ele queria ir ver a sua mãe (EWBANK Apud ANTUNES, 2011, p. 89).

É muito importante ter cuidado ao analisar esse depoimento devido à complexidade do ambiente visto por esse viajante naquela unidade militar, ao relatar com precisão o tamanho dos mancebos, isto é, quatro pés de altura, ou seja,

próximo a 1,50 metros aproximadamente e à perplexidade do estrangeiro por aqueles meninos serem indígenas Marinheiros amansados<sup>112</sup>. Para o estrangeiro, visitar aquela ilha foi uma novidade, do mesmo modo que a “visita do ilustre viajante pode ter alterado de alguma forma a rotina da Companhia, ao menos a do velho comandante, que o acompanhou durante a visita” (SANTOS, 2016, p.154).

A figura abaixo mostra a localização exata do primeiro prédio da Companhia de Aprendizes-Marinheiro, localizado atualmente na cidade de Niterói no Rio de Janeiro.

**Figura 5** – Ilha de boa viagem onde foi edificado o primeiro prédio da Companhia de Aprendizes-Marinheiros junto a Igreja e N. Sra de Boa Viagem - Niterói -RJ



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=fotos+da+ilha+de+boa+viagem+niteroi>, acesso em 31 de agosto de 2016

---

<sup>112</sup> O artigo de Silvana Jeha publicado na ANPUH/BA 2013 aborda o recrutamento e a presença de indígenas na Armada Nacional do Brasil entre as décadas de 1820 e 1850. Onde afirma que a participação de indígenas e seus descendentes na tripulação dos navios da Armada representava cerca de 20% dentre os marinheiros nacionais, e que eles eram alvo de um recrutamento específico para as Forças Armadas em geral, prática esta que estava inserida na política de civilização de indígenas oitocentista e escorada em diversas leis. Por outro lado, demonstra como eles reagiram e resistiram a mais este trabalho compulsório, por meio de rebeliões, fugas e requerimentos.



Uma das formações acadêmicas daquele viajante estrangeiro era etnologia, por isso estranhou os jovens com formato indígena usando farda, algo que pareceu atípico àquilo que existia em seu país. Aqui convém destacar que, possivelmente, sua visão não tenha demonstrado desrespeito, depreciação, preconceitos radicais ou xenófobos. Por isso, não se pode julgar aquele viajante pelo olhar que ele teve como se fosse uma pessoa “etnocêntrica” (ROCHA, 1994, p.7-94).

Muito importante salientar que o projeto político também estava “na agenda civilizatória de índios do Império e a Marinha<sup>113</sup>, que foi uma das instituições escolhidas para tornar os indígenas trabalhadores, enfim, incorporá-los à sociedade nacional” (JEHA, 2013, p.159).

Voltando à lei 148, que criava a Companhia de Aprendizes, Lima traz uma ótica diferente atinente àquela proposta:

[...] percebe-se, assim, que havia um grande estímulo para que essas Companhias de aprendizes prosperassem. Ademais, o envio da criança para a Marinha pelos pais ou tutores poderia significar o empenho destes na educação da prole ou de crianças sob suas responsabilidades, já que a instituição consistia em uma das poucas alternativas de trabalho destinado à parcela desvalida da população (LIMA, 2013, p. 56).

A autora entende que ser trazido pelos pais para o interior da Companhia poderia ser a oportunidade de dar ao seu filho educação e emprego, estabelecendo certo paternalismo pelo Estado, mas, para Santos, o objetivo era garantir a dignidade e dar segurança ao rapaz, pois para este as fugas eram um contraponto ao discurso das autoridades, políticas e navais, as quais prometiam um espaço acolhedor e promissor aos recrutados. Desta maneira ele discorre que:

---

<sup>113</sup> No AN foram encontrados dois avisos do ano de 1837 em que determinavam o emprego de crianças indígenas na Armada: Um exigia menores de sete a dez anos como aprendizes no Arsenal da Marinha da Bahia, em troca de roupas e alimentação. O outro aviso, requeria jovens de 13 a 20 anos aptos para o serviço naval. Um exemplo disso foi o jovem Antonio Faustino que foi recrutado em 1837, aos dez anos, como menor indígena, algo perfeitamente legal no período. Seu destino na Marinha foi de uma servidão dura. Ficou na Companhia de Menores por cinco anos, aos 16, ingressou como primeiro grumete, e pelo menos nos dois anos seguintes continuou como tal, na Fragata Constituição, recebendo 4\$800 réis de soldo. Fonte: AN, Série Marinha, XVIII M 490, Livro de socorros Fragata Constituição, 1844-5 e XM 128, Correspondência com o presidente do Maranhão, ano1837.

[...]as fugas cumpriram uma função específica perante os mecanismos de recrutamento e se colocavam como ameaça diante dos objetivos propostos para as Companhias, uma vez que, além de um ambiente disciplinado e hierarquizado, havia a promessa de que o menino pobre, órfão, desvalido e abandonado encontraria um espaço acolhedor, teria no comandante a figura de um pai e na instituição a oportunidade de uma vida melhor e digna. A instituição prometia alimentação, cuidados com a saúde e higiene, educação nas primeiras letras e a instrução para a profissão do mar. Ao fugir, o menino renunciava a receber toda essa gama de benesses e promessas ofertadas pela Marinha e preferia viver no que as autoridades navais chamavam de marginalidade (SANTOS, 2016, p.196).

Mesmo que o autor não se referisse ao paternalismo, fica claro que a inserção nas Companhias de jovens confirma o objetivo dos políticos conservadores em resolver pelo menos parcialmente a questão de diminuir da sociedade aqueles que viviam no ócio e na delinquência, dando-lhes um pouco de civilidade. Independente desta situação do Brasil no século XIX, confirmava-se certo paternalismo para com esses jovens, pois “os garotos mantidos pelo poder público teriam a pátria como pai e mãe e os demais aprendizes como irmãos; eles formariam então os denominados “batalhões da esperança” (VENÂNCIO, 2004, p. 195). Mesmo que a grande parte daqueles garotos não tivesse a menor ideia do que fosse uma “nação” ou seu conceito nos períodos de recrutamento. Tais incentivos ostentados pelo Império, adicionados à existência de exclusão em que a juventude se deparava, serviram para a validação das Companhias de aprendizes.

Esse mecanismo estava encurtando os ideais do Estado quanto ao cabedal positivo de que traziam os gastos com esses a órgãos militar. Nas Forças Armadas, as Escolas de formação militar, no nosso caso as Companhias de Aprendizes, trouxeram um *feedback* devido ao descontentamento na destreza e contingente das tropas, por parte dos oficiais e das autoridades civis. Segundo Antunes, tudo isso não acarretaria muitas despesas, pois “o investimento na educação de menores representava trabalho barato e garantido, e a possibilidade futura de soldados mais qualificados” (ANTUNES, 2011, p.17). Não se pode esquecer em relatar que o art 6º, da lei de fixação de forças, estabelecia a prioridade para introduzir o jovem na Companhia. Essa primazia diz respeito aos filhos de artífices, oficiais de apito, marinheiros, inferiores ou soldados da artilharia da Marinha, da mesma forma àqueles recrutados dentre órfãos e desvalidos.

Usar as Companhias de Marinheiros para civilizar aqueles desfavorecidos sociais também era uma resposta dada pelo parlamento à sociedade. Essas Companhias tiveram atuação na limpeza da cidade e das capitais, pois os recrutados por essas unidades eram encarados como impróprios e “malfadados pela sociedade” (RIZZINE, 2004, p.33-36). Contudo, o militarismo, com sua doutrina disciplinadora, poderia dar, de certa forma, uma melhor oportunidade de corrigir o mau comportamento da vida daqueles jovens ou, até, de alguma maneira, melhorar a cultura escolar, pois “de cada 2.000 recrutas, às vezes, só dois sabiam ler”, (JANOTTI, 1990, p.19)<sup>114</sup>. Conforme Relatório da Côrte de 1841, tipifica-se esse extrato social:

[...]os ébrios e mendigos, vadios, arruadores, jogadores de profissão, órfãos desvalidos, filhos sem pai, moços sem ofício, [...] são outros tantos parasitas da árvore social que é mister extirpar-lhe do tronco oportunamente, convertendo-lhe a aptidão em trabalho, que é riqueza<sup>115</sup>.

As autoridades promoviam medidas paliativas para expurgar aqueles jovens que pouca contribuição davam à sociedade, como colocá-los nas obras públicas e fazer o recrutamento forçadamente, realocando-os dentro das Companhias de Aprendizes para receberem algum tipo de instrução. A coroa estabelecia vários esforços para administrá-los com muito empenho, dando a eles um sistema pedagógico, não só na educação comportamental, mas também no aprendizado técnico para depois servir os navios. Muitas vezes, esses homens eram “ferozes, sem moral, sem religião, sem instrução: bárbaros, em suma; e os habitantes do litoral, civilizados” (MATTOS, 1987, p.112). Essa passagem de Mattos denota exclusivamente ao juízo de valor dos habitantes das regiões costeiras; isso não quer dizer que era uma regra exclusiva, pois o recrutamento se fazia no interior onde também existiam habitantes com esse caráter comportamental.

A formação desses jovens, para mudar seus comportamentos, não seria rápida, completa e perfeita; seria necessário mais tempo para concretizar os planos

---

<sup>114</sup> Cabe aqui ressalvas disso, pois apesar de Janotti estar se referindo aos recrutas do Exército, a mesma comparação pode ser dado aos militares da Armada Imperial quanto ao grau de escolaridade devido ao contexto social da época.

<sup>115</sup> Relatório da Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1841, p.12

das autoridades civis e militares em tê-los como combatentes prontos para subverter as províncias. Para isso, as possibilidades deveriam ser nas melhorias apropriadas para continuar na criação das referidas Companhias de Marinheiros, para assim requerer melhor preparo na aptidão de pessoal para a composição das forças navais.

Tais transformações não foram percebidas de forma confirmada, mesmo no bojo da Guerra dos Farrapos. Conforme dito anteriormente, não discorreríamos aos acontecimentos referentes à atuação da Armada na Revolução Farroupilha, mas as fontes nos levaram a relatar pelo menos um fato que provasse que a criação da Companhia de Aprendizes seria necessária para melhorar a qualidade de seus combatentes Marinheiros a bordo das embarcações. Por isso, volta-se ao ano de 1839 e faz-se um detalhamento de como o ataque das forças federalistas empunhou derrota significativa contra a Armada regencial naquela província.

Como resultado desse ataque os revolucionários causaram muitas perdas nas guarnições dos navios. A Canhoneira nº. “7” atravessada por muitas balas foi a pique sobre a sua amarra. Era o seu comandante o 1º Tenente Antonio Santos Bélico que morreu no combate. O lanchão apenas descarregada a sua artilharia foi abandonado pela sua guarnição composta na sua maioria de marinheiros contratados. A Canhoneira nº. “9” do comando do 1º Tenente Manoel Pereira da Cunha não pode responder aos atacantes pois a sua guarnição era também composta de elementos bisonhos (ALMEIDA, 1935, p.77).

Esse fato ocorreu em 1 de fevereiro de 1839, o que nos fez pensar que a nacionalização e a profissionalização da Armada Imperial era essencial, quando no rio Cahí as forças de Bento Manuel, na margem direita desse rio, montaram sobre a barranca de três peças de artilharia, “entraram em combate com as guarnições de três vasos de guerra das forças navais do Império, infringindo-lhes grandes derrotas” (MUNIZ, 2012, p.46)<sup>116</sup>. A vitória dos republicanos naquele momento foi avassaladora.

Com o passar do tempo e com o aperfeiçoamento dessa Unidade Militar, ela passa a ser bem vista e os elogios dos ministros passam a ser de boas honras

---

<sup>116</sup> Boiteux, *Op. Cit.* p. 96-97, ver também, BRAVO, Manoel Pereira Pinto, Curso de História Naval, *Op. Cit.* p. 269.

devido a sua importância no cenário nacional. Desta forma, era apresentado Relatório, pelo Ministro Francisco Vilela Barbosa, na Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 5ª legislatura que dizia o seguinte:

[...]esta briosa Corporação de servidores do estado (permiti, Senhores, que na vossa presença, na presença da Nação representada, eu pague lealdade a devida homenagem; que eu lhe tribute o merecido elogio); esta briosa Corporação, digo, de defensores da Pátria, tem sido a glória de atravessar ileso da vertigem revolucionária todo o espaço decorrido até hoje desde a época da nossa memorável Independência; portando-se sempre em todas as ocasiões com a maior galhardia, e denodo na sustentação da ordem e integridade do Império<sup>117</sup>.

Se pensarmos na estrutura militar com ênfase numa pirâmide para fins demonstrativos, perceberemos que o maior contingente da Armada brasileira estava distribuído na base, isso significa dizer: Artilheiros Navais e Marinheiros constituíram significativamente o grosso do efetivo da instituição. Por isso, entende-se que esse discurso de ovacionar não estava direcionado a todos da Armada. Sem fazer juízo de valor, porém vindo de homens do topo da pirâmide, oriunda da refinada aristocracia rural e escravista com títulos de nobreza, presume-se que o elogio não se referia a todos da instituição e sim a alguns personagens militares, a saber: os oficiais. Compartilha-se da concepção que a história não é feita somente pelas classes dirigentes, mas por sujeitos históricos que estão espalhados em todas as esferas sociais, sejam eles estudantes, trabalhadores, camponeses, Artilheiros navais, Marinheiros entre outros, é a concepção da “história vista a partir de baixo ou a história da gente comum” (HOBSBAWM, 1988, p. 216).

Avançando ao ano de 1843, mais uma vez assume o comando da Armada Rodrigues Torres, através de um gabinete composto, conforme tabela abaixo, na maioria por militares<sup>118</sup>, apresentando a proposta à Assembleia Legislativa na sessão

---

<sup>117</sup> RMM, 1842, p.4.

<sup>118</sup> Francisco Vilela Barbosa (março de 1841 a janeiro de 1843), enquanto esteve a frente da pasta desempenhou importante papel no sentido de buscar organizar a Secretaria por intermédio de uma ordenança. Rodrigues Torres (janeiro de 1843 a fevereiro de 1844), entre outras atribuições mostrava a necessidade de condicionar as equipagens uma “organização militar” responsável pela permanência de pessoal e sua disciplina, contra a insubordinação e Holanda Cavalcanti (maio de 1844 a maio de 1847). Daí por diante, percebe-se a participação de militares não só no Governo, mas também no Congresso. João Paulo dos Santos Barreto e Antônio Manoel de Melo, o primeiro

de 06 de março daquele ano, um projeto que regulamentava o Corpo de Imperiais Marinheiros. Essa proposta exigia prudência no quantitativo do pessoal: não era questão de aumentar ou diminuir o efetivo e sim “conservar em 4000 em circunstâncias extraordinárias”<sup>119</sup>.

**Tabela X** – Gabinete, na maioria de militares, em 20 de janeiro de 1843

Pastas	Ministros	Decreto de posse	Observação
Império	José Antonio Silva Maia	-	-
Justiça	Paulino José Soares de Souza (Deputado)	20 de dezembro de 1843	-
	Honório Hermeto Carneiro Leão	-	Voltou ao exercício em Janeiro de 1844
Estrangeiro	Honório Hermeto Carneiro Leão (Senador)	8 de junho de 1843	-
	Paulino José Soares de Souza (Deputado)	-	-
Guerra	Salvador José Maciel	-	-
Marinha	Joaquim José Rodrigues Torres (Deputado)	-	-
	Salvador José Maciel (Marechal de Campo)	8 de junho de 1843	-
	Joaquim José Rodrigues Torres (Deputado)	-	Voltou ao exercício em 6 de fevereiro de 1843
Fazenda	Joaquim Francisco Viana (Deputado)	-	-

Fonte: GALVÃO, 1883, p.21

O detalhe importante a ser observado na tabela era que, em poucos meses, Maciel e Torres se revezaram na administração Naval. O motivo para isso foi a experiência que tiveram na pasta anteriormente. Foram figuras proeminentes,

---

marechal e o segundo general, assumiram, respectivamente, a administração do Ministério da Guerra no gabinete de 2 de maio de 1846 e 22 de maio de 1847. Os dois já haviam exercido o cargo de deputado, o primeiro pelo Rio de Janeiro e o segundo por São Paulo. (SANTOS, *Op. Cit.*, 2016, p.65).

<sup>119</sup> RMM, 1843, p.47.

enquanto Ministros da Armada; suas participações foram pontuais e pertinentes, sempre trazendo novidades que vieram a mudar o rumo da instituição.

Esse gabinete formado pela dupla conservadora composta por Carneiro Leão e Rodrigues Torres, que naquele momento da consolidação conservadora tiveram sob sua responsabilidade o aparelho do Estado no curto espaço de tempo a árdua tarefa, junto à oposição a defesa dos princípios imperiais, a defesa da pátria, a atuação centralizadora e a organização da Armada. A meta desse Ministério, segundo Arias Neto, era “profissionalização das forças Armadas, ou seria talvez melhor dizer, a consolidação das Forças Armadas e afastamentos dos militares da política partidária” (ARIAS NETO, 2011). Esse gabinete trabalhou na missão de fazer a transição na secretaria de estado aspirando designar um manejo mais inflexível na verificação dos patrimônios financeiros. Esses líderes faziam parte de uma corrente de intelectuais formada em Coimbra e outros no Brasil, possuidores de *ethos* aristocráticos<sup>120</sup>. “Haviam entre eles laços de família, amizade ou patronagem a grupos ligados à agricultura e ao comércio de importação e exportação, ao tráfico de escravos e ao comércio interno” (COSTA, 1999, p.132). Às vezes, se contatavam através de encontros constantemente nas províncias, incorporavam em si um pensamento ideológico voltado para o solo pátrio, suas ideologias faziam com que passassem a ser um grupo restrito e homogêneo.

Esse gabinete passou a trabalhar na implementação das companhias, que também tiveram sua criação em virtude das ocorrências em vigência nas províncias como, por exemplo, no Sul. A partir da primeira, assim com ela, após um intervalo de quinze anos, surgem gradativamente mais 17 escolas de preparação de Marinheiros como disposto na tabela abaixo:

---

<sup>120</sup> O termo grego *Ethos* tinha o significado de “costume”, “uso” “o que é habitual de alguém”, “caráter habitual, “maneira de ser” ou “hábitos de uma pessoa” Cf. BAILLY, A. Dictionnaire greg-fraçais. Paris: Hachette, s.d.p.581. Verbetes *ethos*. Para uma definição do que era o *ethos* da nobreza em Portugal, ver MONTEIRO, Nuno G. O crepúsculo dos Grandes – A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998, p.226-234.

**Tabela XI** – Local, ano e decreto de Criação das referidas Companhias de formação de Marinheiros

Companhias de Aprendizes-Marinheiros			
Ordem	Província	Data de criação	Decreto de criação
1	Rio de Janeiro	1840	Lei 148 de 27 de Agosto de 1840
2	Pará	1855	Decreto nº 1517 de 4 de janeiro de 1855
3	Bahia	1855	Decreto nº 1543 de 27 de janeiro de 1855
4	Santa Catarina	1857	Decreto nº 2003 de 24 de outubro de 1857
5	Pernambuco	1857	Decreto nº 2003 de 24 de outubro de 1857
6	Mato Grosso	1857	Decreto 1.987 de 7 de outubro de 1857
7	<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>1861</b>	<b>Decreto 2725 de 12 de janeiro de 1861</b>
8	Maranhão	1861	Decreto 2725 de 12 de janeiro de 1861
9	Espirito Santo	1862	Decreto nº 4112 de 8 de fevereiro de 1868
10	Paraná	1864	Decreto nº 3347 de 26 de novembro de 1864
11	Ceará	1864	Decreto 3347 de 26 de novembro de 1864
12	Santos	1868	Decreto 4112 de 29 de fevereiro de 1868
13	Sergipe	1868	Decreto nº 4142 de 29 de fevereiro de 1868
14	Paraíba	1871	Decreto nº 4680 de 17 de janeiro de 1871
15	Amazonas	1871	Decreto nº 4680 de 17 de janeiro de 1871
16	Rio Grande do Norte	1872	Decreto nº 5309 de 18 de junho de 1873
17	Piauí	1874	Decreto nº 5847 de 2
18	Alagoas	1874	Decreto nº 5847 de 2 de janeiro de 1874

Companhias de Aprendizes-Marinheiros. **Fonte:** (CAMINHA, 2002, p.11)

Percebe-se que na tabela, excluindo a Companhia de Aprendizes da Côrte, as duas únicas Companhias que não foram formadas no mesmo ano foi a de Vitória e a do Rio Grande do Norte. Essa questão foi devido à proximidade geográfica de uma província em relação à outra, facilitando assim sua incorporação caso uma delas fosse desativada e obedecendo assim a algumas diretrizes, fatos estes que iremos discorrer em capítulo posterior. Elas foram criadas com a necessidade de aparelhar



melhor a Marinha, principalmente de Marinheiros capazes de transformá-las, conforme Dias e Serralheiro (2016), em uma Marinha “forte, homogênea e exercitada”.

Desta forma, as Companhias de Aprendizes-Marinheiros não surgiram por coincidência, fizeram parte de um arcabouço de ideias inovadoras e ousadas, que culminou com a criação de dezoito Companhias, instituídas na Corte e em dezessete províncias que perpassaram os períodos imperiais e regenciais até chegar à República. As companhias foram um projeto oriundo de “experiências vividas e sentidas”<sup>121</sup>, pelo menos em sua essência. Aos poucos, foram sendo cooptadas e adotadas, pelo processo centralizador, como um instrumento do poder estatal, que também aos poucos foram incorporadas a ele no processo de consolidação do Império, nos períodos de maior ebulição no século XIX do Brasil.

Naquele período, houve a necessidade de aparelhar melhor a Marinha, principalmente de Marinheiros capazes de transformá-la em uma força Militar resistente, uniforme e treinada a princípio em suas gêneses. Desde a fundação da primeira Companhia de Aprendizes, em 1840, poder-se-ia dizer que a mesma era metaforicamente um menino em fase de crescimento, permeando-se pela pluralidade de seu agrupamento específico e pela coletividade formada e instruída capaz de defender as instituições que necessitava dessa proeminente capacidade.

---

<sup>121</sup> Thompson aborda a questão enérgica e autônoma” do povo, derivada de suas próprias experiências e recursos (THOMPSON, 1998, p.79). O povo “faz e refaz sua própria cultura”, enfatiza Thompson (2001, p.211) Por intermédio de diversos modelos, o historiador inglês procura demonstrar capacidade ativa: ora de desobediência, ora de acomodação das classes sociais inferiores face aos poderes predominantes. A cultura popular produziria esse choque positivo correspondente ao encanto da palavra “popular”. De certa maneira, ela tem por base as experiências vividas e sentidas em suas tradições, demonstrar fusões com o cotidiano, as expectativas, os projetos, as esperanças e as aspirações das pessoas comuns.

**Figura 6** - Localização das 18 Companhias de Aprendizes-Marinheiros pelas províncias do Brasil Império



Mapa editado pelo autor com o programa Adobe Photoshop CS5, em 09 de novembro de 2016

Esse berço Militar, a começar naquele ano de 1840, foi experimentado no Brasil, principalmente na província do Rio de Janeiro, nas condições sociais menos favoráveis em que a experiência podia ser feita, conforme analisado por Maestri:

[...]isso diz respeito àqueles que compunham a sociedade do Rio de Janeiro na época. Populares descendentes de escravos, de homens livres, mas pobres, do Império e de imigrantes que fracassaram na aventura americana. Era no caso uma grande população urbana que vivia precariamente, nos

poros de uma sociedade de classe que formava com dificuldade - eram biscateiros, mendigos, vendedores ambulantes, prostitutas, funileiros, capoeiras, amoladores de tesouras, assaltantes, compradores de garrafas vazias, empurradores de cargas, ciganos etc (MAESTRI, 2000, p.16).

Esse ambiente refletia a atual conjuntura da sociedade no Brasil naquele período. Esse panorama social e precário justificava, pela ótica das autoridades, o poder de fazer a limpeza das ruas daquela parcela da população considerada marginalizada, caçando esses favorecidos para trazê-los para as fileiras militares. Assim, as Companhias tinham diante de si, pela sua constituição, quinze anos em um lugar que havia se transformado em laboratório de ensino fluminense<sup>122</sup>, um prazo que é o da maturidade de uma instituição formadora de homens, se o governo do país tivesse funcionado de modo satisfatório.

Percebe-se que a maioria dessas unidades militares, ditas companhias, se concentraram, principalmente, na região Norte, a qual, segundo Caminha, foi a que forneceu a grande “massa de caboclos, que, no seu tempo vieram constituir o grosso das guarnições dos navios de guerra nacionais” (CAMINHA, 2002, p.47). Praticamente na região Norte, como foi discorrido no capítulo anterior, foi onde teve o maior foco de resistência, isso demonstrou a necessidade de ter mais Corpo formador de Marinheiros.

“O Corpo representava a proposta de um núcleo militarizado e profissional na Marinha de Guerra, entretanto não significa que era a única formação do Corpo da Armada, haja vista que existia a marinhagem avulsa e o Corpo de Artilheiros”

---

<sup>122</sup> O foco central de Joaquim José Rodrigues Torres, sendo ele o primeiro presidente da província do Rio de Janeiro, entre 1834 e 1836 foi trabalhar com as relações entre os projetos para a instrução pública primária naquela província. Torres teve a percepção de que o ensino público primário era um “remédio poderoso” com vias a formar os “membros” e a imprimir uma direção para um jovem Estado em formação que, no ato mesmo de se forjar, percebia os espaços em constituição das escolas públicas de instrução primária enquanto estratégicos nesse fim. Proposta de ação esta que, por sua vez, se inspirava nos projetos forjados para o assunto na França por François Guizot. A perspectiva, assim, as ações possivelmente foram sendo constituídos por Rodrigues Torres na construção de suas próprias proposições para a instrução pública primária na província fluminense do Império do Brasil com o que estava sendo colocado em prática por François Guizot para o assunto como Ministro da instrução pública francesa, entre 1832 e 1836. Lívia Beatriz defendeu a hipótese em sua tese de doutoramento que o Rio de Janeiro foi um laboratório da escola normal fluminense, um espaço que se constituiria, como no caso francês, enquanto estratégico na formação capacitada de professores primários atrelados às ações do Estado monárquico centralizador e instrutor. Toda essa ideia acima exposta foi apropriada do trabalho de doutoramento de CONCEIÇÃO, Lívia Beatriz da.- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, Rio de Janeiro, 2014.

(ANTUNES, 2011, p.63). Essas corporações se espalharam progressivamente pelo Império a partir de 1855, conforme figura 6. Elas provaram por quinze anos a sensação de respeito, notoriedade ou importância que teve sua expansão por várias províncias.

A proposta de um corpo genuinamente nacional, finalmente, estava gradativamente acontecendo; o efeito desse órgão, mesmo sendo por recrutamento de maneira persuasiva e repressora, começava a dar ares de resultado positivo na nacionalização das tripulações. Para Jeha (2011, p.36), são dois os movimentos que se entrelaçam na constituição das tripulações da Armada: uma preexistente mão-de-obra marítima internacional [...] e a formação do efetivo marítimo nacional por meio do recrutamento no Estado em formação.

**Tabela XII** – Naturalidades das tripulações da Armada imperial (1825-1854)

Navios	Portugueses	Britânicos e Norte americanos	Outros	Estrangeiros	Nacionais
Imperatriz (1825-26)	145	46	19	210	42
Imperatriz (1833-35)	175	150	186	611	345
Constituição (1844-46)	223	92	47	362	362
Imperial Marinho (1852-54)	74	63	43	180	376
Total	717	351	295	1365	1126

Fonte: JEHA, 2011, p.36

Com base em diversas fontes consultas no AN, colhidas de três embarcações de guerra, foram feitas análises de que, a partir da década de quarenta em diante, a proposta de tornar as tripulações mais autóctones já estava dando certo, a resposta para isso foi a criação das Companhias de Aprendizes-Marinheiros.

Outro fato importante de salientar é que as reformas que começaram a partir de 1840, pelo Ministro José Joaquim Torres, foram decisivas, pois, segundo Arias Neto:

[...]ele deu início à implementação do programa de reformas do partido moderado mas também, porque imprimiu uma direção política que terminou por conduzir a importantes alterações na configuração da Armada Nacional ao final da Regência e início do Segundo reinado. Durante os nove anos que separaram o sete de Abril da Maioridade, Rodrigues Torres foi presença dominante na Marinha tendo ocupado a pasta durante quatro anos e nove meses, no primeiro e no quarto gabinete da Regência de Araújo Lima, e voltou ainda uma vez ao ministério, por um ano, no terceiro gabinete do Segundo Reinado (NETO, 2001, p.43).

A partir de 1848, esses políticos deram direção política e consolidação à Monarquia Imperial provisoriamente, conforme Ilmar Mattos<sup>123</sup>. O Brasil vinha passando por períodos conturbadores da política, nesse momento os regressistas assumiram a denominação de partido conservador e os progressistas de partido liberal. Esses dois grupos dominaram a vida política brasileira durante todo o segundo reinado. Contudo, os caminhos deixados pelas interpretações sobre a política imperial, dentro de um emaranhado político, sobretudo promovido pelas correntes políticas conservadoras e liberais, foram decisivos para a Armada Imperial; seja em seus projetos administrativos burocráticos de nação, engendrados pelas elites políticas, ou pelos projetos militares para agências administrativas do Estado imperial brasileiro, como caso das Companhias de Imperiais Marinheiros e “Escolas” de Aprendizes-Marinheiros.

Esses embates entre partidos e suas ações dentro de parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais, como fazendeiros, comerciantes, capitalistas, membros da alta burocracia, tabeliães, engenheiros, advogados, professores, médicos, jornalistas, literatos, servidores públicos e charqueadores<sup>124</sup>, esse último grupo

---

<sup>123</sup> Com efeito, ao gabinete de 29 de setembro de 1848 coube tanto reprimir o movimento praieiro quanto reformar a Guarda Nacional, em 1850. E se, por um lado, esta reforma tinha como finalidades subordiná-la ao Ministério da justiça e aos presidentes de províncias e reafirmar uma hierarquização no interior da corporação por meio da nomeação para os postos da oficialidade.(MATTOS, 1986, p.171).

<sup>124</sup> O trabalho de doutorado de VARGAS, J.M. (2013), **Pelas Margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**, onde o objetivo principal foi estudar as estratégias sociais

referente a região Sul, se juntaram em forma de classe para se difundirem em um tipo de adesão aos princípios constitutivos de Ordem e Civilidade sendo agrupados como agentes históricos. Com isso, essa mensuração de profissionais que acabamos de trazer nos remete ao conceito de grupo de classes. Desta forma, foi na questão do agrupamento do homem no tempo que a teoria de Thompson se encaixou perfeitamente nessa lógica quando ressaltou que “a classe ocorre como fenômeno histórico, além de caracterizar-se como oposição de um conjunto de pessoas a outro com objetivos diferenciados” (THOMPSON, 1987, p. 10).

A formação da sociedade política no Brasil Imperial pode se contrapor com os objetos de estudo de Thompson, em que ele destaca, inicialmente, o número de membros ou agentes e as condições de ingresso nesse meio social. A adoção de um procedimento construtivista não se esgota na recuperação e na restauração dos conceitos de Estado, de classe social e de dirigentes como categorias históricas (MATTOS, 1987, p.4).

A política imperial entre conservadores e liberais, e suas dissidências como um projeto de nação, colocou as forças armadas em cheque e a Armada foi o foco principal desses políticos. Se há uma mudança de direção na política imperial, ela se encontra nas disputas políticas entre os dois grupos já bem definidos pela historiografia: conservadores e liberais formados pela elite agrária e de comerciantes urbanos.

As ideias de Torres eram fazer uma reforma na Armada, tomando algumas medidas cabíveis objetivando uma melhor eficácia dos aparelhos administrativos, em seu viés, profissionalizar e nacionalizar a instituição naval tornava sua medida um aparelho de coação daqueles indivíduos que estavam à margem da sociedade.

Esses grupos, considerados subversivos sociais pela elite imperial, tinham uma representação bastante forte na função de fazer a Armada funcionar, sem eles não haveria navios e sem navios não haveria Armada. É pertinente que não lancemos mão desse conceito de representação. Para isso, Roger Chartier define as

---

e econômicas das mais ricas famílias dos proprietários das charqueadas de Pelotas, isto é a elite regional ou provincial no Rio Grande do Sul, ao longo do século XIX, na qual concentravam riquezas, poder político e status social e alguns de seus membros também alcançaram reconhecimento nacional.

representações como “crenças, valores e visões de mundo” (CHARTIER, 1990, p. 16) e para quem “seriam construídas e determinadas pelos interesses de indivíduos ou grupos que as forjaram e que por elas são forjados” (CHARTIER, 1990, p. 17), “criadas muitas vezes à revelia dos atores e traduzindo posições e interesses objetivamente confrontados e que descrevem a sociedade como eles pensam que é ou como gostariam que fosse” (CHARTIER, 1990, p. 19).

Observa-se uma definição circunscrita ao plano social e histórico dos produtores culturais. Tais representações são parte da expressão de ideias socialmente veiculadas em artefatos culturais, significando um vínculo estreito entre autores e receptores de uma mesma realidade social: “[...] considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles” (CHARTIER, 1991, p. 177).

Chartier defende que são práticas culturais que modelam o mundo social e que condicionam pensamentos e ideias, sendo, portanto, mais do que meras expressões de um real anterior. Não se pode deixar de mencionar as considerações de Jacques Aumont, (1993, p.104-105) sobre certo grau de arbitrariedade existente em quaisquer representações, visto que elas são oferecidas como substitutas de uma ausência, seja uma pessoa, um grupo político, um contexto ou um evento. Um estudo sobre representações em contextos distintos não deve apenas considerá-las como expressões condicionadas por realidades sociais determinadas, visto que as representações igualmente conferem significados ao mundo, produzindo comportamentos e influenciando a história.

Por outro lado, deve-se compreender a função social dos produtores de coerção, ao levar às considerações de Foucault. Isso porque, o filósofo dimensionou a função do autor a partir de uma estrutura comunicativa baseada em modalidades discursivas. Segundo ele, “pensar uma representação como ausência relativa da experiência do autor não significa assegurar sua total ausência, mas, sim perceber temas comuns em dado contexto, segundo os cânones de tradições específicas” (FOUCAULT, 1992, p. 40). Não se trata de negar a análise específica sobre a vida e/ou as influências daqueles Aprendizes-Marinheiros, mas sim compreender a

tradição cultural e histórica de um conjunto de representações em que eles estavam envolvidos.

Com isso, efetuar a organização das Companhias de Marinheiros, sem perder de vista o objetivo militar, procurou dar e até elevar o nível escolar dos praças, desenvolvendo a instrução e inculcando-lhes uma clara noção dos seus deveres. Esses fatos serão melhor explicadas no capítulo três desse trabalho.

A partir dessa organização, foram criadas outras companhias regimentais para aqueles que não soubessem ler, e intensificou-se a instrução militar do pessoal, obrigando-o a um treinamento apurado, de modo que este corpo passaria a ser, por consenso do público, como o mais correto e exercitado em todas as províncias.

Os anos que sucederam desde a fundação da primeira Companhia foram de transformações e implementações da Armada, pois ela passou a ter um centro fixo de formação e distribuição de Marinheiros Imperiais já prontos para serem distribuídos e tripularem seus vasos de guerra, os quais estavam alocados em várias partes da costa Brasileira. Segundo Nascimento, ela funcionava como:

[...]um depósito central de marinheiros, cabos e sargentos, de onde eram distribuídos por todas as unidades navais da Armada: fortalezas, departamentos e navios de guerra espalhado pelo Brasil. Dessa forma o indivíduo poderia sair de Pernambuco com destino ao Corpo, na cidade do Rio de Janeiro a fim de jurar bandeira e dali ser destacado para o Rio Grande do Sul, Ladário no Mato Grosso, ou qualquer outra província em que existisse um posto desocupado.(...) Assim o Corpo funcionava mais como um ponto para transferência de marinheiros, cabos e sargentos do que um lugar em que se fixavam por anos (NASCIMENTO, 2002, p. 100).

Pode ser redundante, mas a proposta enviada para votação, com base na lei de fixação de forças, propunha julgar conveniente armar os navios de guerra com um efetivo de 2.500 praças formados na corte, podendo chegar a 4.000 - essa proposta tinha como cerne da questão ampliar os contingentes de Marinheiros e ainda criar mais uma companhia de aprendizes fora da sede, isto é, descentralizá-la criando uma unidade na província de Mato Grosso dando a ela a mesma organização e força às mesmas praças da companhia de Aprendizes da Corte.

O Relatório apresentado na Assembleia Geral Legislativa, pelo então Ministro da Marinha, Jeronimo Francisco Coelho, sugeriu recrutar mais pessoas para as



Companhias, devido não só à qualidade daqueles que lá estão, mas também devido à grande evasão de aprendizes dentro das Companhias. Ele sugere que fossem fixados prazos de permanência no serviço ativo, que se criasse um regulamento específico, aproveitando homens que já estão em serviço de pesca nos mares e trazendo-os para Armada, isso com intuito de melhorar a qualidade daquele atual efetivo em que tripulam os navios:

[...]se nós possuíssemos já pescarias em grande escala, donde se pudessem tirar os homens para tripular os nossos Navios, poderíamos então ter boas guarnições, e estas, depois de algum tirocínio, poderão facilmente ser adestrados no manejo das armas, manobras e fainas de bordo; mas infelizmente ainda hoje a Marujada, que guarnece os nossos Vaso de Guerra, e de ordinário composta de homens bisonhos, apanhados a esmo, que nada sabem das manobras, que nenhum conhecimento tem dos cabos, e que nada entendem, não se pode contar nas ocasiões de perigo, e muito menos em combate<sup>125</sup>.

A Armada já havia participado diretamente de várias guerras internas; ter a bordo dos navios uma marinhagem despreparada poderia ser um grande perigo para a manutenção da soberania de nossa longa costa marítima. Por isso, ter um órgão formador de bons marujos seria o ideal na complementação de um legado para uma geração futura de Marinheiros.

No ano que se seguiu foi verificado que não estava sendo suficiente o Aprendiz ter sua formação dentro da Companhia e sim devia estar realocado nos navios, pois seria uma forma pedagógica de ter melhor preparação para vida do mar. Para isso, mais uma vez assumindo a pasta da Marinha, o Ministro Torres manda pôr em execução o regulamento para o Corpo de Imperiais Marinheiros, com base no Decreto nº 304, de 2 de junho de 1843, estabelecendo uma nova organização ao Corpo de Imperiais Marinheiros. Esse decreto foi seminal para a criação e a organização das futuras Companhias de Aprendizes-Marinheiros, inclusive da Companhia do Rio Grande do Sul.

Esse Decreto, com seus 81 artigos, tinha vários pontos adjacentes da Armada Imperial, como o recrutamento, a seção de destacamento, o aquartelamento, o

---

<sup>125</sup> RMM, 1843, p.9.

armamento, o fardamento, o conselho administrativo, o hospital, os vencimentos, os castigos; as disposições diversas em seu Artigo 28 estabeleciam que:

[...]o corpo de aprendizes ficaria aquartelado a bordo de um navio de guerra onde se processaria sua instrução: prática de manobra de artilharia, lições de aparelho e pano, nomenclatura de mastros, velames e leme, serviços de calafate, fuzil e pistola, bem como marcha e evoluções militares. Os aprendizes, além desta instrução, teriam aulas de primeiras letras e cálculo (NETO, 2001, p.79).

Não serão estudados aqui todos os artigos deste decreto pela sua amplitude, mas o artigo nº 28 buscava organizar militarmente o corpo de Imperiais Marinheiros, à quem as Companhias de Aprendizes-Marinheiros eram adidas. Para isso, este mesmo estabelecia que ser Marinheiro tinha que ter alguns requisitos, como relatou Oliveira:

1º, sua admissão teria que ter de dez e dezessete[sic] anos de idade; 2º, constituição robusta e própria para a vida do mar; 3º apresentar-se voluntariamente. Também poderão ser admitidos nestas Companhias os órfãos e desvalidos, que, além de satisfazerem às duas primeiras condições, sejam para isso remetidos ao Comandante Geral do Corpo pelos tutores ou Curadores, e respectivas autoridades locais (OLIVEIRA, 2013, p.114).

Quanto aos fatos supracitados, menciona-se que as questões referentes às tarefas atinentes aos jovens em suas atividades cotidianas eram podadas pelos agentes disciplinadores, para isso, as Companhias de Aprendizes passavam a ser elemento controlador de seus tempos, modelador e formador de caráter.

Teoricamente, parece que o passado de insurgências, que muito atrapalhou a administração, foi abafado pelo desempenho da Marujada a bordo daqueles combatentes navios. Com isso, tê-los habilitados para aqueles fins foi algo de grande relevância para aqueles tensos momentos. Desde a criação da primeira Companhia de Aprendizes-Marinheiros na Côrte até a última, em Alagoas, essas unidades, com o passar das décadas, gozaram de muita reputação, prestígios e elogios pelos Ministros militares e civis, tornando-se assim a principal fonte de captação e formação de marujos para a Marinha de Guerra. Também consideradas

por autoridades diversas como verdadeiros viveiros de Marujos da Armada nacional brasileira.

Portanto, ter criado as Companhias de Aprendizes pela costa brasileira, para consolidar a soberania nacional, se tornou algo significativo naquele momento. Com isso, a partir de 1840 até 1874, como já foi dito, foram criadas 18 Companhias de Aprendizes nas províncias, entre elas a Companhia de São Pedro de Rio Grande, estabelecida no extremo Sul do Império, noticiada pelo principal jornal daquela cidade.

### Capítulo 3: E foi dessa forma que a Armada se estabeleceu na região Sul do Império

A partir de 1840, no bojo das alterações de ordem organizacional e administrativa, caracterizadas por regras e procedimentos explícitos, como “Contadoria Geral” (CAMINHA, 2002, p16)<sup>126</sup>, “Estações Navais”<sup>127</sup>, hospitais, “Capitania dos portos”<sup>128</sup>, “praticagens”<sup>129</sup>, “Conselho de Ministros”<sup>130</sup>, “batalhão naval”<sup>131</sup>, percebem-se também melhoramentos e o aumento dos suportes organizacionais, com ações em que se tentava assegurar a ação militar nas províncias rebeladas, sobretudo na extensa região litorânea.

Entre várias reformas, partindo do ano de 1843, foram criadas três Estações Navais fixas no litoral brasileiro: Estação do Norte, com sede no Maranhão; Estação do Centro, com sede na Bahia e Estação do Sul, com sede no Rio de Janeiro.<sup>132</sup> Esses estabelecimentos tinham o propósito de vistoriar e vigiar a navegação mercante, ação que se flexionava ao comércio ilegal de escravos. Em 1844,

---

<sup>126</sup> Decreto 55 de 13 de novembro de 1840, faz anexar à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha uma “Estação especial” da fazenda pública (operada com empregados da Secretaria da Fazenda), denominada Contadoria-Geral da Marinha.

<sup>127</sup> Decreto 326 de 2 de outubro de 1843, determina que nas Estações Navais o trato dos assuntos relacionados com os estabelecimentos navais sediados nas províncias realizava-se através dos respectivos presidentes de províncias: como as ordens eram sempre emitidas em nome do imperador, e como os presidentes de províncias eram por estes nomeados (sendo, portanto, seus subordinados diretos), não era necessário que houvesse subordinação formal dos presidentes provinciais da Marinha. Idem, p.17.

<sup>128</sup> Decreto 358 de 14 de agosto de 1845, De início, a ação dessas repartições se restringia-se praticamente ao âmbito geográfico do porto em que cada uma estivesse sediada (em geral a capital da província) daí o nome Capitania do Porto de...com o passar do tempo e a multiplicação dos portos em cada província, a ação da capitania foi-se estendendo a todos os portos da correspondente província. Idem, p. 18.

<sup>129</sup> Decreto 363 de 04 de setembro de 1845, autorizava o governo criar estabelecimento de praticagem e pilotagem nos portos onde julgasse necessário à segurança da navegação (sobretudo mercante). Idem, p.19.

<sup>130</sup> Decreto 523 de 20 de julho de 1847, integrado por todos os Ministros de estado do governo Imperial e chefiado por um Presidente do Conselho, o Ministro da Marinha passou a depender diretamente das decisões de tal conselho, aprovadas pelo Imperador. Idem, p.19.

<sup>131</sup> Decreto 451 de 31 de julho de 1847, esses decreto fixa as forças navais para o ano de 1848-49 em seu art. 2º, autoriza o governo a organizar “um Corpo especial de Infantaria para o serviço de guarnição, tanto a bordo dos navios da Armada como nos arsenais se Marinha; podendo, quando julgar oportuno, dispensar do serviço Naval, e empregar no do Exército, o pessoal do atual Corpo de Artilharia da Marinha, que não for empregado na organização do sobredito Corpo especial. Idem, p.20.

<sup>132</sup> Decreto 475 de 23 de setembro de 1846, que fundiu numa só as estações do Centro e do Sul. Idem, p.18.

mediante o conflito farroupilha e as tensões referentes à região platina, foi sugerida ao Ministro da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres, a fixação permanente de uma Estação Naval na região Sul:

[...]o emprego da força de mar tem sido limitado, depois do último relatório que me foi apresentado, ao litoral que compreendido entre os rio da Prata e Amazonas; a atenção que merece ao governo Imperial e estado de conflagração, em que tem compreendido, as Repúblicas vizinhas ao Sul do Império, conflagração, que tem também merecido atenção das grandes nações marítimas, tem requerido a permanência de uma força no rio da Prata, incumbidas de proteger os diretos dos súditos do Imperador ali residente. Quatro Corvetas, e três Brigues Escunas, se tem conservado constantemente nessa Estação<sup>133</sup>.

A região Sul, por tanto tempo ter ficado esquecida da proteção marítima militar, passa a se formar por uma pequena esquadilha fixa de pronto uso nos momentos que forem solicitadas. Essas e outras questões levaram as autoridades a (re)pensar a questão do controle da navegação portuária. Segundo Santos (2016, p.12), essas agências tinham a competência de regulamentar, fiscalizar e controlar as atividades de navegação nos portos e ainda tinham a função de representar o poder público. Mas já pensando no poder público, para Caminha (1989, p.51-52), as Capitánias obtinham, no exercício do poder de polícia, a incumbência de sustentar o domínio público nas questões marítimas e fluviais. Por meio de ordens da secretaria de Estados dos Negócios da Marinha, os comandos das Estações Navais e dos navios soltos, as presidências das províncias, as Capitánias dos portos estavam autorizadas a proceder ao alistamento de recrutas e voluntários que quisessem vir fazer parte da Armada.

Com isso, a partir de 1846, dentro da administração naval, foram criadas concomitantemente várias Capitánias dos Portos. As primeiras foram: Capitania da Corte no Rio de Janeiro, considerado província neutra, do Pará, de Pernambuco, da Bahia, de Santa Catarina e a de São Pedro do Rio Grande. A atenção se pautará nessa última por ser nosso foco de atuação, pois essa também foi usada como

---

<sup>133</sup> RMM, 1844, p.9.

centro de captação de jovens no extremo Sul para compor as fileiras de praças da Armada.

Com a fundação da Capitania do Porto na cidade de Rio Grande, sobre o comando geralmente de um oficial superior denominado de Capitão do porto<sup>134</sup>, esta passa a ser detentora do poder de recrutar aqueles desfavorecidos em várias partes da região Sul. Era um artifício desenvolvido pelo Estado Imperial com o pretexto de recrutar homens para a Armada e disciplinar os modos de vida e o cotidiano de trabalho desses indivíduos.

Esse tipo de artifício espelhava nova modalidade da prestação de serviço militar da Côrte, o que estava se tornando regra. Às vezes as justificativas eram banais mediante a situação, e independente do fato, o importante era recrutar e enviar para a Capitania com o intuito de enviar para a Côrte. Em muitas vezes a intenção era levar os recrutas direto para Côrte sem passar pela capitania. Exemplo disso foi um fato ocorrido em Jaguarão, quando o professor de primeiras letras, Thomas Henrique de Carvalho, enviou ofício à Câmara Municipal, questionando a prisão de Joaquim Theodoro da Silva alegando que o delegado, além de prendê-lo, ainda lhe deu uma surra demasiada deixando cortes nas mãos do garoto de dez anos. Era aluno dedicado das aulas, filho da viúva Isabel Lopes da Silva e natural de Jaguarão, e o professor interpelou o Presidente e os vereadores da Câmara Municipal de Jaguarão a respeito do fato de ser criança pobre e livre, que conta de 10 a 11 anos, não sendo escrava, fazer jus a tais castigos corporais e remetê-la na forma de recrutamento para o Corpo dos Imperiais Marinheiros<sup>135</sup>.

O Ministro da Marinha, José Maria da Silva Paranhos, apontava em seu Relatório, com base em informações de seus assessores, que, no Brasil, existiam

---

<sup>134</sup> Os Marinheiros que recebiam licença ou folga assim que os navios atracassem em Rio Grande deveriam apresenta-se obrigatoriamente Capitão do porto, tanto na entrada como na saída. Com isso o Capitão abrirão assento em livro especial dessas licenças, e nela averbarão as apresentações de licenciados, especificando a data, o navio em que se acharem empregados, o destino e o tempo em que nele terão de servir segundo os seus ajustes. Aviso de 28 de outubro de 1854 dá instrução para execução do decreto 1.465, Art 5º do mesmo mês relativo ao Corpo de Imperiais Marinheiros com base no Relatório do Ministro da Marinha de 1854, anexos 2.

<sup>135</sup> AHRS. Fundo Autoridades Municipais. Ofício da Câmara Municipal ao Presidente da Província. 7 de Janeiro de 1850 (Cf.BOM, 2015, p.22-23).

três estados que poderiam captar mais recrutas para o serviço da Armada, com isso ele declarava o seguinte:

[...]vê-se que o Município neutro e as províncias de Pernambuco, e S. Pedro do Rio Grande do Sul é que fornecerão a maior parte dos recrutas, que as outras províncias, nem em voluntários nem em recrutas deram contingentes correspondente ás suas populações e circunstâncias<sup>136</sup>.

Isso ficou claro em outro caso ocorrido na cidade de Jaguarão:

Ilmo Exmo. Sr. Scientifico a V. Exa. que nesta data faço seguir para a cidade do Rio Grande, por intermédio do Delegado de Polícia da cidade de Jaguarão, dois recrutas para a Marinha, de nomes Belarmino Nobre Capelheira, e o liberto Saturnino, a serem entregues ao respectivo Capitão do Porto. Deus Guarde a V. Exa. Delegacia de Polícia da Cidade de Bagé<sup>137</sup>.

Ficava a cargo desses agentes públicos a responsabilidade de receber esses jovens vindos de outras regiões do Sul para serem alistados e recrutados com intuito de preencher as fileiras do corpo de praças da Armada. Inclusive o recrutamento foi importante instrumento nas mãos de algumas autoridades policiais no processo de disciplina e de controle das populações marginalizadas que permeavam não só o litoral, mas também o interior da província do Rio Grande do Sul. O motivo desse instrumento de caçada a homens se faz devido à falta de voluntários, durante quase todo o século XIX, pois o recrutamento forçado de homens pobres e negros era o que realmente abastecia quartéis da Armada de marinheiros para inseri-los nos navios. O exemplo que tornava isso notório foi em 1855:

[...] em 7 de janeiro de 1855, José Luis Corrêa da Câmara, no cargo de Juiz Municipal, respondia a Circular do Presidente da Província, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, sobre a ordem do Ministro da Marinha, para engajar por meio de recrutamento, o maior número de indivíduos para o Corpo de Imperiais Marinheiros e do Batalhão Nacional, dando preferência aos que tivessem a idade de 12 a 18 anos para a Companhia de Aprendizes, para posteriormente remetê-los ao Capitão do Porto de Rio Grande<sup>138</sup>.

---

<sup>136</sup> RMM, 1954, p. 12.

<sup>137</sup> AHRS- Documentos transcritos -Fundo Polícia maço 2, Delegacia de Polícia,1859.

<sup>138</sup> Correspondência expedida pelo Juiz Municipal de Jaguarão ao Presidente da Província. AHRS, Fundo Polícia. (BOM, 2015, p.23).

Partes dessas correspondências eram recebidas pelo Capitão dos Portos para ter ciência do acolhimento de recrutas que viriam para sua unidade. Depois desse fato ocorrido em Jaguarão, o Juiz Municipal emitiu parecer em resposta às ordens expondo que usaria todos os meios necessários com objetivo de obter o maior número de recrutas ou voluntários para os mencionados Corpos. As autoridades municipais reclamavam, através de trocas de correspondências, da dificuldade em cumprir a ordem do presidente provincial em adquirir recrutas: exemplo disso foi a troca de cartas um ano antes entre o Juízo Municipal de Órfãos da cidade de Caçapava, José Pinheiro de Ulhôa Cintra, com o Presidente da Província do Rio Grande do Sul, João Luis Viera Cansação de Sinimbu, em que expunham quão grande era a dificuldade de recrutamento no Sul:

[...]tendo presente a circular no. 15 de 07 de dezembro do corrente em que V.S. me determina que faça todas as diligencias, quer por meio de engajamento, quer de recrutamento, para obter o maior número de indivíduos a fim de se manter o número de praças do Corpo de Imperiais Marinheiros e do Batalhão Naval, de preferência os que tiverem idade de 12 a 18 anos para as Companhias de Aprendizes do primeiro desses corpos, na conformidade do aviso do Ministério da Marinha, de 22 de setembro do ano findo sob no. 05 que por cópia acompanha a referida circular e mediante as gratificações estabelecidas no mesmo aviso. Em resposta pois, cumpre-me significar a V.S. que por meio de engajamento nada se poderá conseguir pelo horror que inspira o serviço da Marinha, ou a bordos de vasos de guerra, aos habitantes desta Província e sendo por consequência necessário recorrer ao recrutamento, terei de lutar não com pequenos embarços por falta de força a minha disposição, visto que a Guarda Nacional dificilmente se presta para serviços desta natureza. Todavia, farei de minha parte os devidos esforços para o bom desempenho deste encargo, e com este intuito desejo que V.S. me declare como, e por quem devem ser pagas as despesas de transporte e etapa, que necessariamente se deve fazer com os recrutas, que tem de ser remetidos para essa capital segundo a ordem de V. Excelência. Caçapava, 29 de dezembro de 1854<sup>139</sup>.

Esta passagem denota a aversão da população local em relação ao serviço nas forças Armadas Imperial. Diante do exposto, percebe-se a opção pelo recrutamento na região de Caçapava para a obtenção de pessoal para o serviço

---

<sup>139</sup> AHRS - Fundo Justiça - Caçapava Correspondência – Juízo Municipal ou Municipal de Órfãos – Maço 005.



Militar. O juiz de órfãos da localidade manifesta a dificuldade para a realização do recrutamento tendo em vista que o mesmo, aparentemente, não dispunha de forças policiais, às quais pudesse recorrer neste caso. Havia apenas a Guarda Nacional como tropa armada, a qual era constituída por homens da própria região.

O recrutamento causava constrangimento entre as autoridades policiais devido à não concordância do uso de segurança para tal fim, mas como era ordem imperial, mesmo inibidos, os delegados tinham que praticar os recrutamentos de alguma forma.

O foco do recrutamento estava em pessoas com características e atividades duvidosas, isso estava presente nas fontes documentais analisadas, como pode ser apurado na correspondência encaminhada pelo Capitão do Porto do Rio Grande do Sul, em 12 de abril de 1857, Antônio Caetano Ferraz ao Ministro e secretário de Estado dos Negócios da Armada, Conselheiro José Maria da Silva Paranhos, informando que “os indivíduos que daqui tem seguido recrutados para Marinha, à disposição desse Ministério, são dos que a polícia, ou esta Capitania pode recrutar”<sup>140</sup>.

Anos depois, esse mesmo Capitão do Porto participava ao presidente da Província do Rio Grande do Sul, o conselheiro do Império Ângelo Moniz da Silva Ferraz, Senador e Presidente da Província, o decurso da dificuldade e embaraço da obtenção de voluntário para Armada na citada província, pretexto que justificava tal atitude da população. A outra justificativa e a maior delas, fundamentada por Caetano Ferraz, que havia escolha dos populares pela Marinha Mercante ao invés da Marinha de Guerra, devido as maiores vantagens recebidas e o menor rigor na disciplina<sup>141</sup>.

Um paliativo importante para diminuir os gastos e tornar o recrutamento menos desgastante e mais civilizado seria, em vez de recrutar esses homens e enviá-los para Capitania dos Portos e depois remetê-los para a Companhia de Aprendizagem ou Corpo de Imperiais Marinheiros, criar uma instituição desse tipo na

---

<sup>140</sup> AN, Série Marinha, XM, maço 202.

<sup>141</sup> AHRS, Fundo Comando das Armas e Marinha, Seção Capitania dos Portos, Maço 33. Citado por (OLIVEIRA, 2013, p.112).

região Sul, isto é, a Companhia de Aprendizes. Com isso, o ano de 1860 foi decisivo para esse acontecimento.

Aliás, a respeito da Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Rio Grande do Sul, que discutiremos posteriormente, desde a fundação da segunda Companhia de Aprendizes, Pará, até a sexta, Mato Grosso, ambas passam a ter nova organização em suas estruturas<sup>142</sup>. As autoridades, vendo o prestígio que no decorrer de sua trajetória tiveram, entendiam que ter outras em várias províncias da costa marítima, seria proveitoso para garantir o aumento do seu contingente, a segurança e a ordem da nação. Os presidentes de províncias, entre outros, entenderam que as mesmas passaram a ser o elemento essencial para dar asilo a centenas de crianças desvalidas e pobres, que naturalmente poderiam ser usadas para à vida no mar, não só elas, mas também os “desclassificados sociais” (vagabundos, “vadios”, e os incorrigíveis). Estava em andamento, a partir daí, a iniciativa tomada pelo Ministro Torres, em seu relatório, dezessete anos antes, na qual defendia o aumento das Companhias de Aprendizes<sup>143</sup>.

O próprio presidente da província do Rio grande Sul tinha a tarefa de fornecer, naquele ano financeiro, oitenta recrutas, além do maior número de menores, que se podia obter para as Companhias de Aprendizes-Marinheiros, para subsidiar a Côrte<sup>144</sup>.

O Relatório enviado pelo Ministro da Marinha, Joaquim José Ignácio, apresentado à Assembleia Legislativa para discussão, atenta para a necessidade de formar, além das que existem, mais duas companhias já com base na lei: as Companhias do Maranhão e do Rio Grande do Sul. Havia um grupo de recrutas que estavam na Côrte, prontos para serem aquarteladas em prédios fixos naqueles

---

<sup>142</sup> Decreto nº 1.517, de 4 de Janeiro de 1855, regula a dá nova organização hierárquica, comando e administração da Companhia de Aprendizes-Marinheiros com base na Segunda Companhia de Aprendizes no Decreto desta data de criação da segunda Companhia de Aprendizes que foi a do Pará.

<sup>143</sup> Em seu relatório Torres sugestionava que os moços, recebendo a bordo a educação apropriada, e habituando-se de tenros anos à vida do mar, tomarão, em chegando a idade viril, outras tantas companhias de aprendizes marinheiros militares, que satisfarão todas as condições do serviço naval (RMM, 1843, p.14-15).

<sup>144</sup> Relatório da Província do Rio Grande do Sul, 1860, p. 18.

estados<sup>145</sup>. Nos debates da Câmara da época, ficou decretado que seria necessário criar outras Companhias de Aprendizes pela costa:

[...]fica o governo autorizado a criar desde já Companhias de Aprendizes-Marinheiros em todas as províncias do litoral e seções de Companhias nos pontos dos mesmo litoral que julgar convenientes; os estados completo das Companhias nunca será menor de cem praças e os das seções de cinquenta.<sup>146</sup>

As autoridades entenderam que, nas províncias em que o fluxo de embarcações e de abandonos de jovens que viviam na ociosidade era grande, então com base nisso, fizeram a distribuição das companhias em partes, ditas seções, foi crucial para descentralizar o recrutamento em algumas regiões, fato este que ocorreu com a Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina, em 1857, local em que uma seção ficou sediada em Florianópolis e outra em Laguna<sup>147</sup>, conforme sua utilidade. Era importante tê-las naqueles pontos, mas também para servir aos propósitos imperiais.

Naquela sessão de 1860, a tematização de discursos que diz respeito à criação de outro viveiro naval no extremo Sul do Brasil, feita por deputados e outros representantes de grupos políticos e parlamentares, com posicionamentos variados durante aquela assembleia, fez com que houvesse acirrados debates quanto à proposta de criação da Companhia em Rio Grande. Não houve, porém, o apoio de alguns políticos envolvidos no assunto, pois reclamavam dos gastos e das condições agonizantes nas quais era feito o recrutamento, como foi dito pelo Deputado Jacinto de Mendonça:

[...]Sr. presidente, nem todas as províncias têm a mesma aptidão para a vida marítima, nem todas podem oferecer a mesma conveniência para a criação de companhias de aprendizes menores. Observo aos nobres membros da comissão e aos nobres ministros que a criação de companhias de aprendizes menores do Rio Grande do Sul não se apoia em utilidade da mesma província, já obrigada a um grande recrutamento pela especialidade

---

<sup>145</sup> RMM, 1860, p.9.

<sup>146</sup> Sessão da Câmara dos deputados de 24 de maio de 1860, p.218.

<sup>147</sup> Decreto n° 2003, de 24 outubro de 1857, criou as duas primeiras Companhias de Aprendizes, uma em Santa Catarina, uma sediada em Florianópolis e outra em Laguna, tendo sido criada também uma instituição em Recife, Pernambuco. (RMM, 1857, anexo 22) Citado por MACHADO, 2007, p.49.

de fornecer os corpos de cavalaria, e devendo também dar recrutas para a marinha. Onerá-la ainda com a criação de uma companhia de aprendizes, é estabelecer-se que nem as crianças escaparão á grande rede do recrutamento, e eu com isto não posso concordar.<sup>148</sup>

Devido ao passado de insurgência, o Exército imperial foi a força militar que mais esteve presente na província do Rio Grande do Sul. Com isso, o recrutamento para o Exército esteve mais vigente nas camadas populares das regiões; desta maneira, o excedente de homens nas tropas seriam enviados para Armada. Para evitar esse descompasso entre as duas forças imperiais, Armada e Exército, foi proposto, dentro da política descentralizadora do governo, criar um centro de formação de Marinheiros no Sul.

O próprio presidente do conselho, no uso de discurso “retórico”<sup>149</sup> parlamentar, conclamava a importância de ter essa unidade militar naquela região, devido à relevância portuária, pois sua alegação referia-se à província do Sul ser a segunda do Império a ter maior navegação interna. O presidente justificava, em seu discurso, o quantitativo de embarcações, a saber: *Quatorze vapores mercantes ou particulares, navegam e percorrem seus belos mares, que se chamam lagoas; navegam e percorrem seus grandes rios até onde eles são navegáveis; as comunicações são as melhores que podem dar.* Havia certo interesse político/econômico e até social em ter uma Companhia de Aprendizes-Marinheiros naquela região, para depois de formados a marujada tripular aqueles navios mercantes.

Naquele momento, o Deputado Jacinto, em sua réplica embasa sua discordância utilizando-se dos recursos da retórica, tentando mostrar a real importância da criação daquele viveiro de homens da cidade de Rio Grande: *Mas esse não é o resultado. Quando se criam essas companhias e os aprendizes chegam a certo estado de instrução passam a servir nos navios de guerra.* Ele que não queria dizer que o motivo seria ter marinheiros civis e sim homens formados para tripular os navios de guerra.

---

<sup>148</sup> Anais da Sessão da Câmara dos Deputados, 1860, p.215.

<sup>149</sup>A retórica, como técnica, se refere também aos discursos das ciências hermenêuticas“argumentativas” em perspectivas históricas e ainda as áreas das ciências sociais.(GUMBRECHT, 2003, p.23).

Os discursos do Deputado, em especial naquele e para aquele momento histórico e político, em decretar a criação daquela Companhia na província em questão, não passa de uma técnica argumentativa que procura impor a todos os públicos racionais, a persuasão e o convencimento como parte da base de suas argumentações.

Numa Análise daquele debate<sup>150</sup> pode-se perceber que os políticos, no uso de suas argumentações, estavam divididos e preocupados, enquanto uns se preocupavam com o prejuízo que a Companhia de Aprendizes poderia dar à marinha mercante, outros entendiam que esses jovens, depois de formados e cumprirem seu tempo na Armada, trariam benefícios ao usar suas experiências a bordo dos navios mercantes. Praticamente a discussão terminou com a decisão da maior autoridade política que estava presente naquela sessão: o General e Barão de Porto Alegre Manoel Marques de Souza - *pois eu quero para minha província essa companhia, considero-a como benefício*. Essa atitude levou parte da Câmara a votar a criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Rio Grande do Sul. Parte-se da ideia de que o passado mostrou que o projeto Companhia de Aprendizes-Marinheiros deu certo não somente para as autoridades militares da Armada Imperial, mas também para as autoridades políticas. Seu decreto de criação foi no ano posterior<sup>151</sup> e passamos a ter conhecimento em definitivo de sua dinâmica em 1862 noticiada nas páginas do principal jornal daquela cidade portuária: *O Diário do Rio Grande*.

### **3.1 O jornal *O Diário do Rio Grande* - o nascedouro naval próximo à região portuária no extremo Sul do Império**

Essa parte do subcapítulo propõe-se a oferecer ao leitor contato com as informações de como se permearam, nos debates da Câmara, discussões que culminaram com a criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Rio Grande

---

<sup>150</sup> Sessão da Câmara dos dias 15 e 16 de junho de 1860, p. 15-20.

<sup>151</sup> Decreto 2725 de 12 de janeiro de 1861 cria duas Companhia de Aprendizes-Marinheiros, uma na província do Maranhão, e outra na de São Pedro do Rio Grande do Sul (CAMINHA, *Op. Cit.*, 1986, p.313). Em 3 de fevereiro de 1863 passou a companhia a aquartelar-se, em definitivo, no edifício nacional da Ponta da Macega, conforme as ordens da presidência da província transmitidas pelo Capitão do porto em ofício de 29 de janeiro anterior.(Almanak do Ministério da Marinha, V.III. Rio de Janeiro, Typografia nacional, 1870.

do Sul e também como se posicionava o jornal o *Diário do Rio Grande* a respeito das notícias referentes aos Marinheiros e a localização do prédio daquela unidade naval na cidade noticiada nas páginas desse periódico. Torna-se importante salientar que em todos os tempos, a imprensa tem sido importante termômetro de forças políticas vigentes e hegemônicas numa dada sociedade. Não foi diferente no Brasil, no final da primeira metade do século XIX, quando a imprensa, já consolidada, dá testemunho da efervescência política daquele período e do debate ideológico travado pelos jornais, fomentado pelas tantas rebeliões ocorridas, especialmente na primeira metade do século XIX.

Na segunda metade daquele século houve aumento considerável na pluralidade de jornais no Rio Grande do Sul, proporcional à diversidade de conveniência que se manifestava. No nosso caso, as publicações do *Diário do Rio Grande* foram realizadas de “cunho noticiosas, informativas e literárias, entre outras, além dos órgãos representativos de diversas classes sociais, constituindo jornais de circulação dirigida” (SILVA, 1986. p. 123).

O *Diário do Rio Grande* foi criado em 1848, pelo nativo da província, o experiente “Saquarema”<sup>152</sup>, e tipógrafo Antonio Caetano da Silva<sup>153</sup> que tinha como

---

<sup>152</sup> Segundo relatos, nos idos de 1845, quando os liberais ocupavam de novo o governo do Império e a Província do Rio de Janeiro era presidida por Aureliano de Sousa Coutinho, um certo Padre José de Cêa e Almeida exercia as funções de subdelegado de Polícia na vila de Saquarema. Querendo garantir o triunfo nas eleições também naquela localidade, o Padre Cêa teria expedido uma ordem onde autorizava até mesmo o assassino do eleitor que recusasse as listas do governo. Relatam também que Joaquim José Rodrigues Torres e Paulino José Soares de Sousa, chefes conservadores, com grande parentela naquela localidade, onde eram também proprietários de terra e de escravos, teriam conseguido livrar seus protegidos dos desmandos daquela autoridade, e que, desde então, a denominação *saquarema* passou a ser dada aos protegidos deles. Relatam, por fim, que muito rapidamente a nova denominação foi estendida aos adeptos do partido em todo Império. Idem, p.106-7.

<sup>153</sup> Antonio José Caetano da Silva nasceu no Rio Grande do Sul a 12 de dezembro de 1817 e faleceu no Rio de Janeiro a 29 de maio de 1865. Entre as décadas de quarenta e cinquenta desenvolveu agitada carreira jornalística na sua cidade natal, redigiu o Rio-Grandesense desde a sua fundação em 1845, e depois, consecutivamente, a Revista Imparcial, o Correio de Anúncio, a Nova Época, o Mentiroso, o Noticiador e a Guarda Avançada, todas pequenos periódicos de curta duração, até fundar o Diário do Rio Grande, e teve papel saliente na política local, sendo eleito e várias vezes reeleito para Assembleia Legislativa Provincial, pelo Partido Conservador. Em 1853, retirou-se para o Rio de Janeiro, onde ainda conseguiria sua nomeação para amanuense e depois segundo escrivão a alfândega. Foi ainda sucessivamente nomeado inspetor da Alfândega de Paranaguá e Uruguaiana, esta última comissão a partir de janeiro de 1859. Terminada a sua incumbência, voltou para o Rio de Janeiro, onde faleceu de febre tifóide. BARRETO, Abeillard. Primórdio da imprensa no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: comissão executiva do Sesquicentenário da Revolução farroupilha, 1986, p.134.

lema “os princípios são tudo e os homens, pouco”<sup>154</sup>, trazendo em suas páginas vários discursos voltados para a vida cotidiana.

A respeito da Armada Imperial brasileira, esta, ao instalar-se definitivamente na província do Rio Grande do Sul, em especial na cidade de São Pedro do Rio Grande a partir da instalação da Capitania dos Portos, como dito no capítulo anterior, teve papel destacado no processo de noticiar nas páginas do *Diário* desde 1851 da seguinte maneira:

CAPITANIA DOS PORTOS DE RIO GRANDE: por esta repartição se faz público que precisa-se engajar praças de marinhagem para o serviço nacional a bordo das escunas de guerra que vão armar; a quem convier este engajamento apresente-se esta repartição para se ele declarem as vantagens que vão receber” – Antonio Caetano Ferraz, Capitão do Porto.<sup>155</sup>

Dessa forma, o jornal passava a ter caráter de utilidade pública ajudando na tarefa de convocar a população local e lindeira para fazer parte da armada imperial, pois, como também foi dito, essa organização militar não tinha somente a responsabilidade de controlar a navegação portuária, mas também de recrutar Marinheiros para o serviço da Armada. Mais adiante vamos entender de que forma foi instalada a Capitania do Porto na cidade e como o jornal noticiou esse fato.

Não se pode deixar de informar o caráter conservador desse jornal dentro de seu princípio ideológico, e assim como alguns outros da época, segundo Lucca (2005, p.133) faz:

[...] a defesa apaixonada de idéias e a intervenção no espaço público Caracterizaram a imprensa brasileira de grande parte do século XIX, que, é bom lembrar, contava com o contingente diminuto de leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo, os aspectos comerciais a atividade eram secundários diante da tarefa de interpor-se nos debates e dar publicidades às propostas [...].

Convém salientar que, apesar de ser de cunho conservador, o jornal fazia questão de mostrar imparcialidade em suas páginas, pois “essencialmente comercial

---

<sup>154</sup> O *Diário do Rio Grande*, 16 de outubro de 1898.

<sup>155</sup> O *Diário do Rio Grande*, 03 de junho de 1851.

e noticioso, o *Diário* não distingue parcialidades políticas: todas as opiniões terão aceitação em suas colunas, contando que a linguagem esteja em relação com o programa que preside à redação da folha”<sup>156</sup>. Entre os relatos da Armada Imperial, produzidos pelo *Diário*, havia referências às movimentações de navios sendo eles Mercantes ou de Guerra, fuga de Marinheiros em Brigês<sup>157</sup>, ao recrutamento e prisões de marujos, sendo que, entre várias notícias referentes à Armada, uma das mais importantes foi a lei de fixação de forças em que mandara criar a Companhias de Aprendizes-Marinheiros na cidade de Rio Grande, inclusive sobre sua sede ser na cidade de Rio Grande.

### **3.2 A cidade portuária de Rio Grande: o solo fértil para o noticiário naval**

A cidade de Rio Grande, no decurso do século XIX, localizada em um ponto estratégico no extremo Sul do Brasil meridional, encerrava-se como último porto de chegada e partida de algumas embarcações vindas de várias regiões não só do país mas também do exterior, principalmente de países andinos. O porto envolvia-se diretamente nas malhas mercantis sejam elas nacionais ou internacionais. Além do mais, o encurtamento da distância com outras regiões lindeiras como Pelotas, São José do Norte e regiões do charque<sup>158</sup> e a proximidade com o oceano fazia com que a cidade recebesse certa notoriedade no cenário nacional.

A agitação portuária na cidade, durante aquele século, desde o primórdio do nascimento<sup>159</sup> vislumbrava o horizonte promissor. Assim, a cidade de Rio Grande

---

<sup>156</sup> O *Diário do Rio Grande*, 1º de outubro de 1854.

<sup>157</sup> Navio de vela, com dois mastros espigando masteréus e envergando pano redondo, com velas de entre mastro e gurupés e um latino quadrangular no mastro de mezena. (CAMINHA, 1996, p.77).

<sup>158</sup> Para conhecimento da questão produtiva, relativa ao comércio, redes mercantis e interesses econômicos, nas cidades de Pelotas e Rio Grande em meados do século XIX, ver em TORRES, 2004.

<sup>159</sup> O Rio Grande do Sul em especial a Cidade de Rio Grande, batizada primeiramente como Rio Grande São Pedro e posteriormente de São Pedro do Rio Grande tem uma história que na realidade não chega a três séculos. Sua fundação se deu com a chegada do Brigadeiro José da Silva Paes, em 1737 chegou a nossa terra e aqui iniciou o povoamento desta região, construindo o forte denominado de Jesus-Maria-José, localizada na área de povoamento do Porto, formada por poucos moradores. Segundo Altmayr (2007, p.4) a fundação em 1837 de uma fortificação militar às margens do Estuário da Lagoa dos Patos, atuaria como uma área de proteção e defesa dos domínios da Coroa



passa a ser moldada e penetrada por influências sociais distantes e a ser o principal ponto de entrada e de saída do Rio Grande do Sul, lugar de passagem aos viajantes e imigrantes e os seus ideais e cultura (VEREKER, 2002, p. 7), da mesma forma a “chegada de trabalhadores que buscavam trabalho na orla marítima/portuária, criando gradativamente sua identidade” (FERREIRA, 2016, p.32).

No século XIX ocorreu maior entrada de estrangeiros, principalmente alemães e italianos, mas poucos se fixaram na região litorânea [...], mesmo assim, alguns imigrantes alemães e italianos permaneceram no Rio Grande e, juntamente com os portugueses, teriam grande influência na economia local, tanto no setor comercial como no industrial (NEVES, 1980, p. 67).

Ela passaria a incorporar o cosmopolitismo, comportamento este próprio das cidades portuárias. Segundo Oliveira (2013, p.40), “o desenvolvimento de Rio Grande esteve intimamente relacionado com questões advindas de sua vinculação com o mundo das águas, tanto por motivos de domínio geoestratégicos como por fatores comerciais”.

Os avanços marítimos e o sistema imperial exigiram uma crescente demanda por registros e controle fiscal das províncias, encontrando, nas atividades tipográficas, uma dissolução para tais necessidades. Na década de 1850, a cidade havia alcançado um crescimento urbano e demográfico bastante considerável. Esse aumento populacional fez com que vários acontecimentos permeassem as notícias narradas nas páginas dos principais jornais da cidade, como fuga de marinheiros mercantes e militares, fugas de escravos entre outros. Conforme divulgado no jornal:

FUGIU: no dia 04 de maio a bordo do brigue Pacífico, o escravo José Mina, alto, reforçado, bonita figura, sem barba, terá rigor 25 anos. Levou vestido calça escura, camisa azul sem barba, sem mangas, bonét de olado; é de supôr que tenha mudado de vestiário por que levou dinheiro consigo: quem do mesmo souber notícia dirija-se à rua bela vista, n.10, que será gratificado<sup>160</sup>.

---

Portuguesa ao longo do extenso território compreendido do extremo sul do Brasil à Capitania de São Paulo. Inicialmente recebeu a denominação de Vila do Rio Grande.

<sup>160</sup> O *Diário do Rio Grande*, 07 de junho de 1851. Setor de periódicos da Biblioteca Rio-Grandense (Rio Grande).

Esses Marinheiros, como afirmava constantemente John Luccock (1987), eram indisciplinados e, aproveitando-se dessa prática, os comandantes dos navios alertavam as autoridades policiais a respeito da fuga dos Marinheiros das embarcações. Alguns populares sabiam que esses fujões e indisciplinados eram escravos na função de Marujos, aproveitando-se desse fato os moradores colocavam anúncios para captar esses homens para si. O jornal *o Diário do Rio Grande* era um aliado da população para essa atividade.

Na questão dos navios da Armada que atracavam no Porto de Rio Grande, muitos escravos se tornavam Marinheiros se alistando na Armada para usar os navios como transporte e subterfúgio para evadir-se de uma província para outra. Ao chegarem ao citado Porto desertavam buscando sua liberdade de alguma forma. Usando dessa liberdade alguns desses Marinheiros causavam indisciplinas e arruaça na cidade, pois, segundo Nascimento:

[...] outra dor de cabeça para os oficiais comandantes dos navios era aqueles marinheiros que excediam a licença. Já à terra, embriagavam-se com aguardente, resolviam rixas com pessoas do lugar, visitavam prostíbulos, amigos, amigas ou parentes, passeavam pelas praças públicas ou qualquer outro atrativo que a terra firme proporcionava. Geralmente, encantados com esses atrativos, exteriores ao universo fechado, uniforme e masculino dos vasos de guerra e quartéis, atrasavam-se por horas ou dias, quando retornavam, eram repreendidos pelos oficiais (NASCIMENTO, 2001, p.54).

Por ficar em ambiente confinado, isto é, embarcado em alto-mar por muito tempo, havia um clima de angústia e carência. Deste modo, ao atracar no porto, os marujos aproveitavam para cometer contravenções do tipo arruaças e até furtos, beber às vezes até embriagar-se e praticar atos libidinosos como ir a prostíbulos. Isso não valia só para brasileiros mais também para estrangeiros.

Foi possível o entendimento que, desde os primórdios da fundação da cidade, o porto do Rio Grande exercia um papel como principal porta de entrada de viajantes e de produtos derivados da atividade pecuária que se desenvolvia de modo crescente no Rio Grande do Sul. Muitos vinham em sua grande parte da Inglaterra, para fazer comércio com o Brasil e atracavam seus barcos e navios na cidade de Rio Grande, como aponta Daiana Molet:

[...] inicialmente, os comerciantes, rio grandinos, importavam lãs de Portugal, algodão grosseiro, ferragens, louças, sal, fumo, açúcar, aguardente e escravos. Entretanto, com a abertura dos portos brasileiros em 1808, os artigos ingleses, que tinham custo menor e adaptavam-se ao gosto mais sofisticado, começaram a desbancar outras mercadorias. Além disso, havia também um comércio de exportação na cidade do Rio Grande para o Rio de Janeiro eram exportados principalmente couro, sebo, trigo, cebola, queijo e charque. Enquanto que para a Bahia o produto principal era o charque utilizado para alimentação da escravidão (MOLET, 2011, p.36).

Também, ter uma geografia privilegiada, tendo o Atlântico como interface comercial, ajudou a cidade, que muitos séculos ficara abandonada por causa das lutas Ibero-lusitanas, a desenvolver seu espaço urbano e o seu porto. Devido às dificuldades de transposição na Barra do Rio Grande, o Governo Imperial, visando a melhorar a segurança da navegação, implantou, a partir de 1846, a Inspetoria da Praticagem da Barra. Essa implantação foi “devido à segurança trazida pela criação desta Praticagem, que ficou servida por práticos conhecedores das tradições antigas dos canais de acesso e por grande número de marinheiros” (FERREIRA Apud PRADEL, 1979, p. 3).

A inspetoria foi instalada na povoação da Barra, na cidade de São José do Norte, para dar segurança à transposição das águas no canal e ficou sob a direção de um oficial da armada nacional. As atividades desempenhadas pela Praticagem, segundo Oliveira, eram: prestação de auxílio às embarcações mercantes mediante serviço especializado de pilotagem em regiões portuárias que apresentassem perigos de ventos fortes, bancos de areia, correntes marinhas, canais irregulares, naufrágios submersos (OLIVEIRA, 2013, p.54).

Com o decreto que autorizava o governo a estabelecer e organizar nas províncias marítimas do Império uma Capitania do Porto<sup>161</sup>, nascia o diploma legal de criação desta, em Rio Grande, o qual terminava apontando que a ponta da Macega seria o melhor lugar para o estabelecimento do Arsenal, da Capitania e até no mesmo lugar a Companhia de Aprendizes em suas dependências.

---

<sup>161</sup> De acordo com Decreto nº 358, de 14 de agosto de 1845 Coleção de leis do Império. É importante ressaltar que a criação da Capitania do Porto em Rio Grande havia exigência a mais, ou seja, que seus deveres sejam com clareza e evitassem fugir de suas funções e prevenissem conflitos de atribuições com autoridades judiciárias e administrativas em processos (RMM, 1845, p.3-4).

Na província do Rio Grande, por ter a Capitania do Porto como uma Unidade Militar de pronto uso para as atividades marítimas/portuárias e comercial, sua regulamentação instituiu várias obrigações, entre elas registros das matrículas das tripulações de embarcações mercantes e nacionais e de todos os trabalhadores empregados na vida do mar, de escravos e homens livres.

Com a necessidade do porto, era imperativo criar um centro de formação de Marinheiros não só para subsidiar a Côrte, descentralizando o recrutamento, como também formando Marinheiros para suprir o contingente dessa Capitania de Rio Grande e da “Delegacia da Capitania Naval”<sup>162</sup> em Porto Alegre. Para isso, se tornava necessário criar uma Companhia de Aprendizes-Marinheiros. A questão seria em que lugar da cidade ficariam sediadas essas Unidades Militares? *O Diário do Rio Grande*, de 24 de janeiro de 1851, deu a resposta com a seguinte notícia:

[...] os senhores João Rocha e José Francisco de Castro propuseram a venda de suas propriedades, situada na ponta da Macega, para o estabelecimento do Arsenal de Marinha. As mesmas propostas fizeram o senhor José Borges Ribeiro e alguns herdeiros de falecido Joaquim Rasgado, relativamente as suas propriedades, situadas na Praça Municipal. De todas estas propostas a mais vantajosa à fazenda pública, é sem dúvida a do Sr. João Rocha.

A pesar da Capitania já estar em processo de instalação em Rio Grande desde 1846<sup>163</sup>, em nossas pesquisas verificamos que, inicialmente, esta se fixou no prédio da Alfândega, conforme figura abaixo, o qual também servia como depósito naval, Arsenal de Marinha, inspeção e almoxarifado da Marinha. Esses dois últimos foram anos depois desativados. E, também com base em alguns indícios, a residência do Capitão do Porto localizava-se próxima da rua Marechal Andréa próximo da região da macega.

---

<sup>162</sup> Por Aviso, foi estabelecida a Delegacia da Capitania do Porto em Porto Alegre, sendo nomeado seu primeiro comandante o Capitão-Tenente Manoel Antonio de Oliveira Paes, para Delegado, sendo por esta ocasião forradas e assoalhadas as cocheiras, para aí funcionar a repartição da Delegacia. **Fonte:** CFP - livro histórico de estabelecimento, p. (?).

<sup>163</sup> Já o Decreto nº 447 de 19 de maio de 1846, regula a execução da lei anterior e criava diversas capitâncias, inclusive a do Rio Grande, atendendo a seu grande movimento. Para cumprir essas obrigações foi nomeado o Capitão Tenente Francisco José de Melo seu primeiro comandante. Suas atividades iniciaram efetivamente em 1º de agosto de 1847 com próprio trapiche alongado ao porto e por ali permaneceu, isto é, no prédio do Arsenal até 1852, onde começou o processo de transferência para ponta da Macega. É importante também ressaltar que a Capitania de Rio Grande foi a primeira a ser instalada no Brasil.

Em relação ao Senhor João da Rocha, as informações que temos é que ele havia servido ao país em alguma época da vida como militar e por ser partidário da Armada, havia cedido ao governo a sua casa e terrenos, que atenderam perfeitamente às condições necessárias para que pudessem ser instalados o Arsenal e a Capitania de Rio Grande.

**Figura 7** – Prédio da Alfândega e Cais do Porto Velho. Ano 1870



**Fonte:** Acervo da Biblioteca Rio-Grandense

Esta atitude voluntária do Senhor Rocha foi decisiva para compra dessa propriedade pelo governo. Com isso, o jornal *O Diário do Rio Grande* de 11 de março de 1851, publicou:

[...] em aviso do Ministério da Marinha, de 11 de fevereiro último, aceitou-se a recepção do ofício nº 125, do Exm. Presidente desta província, datado de 24 de dezembro último, com o qual transitava o ofício do Senhor Capitão do Porto, com propostas de indivíduos residentes nesta cidade, que pretendem vender suas propriedades a repartição da Marinha, no caso de se anexarem à alfândega os terrenos pertencentes a Capitania do Porto; e ponderou-se novamente que não sendo possível, na atualidade, fazer-se nacionais e que a referida comissão opinaria pela capital.

O Ministério da Marinha combinado com o Presidente da Província, passa, então, a desaprovar esse parecer da comissão e faz apreciações, frisando que as

Capitanias deveriam estar nos portos de mais movimento marítimo, que incontestavelmente é o de Rio Grande e não em Porto Alegre.

Nessa mesma época, por essa ocasião, um cronista do *O Diário do Rio Grande* lembrava que se deveria levantar o edifício da Capitania, entre a praça do comércio e o mercado, e o depósito de artigos bélicos entre o Mercado e a casa da câmara (hoje edifício da Biblioteca), fazendo-se ao fundo um cais de alvenaria, arborizado. Em Julho de 1851, o mesmo *O Diário* voltou a tratar do mesmo assunto, expondo as vantagens da edificação da Capitania na Macega, dizendo:

[...] ali possui terrenos e dois edifícios o Dr. Rocha, que quanto a nós, havia servido ao país, cedendo ao governo a sua casa e terrenos, que desempenham, perfeitamente, as condições necessárias para o arsenal e Capitania. Os edifícios são novos, bem construído e próprios para os misteres que se tem em vista. O terreno imenso que pode ser no futuro vendido a particulares; a posição conveniente do vértice da figura extremada pela trincheira e água dos sacos que bordam o terreno onde está edificada a cidade, são razões que abonam a compra da propriedade do Dr. João Rocha em proveito do país. “Em nosso abono vem a opinião do Sr. Greenfel, quando aqui comandante da força de mar, que sempre passamos. (refere-se a guerra dos Farrapos)<sup>164</sup>.

Em 31 de julho de 1851, *O Diário do Rio Grande* noticiava que a comissão de oficiais da Armada dera parecer favorável à aquisição do terreno do Dr. Rocha, que há cinco meses se achava na corte e tinha chego a Joinville no vapor Princesa. O Dr. Rocha vendeu para o governo por 65.000\$000 (sessenta e cinco mil contos) as suas propriedades na Macega, para onde mudaria a Capitania dos Portos e mais tarde o Arsenal de Marinha, na época em Porto Alegre.

A criação da Capitania do Porto nesta cidade estava sendo relevante para o propósito não só da navegação, mas também do Porto por estar vinculado ao universo das águas, como dito anteriormente. Tal problemática é oriunda da busca em determinar a efetiva atividade que o Porto representa sobre a cidade, bem como do cuidado em impedir a demasiada tendência de tomar toda cidade com um porto como sendo uma cidade portuária tal como estava estabelecido. Para Oliveira (2013, p.58), por ser o único porto marítimo da província, o porto de Rio Grande constituía passagem obrigatória de embarcações nacionais e estrangeiras que entravam e

---

<sup>164</sup> Livro histórico de Estabelecimento da Capitania dos Portos de Rio Grande, p. (?)

saíam da Barra da “laguna dos Patos”<sup>165</sup> transportando mercadorias e passageiros, para isso a Capitania fazia o controle dessa movimentação.

Observa-se que, no relatório apresentado na Assembleia provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul ao presidente da província na 2ª sessão da 8ª legislatura, pelo Senhor conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, foi verificado o grande fluxo de movimentação de embarcações que entraram no porto vindo não só do exterior, como África, Europa e América central e Latina, mas também de várias províncias do Império.

**Tabela XIII** – Demonstrativo do fluxo da navegação no Porto de Rio Grande.

Navios que entram no Porto	Toneladas	Tripulação	Passageiros Nacionais	Passageiros Estrangeiros	Escravos	Total de Embarcações
448	85.083	4.737	969	3.098	125	448
Navios de longo curso procedente de várias nacionalidades	Navios de cabotagem procedentes de várias províncias do Império	Navios conforme sua armação ou tipo	Navios de Guerra	Navios Nacionais	Navios de transporte e de escravos	
180	257	100	16	255	67	1213

Fonte: RPP, 1859, p.71

A tabela demonstra o fôlego que tinha o porto para receber diariamente o fluxo de várias embarcações que entravam na barra do Rio Grande trazendo

<sup>165</sup> A lagoa dos patos seu nome inicialmente se chamava “laguna”. A Lagoa dos Patos é a maior laguna costeira do Atlântico Sul Ocidental com 10.360 Km<sup>2</sup>. Com seu conjunto de lagoas adjacentes, forma um sistema lagunar costeiro único, constituindo-se na mais importante área de criação, reprodução e alimentação para a grande parte de peixes que ocorrem no litoral sul do Brasil. Além disso, representa o sustento para milhares de pescadores e suas famílias. Suas águas, ora doces, ora salobras, formam praias belíssimas, de águas rasas e calmas em sua orla enfeitada de coqueiros e figueiras centenárias que proporcionam uma sombra agradável. A Lagoa dos Patos é considerada o maior reservatório de água doce da América Latina, com uma extensão de aproximadamente 10.144 Km<sup>2</sup>. Fonte: <http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/atrativos-turisticos/detalhes+cbae,,lagoa-dos-patos.html>, Acesso dia 17 de outubro de 2016.

variados tipos de mercadorias. Esse fluxo intenso de materiais físicos e humanos tornava o solo fértil para o jornal *O Diário* exibir suas notícias. Sem a Capitania do Porto para fiscalizar essas embarcações, tirava-se do propósito imperial o controle tutelar da navegação nacional e estrangeira.

Nos debates da Câmara de 1860, as autoridades colocam a importância do Porto em xeque para aquela província, pois entendiam que ter um porto melhor preparado para receber embarcações e mercadorias colocaria a província em pé de igualdade com os Estados do Rio da Prata. Por isso, calorosos debates aconteciam sobre a importância que a obra de melhorias no porto ajudaria a província:

Sr. Presidente, o nobre Ministro da Marinha, tratando do porto da província do Rio Grande do Sul, diz que o seu melhoramento precisa de grandes obras, e que não estando elas nas forças dos nossos atuais recursos, quase que nos devemos esquecer delas. Eu faço uma distinção; não sei se o nobre ministra por porto da província do Rio Grande do Sul e na barra, ou apenas o ancoradouro da cidade do Rio Grande<sup>166</sup>.

As autoridades, juntamente com o Ministro da Marinha, entendiam da importância do porto para a cidade, mas o fato era de quem seria a responsabilidade sobre o Porto. A localização era privilegiada para a expansão do comércio na região, o que ajudou a aumentar a exportação de produtos internos abastecendo outras províncias e transportar produtos essenciais dos comerciantes locais:

[...] a proximidade do oceano, porém, garante-lhe uma proeminência permanente. É aqui que todos os navios têm que entregar seus papéis, sendo que a maior parte deles raramente segue vadiante. É aqui também que os principais negociantes residem ou têm seus agentes estabelecidos, de tal maneira que ela pode ser considerada como o maior mercado do Brasil Meridional (LUCCOCK, 1975, pp. 116-17).

Entre vários comerciantes que visitaram Rio Grande, destaca-se a figura de Luccock que, ao aportar na cidade no século XIX e, logo na sua chegada, animou-se ao visualizar várias embarcações ancoradas no cais de Rio Grande, isto, porque

---

<sup>166</sup> Anais do parlamento Brasileiro. Sessão da Câmara dos Deputados, 1860, p.214.



entre elas estavam as do tipo escuna com a bandeira inglesa içada no topo de seu mastro<sup>167</sup>.

O porto de Rio Grande exercia então o papel “principal de recebimento de produtos ingleses” (ARSÈNE, 1983, p.77), era considerado o último entreposto comercial entre o Império brasileiro e os países andinos e/ou a região platina, além de negócios com o comércio exterior, que iam além das fronteiras. Tudo isso trazia muitos lucros à “cidadezinha” de Rio Grande, que gozava do momento de progresso e expansão. O avanço econômico, mesmo vagarosamente, trazia consigo um crescimento da área urbana da cidade e a busca de um aprimoramento desse espaço, no objetivo de vencer as “dificuldades” materiais impostas pelo ambiente social, resultando numa completa transformação do espaço original ocupado pela localidade. Neste sentido, as autoridades municipais tiveram a constante preocupação de embelezar, e deixar formoso o município em apreço, de modo a dar-lhe um agradável aspecto e uma forma elegante, proveitosa e saudável. Para isso, foi adotada uma série de medidas para sua melhora, destacando-se construções e alargamento de ruas. Segundo o militar francês Nicolau Dreys, que residiu na Vila do Rio Grande na primeira metade do século XIX, a cidade apresentava cais regulares, um porto retificado, ricos armazéns e belas casas, podendo naquela época concorrer com as mais notáveis cidades da América do Sul (DREYS, 1961).

Essas transformações tornaram-se objeto de reflexão a partir das primeiras décadas do século XIX. Nesse momento, a cidade é problematizada e o surgimento de uma produção teórica põe em evidência a questão da organização social e sua relação com a organização espacial; por isso, mexer no código de postura da cidade de certa forma daria razoável estética e estimularia o crescimento do local. Esse crescimento tornava o espaço fértil para o desenvolvimento da imprensa tendo assuntos no seu cotidiano para explorar e divulgar.

Neste tópico, no passar dos anos, *O Diário do Rio Grande* se tornou uma das mais influentes fontes de informação para a comunidade rio grandina, como por

---

<sup>167</sup> ESCUNA: “Embarcação ligeira de dois mastros e velas latinas, como uma ou duas gáveas, mas sem cestos”.

exemplo, ajudando a guarda local e até os moradores na captura de Marinheiros e escravos fujões:

[...] dia 16 foram presos e recolhidos a cadeia à ordem do delegado, José Dias de Azevedo, José de Oliveira, José Pedro da Silva, Manuel Fernandes Lima e José da Silva, marinheiros da barca nacional Clementina por desobediência, ameaças e coação feita ao Capitão a bordo; e Marcelino Gomes de Almeida por desobediência. Foram soltos os Marinheiros José Silva e Domingos Cabo-Verde<sup>168</sup>.

O jornal passava a ser um dispositivo de utilidade pública usado como ferramenta jurídica de capturas e prisão daqueles que burlavam a lei de qualquer forma. Dessa maneira, os fatos eram narrados de forma pontual e contundente, denunciando os desordeiros que estavam se evadindo de suas obrigações. Por essa ótica, a narrativa deve agir com coerência, seguindo sempre a sequência dos fatos interligados que ocorrem ao longo de certo tempo, levando em conta todos os elementos básicos na sua composição, mesmo sendo estes, no nosso caso, ligados a jornais, por corresponder à ação que vai ser narrada, à linha temporal dos acontecimentos dos fatos, sua descrição e forma de onde aconteceu e participantes ou observadores da ação.

Segundo Faria Filho (2003), a análise dos jornais é um dos melhores caminhos para compreender as relações do mundo social, entre elas: conflitos, embates políticos, interesses comuns, entre outros que fazem parte de um local ou espaço social. Nesta órbita, trabalhar com os periódicos se torna algo importante para a obtenção de resultados nas pesquisas.

Esse panorama faz parte das relações sociais dentro do processo de questionamento de um grupo de rejeitados, inclusos nas páginas do Jornal *O Diário do Rio Grande*, ou seja, os Marinheiros, esses integrantes captados, compulsoriamente ou não, para compor a Armada Imperial. Os grupos políticos incentivaram a criação de várias unidades militares espalhadas sobre o Império, entre elas a Companhia de Aprendizes Marinheiros, em específico a do Rio Grande

---

<sup>168</sup> *O Diário do Rio Grande*, 17 de março de 1861.

do Sul. Isso abriu um novo terreno para saber como as autoridades rio grandinas reagiam aos Militares/Marinheiros que circulavam pela cidade em questão.

A cidade do Rio Grande que produziu esses periódicos não estava isolada no tempo e no espaço. Assim, durante nossa pesquisa, percebemos que questões políticas nacionais (na metade do século XIX), embates políticos/ideológicos, Saquaremas e “Luzias”<sup>169</sup> em algum momento estiveram presentes nas páginas do *O Diário do Rio Grande*. As influências dessas agremiações políticas, somadas aos acontecimentos no período Imperial, fizeram o jornal anunciar o nascedouro naval que, de certa forma, dava a notícia da inserção de gerações de jovens socialmente excluídos no interior daquela Unidade Militar. De certo modo, *O Diário* usou uma nova forma para relatar o momento de criação e o desenvolvimento da Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande e a vivência de seus integrantes na cidade. Independentemente de sua agremiação política, o jornal tinha seu estilo próprio de fornecer a notícia. Ressalta-se que, em vários momentos, a imprensa teve importante papel na questão dos embates políticos em certo período numa dada sociedade. Com isso, Rose Nascimento nos afirma que “não foi diferente no Brasil, no final da primeira metade do século XIX, quando a imprensa, já consolidada, dava testemunho da efervescência política [...] e do debate ideológico travado pelos jornais, [...]” (FRAGA, 2008, p.14).

Naquele momento, isto é, depois da segunda metade do século XIX, o jornal passava a noticiar alguns assuntos relacionados à Armada, pois o Ministro da

---

<sup>169</sup> Essa denominação se deu a partir dos movimentos liberais de 1842. Conte-se, a propósito deles, que foram tramados na Corte pelos componentes do Clube dos Patriarcas Invisíveis, os quais embora tivessem a pretensão de unir as forças liberais de três províncias, além de alguns setores da província fluminense, acabaram por optar pela deflagração do movimento na província de São Paulo, por sua proximidade com o Rio Grande do Sul, havia muito conflagrado pelos *farrapos*. Conta-se também que além dos liberais gaúchos não poderem vir em ajuda dos paulistas, aqueles da Comarca de Curitiba se retraíram, seduzidos pela promessa de desligamento de São Paulo, efetivamente cumprida alguns anos depois com a criação da Província do Paraná. Aos liberais em armas de São Paulo juntar-se-iam, imediatamente depois, os mineiros liderados pelo tímido José Feliciano Pinto Coelho e pelo intrépido Teófilo Otôni, enquanto que os da província do Rio de Janeiro teriam sido imobilizados pela ação energética do Presidente Honório Hermeto Carneiro Leão. Conta-se ainda que os “liberais do Norte”, particularmente os de Pernambuco, não encontraram meios materiais nem argumentos político-ideológico para juntarem-se aos do “Sul”, persistindo em sua pregação antigo governamental nas páginas do *Diário Novo*, editado na Rua da Praia, razão porque seriam chamados *praieiros*. Conta-se, por fim, que derrotados pelas forças do Barão de Caxias no combate de Santa Luzia, os liberais mineiros passaram a ser chamados pelos adversários políticos pelo nome local onde ocorreu o seu maior revés: *santa-luzias* ou simplesmente *Luzias* (MATTOS, 1986, p.104).

Marinha, Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti e D'Albuquerque, vislumbrou em seu relatório, enviado ao conselho da Câmara para apreciação, a importância que estava tendo a Capitania do Porto na província do Rio Grande do Sul, e por algumas circunstâncias especiais e peculiares na cidade de Rio Grande.

**Figura 8** - Primeiro prédio da Capitania do Porto de Rio grande/RS em ruínas, século XIX<sup>170</sup>.



**Fonte:** Acervo Biblioteca Rio-Grandense.

É importante evidenciar que a Capitania dos Portos de Rio Grande, depois do seu Decreto de criação ter sido aprovado, baixado e regulamentado<sup>171</sup>, em que, nos parágrafos 1, 2 e 3 eram mencionadas as obrigações que a Capitania deveria ter naquela cidade<sup>172</sup>, também passava a ter a responsabilidade de ajudar na captura e recrutamento de jovens ociosos não só na cidade em questão, mas nas cidades adjacentes. Assim, tais regulamentos zelavam por medidas cabíveis de cunho administrativo que robusteciam a monitorização estatal da Armada perante os

<sup>170</sup> A capitania dos Portos teve seu funcionamento definitivo na região denominado Macega a partir de 1859, **Fonte:** <https://www.mar.mil.br/cprs/cprs/adm/HISTORICO.htm>.

<sup>171</sup> Decreto nº 447 de 19 de abril de 1846.

<sup>172</sup> Competia a Capitania do Porto: exercer a função de polícia naval do Porto, e seus ancoradouros, na forma dos regulamentos que organizar o Governo, e bem assim o melhoramento e conservação do mesmo Porto; a inspeção e administração dos faróis, bascas de socorros, balizas, boias e bascas de escavação e fazer matrícula da gente do mar e das tripulações empregadas na navegação e tráfego do Porto e das costas, praticagem destas e das barras. **Fonte:** *Coleções de leis do Império. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.*

trabalhadores e moradores da cidade, bem como instauravam uma nova arrumação para as suas ações perpetuadas à defesa da ordem e do comércio marítimo nacional nas províncias. Foram estabelecidos os registros praticamente de todos nacionais do sexo masculino em atividade na vida do mar, incluindo carpinteiros de embarcações, pescadores e calafates, constituindo-se assim um assentamento geral de todos os trabalhadores envolvidos com as labutas fluviais e marítimas do país.

Para a Armada manter sua consolidação na costa, criaria Companhias de Aprendizes-Marinheiros, até então, outras províncias haviam recebidos essas unidades militares, e o jornal “responsável” por dar a notícia de que seria criada uma dessas unidades em Rio Grande seria o jornal *O Diário de Rio Grande*. Esse evento passou a ser relatado nas páginas desse jornal, cujo dono, de ideologia partidária, era o saquarema Antônio Caetano da Silva, que trazia em suas folhas várias discursos voltados para dinâmica da criação dessa unidade naval.

Assim, pensamos em ideologia como um processo que, de certa forma, modifica o paradigma e ao mesmo tempo condiciona os sujeitos, então estamos realmente próximos do ponto que nos permitirá entender como o jornal *O Diário do Rio Grande* se configurou em uma cidade de estilo “luso-brasileiro”<sup>173</sup>, vivendo em um período imperial, motivado pela cultura escravista. O jornal tornou-se, assim, uma ferramenta de convencimento e formação de opinião em sua época.

Este ideário, proclamado pelo periódico, produziu um modelo perfeito capaz de, nas suas páginas, convencer a população de que pessoas estigmatizadas pelas suas condições sociais estavam predestinadas à servidão. Assim, apoiados na ideologia propagada pelo *Diário do Rio Grande*, os políticos, objetivando uma melhor aparelhagem administrativa das instituições militares, devido aos fatos do passado em que movimentos rebeldes, insurgentes, separatistas e liberais abalaram a estrutura do Império, tomaram medidas ostensivas quanto ao recrutamento das faixas menos favorecidas da sociedade, dentre tais medidas poderiam estar a divulgação em suas páginas das atividades do recrutamento na Capitania e da

---

<sup>173</sup> Para saber sobre a questão do estilo arquitetônico da cidade de Rio Grande do período que estamos trabalhando. Ver: ANTOCHEVIS, 2013, p. 367-376.

ativação da Companhia de Aprendizes, mesmo sabendo que a grande parcela da população daquele período era analfabeta.

Sobre os jornais, o Brasil do século XIX, especialmente na primeira metade, parece apresentar um ambiente bastante favorável às lutas política e ideológica; daquele período, trinta e cinco jornais porto-alegrenses, cinco riograndinos e três da República Rio-Grandense descreviam as atividades das diversas tipografias que atuaram durante a primeira década no jornalismo da região sul do Brasil. Com isso, sobre a ótica de Fraga (2008, p.14) sobre a questão dos embates políticos, “a imprensa, fundada no início daquele século, tornava-se uma grande arma para os grupos em disputa”.

Referente as atribuições da Capitania, entre elas estavam a responsabilidade de fazer os registros de todos os pescadores, os quais, depois de matriculados, teriam de se apresentar em seus estabelecimentos mês a mês com o intuito de tomar visto em seus registros. “Se por um lado os pescadores estariam isentos de servir na Guarda Nacional e não teriam mais nenhum outro ônus civil, contudo deveriam sujeitar-se ao serviço militar na Marinha de Guerra quando necessário” (OLIVEIRA, 2012, p.164). *O Diário do Rio Grande* de certa forma noticiava que esses promotores de desordem estavam sendo presos e punidos por atitudes que não condiziam com a profissão Marinheiro.

O ano de 1860 foi decisivo para o recebimento da Companhia de Aprendizes. Como já verificamos, mediante os debates da Câmara, havia sido autorizada a criação dessa Unidade Militar, o terreno desde 1851 já havia sido comprado e só faltava sua construção em definitivo. Assim, do expediente do Ministério da Marinha, de Janeiro de 1860, constava a remessa feita à presidência da província da cópia do tratado da escritura lavrada no Tesouro Nacional, da venda dos terrenos e casas da ponta da Macega, feita pelo Dr. Rocha. O Relatório do Ministro da Marinha, na época Joaquim José Inácio, expunha a seguinte notícia, mais tarde divulgada pelo jornal:

[...] efetuou-se a mudança a Capitania do Porto do Rio Grande do Sul, e suas dependências, para propriedade da ponta da Macega ultimamente comprada pelo Dr. João José da Rocha. O governo aprovando a demarcação de limites, a que só procede o Major de Engenheiro, Paulo José Pereira, julgou inconveniente ouvir o conselho Naval, sobre as obras,

que o mesmo oficial propor como de vantagem ao serviço da Marinha aquela província.<sup>174</sup>

Dessa forma *O Diário do Rio Grande* de 7 de março de 1860, noticiava:

[...] o Dr. João da Rocha que em setembro faz venda ao governo de suas propriedades na Macega e que só dependia de ordem do mesmo governo para levantar um trapiche entre as duas casas, pelo qual se abrigou, deu á princípio três dias a esta obra que pense deixar pronta em sessenta dias, mais ou menos, concluída o trapiche, o Dr. João da Rocha fará então a entrega do prédio para onde se transportará a Capitania do Porto, o comissário da Marinha.

No dia 23 voltava a dizer, “o Dr. Rocha entrega hoje ao Capitão do Porto as propriedades que vendeu ao governo”. Datado de 31 de maio, oito dias após a entrega, o Capitão do Porto, Antônio Caetano Ferraz<sup>175</sup>, é transferido para Porto Alegre, indo para onde o delegado que lá servia, passando a repartição daquela cidade a ser uma Delegacia, conforme se via nos editais por ela publicados. Os jornais protestam e *O Diário do Rio Grande* de 7 de junho noticiava:

[...] ali funcionavam a Capitania, o depósito Naval e o quartel de Aprendizes, num prédio que custava 70 contos e que não poderia ficar subalterno à de Porto Alegre, como se ali fosse a Capitania e os fazia publicar aqui como delegacia, como o poderia ter sido para Santa Isabel ou Pelotas, não era razão para que a Capitania passasse a esses lugares.

Tratava-se de uma questão de vaidade do Capitão Ferraz, pois o protesto não quer dizer respeito à troca de função, rebaixando de certa forma o tipo de atividade desempenhada pela Capitania do Porto. Antônio Ferraz assinava os atos na repartição de Porto Alegre, como se ali fosse a Capitania e os fazia publicar como Delegacia da Capitania, argumentando “que tão somente porque esse oficial fora transferido para a capital, como o poderia ter sido para Santa Isabel ou Pelotas, não era razão para que Capitania passasse a esses lugares”<sup>176</sup>.

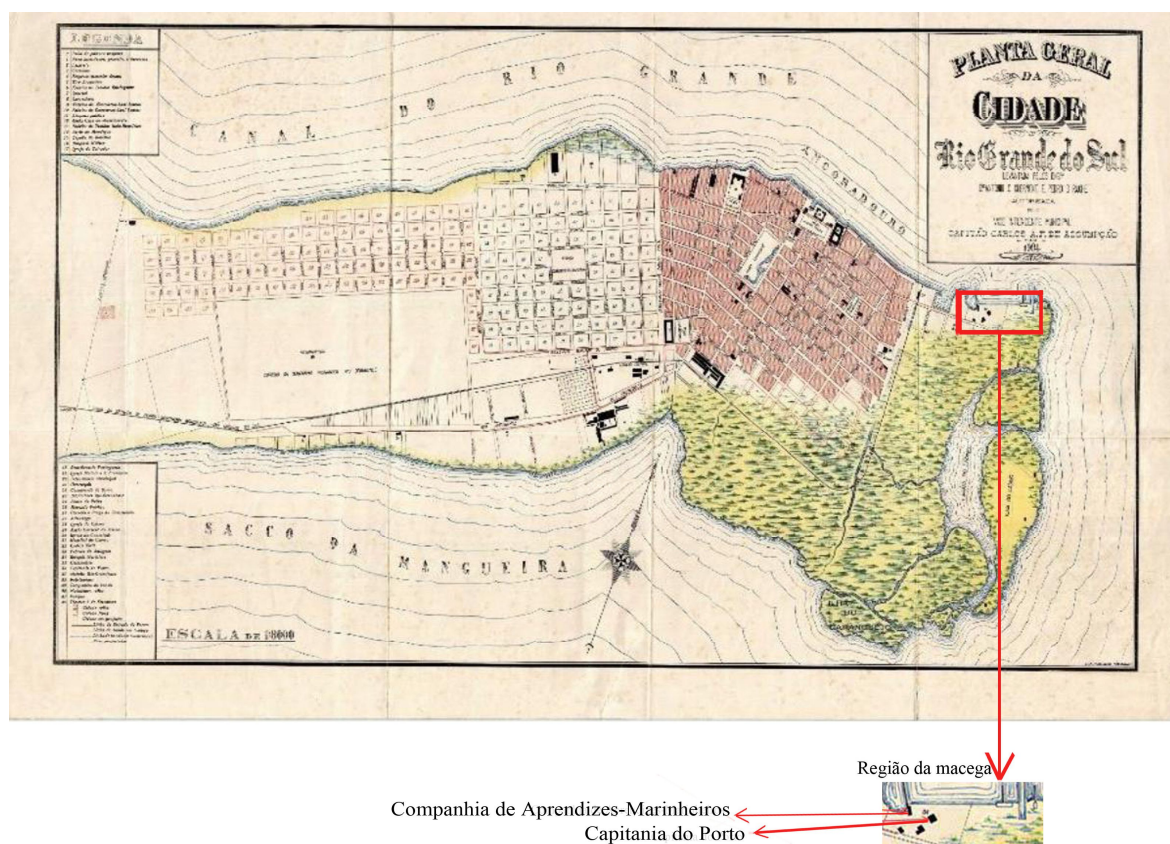
---

<sup>174</sup> RMM, 1860, p. 22.

<sup>175</sup> Na patente de Capitão de Fragata foi o segundo a comandar a Capitania do Porto de Rio Grande no período compreendido entre 26/06/1847 a 19/11/1863 sucedendo o ex-diretor do Arsenal o Capitão Tenente Francisco José de Melo o primeiro Capitão do Porto.

<sup>176</sup> Livro Histórico de estabelecimento da CPRS, p. (?).

**Figura 9** – planta da cidade do Rio Grande. Atualmente essa região da Macega equivale ao Comando do 5º Distrito Naval.



**Fonte:** Acervo de Plantas Biblioteca/SUPRG, 1904. Figura editada pelo autor usando o programa Adobe photoshopCS5.

Conforme se verifica na legenda da figura, a imagem nos mostra uma planta geral da cidade, onde a Capitania do Porto já se configurava como parte da região da macega. Ainda na ponta da macega localiza-se próximo a um trapiche onde estava situada a Companhia de Aprendizes.

O terreno onde se estabeleceu a Capitania ocupava não só o espaço em que esteve como também o que está hoje. Era só um terreno de forma irregular que impossibilitava o trânsito, pois media 94.000 metros quadrados cercados, em formato poligonal. Assim, trazia dificuldades aos moradores da ponta da Macega, forçando-os ao trânsito por mar, servindo do canal ou canaleta que atravessava a península do rio ao saco da mangueira e que corria, mais ou menos, onde no passado se localizou os canteiros que ornamentam a Rua Barroso, nesse tempo chamado de canal. O *Diário do Rio Grande* aponta o abuso de andarem porcos e



galinhas passeando no pátio do Arsenal, indo até a praia. O outro jornal *O Rio Grandense*, de 21 de março de 1851, dizia que, na véspera, o presidente da província (Conde de Caxias) visitara várias repartições, a Capitania e o Arsenal de Marinha, tendo, nesta última, visitado as poucas oficinas ali existentes. Em seguida, dirigiu-se para bordo da canhoneira Fortuna, examinando o seu estado. A questão de bem patrimonial já estava decidida; só faltava então o ato jurídico de criação da unidade Militar e construí-la no local da compra do imóvel, para assim começar um novo nascedouro Naval.

O Decreto de 1861, despachado por ordem do Imperador, mandava criar a Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande para formar os futuros homens do mar, tendo seu primeiro comandante o Primeiro-Tenente Ricardo Greenhalgh desde o dia 27 de junho último<sup>177</sup>. Assim, *O Diário do Rio Grande*, em 29 de setembro daquele ano, passou a noticiar o debate estabelecido na câmara dando início ao nascedouro naval na província do sul. Assim proferido por um Deputado:

Ministro da Marinha: Quanto à Companhia de menores que o nobre deputado pede para a sua província, entendo que este pedido é muito razoável. Na lei de fixação de forças, que acabou de passara na Câmara está o governo autorizado a criar mais uma Companhia de menor. Espero levar o efeito esta criação na província que o nobre deputado tão dignamente representa<sup>178</sup>.

O Relatório enviado para debate e votação do ano de 1860 teve autorização do Visconde de Porto Alegre para criação da Companhia de Aprendizes, o que não significava que a Companhia seria criada neste ano e sim, no ano seguinte, pois, de acordo com a agenda do Ministro, a Marinha gerava o Relatório que era levado mais uma vez para debate e votação, depois das réplicas e tréplicas, isto é, os debates geralmente acirrados, sendo aprovada, então, a proposta era posta em prática, conforme discorrido no capítulo anterior.

---

<sup>177</sup>AN, IIIM702 Códice. Relatório de inspeção das Companhias de Aprendizes da província de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, 1867.

<sup>178</sup> Sessão da Câmara dos deputados proferida pelo Sr. Ottoni em 17 de agosto de 1861.

Com a proposta positivada, a unidade continuaria instalada na ponta da Macega e uma companhia de menores, vindo da corte, se incorporaria à Companhia de Rio Grande para aquartelamento dos futuros Marinheiros imperiais. O Relatório Ministerial confirmava essa ideia:

[...] que inicialmente formou-se de duas divisões de 100 menores cada uma, acha-se organizada, desde de janeiro de 1861 somente a primeira que apresenta um efetivo de 68 aprendizes, esperado por consequência de 32 para o seu estado completo. Está provisoriamente aquartelada em dois prédios da Macega, mas planejo removê-la para a barra, isto pelo seu isolamento e outras condições mais apropriadas para um estabelecimento desta natureza<sup>179</sup>.

A proposta acima, do Ministro da Marinha, sugere uma organização inicial com um efetivo pré-determinado. Contudo, o presidente da província propunha uma nova formação na lotação inicial para compor a Companhia; sendo ela possivelmente formada com o seguinte grupo militar: inicialmente de 65 indivíduos, isto é, um Capitão-Tenente comandante, um Primeiro-Tenente, um fiel, um Mestre de armas, dois Marinheiros de 1ª classe, um de 2º classe, cinquenta e três Aprendizes, um pífano e um tambor; faltavam, pois, quarenta e cinco menores para perfazer o número de noventa e oito que é fixado na lei<sup>180</sup>.

Os presidentes das províncias eram nomeados diretamente pelo Imperador, aconselhados pelo partido que estivesse no poder, Partidor Conservador ou Partido Liberal que poderia ser um membro vindo da Camara de Deputados, e Camara de Senadores, ou Senado<sup>181</sup>. Com esse “poder” na sua jurisdição, ele poderia determinar como seria o efetivo que iria compor a unidade Militar. Com isso, devendo a Companhia de Aprendizes essencial obediência.

Com alguns atos da Presidência provincial tipificava o engajamento administrativo dando dinâmica no segundo semestre de 1862 para Companhia de Aprendizes, através de uma notícia vinda do *O Diário do Rio Grande*.

---

<sup>179</sup> RMM, 1862, p.7.

<sup>180</sup> Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, 1862, p.20.

<sup>181</sup> De acordo com a Constituição Brasileira de 1824 e artigo 14.

[...] a presidência do Rio Grande do Sul, declarando, em aditamento ao aviso de ontem datado que exonera o 1º Tenente da Armada Domingos Joaquim da Fonseca, do comando da barca de escavação, e que este oficial deve ali ficar servindo na Companhia de Aprendizes Marinheiros até que lhe seja dado outro destino – expediu-se aviso ao quartel General comunicado esta deliberação, e bem assim a nomeação do Capitão de Fragata Manuel Joaquim Corrêa dos Santos.<sup>182</sup>

Provavelmente essa movimentação efetuada pelo presidente da província, extraindo oficial de um lugar e deslocando para outro, representaria completar o efetivo da Companhia. Já esse oficial superior, Manuel Joaquim Corrêa dos Santos, foi o futuro comandante da CPRS, entre o período de 07 de janeiro de 1875 a 31 de janeiro de 1877.

**Figura 10** - Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande/RS, Século XIX



**Fonte:** Arquivo da Biblioteca Rio-Grandense

O dito jornal anunciava em edital o fornecimento de alimentação básica para os menores da Companhia de Aprendizes: “Todos os gêneros serão de boa qualidade e fornecimento de pão e carne fresca será por conta do fornecedor posto

---

<sup>182</sup> *O Diário do Rio Grande*, 08 e março de 1862.

no quartel da Companhia de Aprendizes-Marinheiros [...]” (O *Diário do Rio Grande*, 15 de junho de 1862). Dias depois, dois jornais, mesmo juntos, anunciavam a proposta em edital de Antônio Caetano Ferraz, Capitão do Porto:

[...] por ordem do excelentíssimo Sr. Presidente da província se faz público que precisando-se fazer algumas obras no armazém do depósito naval deste estabelecimento para nele ser aquartelado a Companhia de Aprendizes de Marinheiro, se recebem proposta para as ditas obras se fizerem por arrematação. A quem convier fazer este serviço dando todo o pessoal e material, queriam comparecer no sobredito depósito no dia 22 de julho de 1862 do corrente mês ao meio dia para tomar conhecimento do que se tem a fazer, e no dia 24 de julho do mesmo ano apresentarem as suas propostas em carta fechada ao meio dia, para nessa mesma ocasião se obrigarem e ser preferido quem mais vantagens oferecer a fazenda nacional.

Declara-se mais que o pagamento será feito na pagadoria Militar desta cidade, logo que as obras estejam concluídas, e nesta repartição sejam processados os documentos, conforme se acha estabelecido.<sup>183</sup>

Fora noticiado aos comerciantes da cidade a convocação para concorrência para melhorar as estruturas do prédio da Companhia por causa de algum defeito estrutural levando perigo aos menores que ali residiam. Devido ao quartel estar em expansão, o jornal da cidade noticiava uma mudança no quantitativo do “*status quo*” da referida unidade proposta anteriormente pelo Ministro da Marinha:

[...] a Companhia de Aprendizes criada por decreto nesta província, continua em progressivo aumento. Por ordem do governo imperial tem ela de ser aquartelada em um dos edificios nacionais da cidade do Rio Grande situada na Macega, o que será elevada a efeito logo que se façam os concertos e acomodações de que precisa o edificio, e para cujas despesas pediu-se autorização ao governo. Compõem-se o pessoal da referida Companhia de Aprendizes sessenta e cinco indivíduos, a saber um Capitão Tenente, um Primeiro Tenente, um comissário, um escrivão, um fiel, um mestre, um primeiro Sargento, um mestre de armas, dois marinheiros de primeira classe, um marinheiro de segunda classe, cinquenta e três Aprendizes, um pífano, um tambor. Faltam pois quarenta e cinco menores para perfazer o número de noventa e oito que é fixado na lei<sup>184</sup>.

Esse efetivo desta vez estaria oficializado por lei, com isso, nesse ano ficou visível que o efetivo da Companhia de Aprendizes teve uma mudança considerável no seu quantitativo. Com isso, mudar os Aprendizes para melhor acomodação se

---

<sup>183</sup> Jornais *Diário do Rio Grande e Commercial* de 18 de julho de 1862.

<sup>184</sup> O *Diário do Rio Grande*, 9 de outubro de 1862.

tornava imperativo naquele momento. Então, o jornal publicou a seguinte informação:

[...] somos informados que S. Ex.o Sr. presidente ao embarcar ontem para a capital dera ordem ao Sr. Capitão do Porto para mudar-se a repartição da Capitania e depósito Naval para casa grande onde se acha o mesmo Sr. Capitão do Porto; passando a ser ocupado o sobrado onde funciona aquela repartição pelos menores aquartelados num dos armazéns da Macega<sup>185</sup>.

Esse relato do jornal diz respeito ao casarão que abrigava a casa do Capitão do Porto, o qual passaria a receber o depósito Naval e a própria Capitania, porém onde funcionava a Capitania passaria a ser a Companhia de Aprendizes. Esta mudança se refere à obra do prédio que o jornal chama de casarão, momento em que era mais viável retirar os militares do armazém localizado na ponta da Macega para ser abrigado em local físico mais adequado.

Também, referente ao terreno da macega, onde ficariam localizadas as Unidades Navais, existiam, sobre o canal, pontes de madeira nas ruas da Praia, Boa Vista e Pito, respectivamente hoje denominado Marechal Floriano, Riachuelo e República do Líbano. Esse isolamento não deixava que a edificação se desenvolvesse para aquele lado. Muitos populares haviam feito uma representação à Câmara para que esta solicitasse ao governo o terreno onde estava a Capitania para abertura da Rua Pedro II até a praia que borda a cidade pelo lado oeste.

Desta forma, no desenvolver da pesquisa, constatou-se que embates políticos condicionados pelas ideologias correntes, de certa forma, influenciaram gerações de homens, que, de acordo com suas agremiações, usaram os jornais, como *O Diário do Rio Grande*, para abordar assuntos que julgavam pertinentes ou não. Na tarefa para disseminar a notícia, *O Diário do Rio Grande* passou a inserir no cotidiano dos rio-grandenses uma forma detalhada de informar o acontecido. Esse mesmo jornal, como um importante mecanismo urbano, foi capaz de auxiliar na tarefa de informar sobre a criação de mais um berço da Marinha: a Companhia de Aprendizes-Marinheiros, que conferiu pelas autoridades imperiais um aspecto de civilidade a menores “desclassificados sociais”. Nestes embates entre os costumes e a vivência

---

<sup>185</sup> *O Diário do Rio Grande*, 31 de dezembro de 1862.

das camadas populares, versus a expectativa e os valores que permeavam a ação das autoridades, a Companhia de Aprendizes-Marinheiros surgiu nas páginas do Jornal *O Diário do Rio Grande* como um novo nascedouro naval da Armada Brasileira, exemplo peculiar de uma instituição formadora e disciplinadora de jovens na cidade.

Para a cidade de Rio Grande, em particular, esta pesquisa preenche uma lacuna no campo da história, sobre a questão de um nascedouro naval noticiada nas páginas de um dos principais jornais da cidade, pois os jornais da cidade em questão foram muito importantes para este trabalho porque nos possibilitaram um maior entendimento do contexto que fomentou o surgimento e a criação da Companhia de Aprendizes- Marinheiros e o que isso significou para a cidade, dando-lhe um caráter de ascensão, “segurança” e consolidação para o incipiente regime Imperial brasileiro. Assim, para a concretização dos planos de controle dentro da esfera militar, foi necessário o uso do poder com base na força despótica para alicerçar o projeto de ter os jovens sobre as rédeas do regime vigente.

#### **Capítulo 4: Relações de poder entre a Armada Imperial e os Aprendizes**

Com a criação da Companhia de Aprendizes de Rio Grande, aqueles jovens passaram a ser cercados pelo recrutamento oriundo da natureza da administração imperial, prática essa obtida oportunamente pelo Brasil. Desde o seu desmembramento de Portugal, estava a autorização da concessão de poderes aos agentes que de uma forma ou de outra representavam a pujança do regime imperial, sendo uma das funções transferidas a esses representantes do governo era agrupar o máximo possível de recrutas.

A questão de recrutamento para as forças armadas do Império brasileiro sempre foi motivo de preocupação da elite dirigente, caracterizada por relações tensas e contraditórias (KRAAY, 1999). As legislações, que ordenavam o ingresso de pessoas na Armada e no Exército, até este momento, eram aquelas provenientes das instruções de 1822, e, a partir daquela ocasião, algumas possibilidades haviam sido pensadas pelo governo para solucionar essa adversidade, o que de certa forma fundamenta pontos de vista discordantes dos membros daquela casa legislativa. Então, era necessária a manutenção do poder através de artifícios, como: manter o controle da vida da população, modificar e criar novas legislações. Com isso, a criação das “Companhias de Aprendizes-Marinheiros”<sup>186</sup>, inclusive a do Rio Grande do Sul, passa a ser detentora da função de receber e controlar não só a rotina e os seus ofícios, mas também a vida daqueles recrutas que a partir daquele momento estavam fazendo parte da instituição Armada Imperial. Foi nessas instituições, ou seja, as Companhias, que se podiam “modelar os costumes e valores dos futuros marinheiros” (NASCIMENTO, 2008, p.85).

Ao chegar ao interior da Companhia de Rio Grande, os jovens eram modelados, com o intuito de atribuírem características de docilidade, conforme as duras rotinas impostas pelo regulamento das disposições do Decreto imperial nº 1.517, de 04 de janeiro de 1855, que determinavam os limites do funcionamento organizacional e administrativo de todas as Companhias a partir da Companhia do

---

<sup>186</sup> Continuaremos trabalhando com denominação Companhia de Aprendizes e não Escolas, pois apenas foi em 1885 que passaram a ser chamadas de Escolas de Aprendizes-Marinheiros.

Pará, como citado anteriormente neste trabalho. Nos Artigos 15, 16 e 17 estão definidas as orientações para a formação dos aprendizes na combinação entre instrução e formação para o trabalho.

**Art.15.** A instrução militar dos Aprendizes Marinheiros começará por aprenderem a entrar em forma, perfilar, volver à direita e à esquerda, marchar a passo ordinário e dobrado, até a escola de pelotão; o manejo das armas brancas, a nomenclatura da parlamenta, carreta e peças de artilharia, e o uso que tem cada um desses instrumentos.

**Art.16.** A instrução náutica consistirá em aprenderem os misteres relativos à arte de Marinheiro, como fazer pinhas, costuras, alças, nós, coser pano, entalhar e, finalmente, aparelhar e desaparelhar um navio.

Esta instrução poderá ser adquirida na Casa do aparelho e nas Velas do Arsenal, ou a bordo de algum dos Navios, que estacionarem na Província.

**Art.17.** Menores aprenderão também a ler, escrever, contar, riscar mapas, e a Doutrina Cristã, servindo-lhes de mestre o Capelão do Arsenal, ou um oficial Marinheiro, que tiver as habilitações necessárias.

Para nos remeter a esses artigos, fez-se necessária entender essa relação de “poder”<sup>187</sup> usando como ferramenta a instrução, pois era um mecanismo para aumentar a submissão e obediência a qual se fazia, em alguns momentos, de forma nada amistosa e às vezes truculenta por parte da Armada Imperial com seus funcionários sobre os Aprendizes.

A Companhia rio grandina, assim como as outras Companhias, usava diversos recursos para manter o bom adestramento e o controle, o que funcionou como “um microscópio do comportamento; as divisões tênue e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação [...]”. (FOUCAULT, 2009, p.167). Dentro da Companhia de Rio Grande, o jovem de início tinha como responsabilidades primárias “o controle e a disciplina do tempo, tirando

---

<sup>187</sup> Para Max Weber (1999, p. 219) define Poder como “[...] toda oportunidade de impor sua própria vontade, no interior de uma relação social, até mesmo contra resistências, pouco importando em que repouse tal oportunidade”. De onde se deduz que, Max Weber entende por poder as oportunidades que um homem, ou um grupo de homens, têm de realizar sua vontade, mesmo contra a resistência de outros homens que participam da vida em sociedade. Ter poder, portanto, é conseguir impor sua vontade sobre a vontade de outras pessoas.



deles a sua noção particular e obrigando-os a ter uma noção coletiva do tempo” (CASTRO, 2013, p.73).

Todavia, para entender o estabelecimento do poder no cotidiano e na rotina dos jovens da Companhia de Rio Grande, nos apropriamos, como parâmetro de análise, dos mapas semanais de duas Companhias: Piauí e Maranhão, esta última criada pelo mesmo Decreto e nascida no mesmo ano da Companhia de Rio Grande. Era desta forma que se estabelecia a disciplina e o controle sobre aqueles corpos:

Mapa semanal da Companhia do Piauí, demonstrado por Castro (2013, p.75), atesta que:

- Alvorada todos os dias, às 5h;
  - Limpeza do Quartel, todos os dias, no horário de 5:30 às 7:30, exceto na 5ª feira, de 5 às 6h;
  - Banho e natação na 5ª feira, de 5 às 6:00h;
  - Revista de uniforme na 5ª feira, de 8 às 11:30h;
  - Lavagem de roupa às 2ªs e 6ª feiras, de 15 às 17h;
  - Baldeação ou lavagem/limpeza da Companhia, no sábado, de 15 às 17h;
  - Ladainha, no sábado às 19h;
  - Instrução primária cinco vezes por semana, de 2ª a 4ª, 6ª e sábado, no horário de 9 às 11:30h;
  - Instrução náutica três vezes por semana, de 2ª a 4ª e sábados de 13 às 15h;
  - Instrução militar, somente na 5ª feira, de 15:30 às 17h;
  - Almoço às 8h, jantar às 12h e, somente no domingo ceia às 17h;
  - Recreio todos os dias, durante três horas, de 18:30 às 19:30.
- (CASTRO, 2013, p.75)

Mapa semanal da Companhia do Maranhão, citado por Freire (2014, p.90):

- Alvorada todos os dias, às 5h;
- Limpeza do Quartel, todos os dias, no horário de 6:00 às 8:30;
- Banho e **natação**,<sup>188</sup> todos os dias em intervalos de 1 hora por ocasião que a maré permitir;
- Revista de uniforme de 9 às 11:30h;
- Ladainha, sem informação;

---

<sup>188</sup> Na Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande/RS, este exercício era feito nas margens do quartel com o fim de evitar algum sinistro acha-se marcado com balizas em lugar até onde podem os aprendizes serem visto e sem risco. Assim como no Maranhão as cheias na Lagoa dos patos, em Rio Grande, atrapalhava a instrução de natação. Todas as atividades eram regulados pelo mapa nº 3 baseado no artigo 18 do Decreto 1517. **Fonte:** Relatório do Comandante da Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande/RS, em 23 de setembro de 1868. **Fonte:** AN Série Marinha, XM 494.

- Baldeação ou lavagem/limpeza da Companhia, no sábado, de 17 às 19:30h;
- Lavagem de roupa de 15 às 17h;
- Instrução primária de 2ª no horário de 9 às 1/2 dia;
- Instrução de remos e velas três vezes por semana, de 2ª a 4ª e sábados de 1 1/2 à 15 1/2h;
- Instrução militar (infantaria e artilharia)**,<sup>189</sup> somente na 5ª feira, de 1 1/2 às 2 1/2 e 1 1/2 as 14h;
- Almoço às 8h, jantar às 12h e, somente no domingo ceia às 17h as 17:30;
- Recreio todos os dias, durante três horas, de 17:30 às 19:30.
- Recolher das 20:30 às 21:30h

Ao analisar essas duas Companhias, entende-se que as rotinas, dependendo dos mapas que as regulavam, tinham poucas variações em dias e horários. Isso nos leva a crer que na Companhia de Rio Grande /RS não era diferente desde o acordar na alvorada até o recolher para descansar ou dormir.

Outro fator importante a analisar é que a garantia de alimentação, de ensino, de disciplina e algum tipo de ajuda de custo para aqueles jovens não justificava para os populares a violência e o rigor, estabelecendo assim a falta de confiança da população para com os recrutadores; isso se mostrava notório em várias regiões do Brasil inclusive na parte meridional. Quanto ao recrutamento, este era forçado<sup>190</sup>, não havia horário, podia ser a qualquer hora do dia, ou seja, a qualquer tempo. Então, toda essa atividade caracterizou um tipo de caçada social que se tornou um recurso sobre-humano para justificar a complementação das evasões causadas pelas deserções, não só nos navios e também nos centros de formação de Marinheiros. Por isso, uma relação de poder compulsório se fazia necessário para aquele momento.

---

<sup>189</sup> No quesito instrução militar, o comandante da companhia reclama da precariedade daquela atividades e da falta de material para as instruções, pois ele relata que os armamentos consistia em 45 espingardas de percussão e 28 espingardas com punho de metal: tanto estas como aquelas estão em mau estado, e são muito pesadas para serem manejadas pelos aprendizes. Ainda na questão militar, o comandante observou que executam muito mal qualquer das evoluções para entrar em forma, marcham, e formão em pelotões; nenhum conhecimento tem do manejo das armas por ser um grande peso ter impedido que se façam os devidos exercícios. Idem.

<sup>190</sup> A palavra recrutamento, no século XIX, em detrimento ao voluntariado, não vinha acompanhada do adjetivo forçado; por si só encerrava seu significado, dando conta de sua natureza e de seu sentido social, ser recrutado era ser pego “no laço” para o serviço militar. Uma imagem das formas e maneiras utilizadas pelas autoridades locais para executar o recrutamento durante o século XIX se encontra na peça *O Juiz de Paz na Roça*, de 1838, de autoria de Martins Pena. Ver SANTOS, 2016, p.11.

#### 4.1 O recrutamento dos aprendizes e a questão do poder

Mediante as alternativas encontradas pelas autoridades governamentais, o recrutamento forçado foi a forma mais eficaz para estabelecer o poder e romper com as dificuldades em obter homens para o serviço da Armada. Práticas essas que muitos políticos não viam com bons olhos e que outros entendiam ser a verdadeira solução para os problemas da manutenção do contingente. A população também não aceitava as leis que regiam os modos como eram realizados os recrutamentos. Assim, segundo Victor Izecksohn (2001, p.92), “o descontentamento populacional, justificava-se as deserções, individual ou coletiva, expressava a insatisfação com a lei e atrapalhava os esforços dos recrutadores”. Essa insatisfação produziu algumas rebeliões contra o recrutamento. Essas revoltas expressaram a desilusão de vários setores com a intromissão de agentes do governo nas suas vidas particulares. Basta ressaltar que esse instituto, chamado de recrutamento, teve sua origem no regime imperialista Romano quando o mesmo demandava de homens para o serviço Militar com o intuito de lutar nas guerras de conquista<sup>191</sup>.

No Brasil, seja lá qual fosse a região, o recrutamento forçado não era diferente em relação à expansão, pois o Estado acreditava que esse recurso ajudaria a ampliar e manter a Companhia de aprendizes, seria, também, a forma de colaborar para a conservação da subordinação ou disciplina e da ordem em seu ambiente de ensino. Os construtores do Estado brasileiro viram também na Companhia de Aprendizes, assim como na de Rio Grande, um espaço para promover uma das vertentes do projeto de Nação.

De certa forma, grande parte dos recrutas era coagida a se tornar praça, o que poderia parecer um privilégio, mas para Ribeiro (2013), há divergência dessa questão:

---

<sup>191</sup> É pertinente ressaltar que em Roma a forma que os recrutas eram retirados dos seios de suas famílias eram de forma violenta e agressiva sem que muitos demonstrassem interesse em ser Militar. Já Leandro (2002, p.64) relata que os métodos usados pela obtenção de homens para garantir a expansão romana sempre levaram em conta a violência, porque recrutar significa colocar a vida a serviço da guerra.

[...] no Brasil significava estar numa condição pouco melhor que a dos escravos. Ou seja, ao sentar praça o indivíduo perdia grande parte da liberdade, passaria a estar sujeito a castigos físicos diversos cruéis, aos constantes atrasos no pagamento dos soldos, às constantes mobilizações entre outros aspectos, situações que desestimulassem muitos e transformavam voluntários numa espécie extremamente rara, quase inexistente.

O recrutamento dedicava-se aos homens rejeitados, homens livres, sejam forros e outros considerados de alguma forma pejorativa – “as fezes da população”<sup>192</sup>, “perigosos e vadios”<sup>193</sup>, especialmente por permanecerem afastados do que era considerado o mundo da ordem. Ressalta-se ainda que muitos aprendizes vinham das camadas mais singulares e simplório da população, sobretudo, nos setores mais humildes da base. Esse volume numeroso e progressivo era considerado como inculto e corrompido, “uma outra humanidade inviável pela indolência” (MELO e SOUZA, 1982, p.219). De fato, em suma, aqueles que não gozavam de algum tipo de proteção, imigrantes, mendigos e pobres, eram o principal alvo do recrutamento, que tinha sido tradicionalmente centrado em um grupo específico.

Convém salientar que o recrutamento perverso não acontecia somente na Armada, pois “no Exército também a situação não era diferente” (BEATTIE, 2009, p. 217). Nas palavras de Nelson Werneck Sodré:

[...] ser soldado era castigo, motivo de humilhação, destino de elementos incorrigíveis, de malfetores mesmo!. Para preencher os espaços do Exército era preciso caçar nas ruas, aceitar escravos, recrutar “vagabundos” que perturbavam o sossego público, os egressos daquela sociedade” (SODRÉ, 1979, p.128)

Os castigos físicos e a dureza do cotidiano do recrutamento produziram uma intensa rejeição ao serviço militar. Doravante, a sociedade brasileira tinha cunho

---

<sup>192</sup> Segundo Arias Neto (2001, p.60) essa expressão é empregada ao longo do século XIX, e inícios do XX, por ministros, conselheiros e parlamentares.

<sup>193</sup> Além desses, havia mendigos, vagabundos, indivíduos que viviam da mão para boca, sem lugar fixo para moradia que, como os anteriores, não encontravam forma de inserção instável da rígida excludente divisão de trabalho senhorial-escravocrata. Como os demais, erma indivíduos de várias matizes e origens sociais, que se enquadravam na ampla gama de desclassificados: majoritários seguimentos da população livre e liberta, conhecidos sob a designação de “vadios”.(JUNIOR, 1957, p.279ss).

desigual, com características etnocêntricas e escravocrata, que sobrevivia do trabalho forçado, com conexões autocráticas e até divergentes entre escravos e senhores; havia uma inflexão no modo de agir, uma vez que o trabalho era conseguido através de meios coercitivos e violentos. Isso fazia parte dos mecanismos de recrutamento usados para ter o controle direto daqueles jovens.

A ininterrupta ausência de menores nas companhias não restringiu o emprego de verba da Marinha para essa prática, algo antagônico que ajudou na criação de novas companhias em diversas províncias. A conjuntura era que o alistamento de Marinheiros para a Armada, assim sendo, persistia causando transtorno de difícil solução. Projetar a solução desse problema para o futuro parece ter sido a saída detectada pelos líderes da Marinha de Guerra imperial brasileira.

Voltando ao assunto da Companhia de Aprendizes de Rio Grande, no ano de funcionamento dessa organização Militar, em 1862, por mais que houvesse tido esforços para completar os efetivos daquela Companhia e de outras, ficou evidenciado, mais uma vez, a deficiência na complementação das vagas pelo obstáculo em recrutar crianças e jovens para as companhias.

**Tabela XIV** – Mapa do estado das Companhias de Aprendizes-Marinheiros nas províncias, demonstrando descompassos em seu efetivo.

Províncias	Presentes	Números de faltas	Lotação prevista	Porcentagem (%) para completar
Côrte	157	43	200	21,5%
Pará	43	157	200	78,5%
Pernambuco	81	119	200	59,5%
Espírito Santo	14	186	200	94,5%
Santa Catarina	55	45	100	45%
Maranhão	59	41	100	41%
Bahia	152	48	200	24%
<b>Rio Grande do Sul</b>	68	32	100	32%

Fonte: Relatório do Ministro da Marinha, 1862 anexo

No entanto, como observamos, demonstra-se que nem todas as companhias estavam estruturadas com apenas uma divisão, ou seja, com mais de cem alunos e/ou até menos. Para o ano de 1863, as Companhias de Aprendizes existentes até aquele momento eram em número de oito. Todas enviavam seus relatórios de quantitativo ao comandante Elisário Antonio dos Santos do quartel-general do Corpo de Imperiais Marinheiros, que compunham o quadro geral, no qual se demonstrava que havia 591 aprendizes prontos, 31 no hospital, 629 efetivos e a falta de 671 aprendizes para completar as companhias<sup>194</sup>. O cômputo completo nas companhias pelo país seriam mais de 1.300 matriculados para tornar realidades as propostas de um contingente considerável para as fileiras do corpo de praças da Armada, levando em consideração também evasões causadas pelas deserções.

Tamanha era a conjuntura vivida pela Armada Imperial que, “entre 1836 e 1884, mais de 6.500 marujos desertaram do Corpo de Imperiais Marinheiros, sendo que apenas pouco mais de 3 mil foram capturados ou apresentaram-se voluntariamente” (MAESTRI, 2000, p.29)<sup>195</sup>.

No capítulo 2 desse trabalho, com relação à proposta de fixação de forças, na qual eram fixados números iniciais para compor a Armada de Marinheiros, se tornou uma propositura utópica, pois, com base na tabela, se percebe que isso foi uma realidade, visto que as Companhias dificilmente chegavam na sua totalidade, uma vez que o erro estava na forma de recrutamento estabelecido, que ainda não estavam surtindo o efeito necessário ao processo de consolidação do poder pelo Estado. Essas formas de recrutar eram recrutamento forçado, voluntários e por prêmios. Fora a lei de isenções<sup>196</sup>, destaca-se ainda que havia uma brecha na lei que poderia eximir os recruta e voluntários para o serviço militar e/ou até subtrair os

---

<sup>194</sup> RMM, 1862, Anexo. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2096/000049.html>, acesso em 1º de novembro de 2016.

<sup>195</sup> Tomamos como base também, os relatórios dos Ministros da Marinha entre os anos de 1836 a 1884.

<sup>196</sup> Instrução número 67, de 10 de julho de 1822 isentava para o serviço militar os homens casados, os filhos únicos de lavrador, o irmão de órfão responsável pela subsistência deste, o filho único de viúva, tropeiros, boiadeiros, carpinteiros, pescadores, estudantes com atestado dos professores certificando sua aplicação, dentre outras pessoas consideradas úteis para o país<sup>12</sup> estavam livres de servir. Fonte: Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1822. Rio de Janeiro – Imprensa Nacional, 1887 p.56. KRAAY, *Op. Cit.*, p.225-226. Também Segundo (2013, p.29) essas instruções, determinarem em detalhes quais eram os isentos, mas deixarem o entendimento e a decisão sobre quem seria recrutado ao agente recrutador.

recrutas das Companhias, sendo que os mesmos poderiam ser substituídos por outros obedecendo aos requisitos traçados por lei<sup>197</sup>. Aquilo foi traçado para proteger homens abastados em caso de, pouco provável, caírem nas garras dos recrutadores. Os regulamentos autorizavam a comprar uma isenção ou apresentarem um substituto (AMARAL, 1870-1872, p. 77-81).

Conforme já mencionado neste trabalho, as leis de fixação de forças eram utópicas, pois quem no Brasil imperial, com a população na sua grande parte vivendo nas margens da linha de pobreza, teria condições de pagar 600\$000 contos de réis, conforme preconizado na legislação, para retirar o jovem, depois de seis meses de praça do recrutamento? Pode ser que alguém tenha feito isso, mas, analisando as documentações, não foi constatado ninguém que tenha tido esse feito.

Se dependesse da lei para prover algum tipo de segurança e benefício aos Aprendizes, eles estariam sempre desfavorecidos, motivo para isso era o regulamento opressor que mantinha as redes de poder:

As faltas de subordinação e disciplina serão castigadas correccionalmente ao prudente arbítrio do Comandante da Companhia, ou do Oficial respectivo nas Secções filiais. A prisão simples, a solitária, a privação temporária de parte da ração, e guardas ou sentinelas dobradas serão os castigos aplicados aos Aprendizes Marinheiros. As outras praças ficam sujeitas aos Artigos de Guerra da Armada, e ao Regulamento Geral do Corpo.<sup>198</sup>

Naquela circunstância, a operação do poder absoluto na punição dos crimes com o castigo exacerbado é, sem dúvida, um divisor de águas fundamentais na administração da justiça imperial brasileira. De acordo com Foucault (2009, p.48), “o castigo então não pode ser identificado nem medido como reparação do dano; [...] ela constitui o elemento mais importante da liquidação penal do crime”.

---

<sup>197</sup> A lei de fixação de forças para o ano 1864/65, ou seja, lei 1.204 de 19 de maio de 1864 estabelece no art. 4º que a substituição de indivíduos para serviço militar se dará da seguinte forma: que tenha precisa idoneidade ou mediante a quantia de 600\$000, contando que o façam dentro dos primeiros seis meses de praça. **Fonte:** documento 23 do Capítulo VII das disposições gerais. CAMINHA, *Op Cit.*, p.457.

<sup>198</sup> Artigo 38 do Decreto nº 1517 de 04 de janeiro de 1855. Delega total poderes aos comandantes das Companhias a aplicarem as devidas penas àqueles que não estavam dispostos a acatar suas ordens. **Fonte:** <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1517-4-janeiro-1855-558302-publicacaooriginal-79450-pe.html>, acesso em 25 de outubro de 2016.

No passado, com a falta de uma legislação disciplinadora específica, o “Regime Provisional”<sup>199</sup> e o “Artigo de Guerra”<sup>200</sup> foram normas feitas pelo poder público “para suprir essa falta de regulamentação” (NASCIMENTO, 2008, p.135). Essa forma pedagógica de punir tinha estritamente o caráter dominador e opressor, fato típico à época. É evidente que a formação daqueles jovens, baseada em práticas como castigos e punições somadas à humilhação, era instituída pelo Estado para estabelecer e consolidar o poder através da força.

Ainda pelo regulamento<sup>201</sup>, as Companhias de Aprendizes seriam organizadas com um comandante, um Tenente, um Primeiro-Sargento, um Segundo-Sargento, um Furriel e oito Cabos, para manter a ordem. O decreto de 1855 completaria as providências que, por vários avisos, e em diferentes épocas, se tem expedido para a aquisição de Marinhagem, e de praças de pret da Armada, harmonizando-as com as novíssimas disposições relativas à tão importante objeto, na qual eram publicadas as instruções para o alistamento de voluntários e de recrutas para o serviço da Armada. Planejando resolver essa problemática, os artigos primeiro e treze combinados com o item seis do decreto<sup>202</sup> diziam:

[...] o governo fixará anualmente o número de voluntários e recrutas com que cada Província deve contribuir para manter-se o efetivo da Força Naval que o Poder Legislativo houver decretado, atendendo-se nessa distribuição à população e mais circunstancias de cada Província. Os Aprendizes Marinheiros devem ser Cidadãos Brasileiros [...].

---

<sup>199</sup> O Regimento Provisional, para o Serviço, e Disciplina das Esquadras, e Navios da Armada Real, que por Ordem de Sua Majestade deve servir de Regulamento aos Comandantes das Esquadras, e Navios da Mesma Senhora. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, Impressor do Conselho do Almirantado, 1796. Disponível em: < <http://archive.org/details/regimentoprovisi00port> >. Acesso em 05 de novembro de 2016.

<sup>200</sup> Segundo Castro (2014) o “Artigos de Guerra” foram dois regulamentos disciplinares usados para conduzir o serviço e manter a disciplina na marinha portuguesa. Decorriam dos regulamentos criados pelo Conde de Lippe em 1763, sendo que os Artigos de Guerra foram adaptados posteriormente ao serviço da Armada Real, a partir dos aplicados ao exército português. Com a desvinculação administrativa do Brasil em 1822, o Regimento Provisional e os Artigos de Guerra foram adotados pela Armada Imperial, de modo que continuou a regular o serviço e a disciplina, tendo ocorrido reimpressões que consolidaram os dois documentos em 1825, 1835 e 1868.

<sup>201</sup> Com base no Decreto nº 1517 de 04 de janeiro de 1855 estabelece organização, comando e administração das Companhias de Aprendizes-Marinheiros.

<sup>202</sup> Decreto nº 1.591, de 14 de abril de 1855 manda observar as instruções por que deve ser feito o alistamento de voluntários e de recrutas para o serviço da Armada. Também estabelece regras para as rotinas nas Companhias. **Fonte:** <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1591-14-abril0-1855-558522-publicacaooriginal-79859-pe.html>, acesso de 26 de outubro de 2016.



Além do mais, era ofertado um abono em forma de gratificação para aqueles que tomassem conta do alistamento nas Províncias, estabelecidos como “caçadores de recompensas” (NASCIMENTO, 2001, p.67-102). Quanto maior a quantidade de indivíduos capturados para o recrutamento, maior era o abono alcançado. Habitualmente, eram populares indicados ou nomeados pelos presidentes das Províncias, pelos comandantes das Estações Navais e capitães dos Portos para aquele fim. Tais apelativos significavam o reconhecimento da monarquia em relação à capacidade daqueles homens e suas famílias de prestar serviços à Coroa e exercer o mando a nível local e regional (FRAGOSO, 2009). À vista disso, a dinâmica da concessão de poderes, pelo viés governamental da administração imperial, usava artimanhas para reproduzir as redes hierárquicas dentro da sociedade brasileira, ou seja:

[...] tais concessões acabaram por se constituir no desdobramento de uma cadeia de poder e de redes de hierarquia que se estendiam desde o reino, dinamizando ainda mais a progressiva ampliação dos interesses metropolitanos, ao mesmo tempo que estabelecia vínculos estratégicos com os vassallos no ultramar. Materializava-se, assim, uma dada noção de pacto e de soberania, caracterizada por valores e práticas tipicamente de Antigo Regime, ou, dito de outra forma, por uma economia política de privilégios (DA SILVA Apud GOUVÊA, 2001, p.288).

Essa prática de recrutamento teve como aporte o reino de Portugal, onde, segundo da Silva (2008, p.18), “a governabilidade deste Império de dimensão talassocrática muito diferiu da forma de se estruturar politicamente os impérios da tradição europeia”. Nos modelos clássicos, a organização do poder se estabelecia por meio de uma rede de funcionários dotados de competências bem definidas.

A lei do recrutamento na época se referia a que menores, entre 10 e 17 anos, também poderiam servir ao Exército e a Marinha. Crianças menores de 10 anos também eram aceitas, desde que tivessem capacidade psíquica e intelectual razoáveis. Segundo Loriga: “Imersos desde a infância no mundo do trabalho, muitos jovens vestiam a farda sem nunca ter passado pela escola [...]”. Do mesmo jeito, a autora afirma que “na segunda metade do século XIX, o Exército, **inclusive a Marinha** (grifo ao autor) realizou uma importante obra de alfabetização da população masculina” (LORIGA, 1996, p. 33).

Na Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande, o comando da unidade, da mesma forma, levava em consideração a questão da saúde do intelecto como requisito parcial para dar continuidade na melhor instrução de formação do menor. Isso ficou evidente no caso do menor João Bernardes da Silva, através de carta desse comandante, em 3 de agosto de 1864, o Primeiro-Tenente Jacinto de Mendonça Paes Leme, que estava a bordo da Escuna Benjamin, cumprindo a “legislação”<sup>203</sup> para esse trâmite, que envia o requerimento ao presidente da província do Rio Grande do Sul, o senhor João Marcellino de Sousa Gonzaga sobre o parecer do estado do jovem:

[...] transmitindo a Vs<sup>a</sup> a informação que acabe de ser dado pelo médico desta Companhia sobre o estado sanitário do Aprendiz Marinheiro João Bernardes da Silva e tendo assim satisfeito a ordem de V. Ex<sup>a</sup> exarada no requerimento de João Bernardes da Silva, com este devolvo o requerimento.<sup>204</sup>

Analisando a documentação, percebe-se que esse requerimento se originou a bordo da escuna Benjamin, onde se encontravam os Aprendizes em treinamento e instrução. Quando o aprendiz apresentava alguma dificuldade de aprendizado se tornava um empecilho para os instrutores. Posteriormente, o comandante da Companhia ordenou o médico que submetesse o jovem a novo exame no qual foi constatada sua deficiência:

[...] dando cumprimento à ordem verbal de V. Senhor, inspecionei de saúde o Aprendiz Marinheiros desta Companhia João Bernardes da Silva. Do exame a que procedi, auxiliado além disso pelo conhecimento que tenho praça, sou levado a crer que sofre ela de desarranjo de suas faculdades intelectuais. Eis que posso informar a Vosso Comandante<sup>205</sup>.

---

<sup>203</sup> **Art.42** do Decreto 1.517. O Inspetor proverá aos casos omissos no presente Regulamento com as disposições correspondentes ou análogas do Regulamento Geral do Corpo de Imperiais Marinheiros; e quando isto não seja exequível, recorrerá ao Presidente da Província, que poderá resolver como julgar mais conveniente, participando-o a Secretaria de Estado. (Coleção de Leis do Império do Brasil - 1855, Página 10 Vol. 1 pt. II.

<sup>204</sup> AHRS-Fundo Marinha - Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Rio Grande do Sul , lata 536, Maço 32, ano1864 Jacinto Furtado de Mendonça Paes Leme, 1º Tenente Comandante.

<sup>205</sup> Ibidem, Idem.

Em 1 de outubro de 1864, sai o laudo final a bordo da própria Escuna de guerra, na qual dizia que aquele jovem havia se apresentado à Companhia de Aprendizes de Rio Grande para assentar praça dois anos antes e que, no decorrer do tempo, havia apresentado sintomas de lesão orgânica no cérebro, fato esse que culminou com o desligamento ou baixa do jovem. Em 3 de outubro, a Escuna atraca em Porto Alegre e desembarca o jovem para ser entregue aos cuidados de seu responsável.

Pode-se verificar, analisando aquela documentação, o esforço das autoridades para não desligar o rapaz, podendo dizer nesse ponto que esses “indesejáveis úteis”<sup>206</sup>, por já terem passado por todo processo de formação militar ou encaminhamento de instrução na qual já haviam recebidos toda logística necessária para formar um Marinheiro, como soldo, uniforme, alimentação e primeiras letras, eram úteis e as autoridades fariam de tudo para não perder um aprendiz.

Como já foi discorrido nesse trabalho, muitos rapazes foram enviados para Companhias de Aprendizes pelos pais, com o intuito de receber gratificações chamadas de prêmios, o governo excitava essa prática com a exclusiva intenção de angariar recrutas. Esse também foi o caso de João Bernardes da Silva, mencionado, como exemplo típico disso, na Companhia de Aprendizes de Rio Grande.

O recrutamento na província do Rio Grande do Sul não significava que os voluntários e recrutados obrigatoriamente iriam para a Companhia de Aprendizes, pois a distribuição dos recrutas deveriam fazer executar o Decreto<sup>207</sup> para completar as fileiras do corpo de praça de Armada:

**Art 2º§2º** Entre os indivíduos que fazem profissão da vida do mar, ou que como tais se achem matriculados nas capitânicas de portos, serão designados, de preferência, os solteiros, e na falta destes, em número suficiente para completar os contingentes[...]

**Art 4º** Os voluntários e recrutas, que se forem apurando nas diversas localidades, serão remetidos para a capital á disposição dos respectivos

---

<sup>206</sup> RMM, 1865, p.16.

<sup>207</sup> Decreto 3.708 de 29 de setembro de 1866, chamando ao serviço da Marinha de Guerra 1.600 dos indivíduos empregados na vida do mar, e matriculados na capitania dos portos. RMM, 1866 anexo 2-6.

capitães de portos, que os (sic)faram depositar a bordo de algum navio de guerra ou quartel .

**Art 6º** Os que não forem julgados idôneos, ou que provarem isenção legal, serão pelas presidências dispensados do serviço, proporcionando-lhes os meios necessários para regressarem a seus domicílios, e passando-lhes uma ressalva ou escusas.

Percebe-se detalhe importante nesse decreto: os jovens recrutados ou voluntários deveriam ter experiência com a vida marítima, o que facilitaria o Estado na economia moral e financeira na hora de formar um Marinheiro Militar para as atividades necessárias. Fica, assim, o aproveitamento dos indivíduos nacionais subordinados na vida do mar, por essa razão, no tráfico do Porto, e pequenos rios, como na navegação dos grandes rios e lagoas, na pequena e grande cabotagem, nas viagens de longo curso e na pesca.

Essa ideia de aproveitar a experiência do indivíduo da vida marítima para inseri-lo na Armada não era novidade, pois os próprios Ministros da Armada Francisco Vilela Barbosa, Marquês de Paranaguá, Salvador Maciel e Rodrigues Torres já discorriam sobre isso, no início do século XIX. Ficou claro que uns concordavam com isso e outros eram contra, devido ao desfalque no comércio industrial que ocorreria por estes serem pessoas da área produtiva. Com tudo isso, é possível considerar as permanências das rupturas do poder, ou seja, são aquelas ideias que vão se permeando mesmo quando novas ideias vão surgindo e perpassando os conjuntos.

No ano anterior, isto é, 1865, o Ministro da Marinha, Francisco de Paula da Silveira Lobo, cogitava a ideia de que:

[...] é difícil atrair os adultos dedicados á indústria marítima; mas há abundância de jovens, que, educados convenientemente, supriram em tão pouco tempo a deficiência, ao menos para a Marinha de Guerra. Não temos Maruja pois não temos Marinha Mercante; mas nas grandes forças vitais do país, na vastidão dos seus recursos, existem os germes fecundos para uma outra Marinha. Logo que a navegação dos rios, a liberdade do comércio, a cabotagem acessível a mais antigos cultores do elemento marítimo, patenteando recursos desconhecidos e apascentando a emulação, dê-nos o comércio do mar em grande escalas, e com este o comércio com o pavilhão nacional.<sup>208</sup>

---

<sup>208</sup> RMM, 1865, p.16.

Uma hipótese plausível, entre outras, seria considerar que, apesar desse relatório ter sido confeccionado historicamente no ano inicial da guerra do Paraguai, o mesmo apresenta a necessidade de trazer mais homens já prontos da dinâmica marítima para a Armada. Só restava lhes dar o treinamento militar necessário e enviá-los para as batalhas navais.

Em Rio Grande, havia outro paliativo encontrado pelos agentes recrutadores para incorporar o recrutado a Marinha. Isso se fazia com recurso de aproveitar os militares do corpo policial ou do Exército que cometesse algum crime, fosse excluído ou apresentasse mau comportamento na corporação, de modo que suas penas seriam ser entregues a Companhia de Aprendizes.<sup>209</sup> Essa demonstração do poder estatal, “entendidos então como ameaças ao estabelecimento da ordem urbana e nacional” (BANDEIRA, 2008, p.1) demonstra que, ao excluir um militar em uma força auxiliar por conduta indevida e transferi-lo para Marinha no intuito de pagar sua pena, o recrutamento para a Armada era um castigo para o indivíduo. Colocava-se, porém, o desafio de obter praças a qualquer custo, de qualquer forma e de onde fosse para compor as fileiras da corporação naval, pois havia um desfalque naquele ano, de 1868, à efetivação de tais intentos.<sup>210</sup> Nesse mesmo ano, o Capitão do porto reclamava da falta de apresentação voluntária de recrutas para se sujeitar ao recrutamento naquela cidade.<sup>211</sup>

Um outro fato interessante que tipificasse o recrutamento a qualquer custo devido a falta de voluntários, foi o fato ocorrido na cidade de Canguçu, onde dois fugitivos, sendo que um deles teve o seu destino: a Companhia de Aprendizes de Rio Grande.

Em ofício do delegado do termo de Canguçu datado de 24 do corrente me comunicou ter remetido a esta delegacia os indivíduos Manoel Antonio e Remigio da Silva este recrutado para a marinha e aquele a disposição de V.

---

<sup>209</sup> Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Drº Esperidião Eloy de Barros Pimentel, apresentado na 1ª sessão da 11ª legislatura da Assembleia Provincial. p.24.

<sup>210</sup> Conforme distribuição, aquele ano a proposta era completar o efetivo necessário com 98 recrutas, sendo que havia 42 aprendizes na Companhia, pois por ordem do Ministério da Marinha, haviam solicitado a transferência de 58 Aprendizes-Marinheiros, entre os meses de outubro de 1867 e março de 1868 para Côrte, que por sua idade e desenvolvimento psíquico estavam no caso de prestar os serviços correspondentes ao seu tirocinio (RPP, 1868, p.26).

<sup>211</sup> Idem, p.26.

S<sup>a</sup> por suspeito de ser desertor do 3 Batalhão de Infantaria. Quanto a Remigio dei o conveniente destino remetendo ao Capitão do Porto acompanhado do ofício de remessa daquele delegado; e quanto ao outro suposto desertor ficou retido na cadeia deixando de o remeter para essa capital, visto ser escravo do cidadão Domingos de Souza Mursa que veio declarar nesta delegacia ter-lhe fugiu no dia 5 de agosto do corrente ano e do que correram diversos anúncios no Diário de Pelotas e chama-se Anastacio e não Manoel Antonio como declarou ele ao delegado de Canguçu independente da declaração do mesmo Mursa, essa delegacia tem conhecimento e sabe que o referido preto é de sua propriedade pelo que posso afiançar a V. S<sup>a</sup>; assim pois a não ser preso o referido preto só pelo fato de suspeição de ser desertor; V. Ex<sup>a</sup> me ordenara a respeito pelo que fica nesta cadeia a disposição de V. Ex<sup>a</sup><sup>212</sup>.

Só em haver suspeita e indícios de ser desertor de outra força, já justificaria compulsoriamente a inserção do suposto fugitivo nas fileiras do corpo de praça da Armada, isso demonstra a relação direta não só do poder estatal, mas também do poder provincial, sem direito a escolha, a Marinha era o destino. Já o outro capturado não poderia ser recrutado para Marinha devido ser escravo e pertencer a um senhor. O destino dos capturados naquelas regiões na época era a Companhia de Aprendizes, excetuando os escravos.

Após ampla pesquisa nos arquivos, foram encontradas poucas fontes de fatos sobre os aprendizes da Companhia de Rio Grande, no início da segunda metade do século XIX, isto é, especificamente entre 1864 e 1888, excetuando-se alguns casos anteriormente mencionados. Tal fato nos direciona a trabalhar com fontes a nosso dispor, deixando bem claro para o leitor que são fatos antes da implantação da República. Para tal entendimento, justifica-se a ruptura da relação de poder com a questão da “lei do sorteio militar”<sup>213</sup>, mas também ocorreu uma continuidade na questão do poder dos recrutadores por este ter sido constante e não

---

<sup>212</sup> AHRS. Fundo Polícia. Maço 15. Ofício do Delegado de Polícia ao Chefe de Polícia. Dia 30 de setembro de 1870.

<sup>213</sup> A modificação dos métodos de prestação do Serviço Militar originou-se após os atropelos e deficiências observadas durante a Guerra do Paraguai. Com base nessa experiência e inspirada nas inovações observadas na Europa, particularmente os resultantes da Guerra franco-prussiana foi promulgada Lei 2556 de 26/09/1874 estabelece novos modos e as condições do recrutamento para o Exército e Armada. No caso específico da Armada fica estabelecido o modo e as condições do recrutamento por engajamento e reengajamento de voluntários; na deficiência de voluntários, por sorteios dos cidadãos brasileiros alistados anualmente. “Art.3º,§2º – O Ministério da Guerra fornecerá ao da Marinha os recrutas idôneos para o serviço desta, tirados com preferência dos distritos marítimos e fluviais que forem designados no regulamento. Art8º Ficam abolidos no exército os castigos corporais, sendo substituídos pelas outras penas disciplinares cominadas nas leis e regulamentos (CAMINHA, 1986, p.338).

alterado. Em outras palavras, os prêmios continuaram e o recrutamento forçado também.

Nesse contexto, encontramos poucos casos, fora o livro de socorro, em que demonstre como foi a chegada de outros jovens à Companhia de Rio Grande. Porém, encontramos outros fatos do tipo, nos arquivos da Marinha no Rio de Janeiro. Foram acessados os microfimes do final do Império e do início da República, que remetem à dezenas de casos de jovens matriculados na Companhia de Aprendizes em questão, os quais foram trazidos por seus pais e tutores e requeridos pelos mesmos para se “ausentarem por algum tempo da companhia”<sup>214</sup>.

Isso faz pensar na relação do poder, pois se verifica que esse poder estava diluído nas mais diversas atividades e papéis. Assim, não estava somente nas ações dos recrutadores externos e internos, isto é, dos agentes públicos não ligados a Marinha e dos oficiais da Marinha; a relação também era simétrica, em graus diferentes é que um agia sobre o outro, isto se refere aos pais e filhos, ou seja, o poder patriarcal sobre sua cria mesmo às vezes sem o consentimento dela.

Após verificação dos dados biográficos nos “livros de socorro”<sup>215</sup> daquela escola, constata-se naturalidade, estatura, idade, estado civil, tipo e cor dos olhos e cabelos, filiação, dados esses que são exibidos nesses livros, do mesmo modo como as origens, quem e de quem os enviavam à Companhia, o soldo e os descontos, recebimento de fardas e material que um aprendiz precisaria transportar consigo, as hospitalizações e altas hospitalares e no tocante as datas.

Certificou-se, ao contrário, principalmente nas províncias do norte, quanto a fatos reveladores sobre a inserção desses jovens, onde o recrutamento foi mais

---

<sup>214</sup> AN. XM 530 Documento S/N – (20 de Dezembro de 1869) as vezes alguns pais requeriam, ao comandante da Companhia, licença de trinta dias para seus filhos passar as festas em casa. Requerimento foi autorizado e concedido alguns dias de licença ao Aprendiz-Marinheiro.

<sup>215</sup> O Art. 24 do Decreto nº 1517, de 4 de janeiro de 1855, definia que, nas Companhias de Aprendizes-Marinheiros, constaria um Livro de Socorros para cada Divisão, ou Secção filial. A escrituração da Companhia e das Secções filiais constará dos livros seguintes, que serão todos rubricados pelo Inspetor do Arsenal: Um Livro de Socorros para cada Divisão, ou Secção filial, conforme o modelo nº 1. Um para receita e despesa da mesma Companhia, conforme o modelo nº 2. um para alardo, e dois para registros, sendo o primeiro destes para as ordens, e o segundo para os officios.

severo, ferrenho e “sanguinário”<sup>216</sup> do que no Rio Grande do Sul. Isso porque, na Companhia de Rio Grande, entre 110 jovens pesquisados nos livros de socorro, que chegaram à Companhia, aproximadamente a metade era oriunda da cidade de Porto Alegre e de Rio Grande, outros vieram de cidade lindeiras, como Pelotas, São José do Norte, Caguçu e alguns vieram do Rio de Janeiro.

Verificando os ofícios e as trocas de correspondência entre os juizes de órfãos dos municípios e delegados municipais, somados aos presidentes da província e o quartel-general, foi constatado que muitos chegaram à Companhia de Rio Grande através de capturas, ou por serem voluntários ou entregues pelos pais e tutores. Foi verificado também, com base no “livro de socorros daquela Companhia de Rio Grande”<sup>217</sup>, que boa parte daqueles matriculados eram de cor predominantemente branca, mas não foi encontrada razão que justifica isso a não ser que as características da população da região eram dessa forma ou que houvesse uma política pautada no embranquecimento dos Aprendizes, fato este não comprovado nesse trabalho.

No trabalho de Santos (2016, p.209), o mesmo fez uma pesquisa detalhada sobre as Companhias de Santa Catarina e Pernambuco. Sua alegação é da predominância de brancos na de Santa Catarina diferentemente de Pernambuco, onde o recrutamento de menores recaiu sobre os meninos negros. Apesar de uma maioria branca, o número de negros na companhia catarinense foi bem menor, só ficando acima do número de caboclos. Nessa ótica, na Companhia do Rio Grande do Sul a grande parte dos aprendizes ingressou de forma voluntária ou entregue pelos pais, mesmo por ter poucas “instituições de ensino primário”<sup>218</sup> com a

---

<sup>216</sup> Cabe aqui expor que a corrente majoritária da historiografia a respeito do recrutamento salientou que o a captura e o agrupamento dos recruta sejam eles da Amada ou do Exército Imperial era sinalados pela violência. A violência era um instrumento à disposição dos recrutadores, todavia não era o único. Ao lado da coerção, havia muita negociação de aumentar os efetivos. (RIBEIRO Apud MENDES, 1999, p.40).

<sup>217</sup> Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província do Rio Grande do Sul. Arquivo da Marinha. (DPHDM) Filme 43240-3567

<sup>218</sup> Referente as instruções do ensino primário na província do Rio Grande do Sul, existiam naquele momento 168 escolas, 101 para o sexo masculino e 67 para o feminino. (RPP, 1864, p.26). Sobre a questão do funcionamento e a dinâmica da instrução secundária no Rio Grande do Sul. Ver VALLE, 2013, p.154-175.



população restritamente rural, talvez isso possa justificar e até elucidar a predominância branca da Companhia.

Mediante o estudo étnico racial da infância abandonada e desamparada nesta província, analisamos alguns trabalhos da antropologia (RODRIGUES, 1938; SKIDMORE, 1973; e SCHWARCZ, 1993) para entender a formação racial daqueles homens jovens na província do Rio Grande do Sul. Entre vários trabalhos analisados, nos debruçamos em Seyferth (2002, p.121) cuja ótica do embranquecimento segue na linha da questão racial, dimensionada na definição “branca” do colono ideal – prosseguiu a ocupação de áreas de floresta no Sul, fortemente incentivada pelo governo central através do Ministério da Agricultura ao qual a imigração estava subordinada. A partir de 1846, e, sobretudo, após a promulgação da Lei de Terras, surgiram no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina inúmeras “colônias alemãs”, fundadas por empresas particulares, pelos governos provinciais ou pelo governo imperial – etnicamente homogêneas, pelo menos nos seus primórdios<sup>219</sup>.

Para muitos pais, esse recrutamento era a forma correta de disciplinar, e para outros era considerado um tipo de poder disciplinador. “A ilegalidade dos direitos, que muitas vezes assegurava a sobrevivência dos mais despojados” (FOUCAULT, 2009, p.82). Para as autoridades navais, os fins poderiam justificar os meios, tanto que o Ministro da Marinha na época alegava que:

[...] é suficiente empregar meios de persuasão para que a infância desvalida procure aqueles asilos, **Companhia de Aprendizes** (grifo do autor), onde á par de um tratamento desvelado, encontrará tratamento útil. A repugnância que outrora apresentavam os pais e tutores está vencido pelo reconhecimento destes benefícios reais da instrução<sup>220</sup>.

Não importava, para o comando, o tratamento dado e sim as possibilidades de segurança e ascensão social. Significa que os governantes, como detentores do

---

<sup>219</sup> O trabalho de Giralda Seyferth (2002) procurou demonstrar a interferência da ideia de raça sobre os conceitos que fundamentam a política de colonização no Brasil e os conflitos relacionados ao nucleamento de estrangeiros em colônias agrícolas no Sul – região onde aconteceram duas revoluções de consequências separatistas no século XIX – e suas repercussões na fala sobre nacionalização.

<sup>220</sup> RMM, 1869, p. 10.

poder, poderiam estar acima da ética e da moral dominante para atingir seus objetivos ou implementar seus desígnios. Essa relação foi constante no processo de consolidação do poder central, pois, no Brasil, boa parte da população vivia no campo e na pobreza, muitos pais tinham quantidade excessiva de filhos, devido à taxa de natalidade ser alta. A lei do ventre livre (1871) ajudou a aumentar grande quantidade de crianças libertas nas cidades. Segundo Lins:

[...] no contexto de “reforma do elemento servil” um número ínfimo de ingênuos foi assumido pelo governo imperial, ocorreu um aumento de crianças abandonadas e da mortalidade infantil, provocado pela separação das mães de seus filhos agora “ingênuos”. Num cenário em que muitas crianças viviam nas ruas, as denominadas Companhias de Aprendizes tinham como uma de suas tarefas dar formação aos futuros trabalhadores livres, crianças e jovens oriundos dos setores pobres da população (2015, p.1).

Ao levar os recrutados para as companhias, ganhavam em troca o recebimento de prêmios que garantiriam o subsídio provisório e necessário na manutenção das suas famílias. Com a criação dos prêmios para quem entregasse seus filhos, a Companhia de Aprendizes, doravante, muda as relações, pois se iniciava, nesse momento, um processo seletivo que altera as relações de poder. Se antes os filhos eram caçados nas ruas, à revelia, pelo poder público, por outro lado muitos daqueles jovens ajudavam a família nos afazeres de casa, “no sul do país o cenário não é muito diferente. Trabalhando em lavouras domésticas ou na monocultura” (DEL PRIORE, 2012, p.238) e até nas charqueadas. Em outro prisma estava a comunidade que sabia do papel que a Marinha desempenhava em Rio Grande. Isso causava, muitas vezes, medo à camada menos privilegiada, que poderia ver os seus filhos serem considerados pelas autoridades oficiais como meninos ociosos e baderneiros, os quais deveriam ser encaminhados à Companhia de Aprendizes-Marinheiros (VALLE, 2013). Tal conjuntura era tão frequente que as famílias ampliavam suas atenções com os garotos. Conforme Loner (2001, p.42), “devido ao pega-pega de menores, todos os verões, [...] as mães pobres tratavam de metê-los nas escolas e nos ofícios”.

A partir daí eles, eram entregues na Companhia e, para isso, recebiam uma gratificação em dinheiro equivalente a 100\$000 réis. Como avalia Venâncio (2000, p.199):

[...] a novidade do recrutamento consistia no fato de os meninos receberem gratuitamente um enxoval e, no caso dos voluntários, os respectivos responsáveis ganharem um “prêmio” de cem mil réis; valor nada desprezível, pois representava aproximadamente 20% do preço de um escravo adulto ou que permitiria a compra de duas ou mais crianças escravas.

Com a própria difusão da Companhia para melhorar, de certa forma, a vida das pessoas, ou seja, o prêmio oferecido para os garotos, causava uma mudança de conceito, ora se o filho não interessava aos pais porque teriam outros filhos para sustentar mesmo esses ajudando seus pais, ora a família também era ajudada, pois entregando seus filhos à Marinha, recebiam os jovens algumas garantias, tais como: alimentação, uniforme, soldo, alfabetização e, por fim, especialização técnica, esse último “se tornou uma das raras alternativas de aprendizado profissional destinado à infância pobre” (VENÂNCIO, 1999, p. 199). Também segundo Castro (2005, p.173), esse formato de instituição, no qual se atendiam menores, “era muito utilizada na Europa, onde o Estado assumia o ensino técnico”. Todo esse subsídio gerava certa perspectiva de futuro ou ascensão em níveis sociais aos jovens Aprendizes-Marinheiros.

O ambiente desfavorável dentro dos órgãos de recrutamentos era carregado de hostilidade, a começar pela maneira que eram, os jovens, inseridos no interior das Companhias, era só assim que o externo poderia sentir o interno, ou seja, entender como era o funcionamento da ligação da população com as várias camadas de poder. Kraay nos traz essa ótica onde ele aponta que:

[...] o recrutamento oferece uma oportunidade de ver de dentro o funcionamento do Estado brasileiro e de analisar os valores que norteavam os homens dentro do aparelho do Estado [...] especialmente dada à diversidade de setores sociais ligados pelo recrutamento (KRAAY, 1999, p.142).

Pela complexidade que se dava o raio de ação do recrutamento sobre o vasto território, vários setores da sociedade, que faziam parte dessa rede de atividade que reincidiam em cima das classes subalternas, se empenhavam, às vezes sem nenhum constrangimento, no cumprimento dessa rentável relação sobre a égide e pressão do estado.

A documentação trabalhada mostra uma torrente de ofícios e cartas dos presidentes das províncias contendo nomes, datas e seus anexos somados aos Relatórios Ministeriais e terminando em debates geralmente acirrados. A partir disso, pode-se entender o motivo do recrutamento, nas localidades, e a insatisfação não só de algumas autoridades, mas também dos populares contra este processo que ocorria nas províncias.

Ter o controle sobre aquela proporção de jovens, não só fora, mas também dentro daquele espaço de confinamento, muitas vezes exigia atitudes enérgicas. Esse exercício demandava um grande esforço por parte do comando da Companhia, que era formado, às vezes, por um Capitão-Tenente, Primeiro-Tenente e/ou um Guarda-Marinha como subcomandante ou imediato. Todavia, em algumas ocasiões, o próprio “Capitão do Porto, oficial superior do posto de Capitão de Fragata, acumulava as funções de comandante da Companhia de Aprendizes-Marinheiros interinamente”<sup>221</sup>.

Muitos desses oficiais não eram oriundos das baixas camadas populares ou classe abastada, eram filhos das classes de grandes latifundiários, aristocráticos<sup>222</sup> e das oligarquias com títulos nobiliárquicos, ou pode-se chamá-los de oligarquia de trabalhadores navais. Portanto, esses intelectuais, de modo geral, podem ser localizados dentro do espaço social dos dominadores, chamado por Bourdieu de “campo de poder”, porém ocupando uma posição subordinada dentro desse espaço (BOURDIEU, 2006).

Não era de se esperar desses oficiais, com a função de comando, passividade e tolerância, características talvez esperadas pelos aprendizes, mas sim

---

<sup>221</sup> Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, 1868, p.25.

<sup>222</sup> Durante o Império, a inserção dos oficiais foi se modificando de um modelo aristocrático para um modelo mais interno à organização, e continuou mantendo a nobreza no comando da força, outro momento em que se amplia o acesso ao oficialato.

indiferença e rigidez, gerando uma visão do ponto de vista social para com o corpo de praça, certa “estigmatização”<sup>223</sup> da cor e raça.

Maestri (2000, p.35) afirma que esses oficiais provinham, sobretudo, das grandes famílias de proprietários de terra. Muitos tinham sido, poucos anos antes, proprietários de escravos. Sendo assim, o título de nobreza induzia aquelas pessoas, que se consideravam a parte distinta da hierarquia irredutível à hierarquia propriamente militar, a formarem grupos que se colocassem como uma ordem melhor e superior de seres humanos, passando a estabelecer um exercício de dominação.

Os meios de poder lhes autorizavam auto-afirmar sua superioridade e impulsionar um preconceito sobre os outros, como pessoas de estirpe inferior. Continuando na questão do preconceito, os Marinheiros, a serviço ativo da Armada, eram tidos como pessoas que faziam parte do mundo da agitação pública, da indisciplina e “prontos para a defesa da integridade territorial e unidade nacional, assimilando o principal atributo para o trabalhador militar: ser disciplinado e subordinado” (ANTUNES, 2012, p.107). Algo relativamente paradoxal.

As indiferenças do aparelho disciplinador “traz consigo uma maneira específica de punir, e que é apenas um modelo reduzido do tribunal” (FOUCAULT, 2009, p.172). Nessa primazia do poder era de fato obrigatória, na cadeia hierárquica, que um oficial da Armada estivesse no comando da Companhia de Aprendizes para impor respeito, disciplina e manter a ordem, isso ficou bem claro na Companhia de Aprendizes do Pará, mencionado por Santos (2016, p.189), com base no relatório enviado à Côrte pelo Primeiro-Tenente José Marques, da Companhia de Aprendizes do Pará, encaminhado ao inspetor do Arsenal daquela província quando ele aponta a real importância desse oficial:

---

<sup>223</sup> Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada; especialmente em lugares públicos. Ver:GOFFMAN, 1963, p.5.

[...] pois sem este, o comandante vê-se sem ter quem em sua ausência sustente a disciplina e moralidade dos aprendizes e as dirijas nos exercícios que constituem sua aprendizagem”, apelava José Marques ao inspetor, certamente diante da dificuldade que encontrava para impor a rotina e a disciplina. O efetivo da Companhia era composto, além do comandante, de dois oficiais, um cirurgião-mor, um oficial e um fiel de fazenda, um marinheiro de 1ª classe, dois guardiões, um cozinheiro, três imperiais marinheiros – sendo um de 1ª classe e dois de 2ª classe – e 52 aprendizes<sup>224</sup>.

Manter uma quantidade expressiva de jovens de regiões diferentes das províncias e até do país, onde os modos de vidas, educação, etnias, raças, personalidades, caráter, e até credos completamente distintos, “poderiam se tornar tensas as relações entre eles, com isso a disciplina às vezes exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo” (FOUCAUT, 2009, p.137), para evitar maiores atritos. Desse modo, a hierarquização dos comandos era peça chave para produzir padrões de comportamentos na disciplina e na obediência, úteis à Instituição. Contudo, as experiências dos poderes institucionais poderiam levá-los à aceitação ou não, à adaptação ou à resistência.

O “confinamento e o isolamento” (GOFFMAN, 1961)<sup>225</sup> dos jovens, no interior das Companhias, poderiam promover clima de tensão propício para atos de indisciplina e insubordinação dentro de um ambiente que visava a destreza militar e a disciplina, cujos propósitos a alcançar eram produzir uma atmosfera partilhada, com amplo número de pessoas tratadas de semelhante modo e submetidas ao mesmo dinamismo, “com rigorosidades nos horários, submetidas a normas formais visíveis e direcionadas por um grupo de superiores, o que se transformava capaz a vigilância através do poder disciplinar” (FOUCAULT, 2009, p.131 e 156)<sup>226</sup>. Ainda porque aqueles jovens só vieram para o interior das Companhias graças à instalação

---

<sup>224</sup> Citado por Santos (2016) com base no Relatório do Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Pará. Bordo do brigue Maranhão em 31 de dezembro de 1874. A.N. Série Marinha, subsérie Arsenais de Diversos Estados. Códice XVIII M 3.

<sup>225</sup> O trabalho de Erving Goffman. **Manicômios, Prisões e Conventos**. SP: Perspectiva, 1961, define assim as instituições totais: “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo levam uma vida fechada e formalmente administrada”. ANTUNES, *Op. Cit.*, p.107.

<sup>226</sup> Sobre o poder disciplinar tem o corpo como objeto de controle, com base na análise de Foucault, caracteriza-se por ser uma coerção ininterrupta, constante, prioriza o processo mais que o resultado e otimiza o tempo e o espaço. O poder da vigilância hierarquizada manifesta-se numa rede de relações de alto a baixo que distribui os indivíduos ao mesmo tempo em fiscais e fiscalizados.

de um real aparato de recrutamento involuntário, em que a polícia executava um papel de fundamental importância. Os processos de admissão e os testes de obediência podem ser desenvolvidos numa forma de iniciação que tem sido denominada "as boas-vindas" (GOFFMAN, 1961, p.55).

A concentração do poder cultural e social, a rigidez das diferenças sociais e a perpetuação das estruturas de dominação sobre aqueles corpos no interior das Companhias, inclusive nas sociedades externas, contribuíram para delinear, no Brasil, para aqueles grupos de recrutados, em diversos graus, modelos de autoridades e tipos de relações específicas, isto é, a inter-relação, a relação elite-massa.

Para os agentes recrutadores com o poder de recrutar, muitas vezes suas tarefas exigiam certa discricção para tal propósito devido ao constrangimento para as partes. Kraay, sobre isso, ele relata que:

[...] muitos dos embaraços que impediam os oficiais encarregados de recrutamento, de fato, derivavam da terceira função do Estado. Além de fornecer soldados e manter a ordem, as autoridades civis tinham o complicado dever de garantir que a prática do recrutamento seguisse as regras e mantivesse ao menos a aparência de equidade, para evitar que surgisse resistência excessiva; freqüentemente, elas admoestavam seus subordinados neste sentido (1998, p.121).

Cabe salientar especificamente que o obstáculo a esse despotismo atinente ao recrutamento ganha certo sentido. Não unicamente uma provisória cortina de fumaça, na retaguarda da qual o Estado velava o recrutamento opressor, as legislações apresentavam uma função dominante basilar: declarava um imaginário de justiça imperial e constitucional e facultava meios em oposição ao recrutamento forçado a uma parcela significativa dos recrutados.

Para muitos daqueles jovens, serem inseridos de forma obrigatória na Companhia era inaceitável, sobretudo do ponto de vista ético e moral. Numa sociedade não liberal, vivendo sobre o regime imperial, a privação da liberdade era a maior demonstração de poder dos agentes sobre a égide do Estado e, como tal, só deveria ser exercida pelo próprio Estado. Isso porque está se concordando com a lógica de Foucault (2009, p.110) quando diz que “o trabalho de privar um homem de

sua liberdade e vigiá-lo na prisão é um exercício de tirania”. Essa tirania, com base no poder, requeria estratégias para compor uma lógica. A ideia da estratégia contribuiu e nos ajudou a delinear a trajetória dessa relação entre homens e Estado, ao nos atrair para a necessidade de própria ideia dos métodos e manipulação que sofriam no interior da caserna. Ou seja, ao inspirar-se no diagrama colocado por Foucault, o próprio Michel de Certeau arrisca no que se refere a dupla função, recomendando “delimitar uma camada social de práticas sem discurso e instaurar um discurso sobre essas práticas” (CERTEAU, 1994, p.99).

Outra discussão importante, que tem a ver com o enfoque desse trabalho, foi sobre o poder do Estado. Foucault e Bourdieu coadunaram juntos com diversas perspectivas. Ambos analisaram as conexões entre procedimentos ideológicos e disciplinares de controle social. Foucault removeu do Estado a função nuclear da autoridade e da violência, questionando sobre outros instrumentos da sociedade de propagação e exibição do controle social. Segundo Cunha (2002, p.40), referente à Foucault e Bourdieu, relata que:

[...] tal esforço não se resumia a identificar apropriações quase microscópicas desse poder já nomeado. Envolveu a investigação de seus embates, interpretações e lutas internas que, por vezes, encobriram o poder estatal se ocupando em localizar suas histórias e modos próprios de reprodução.

Reportando-nos ao Estado imperial brasileiro, ainda que pudesse se eximir da culpa ou até se justificar da maneira que era feito o recrutamento nas províncias, usando seus subordinados. Isso se tornava um embate com as camadas subalternas, pois ele, o poder estatal, se tornou várias vezes presentes com esses agentes, usando ferramentas nada aceitáveis pela grande parte da população, ou seja, a forma como era trazida aquela massa de gente para os centros de formação de Marinheiros, incomodava sensivelmente os recrutados para tais fins.

Conforme o tempo passava, o modo como o recrutamento se comportava nas províncias parecia mostrar, a partir da composição dos quadros, que estava dando certo. Contudo, a evasão nas companhias se fazia constante, tanto que comprova a relação de poder incidindo sobre o recrutamento voluntário, o qual estava sendo



dificultado pela má reputação do tratamento dado aos menores nas companhias de aprendizes, o que continuava angariando a antipatia da população e provocava a resistência aos procedimentos para tal fim. Os comandantes apelavam para as autoridades civis para proverem a captura dos menores para completarem o quadro efetivo das companhias<sup>227</sup>.

Os Documentos emitidos pelo Quartel da Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande e do Maranhão demonstram a reclamação dos comandos, de acordo com o efeito negativo que estava ocorrendo frente às péssimas condições de aquartelamento e da falta de materiais de ensino, treinamento e conforto. Na Companhia de Aprendizes de Rio Grande, o ambiente insalubre e precário adicionado à constante umidade acarretava problemas de saúde aos menores, as paredes eram açoitadas pelos ventos fortes e os alagamentos eram constantes devido às cheias da Lagoa dos patos, e as condições climáticas com o inverno rigoroso estavam causando rachaduras nas paredes do edifício assobradado<sup>228</sup>. O comandante reclamava questionando que o aquartelamento era inadequado e precário – propondo haver um navio para treinamento, aprimoramento das condições de aquartelamento em terra (a maior parte dos comandantes de outras escolas prefere o aquartelamento a bordo de navios grandes) devido à falta de equipamentos para treinamento militar (Artilharia e armas brancas), falta de mestres das primeiras letras (professor primário), falta de interesse das autoridades locais em prover a entrada de menores (filhos de famílias pobres) que perambulam pelas vilas e cidades da província<sup>229</sup>. Esses fatos acarretavam evasões ou fugas constantes na Companhia. Havia também a reclamação do comandante quanto às irregularidades do aquartelamento, pois devido a uma quantidade considerável de Aprendizes, “num recinto estavam acomodados em um salão e dormiam em beliches de tábua. O que gerava inconvenientes para a vigilância contra atos reprovados e indecentes” (ANTUNES, 2012, p.118). Outra reclamação dos oficiais da Companhia de Rio Grande referia-se ao fato de alguns aprendizes terem ingressado sem a

---

<sup>227</sup> AN, Série Marinha, XM 562 Documento1, 02 de Janeiro de 1872

<sup>228</sup> AN, XM 530, Documento 494, ano de 1867.

<sup>229</sup> AN, XM 562, Documento 476, 22 de Abril de 1872

idade e a composição física imposta pela legislação, além da qualidade da alimentação, considerada pelo oficial de má qualidade<sup>230</sup>.

Havia preocupação do corpo político na manutenção do poder e da ordem nos centros de formação, na “organização da Força Militar, assim como as garantias da liberdade. Reclamam de uma lei que regule de modo justo e eficaz o recrutamento, evitando a insuficiência e abuso do sistema em vigor”. Essa lei foi a do sorteio militar.

#### **4.2 O Sorteio Militar a letra morta do poder na Companhia de aprendizes do Rio Grande do Sul**

1874 representou o ano em que houve uma pequena ruptura do poder sobre o recrutamento em algumas regiões do Império, entre elas o Rio Grande do Sul. Nasce, a partir daquele ano, nova modalidade universal de recrutar, a “lei do sorteio militar ou lei da cumbuca”<sup>231</sup>.

Na verdade, essa nova modalidade de recrutar, para preencher o corpo de praças com os aprendizes, objetivava a conservação e a gerência política do solo pátrio à proporção que exercia para enfraquecer as partes centrais das agitações em várias províncias e endossar os exercícios políticos no centro dos universos territoriais. A lei do sorteio causou um divisor de águas nas esferas políticas, pois em debate no Senado o Deputado Vieira da Silva interpela sua insatisfação com esse tipo de conscrição dizendo que “[...] os sorteios ferem a personalidade humana, ferem a família e destroem o lar. Os jovens não podem dedicar-se a uma profissão

---

<sup>230</sup> III M 701 B5 CODES.

<sup>231</sup> Após anos de discussão, foi aprovada a lei do sorteio militar, de 1874 que fixava o alistamento universal e o sorteio para completar as lacunas não ocupadas pelo engajamento voluntário” (NASCIMENTO, 2001, p. 50). Com base na experiência e inspirada nas inovações observadas na Europa, particularmente as resultantes da Guerra franco-prussiana, foi promulgada a Lei nº 2556, de 26 de setembro de 1874, que adotou o sorteio para o Serviço militar, que marcou o início dos trabalhos das juntas de alistamento em todo o Império para 1º de agosto de 1875. (MENDES, 1997, p.267) “ Art. 1º - O recrutamento para o Exército e Armada será feito: 1º Por engajamento e reengajamento voluntários; 2º Na deficiência de voluntários, por sorteio dos cidadãos brasileiros alistados anualmente na conformidade da presente Lei”. Porém esta Lei não atingiu os objetivos a que se propunha. CLI, 1874.

por termos de vê-la interrompida por essa loteria fúnebre”<sup>232</sup>. Na realidade, houve apenas uma mudança de termo, mas a prática continuou a mesma no alistamento, sendo o sorteio o meio de nomear os que deviam servir a Armada e no Exército, causando assim a ruptura da unidade nuclear, ou seja, a família.

Essa mesma lei era composta por um conselho responsável por essa nova configuração de alistamento que necessitava ser organizada pelo “juiz de paz, pela autoridade policial mais graduada e pelo pároco” (CARVALHO, 2005, p.20). A metodologia usada após a referida lei era da seguinte forma:

1) primeiro a junta esperava os voluntários; como estes sempre eram poucos, a junta seguia para o segundo ponto; 2) o alistamento de todos os cidadãos de 19 a 30 anos da idade; 3) depois de alistadas, as pessoas que possuísssem isenções a seu favor poderiam encaminhá-las à junta revisora (composta por um juiz de direito como presidente, pelo delegado de polícia e pelo presidente da Câmara Municipal) para não participarem do sorteio; 4) esse era também o momento de os indivíduos se dirigirem à junta de alistamento para comprar isenções, conforme previsto na lei; 5) os que não possuísssem isenção a seu favor ou não dispusessem de dinheiro para comprá-la, estariam sujeitos ao sorteio (FREIRE, 2014, p.53).

Essa lei criou, como forma de intrometimento na vida das pessoas<sup>233</sup>, clima de tensão e violência em várias províncias, os “quebra-quilos” e “rasga listas”<sup>234</sup> (BARMAN, 1977, COSTA, 1987 e CARVALHO, 1992). De igual forma, esse instrumento jurídico também veio para tentar evitar as fugas em massa que estavam acontecendo dentro da Marinha e do Exército. Era um subterfúgio associado às ordenações. Os prováveis recrutas, por outro lado, utilizam-se do enorme repertório de estratégias de evasão, legais ou ilegais. O recrutamento dá origem a complexas

---

<sup>232</sup> Anais do Senado, Sessão em 20 de maio de 1874, LV 1, p.46. Disponível em site [http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais\\_Imperio/1874](http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1874), acesso em 13 de novembro de 2016.

<sup>233</sup> O avanço do Estado na regulamentação da vida das pessoas foi uma das causas mais frequentes de revoltas populares, sobretudo porque ele se dava sem a contrapartida do aumento da participação política. Foi assim nos casos da introdução do sistema métrico, do sorteio militar, do recenseamento, do casamento civil e da vacinação (CARVALHO, 1999, p.118).

<sup>234</sup> Os "quebra-quilos" haviam dirigido sua ira contra os novos pesos e medidas, as coletorias e os registros notariais, mas não se haviam esquecido, também, das casas maçônicas, dos impostos provinciais e da nova lei do recrutamento (MENDES Apud SOUTO MAIOR, 1978, p.31). Rasga listas foi o movimento insurgente que teve como propósito a destruição dos novos pesos e medidas do sistema métrico nas feiras, a queima dos papéis dos registros notariais, dos correios e das coletorias.(MENDES,1999, p.277)

manobras de identificação e obscurecimento de distinções, num jogo de proporções obsessivas (MENDES, 1999).

Nas juntas de paz de São Leopoldo, Bagé, Dores (pertencente à cidade de Porto Alegre) e de Rio Grande, todas pertencentes ao Rio Grande do Sul, o fato foi menos efervescente.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, não consta que a realização dos alistamentos encontrasse obstáculo na ação da multidão. Ao contrário, os trabalhos das juntas parecem ter-se realizado ali com ordem e regularidade. Província de tradição militar, é de supor que a presença das tropas oferecesse muito mais garantias à operação das juntas que no restante do país. Ainda assim, os alistamentos seriam marcados por problemas que revelavam claramente as múltiplas dificuldades que a administração honorária impunha à implementação da nova lei. Apesar de os alistamentos realizarem-se na província do Rio Grande sem a presença visível de distúrbios ou hostilidade popular, o trabalho das juntas seria objeto de tal grau de manipulação que tomaria inviável a realização dos sorteios. A *tradução local* que caracteristicamente marcava o recrutamento forçado se transferia ali para a realização dos alistamentos (MENDES, 1999, p.281-282).

Não se verificou, nas pesquisas, registros que comprovem o uso do sorteio militar para recrutar como forma de poder sectário no recrutamento das populações menos favorecidas das várias localidades provinciais do Sul. Havia, sim, fatos isolados, mas nada que se possa tipificar como grandes tensões.

O Ministro da Guerra, na época, conselheiro Junqueira, trazia a numerologia para debate na Câmara. Para ele, de 20 mil populares teriam que ter 2 mil recrutados à força, tantos eram os que desertavam "em rota", foram dispensados por isenções ou defeito físico ou quaisquer outras razões<sup>235</sup>.

Podemos observar antes da lei e depois da lei, na tabela abaixo, como se configurou as entradas e saídas dos aprendizes, baseado em anos onde aconteceram os alistamentos, a quantidade que se alistaram, as deserções, perdas, capturados e os que se apresentaram:

---

<sup>235</sup> Anais do Senado, 1874, vol. I, p. 52. Para saber mais sobre essa questão Ver MENDES, *Op. Cit.*, p.281-283.

**Tabela XV** – Alistamentos e deserções do Corpo de Imperiais-Marinheiros

Alistamento/ deserções - Corpo de Imperiais Marinheiros			
Anos de alistamento	1867-1874	1875-1888	Total
Alistaram-se	3361	5494	8855
Desertaram	1370	2872	4242
Apresentados/ Capturados	452	1555	2007
Perda Efetiva	918	1317	2235

**Fonte:** Mapa Estatístico do Corpo de Imperiais Marinheiros. RMM, 1889, anexo. Citado por Arias Neto, 2001, p.151.

Aquela lei do sorteio, em 1874, manifestou mudanças da organização militar e seu teste insatisfatório de empregá-la provocou a cessação parcial dos castigos corporais, em contrapartida, ajudou no aumento do efetivo de marinheiros. A tabela mostra que os alistamentos aumentaram e, em contrapartida, as deserções também. Conseqüentemente, ao se investigar de modo panorâmico o percurso dos procedimentos de recrutamento e instrução dos efetivos da Armada brasileira, durante o século XIX, ficam perceptíveis os paradoxos e as linhas divisórias do esforço de propagação do serviço militar. A herança despótica e truculenta do recrutamento forçado e a atuação do Império nas conturbações sociais geravam “os extensos debates parlamentares sobre a modernização da lei de conscrição e as resistências aos sorteios militares após 1874 comprovam esses problemas” (GUIMARÃES, 2014, p.51). Para Mendes (2010, p.154):

[...] a lei do sorteio militar pelo Estado imperial procurou contornar os problemas de oferta de soldados e as interferências políticas no processo de recrutamento, estabelecendo um mecanismo de alocação de encargos de corte igualitário. Procurou, também, contornar a discrição dos notáveis na execução do recrutamento, estabelecendo um mecanismo cego às propriedades contingentes dos indivíduos. Insuficiente e contraditória para alguns, pelas oportunidades de escusa que admitia, tirânica e arbitrária para outros, pelas novas incertezas que criava, a lei do sorteio seria inviabilizada pela oposição e resistência dos ‘rasga-listas’. A lei do sorteio de 1874 se tornaria letra morta.

Os horizontes de expectativas assentados na produção de uma força militar moderna e coesa encontravam na realidade muitas limitações. Paradoxalmente,

Mendes sintetiza bem as promessas e os fracassos da lei de 1874<sup>236</sup> naquele esforço de modernizar a lei.

**Tabela XVI-** Mapa do estado evolutivo da Companhia de Aprendizes-Marinheiro de Rio Grande

	Prontos	No Hospital	Efetivos	Faltam	Completos
1861 <sup>237</sup>	71		71	29	100
1862	-	-	68	32	100
1863	-	-	70	30	100
1864	-	-	59	41	100
1865 <sup>238</sup>	?	?	?	?	?
1866	51	-	51	49	100
1867	36	3	39	61	100
1868	35	-	35	-	?
1869	49	-	49	-	?
1870	40	-	40	160	200
1871	43	3	46	154	200
1872	45	1	46	54	100

<sup>236</sup> Cabe aqui uma ressalva. As tentativas de mudanças, em suprir a falta de recrutas para o serviço ativo, são apreciadas em vários projetos apresentados à Assembleia Legislativa desde 1834, as Comissões, Armada e Guerra, apresentaram à Assembleia Legislativa um projeto atinente à reforma do recrutamento forçado, que visava substituí-lo por um sorteio militar. Essas ideias no decorrer dos tempos foram sendo modificadas por emendas e projetos para engajamento, garantindo a continuidade do recrutamento forçado como estabelecido pela lei de 10 de julho de 1822. O projeto de 1834, foi tema de quatro discussões na Câmara dos deputados, todas neste mesmo ano. Na primeira discussão, o projeto venceu outro rival que pretendia estabelecer um sistema nacional de alistamento voluntário financiado pelas câmaras municipais. Na segunda discussão, os deputados emendaram o projeto original *para* aumentar o número de homens isentos do sorteio. DA SILVA, 2006 e KRAAY, *Op. Cit.*, p.137. Outro fator que atesta a ineficácia da lei do sorteio foi a experiência dos sucessivos fracassos na realização dos alistamentos faria com que alguns ministros sugerissem que as paróquias refratárias fossem submetidas ao recrutamento forçado, como meio de correção do problema, mas a solução não chegaria a ser implementada. A geografia da rebelião dos "rasga-listas" não refletia, pois, toda a extensão do fracasso da lei do sorteio. Em muitas das localidades, as juntas simplesmente não se haviam reunido pela ausência de alguns dos seus membros, o que constituía impedimento legal para o seu funcionamento (MENDES, 1999, p.282-284).

<sup>237</sup> Um detalhe importante, que a Companhia começou naquele ano a funcionar na Corte sua 1ª divisão em 16 de março do mesmo ano, em que teve praça o primeiro aprendiz-marinheiro. Por não estar completo a 1ª divisão em razão de já ter-se mandando para o Quartel central grande números de menores, ainda não se deu princípio à organização da 2ª. **Fonte:** AN, IIIM 702 código.

<sup>238</sup> Realizou-se pesquisas detalhadas nos relatórios ministeriais e nos debates da Câmara para saber o por quê não apareceu no relatório de 1865 o quantitativo. As hipóteses que se pode tecer sobre essa questão foi a eclosão da Guerra do Paraguai, devido as preocupações das movimentações de tropas para Rio Grande: os oficiais se preocuparam em subsidiar o comando-geral com informações técnicas sobre a guerra ou então a outra hipótese é que nesse mesmo ano todos os Aprendizes da Companhia de Rio Grande foram enviados para Corte emergencialmente para receber as últimas instruções e informação para depois se juntarem aos navios da Armada com objetivo de combater os paraguaios.

1873	36	2	38	62	100
<b>1874</b>	50	50	50	150	200
1875**	?	?	?	?	?
1876	85	-	85	115	200
1877	70	-	70	25	95

Fonte: RMM, 1862-1877

Analisando a tabela, observa-se que, progressivamente, a Companhia de Aprendizes de Rio Grande não conseguiu colocar em prática as propostas de fixação de forças, pois requeria que chegassem à completude total dos Aprendizes que era de cem ou duzentas praças. Pode-se dizer que o motivo para isso foram as evasões e a falta de incentivos dados ao recrutamento, fazendo com que “não estimulassem o incremento no número de voluntários” (ARIAS NETO, 2001, p.152), ou seja, prêmios e perspectivas de ascensão não atrativos e a forma de recrutamento despótico usado pela rede do poder não aceito pela sociedade brasileira.

Contudo, pode-se averiguar que os índices de admissão teoricamente não se alteraram após a lei do sorteio, tendo esta se tornado um empecilho apropriado ao grande número de menores recrutados para a Companhia, enquanto que os parâmetros de deserção continuaram dimensionalmente os mesmos.

Para a Companhia de Aprendizes de Rio Grande, o Sorteio Militar não teve nenhum efeito, suas isenções não produziram nenhum aumento e diminuição do efetivo proposto. As regras e formas continuaram nas mesmas reorganizações, tornando-se inerte dentro da proposta estabelecida.

Outro fato importante constatado com a questão das inserções dos jovens e das crianças desvalidas na Companhia de Rio Grande, objetivando a instrução pública, foi o efeito surtido na questão da educação como quesito parcial de inserção na sociedade, conforme tabela abaixo:

**Tabela XVII** - Estado de Instrução das Companhias de Aprendizes-Marinheiros

Províncias	Analfabetismo (1871)	Analfabetismo (1873)
Côrte	-	35
São Paulo	-	-
Paraná	1	-
Santa Catarina	12	-

<b>Rio Grande do Sul</b>	-	-
Espírito Santos	7	-
Bahia	3	22
Sergipe	14	-
Pernambuco	16	1
Paraíba	-	-
Ceará	5	9
Maranhão	7	2
Pará	4	-
Amazonas	-	-

Fonte: RMM, 1872, p.17

Observe que, levando em consideração nas devidas proporções de Aprendizes, a Companhia de Aprendizes de Rio Grande, na questão de consolidação do Império não só pela força, mas também pelo propósito de educar, mas com suas vicissitudes, entra no rol daquela detentora do poder, demonstrando que foi uma das Companhias que tiveram menor taxa de analfabetismo. Ou seja, com a existência ou não do Sorteio como forma de inserção de jovens na vida militar o efeito de ensinar estava dando certo.

A lei continuou e as deserções também. Em Rio Grande, com ou sem a lei do sorteio, a recém-denominada Escola de Aprendizes-Marinheiros<sup>239</sup> continuava recebendo jovens desvalidos e órfãos<sup>240</sup>. Os incentivos financeiros não estavam contribuindo para a vinda dos meninos para a Escola de Aprendizes, mas o recrutamento forçado justificava o não esvaziamento daquela Escola.

Para Antunes:

[...] em 1886, demonstrando que o prêmio em parte não foi motivação suficiente para convencer os pais e tutores a autorizarem seus filhos a assentarem praça na Marinha ao longo do funcionamento das companhias no século XIX. Ao enviar ofícios para a Corte, o comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Sul registrava o alistamento do

<sup>239</sup> O decreto-lei 9.371 de 14 de Fevereiro de 1885 troca a denominação Companhia para Escola, estabelece e dá nova organização as Companhias de Aprendizes-Marinheiros, reduzindo e fundindo-as e por final dando numeração a 12 Escolas de Aprendizes: Amazonas fundiu com a do Pará sede ficou em Belém (1), Maranhão (2), Piauí(3), Ceará (4), Paraíba e Rio Grande do Norte se fundiram a sede ficou em Parnaíba (5), Pernambuco se fundiu com Alagoas a sede ficou em Recife (6), Bahia, Sergipe e Espírito Santo se fundiram a sede ficou na Bahia (7), Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo ficou a sede na Corte (8), Paraná (9), Santa Catarina (10), **Rio Grande do Sul (11)**, Goyas e Mato Grosso ficou a sede em Ladário (12)e estabelece numerações para as mesmas. (RMM, 1885, p.15, A3-4 e 5.

<sup>240</sup> AN, Série Marinha III M 702 B5 CODES.



número de 34 menores naquele ano, entre os quais, observamos grande a incidência dos órfãos para a Escola como principal fonte de alistamento. (ANTUNES, 2011, p.102)<sup>241</sup>.

Entre as 12 Escolas de Aprendizizes, que estavam em atividades naquele momento, a unidade de Rio Grande revelou um fato interessante que foi a dependência do envio de órfãos para as companhias de aprendizizes. A documentação pesquisada no Arquivo Nacional, os ofícios e as correspondências identificaram vários agentes tais quais, os delegados, Juízes de direito e órfãos, tutores e até o hospital Santa Casa de Misericórdia, trabalhando na tarefa de alistar órfãos desvalidos, filhos ilegítimos, ingênuos<sup>242</sup>, órfãos de mãe com pai declarado, órfãos de pai e mãe tutora, pai e mãe vivos e alguns casos velados. Também podemos perceber, dentro do parâmetro do gênero, a atuação das mães e a “invisibilidade e o silêncio dessas mulheres ao fazerem partes da ordem das coisas” (DEL PRIORE, 2000 e PERROT, 2013). Assim sendo, a condição social dos órfãos, no ato de seu registro, cujas conjunturas eram conduzidas pela situação materna: filho ilegítimo, sem pai declarado, ou viúvas, e que, por imposição do alistamento, apresentavam-se como tutoras.

Destaca-se que a Escola de Aprendizizes-Marinheiros foi, segundo Torres (2006, p.107), “ao lado das casas pias, roda dos expostos, colônias correcionais, abrigos de menores delinquentes e Companhias de artífices, uma das primeiras instituições militares estabelecidas em Rio Grande” com objetivo de dar assistência aos desvalidos.

Esses meninos, ao serem trazidos para o interior da Companhia, partilhavam de uma rotina tão rigorosa, que tentavam a qualquer custo evadir-se para o mundo externo. Fugas eram muito comuns com o intuito de voltarem para suas cidades de origem como relatado em uma das páginas de um dos jornais da cidade:

---

<sup>241</sup> Idem, Ibdem.

<sup>242</sup> ANTUNES Apud VAINFAS, Ronaldo (org). Dicionário do Brasil Imperial. RJ: Objetiva, 2002, p.468-69. A condição do menor livre é definida como ingênuo. A lei estabelecia pelos artigos 1 e 2 a criação e o tratamento das crianças: “até os oito anos os senhores seriam obrigados a criá-los e tratá-los; depois dessa idade tinham a opção mediante uma indenização pelos cuidados prestados, de entregá-los ao Estado, que os encaminharia a instituições próprias. Caso preferissem ficar com as crianças, os senhores poderiam utilizar seus serviços até os 21 anos.”p. 469.

Aprendizes marinheiros.

Da Companhia de Aprendizes de Marinheiros fugiram cinco menores, supondo-se que tenham ido para a cidade vizinha. A pedido do s.r. capitão do porto, o delegado da polícia daquela cidade trata de descobrir se eles lá se acham. A autoridade pelotense está disposta a aplicar rigorosamente a lei contra quem haja acoitado aqueles desertores<sup>243</sup>.

Essa passagem demonstra a possível reação das autoridades, as tratativas de ambos, ou seja, do capitão e do delegado sobre os militares desertores daquela instituição. Além do mais, a reação daqueles detentores de poder se fazia na questão de fechar o cerco de algum modo, entre elas: aplicando penas aqueles, a saber, os populares, quem de alguma forma abrigassem os fuggitivos.

As duras rotinas de servidão em um espaço de lutas sociais, onde valeria a lei do mais forte, corroboravam para as constantes fugas. Ficava claro que a insatisfação e o receio da coerção e do despotismo disciplinador, com o mínimo de escolhas, “legava uma parcela da sua infância enjeitada ao zelo das guarnições” (VALLE, AMARAL, 2016).

Se a intenção daqueles fuggitivos era voltar para seus lares, eles teriam que se valer da sorte de não serem capturados. Caso ele não voltasse para a Escola em três meses, a lei era bem clara. Conforme o art. 39 do decreto que regulava a disciplina das Companhias de Aprendizes:

[...] o Aprendiz Marinheiro que desertar e for capturado, ou se não apresentar dentro de três meses, será remetido logo para o Quartel central na Côrte, sendo conservado preso até a ocasião da partida. Se, porém, apresentar-se voluntariamente dentro de três meses depois da deserção, continuará na Companhia, sofrendo neste caso o castigo correccional que o Comandante da Companhia julgar justo<sup>244</sup>.

Semelhantemente, mesmo que ao supor que aqueles fuggitivos foram sorteados para serem recrutados na Escola de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande, as deserções continuaram sendo instrumento de descontentamento da vida militar, tornando a lei do sorteio em letra morta.

---

<sup>243</sup> Jornal *Echo do Sul*, 1º de fevereiro de 1889.

<sup>244</sup> BRASIL. Coleção de leis do império. Decreto nº 1.517, de 4 de Janeiro de 1855.

Aquele ambiente permeado pelas legislações opressoras criava uma linha tênue, observação essa que colabora na evidenciação de uma complexa relação de poder entre sujeitos e instituição. Essa dicotomia corroborava para a derrocada da proposta de completar o efetivo da Companhia.

O ambiente militar abriu um universo de possibilidades para corrigir algum tipo de mau comportamento, algumas vezes citado nesse trabalho, o qual nem todos possuíam. Para isso, coube à instituição passar para eles alguns valores que poderiam, de uma maneira ou de outra, favorecer na formação daqueles que estavam dispostos ou não a abraçar a causa nacional. Por isso, usavam os meios coercitivos, as normas e o poder político para tê-los naquela unidade naval com o objetivo de controlar e fincar os ofícios de marinheiro no corpo e na mente daqueles jovens. Portanto, estava na pauta governamental e ministerial da Marinha usar a dura servidão com base na disciplina e a hierarquia na rotina da Companhia para adequar e mudar o modo de vida externo para o interno do jovem.

## Considerações finais

Por tudo que foi exposto, o presente trabalho teve suas justificativas, não apenas pelo sentido pessoal, numa busca de satisfazer as curiosidades experimentadas durante o início da vida profissional, mas também, a buscar respostas aos outros questionamentos apurados com base em referenciais teórico-metodológicos construídos durante e após o término do curso de História, assim como os dilatados em diferentes experiências acadêmicas como docente nos ensinos médio e universitário, em diferentes instituições de ensino do Rio de Janeiro.

No entanto, parti do pressuposto de que, a partir da independência política e administrativa do Brasil frente a Portugal, começava uma era de diferentes conflitos ideológicos que reverberaram de diferentes formas e conteúdos nas províncias. A simpatia pela causa lusitana demonstrou aglutinar fatos que levaram as autoridades a observar a atuação das forças de defesas frente aos lusitanos. O período estudado neste trabalho engloba, entre outros elementos, a preocupação da emergente elite imperial brasileira com o propósito de preservar a ordem, o comércio, a agricultura de base escravista por intermédio da manutenção e integridade, do território nacional.

Alguns poucos agentes elitistas adidos ao Governo Imperial, sob a liderança de uma parcela desta elite emergente foram destinados a Europa com o intuito de recrutar experientes homens do mar a fim de incorporá-los nas políticas de estabilização frente aos movimentos separatistas e sediciosos. O resultado que cheguei, a partir disso, foi que, se não fosse a destreza política e as ideias desses homens, ditos fundadores do Império, possivelmente o esfacelamento do vasto território brasileiro teria sido tomado a cabo.

Esses oficiais, ao se engajarem na proeminente armada imperial, constataram diferentes e variadas dificuldades em comandar e controlar as embarcações naqueles iniciais anos das guerras de Independência. Assim, várias dificuldades sentidas como a falta de logística ou, no caso, equipamento e material humano por aqueles oficiais estrangeiros, se fez notório, o que acarretou as ineficácias nos

combates frentes aqueles considerados rebeldes. Também, a precariedade do material flutuante (navios) recém-incorporados de Portugal e o amadorismo das tripulações, composta por Oficiais e Marinheiros (praças de marinhagem). Esses últimos, em sua totalidade improvisados e despreparados para exercer as funções a que eram submetidos, fizeram somar a exorbitante quantidade de estrangeiros a bordo; principalmente de portugueses.

Foi a ponta de lança para que as autoridades ressignificassem projetos de (re) criação da Armada brasileira com viés de consolidar o regime em curso através da força. Não obstante fazia parte, como instrumento que perdurou por todos os regimes do século XIX, a política de recrutamento. Muitas vezes forçado, truculento e opressor. Paulatinamente, esse modelo concorreu com outras formas de recrutamento e aos poucos serviu para formar uma classe de trabalhadores do mar, vindo das camadas desprivilegiadas; que de certa maneira mudaria a estrutura da instituição militar da armada, ajudando a torná-la forte e organizada para os momentos de tensão.

Como demonstrado a participação dos estrangeiros de alta patente e alguns de baixa graduações incorporados junto aqueles oficiais portugueses que já estavam no Brasil vindo com a família real, em 1808; simpatizantes da causa brasileira possivelmente não teriam tido o êxito necessário para desempenhar o projeto centralizador e recriador da Armada. Principalmente no que tange a criação e consolidação das Companhias de Aprendizes-Marinheiros.

Percebi que o baixo rendimento dos Marinheiros frente aqueles tensos momentos, as dificuldades do recrutamento e manutenção desses indivíduos a bordo demonstrou inicialmente por intermédio dos debates no Senado em 1833, que a criação e consolidação da primeira Companhia de Aprendizes-Marinheiros, em 1840, pode; ser analisada como um processo marcado por diferentes ideias e proposições delimitadas por diferentes momentos históricos e políticos imersos em uma cultura política que envolvia diferentes agentes institucionais, políticos e sociais.

No tocante aos anos iniciais da formação da Armada, observei que o ano de 1833, foi crucial para o projeto Companhias, em pleno curso das propostas liberais empreendidas pelos moderados, o então Ministro da Marinha Rodrigues Torres

apresenta ao Senado, em sessões realizadas no início dos meses de junho e julho de 1833; projeto aprovado pela Câmara dos Deputados com aval da comissão de Marinha e Guerra daquela casa composta majoritariamente por civis e alguns poucos militares, que acarretou com a fixação das forças navais consecutivamente dos anos de 1834 e 1835. Essas propostas inicialmente aprovadas na Câmara dos Deputados e reprovadas no Senado, voltaria na pauta outra vez com a proposta mais audaciosa, na qual tiveram suas ideias aprovadas em 1836.

A partir desse entendimento, procurou-se analisar neste trabalho as questões da consolidação do sistema político/imperial pelo viés da força na formação de Marinheiros com base na criação das Companhias de Aprendizes-Marinheiros, independentemente da forma com que eles (jovens) fossem recrutados. Debateram-se as discussões na Câmara dos Deputados e no Senado qual foi a intenção que culminou para implementação deste projeto que visava a formação de profissionais combatentes do mar. Pode-se dizer os “viveiros navais”, ou melhor, as Companhias fixas de Aprendizes-Marinheiros.

Da chegada do primeiro Ministro da Marinha, até Joaquim José Rodrigues Torres, muitos tiveram ideias concretas com o objetivo de abarcar a criação de uma Marinha forte, homogênea e eficaz. Algumas propostas resolutivas usavam os aparatos de recrutamento em duas vias, conforme Lima (2013, p.153), pela criação de instituições estatais educativas e profissionalizantes e pela arregimentação de crianças e jovens desvalidos, ou seja, daqueles sem validade social (pobres, órfãos e abandonados) para tais instituições. Já que estavam na pauta dos debates das elites a remoção dos menores das ruas e com isso prevenindo a ociosidade e os maus vícios que incomodavam a população.

Sem ser laudatório, esse trabalho investigativo, contextualizou e até problematizou as ideias iniciais do então Ministro da Marinha Rodrigues Torres e desenvolvidas por Salvador Maciel, entre outros, que se sucederam, com a criação daqueles braços navais, a saber as Companhias de Aprendizes, inclusive a Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Rio Grande do Sul.

Logo, o hiato de quinze anos ocorrido desde a primeira Companhia, passando pela segunda, resultou na formação da sétima, Companhia do Rio Grande do Sul,

deixou claro a importância destes organismos em ter no futuro uma Armada pronta para o controle da navegação e para os movimentos de guerra que viessem a infringir os propósitos da Côrte. A curiosidade de saber o porquê da demora em expandir aqueles centros de formação de Marinheiros, fez as pesquisas se evoluírem para o entendimento do real objetivo dessa criação. Por isso houve a incansável tentativa de entender que experimento laboratorial foi aquele que futuramente acabou expandindo-se por mais de uma dezena de províncias pelo extenso litoral brasileiro e no interior do Brasil.

Foi constatado que na direção conservadora, a criação das Companhias de Aprendizes tornou-se algo fundamental para formar homens com objetivo de tripular os vasos de guerra para cumprir a missão de vigilância e o patrulhamento do extenso litoral, para a união das províncias e para a proteção do comércio.

Nesse estudo, pode-se notar que a magnitude da costa brasileira gerava preocupação das autoridades políticas da época com os elementos de baixo nível social. Esses elementos estavam em algumas ocasiões jogadas pelas ruas, a margem da sociedade, sem praticar nenhum tipo de ofício relevante para economia social e moral da sociedade, o que justificaria, segundo a visão dessas autoridades, muitas vezes repleta de juízos de valores, a promover uma verdadeira caçada humana para preencher e completar as lacunas das Companhias e das tripulações dos navios. Não foi diferente com a Capitania do Porto de Rio Grande, que integrou o roteiro não só de controle da navegação, mas também, para captação daqueles considerados “desclassificados sociais”.

Uma das hipóteses para isso é que em uma sociedade marginalizada composta, na maioria das vezes, de jovens ociosos, usar o poder da força estatal para expurgá-los das ruas e trazer para o militarismo naval foi a forma usada pelos agentes detentores do poder de controlar a vida e canalizar suas ações, usando como ferramenta um dos principais pilares do militarismo: disciplina e hierarquia. Também, hipoteticamente não é nenhum exagero afirmar que o regime da época se consolidou por meio da força ao usar um dos seus braços navais de formação localizada no extremo sul, isto é, a Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio

Grande/RS como elemento guardião no intuito de disciplinar, civilizar, controlar e até formar jovens para sua conveniência.

Mesmo com o descontentamento da população aos recursos usados pelas autoridades frente aos aparatos despóticos utilizados pelos agentes recrutadores, que repercutiam na ojeriza pela dissolução das famílias, traziam animosidades aos populares; que não queria dizer que todos os populares estivessem de acordo com a forma que era captada para compor as fileiras do corpo de praça da Armada, pois os prêmios oferecidos, segundo aponta a documentação eram incentivos bem vindos e muitas vezes necessários para a manutenção das famílias dos jovens engajados.

Foram dois os maiores desafios, que trouxeram várias angústias no decorrer deste trabalho. O primeiro foi referente ao uso dos objetos de pesquisa a partir das fontes documentais e referências bibliográficas identificadas, sendo a maior dificuldade foi dialogar trabalhos da historiografia específica no tocante aos assuntos militares daqueles que trabalharam com esta temática; a segunda dificuldade foi encontrar fontes, não só da existência, mas da dinâmica da Companhia de Aprendizes de Rio Grande, como também encontrar “pistas e indícios para tais fins” (GINZBURG, 1989, p.150). Para isso, foi necessário pesquisar com o espírito de investigador as documentações que vieram a tornar realidade esse trabalho. Também neste estudo pode-se notar que a dificuldade em recrutar nas províncias e regiões lindeiras, foi um problema para compor o quantitativo proposto nas legislações de fixação de forças. Já o Rio Grande do Sul foi a região do Brasil que mais forneceu recrutas para o corpo de Imperiais marinheiros, no ano de 1853<sup>245</sup>. Isso chamou atenção o porquê pela demora da criação da Companhia de Aprendizes naquela província, mesmo sabendo que a mesma província foi um celeiro fértil para recrutar. Contudo foi verificado que esse arcabouço de fato ainda não foi o carro chefe da implantação da Companhia de Aprendizes naquela província.

Foi verificado que a cidade do Rio Grande tinha um comércio de navegação marítima e portuário de embarcações na barra do Rio Grande controladas pela

---

<sup>245</sup> Dados da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 7 de janeiro de 1853 – Líbano Augusto da Cunha Matos. Citado por Leandro, *Op. Cit.*:p.127.



recém-criada Capitania do Porto. Somado a isso, as autoridades nos debates da Câmara dos Deputados, constataram que, na cidade havia uma quantidade razoável de jovens ociosos e que poderiam dar maior contribuição a sociedade. Então em reunião da sessão de 14 de junho de 1860 foi votada a lei que fixava as forças navais para o ano financeiro do ano financeiro de 1861 a 1862 sobre a presidência do Deputado António Peixoto de Azevedo, estando presentes várias autoridades políticas de grande influência no Rio Grande do Sul, entre eles o Conde de Porto Alegre. Então naquele momento, deram início às discussões acirradas nas quais nos debates finais o Conde de Porto Alegre, presidente do conselho e figura de muito prestígio naquela casa parlamentar, Câmara dos Deputados, já pensando na navegação daquela região e na possibilidade de ter os jovens em lugar apropriado para receber instrução e formação adequada para servir a pátria, apoia a ideia da construção daquela organização militar na cidade de Rio Grande.

No decorrer deste trabalho constatou-se que a Companhia de aprendizes do Rio Grande do Sul, criada apenas com uma seção, respondia, portanto, a uma necessidade teórica das autoridades políticas e militares. Foi uma das escola de Marinha, naquele período, que mais forneceu homens para servir a Armada e também aquela que mais instruiu os jovens, mesmo com algumas fugas, sendo o maior diferencial no tocante as outras Companhias, ficando no roteiro das 18 companhias criadas, no Brasil meridional, que menos analfabetismo teve em seu corpo demonstrando. Assim ela teve a sua importância no projeto original das agremiações políticas que foram a militarização, o controle, a profissionalização dos jovens. Tudo isso é claro mediado pela força, dando a eles a oportunidade mesmo com um regulamento repressor e opressor de formação e ascensão.

Felizmente ao ter a confirmação de que no Serviço de Identificação da Marinha existe um farto arquivo onde está registrado todos os dados biográficos nas fichas datiloscópicas de todos os integrantes da Marinha, principalmente daqueles integrantes do final do século XIX e início do XX, onde poderia ter sido traçado um perfil mais detalhado e abrangentes dos Aprendizes das Escola de Aprendizes do Rio Grande do Sul. Lamentavelmente por questões administrativas e burocráticas não foi permitido o acesso a esses arquivos.

Portanto, este trabalho teve como eixo central contribuir dentro do estudo dos assuntos militares sobre as Companhias de Aprendizes da Armada em especial a do Rio Grande do Sul e como um dos focos relevantes seria estimular o interesse de pesquisadores do presente e do futuro a se engajarem nessa temática.

Enfim, na medida em que as pesquisas foram acontecendo, foram feitas várias tentativas de tornar realidade alguns objetivos específicos entre eles, entender como era a rotina e o cotidiano dos aprendizes dentro do universo da Companhia, porém foram encontradas poucas fontes para isso. Desta forma usamos o mapa da rotina semanal de duas outras Companhias, principalmente uma delas foi criada junto com a Companhia de Rio Grande, a saber a companhia do Maranhão, para traçar um perfil comparativo, mas o assunto não se esgota neste trabalho, pelo contrário, as considerações apontam apenas para o início de uma nova perspectiva que será preciso desenvolver mais a frente.

Finalmente, essa história não se finda por aqui, pelo contrário ela terá sua continuidade, pois poderá ser contada de outra maneira. Mar avante! Adsumus shalom!

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Felipe Pessanha de. **A Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha (1822-1891)**, Cadernos MAPA n.8 Memória da Administração Pública Brasileira, Rio de Janeiro, 2014.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. A formação da Marinha Imperial: uma criação autóctone. In: **Revista do Clube Naval**, RJ, 2010. p.10-16.

ALMEIDA, Silvia Capanema Pereira de. **“Nous, marins, citoyns brésiliens et républicains”**: identités, modernité de 1910. Tese de Doutorado em História. Paris: École des Hautes em Sciences, 2009.

AMARAL, Antônio José. **Indicador da legislação militar em vigor no exército do império do Brasil organizado e dedicado a S.M.I. pelo ...** 2 ed. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1870-1872. 3 v.

ANTOCHEVIS. Eliza Furlong. **Da Catedral à Câmara do Comércio: o Centro Histórico do Rio Grande. RS (1755-1941)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2015.

ALTMAYER, Flávia de Lima. **A cidade mais antiga do Estado: Evolução Histórica do Porto do Rio Grande**, Rio Grande, FURG, 2007.

ALMEIDA, Washington Perry de. **A ação da Marinha Imperial na Guerra dos Farrapos**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1935.

ALVES, Francisco das neves. **O Discurso político-partidário sob o prisma da imprensa Rio-Grandina (1868-1895)**. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História. Porto Alegre, 1998.

\_\_\_\_\_. **A pequena imprensa rio-grandina do Séc. XIX**. Rio grande: FURG, 1999.

ANTUNES, Edna Fernandes. **Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para Marinha de Guerra Imperial (1822-1870)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. História Social e Território. 2011.

ARAÚJO, Vânia Carvalho de. A Criança socialmente desvalida: entre o trabalho e a ameaça da lei. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes e ARAÚJO, Vânia Carvalho de (Org.). **História da educação e da assistência à infância no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2011.

ARCHANJO, Miguel Galvão. **Relação dos Cidadãos que tomaram parte no Governo do Brasil no período de 03 de março de 1808 a 15 de novembro de 1889**. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1894.

ARIAS NETO, J.M. **Em busca da Cidadania: praças da Armada Nacional (1867-1910)**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade de São Paulo, 2001.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da família**. Rio de Janeiro, LTC Editora, 2ª edição, 1978.

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas, SP : Papyrus, 1993.

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à Ciência Política**. 12 ed. São Paulo: Globo, 1999.

AZEVEDO, Moreira de. **O Brasil de 1831 a 1840**. Ed. Rio, 1884.

BASILE, Marcello. Revolta e cidadania na Corte regencial **In: Tempo**, Rio de Janeiro, 2006. pp.31-57.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, Abeillard. **Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul (1827-1850)**. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1986.

BARMAN, Roderick J., Brazil: **The Forging of a Nation, 1798-1852** (Stanford: Stanford University Press, 1988)

BOITEAUX, Lucas Alexandre. **A Marinha imperial e a Revolução Farroupilha**. Imprensa da Marinha. Rio de Janeiro, 1935.

\_\_\_\_\_. “Visconde de Itaboraí: Joaquim José Fernandes Rodrigues Torres”. In: **Coleção Titulares do Império**. Arquivo Roberval Bezerra de Meneses. Rio de Janeiro: IHGB, Lata 11, pasta 25.

\_\_\_\_\_. BRASIL, Marinha do Brasil. **Subsídio para história marítima do Brasil**, RJ. SDGM, Imprensa naval, 1938 a 1972 V.II, p.230.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Marinheiros Ingleses na Marinha do Brasil (1822-1850). In: **Revista Marítima Brasileira**. Vol.119. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. – RJ: Bertrand Brasil, 2006.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O Patriotismo Constitucional pernambucano (1820-1822)**. Ed. Universidade UFPE, São Paulo, Recife, 2006.

BITTENCOURT, Armando de Senna. **Introdução à história marítima brasileira**. Serviço de Documentação da Marinha, Rio de Janeiro, 2006.

BIELINSKI, Alba Carneiro. **Os Fuzileiros Navais na história do Brasil**, Rio de Janeiro: Agência 2A Comunicação, 2008.

BARREIRO, José Carlos. Disciplina e educação marítima – Brasil (1808-1850). In.: **Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação**. Curitiba, 2004.

\_\_\_\_\_. Os relatórios do Ministério da Marinha como fontes para a análise da formação da disciplina de trabalho na Marinha do Brasil (1780-1850). In: **Revista Patrimônio e Memória**. V. 1, n. 2, 2005.

BITTENCOURT, A de S. **Introdução à História Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.

BOM, Matheus Batalha. **Entre o ideal e o real: A cadeia civil de Jaguarão (1845-1870)**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2015.

BRAVO, Manoel Pereira Pinto, **Curso de História Naval**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1959.

BRIAN, Vale. Subsídio para história marítima brasileira. In: **Navigator**, 1971, pp-10-20.

\_\_\_\_\_. Estratégia, poder marítimo e a criação da Marinha do Brasil. In: **Revista Navigator**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, nº 4, dezembro de 1971.

\_\_\_\_\_. Subsídio para história marítima brasileira. In: **Revista Navigator**, 1972, p.6.

BARRETO NETO, Raul Coelho. **Marujos de primeira viagem: os aprendizes-marinheiros da Bahia (1910-1945)**. Santo Antônio de Jesus – Universidade Estadual da Bahia, 2009. Dissertação de Mestrado.

BARROS, José D'assunção de. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis, Editora Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. Espaço, Território, Região – Pressuposto Metodológico. In: **UESB- Tempos, Espaços e Representações: Abordagens, geográficas e históricas**, 2013, p. 1-21

BASILE, Marcelo Otávio N de C. O Império Brasileiro: panorama político. In: **LINHARES, Maria Yedda (org)**. História Geral do Brasil. RJ: Campus, 1990, p. 222-224.

BASILE, Marcello. Revolta e cidadania na Corte regencial In: **Tempo**, Rio de Janeiro, 2006. pp.31-57.

BARMAN, Roderick. 1977. "**The Brazilian peasanrry reexamined: the implicarions of the Quebra Quilo Revolt, 1874-1875**". The Hispanic American Historical Review, val. 57, nº 3/401-424.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.

BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue: Exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945**. Trad. Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O Patriotismo Constitucional pernambucano (1820-1822)**. Ed. Universidade UFPE, São Paulo, Recife, 2006.

BOM, Matheus Batalha. **Entre o ideal e o real: A cadeia civil de Jaguarão (1845-1870)**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2015.

CAMINHA, Hendrick Marques. Organização e Administração do Ministério da Marinha no Império. In.: **Marinha do Brasil. História naval brasileira**. Rio de Janeiro: SDGM, 2002, 3v Serviço de Documentação da Marinha, 1986.

\_\_\_\_\_. **Dicionário Marítimo Brasileiro**. 2ªed. Rev. Atual – Rio de Janeiro: Clube Naval, 1996.

\_\_\_\_\_. Organização do pessoal da Marinha Imperial. In: **Marinha do Brasil. História naval brasileira**. Rio de Janeiro: SDGM, 2002, 3v.

\_\_\_\_\_. Estrutura administrativa do Ministério da Marinha na República. In.: **Marinha do Brasil. História naval brasileira**. Rio de Janeiro: SDGM, 2002, 3v.

CARDOSO, Maria Luiza. **Educação de crianças e jovens pobres nas Academias**

**Militares do Conde de Resende** (Rio de Janeiro: 1792-1801). São Paulo – Universidade de São Paulo, 2009. Tese de Doutorado.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo, Cortez. 1997.

CARVALHO. José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. Companhia das letras 3ª ed. São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Forças Armadas e políticas no Brasil**. Jorge Zahar editor, Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. **A construção da ordem A elite política imperial Teatro de sombras A política imperial**. 4ª ed, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS. Ronaldo (org). **Domínios da História, Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1977, p.68.

CARVALHO, Trajano Augusto de C. **Nossa Marinha – Seus feitos e glórias (1822-1940)**, Rio de Janeiro. Fundação Emílio Odebrecht e SDGM, 1986.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. O Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. **Anais do Museu Histórico Nacional**. V.1. (1940). Rio de Janeiro: O Museu, 1941, p. 163-181.

\_\_\_\_\_. O Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro **In: Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 28, p. 163-181, 1996.



CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (org.) **In: Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CASTRO, Celso (Org.). **Evolucionismo cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Pierre Paulo da Cunha. Relações de poder nos navios da Armada Imperial: o entendimento da disciplina a partir da "vigilância hierárquica" e da "sanção normalizadora. **In: Anais do XVI encontro regional de história da ANPUH-RIO: saberes e práticas científicas**. DPHDM, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CESAR, Willy. **A cidade do Rio Grande**: do big bang a 2015. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016.

CHALOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

\_\_\_\_\_. **O mundo como representação**. *Estud. av.*, São Paulo, v. 5, n. 11, abril 1991.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CLAUSEWITZ, Carl von: **On War**, Princeton: Princeton University Press, 1984.

COSTA. Emília V. **Da senzala à Colônia**. 2ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

\_\_\_\_\_. "Brazil: the age of reformation, 1870-1889", **in BETHEL, Leslie (ed.)**. *The Cambridge history of Latin America*. Cambridge, Cambridge University Press, vol. 5. 1987.

\_\_\_\_\_. **Da Monarquia à República; momentos decisivos**. 3ed. São Paulo: brasiliense, 1999.

\_\_\_\_\_. **A abolição**. 7ed., São Paulo: Global, 2001.

CONCEIÇÃO, Livia Beatriz da. **Diálogos apropriativos em tempos de “funestas paixões”**: uma leitura das relações entre os projetos para a instrução pública primária de Joaquim José Rodrigues Torres e de François Guizot (1814-1840). Tese de doutoramento defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da UFRJ, 2014.

CUNHA, Olívia Maria G. **Intenção e Gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro (1927-1942)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

DEL PRIORE, Mary. A criança negra no Brasil. In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. **Diálogos em psicologia social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 232- 253.

\_\_\_\_\_. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

DIAS, Jorge Antonio. Por uma Marinha forte, homogênea e exercitada: da Nau Vasco da Gama as primeiras Companhias de Aprendizes Marinheiros no Brasil Imperial. In: **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-rio**. o Saberes e Práticas Científicas., 2014.

DIAS, Jorge A & SERRALHEIRO. **Caminhando rumo a uma Marinha forte, homogênea e exercitada: a proposta de criação de quatro Companhias de “Aspirantes” Marinheiros nas discussões do Senado em 1833**. In: **Revista Navigator**. Subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2017. p. 12-29.

DIDONE, André Rubens. **A influência das Ordenações portuguesas e espanholas na formação do direito brasileiro no primeiro Império (1822 A 1831)**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Pós-Graduação em

Ciências Jurídicas Y Sociales da Universidad Del Museo Social Argentino. UMSCS, 2012.

DONIN, Luana do Amorim. **Academia de Marinha: normatização da formação militar naval no período de construção do Estado Imperial brasileiro (1837-1858)**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 2014.

DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. Porto Alegre: IEL, 1961.

DURKHEIM, E. **O Suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fortes, 2000.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. V. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

\_\_\_\_\_. Estudos sobre a Gênese da Profissão Naval: Cavaleiros e Tarpaulins. In: **Maná**. 7 (1); 89-116, 2001.

\_\_\_\_\_. **Escritos e ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Processo Civilizador** (Volume I e II). Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

\_\_\_\_\_. **Escritos & Ensaos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

Eric. RANGER, Terence. A invenção das tradições. In: **HOBBSBAWM**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. In: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, PUCRS, v. XXIV, nº 2, p.269-289, dezembro de 1998.

EWBANK, Thomas. **Vida no Brasil: ou o diário de uma visita à terra do cacueiro e das palmeiras**. SP: EDUSP, 1990.

FARIA FILHO, L. M. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise. In: **VEIGA, C. G.; FONSECA, T. de L. e F. (Orgs.) História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica/CNPq, 2003. p.77-98.

FERREIRA, Gladis Rejane Moran. **Cem anos do Porto do Rio Grande? Memória e esquecimento de um Porto Velho e de uma “Barra Diabólica”**, Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

FRAGA, Rose Mary do Nascimento. **A Praia em jornais do século XIX- constituição discursiva e identidades sociais**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2008.

FLORESCANO, Enrique. **A função social do historiador**. Revista Tempo. Rio de Janeiro, vol. 4, 1997, p. 65-79.

FONSECA, Paloma Siqueira. Arquivos da Marinha e historiadores. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22, 2003, João Pessoa. In: **Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa**. João Pessoa: ANPUH, 2003.

\_\_\_\_\_. A presiganga, uma galé nos trópicos. In: **Revista Archai**, Brasília, n. 01, p. 95- 100, Jul 2008.

\_\_\_\_\_. Recrutamento forçado para a Armada Imperial nas Guerras da Independência e da Cisplatina. In. **Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil**. Rio de Janeiro, V. 12, no 23, p. 125-134 – 2016.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor**. Lisboa: Vega, 1992.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. 36ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FRAGA, Rose Mary do Nascimento. **A Praieira em jornais do século XIX - constituição discursiva e identidades sociais.** Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2008.

FRAGOSO, João L. Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, João. O Capitão João Pereira de Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre as hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. In: **OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla. Exercícios de micro-história.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

FREIRE, Tarantini Pereira. **Militarização infantil e controle social no Maranhão provincial: em busca de pequenos marinheiros para a Armada (1870-1900).** Dissertação de Mestrado do programa de Pós-graduação em História. UFMA, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Ingleses no Brasil. Aspectos sobre a vida e a paisagem e a cultura do Brasil.** Rio de Janeiro: Topbooks/ UniverCidade Editora, 2000, p. 70.

GALVÃO, Miguel Archanjo. **Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos.** SP: Perspectiva, 1961.

\_\_\_\_\_. 1963. **Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity.** Englewood Cliffs N. J. : Prentice-Hall. (tradução brasileira: **Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada,** Rio de Janeiro: Zahar, 1975).

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). **O Antigo Regime nos**

**trópicos**. A dinâmica imperial portuguesa (Séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.288.

GREENHALGH, Juvenal. **O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História (1822-1889)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1965.

\_\_\_\_\_. **Presigangas e calabouços: prisões da Marinha no século XIX**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1998.

GRZIBOWKI, Silvestre. Passado Imemorial e não-intencionalidade: um estudo de caso a partir do tempo de Husserl e Levinas. In: **Thaumazein**, Ano V, Número 10, Santa Maria (Dezembro de 2012), pp. 20-27.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia. das letras, 1989.

GUIMARÃES, Felipe Osvaldo. **Formação Militar e “Amparo aos desvalidos” na Companhia de Aprendizes Militares de Minas Gerais (1876-1891)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, UFMG, Minas Gerais, 2014.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. **Nações e nacionalismo**. 4ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, (org). **História geral da civilização brasileira** (São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962- 72), no. 3, p. 16.

HOLLOWAY, Thomas. **A Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. RJ: FGV, 1997.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

IZECKSOHN, Vitor. "Resistência ao recrutamento para o Exército durante as Guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos na década de 1860". In: **Revista Estudos Históricos**, nº 27. Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (org.) **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

JANOTI, Aldo. **O Marquês de Paraná**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1990.

JEHA, Silvana Cassab. **A galera heterogênea: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutados e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil, c.1822-c.1854**. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio, setembro, 2011.

\_\_\_\_\_. Caboclos ao mar: Indígenas na Armada Nacional e Imperial do Brasil. In: **Anais eletrônico – VI encontro Estadual de história. ANPUH BA, 2013**

KARAWEJCZYK, Mônica. O Jornal como documento histórico – breves considerações. In: **Historiæ, Rio Grande**, 1 (3): 131-147, 2010.

KRAAY, Hendrik. Repensando o Recrutamento Militar no Brasil Imperial. In: **Diálogos**. Maringá, v. 3, 1999.

LEANDRO, Eulálio de Oliveira. **A Marinha e as camadas populares no Maranhão (1822-1872)**. Editora: Ética, - Imperatriz, MA, 2002.

LIMA, Solyane Silveira. **A educação para crianças e jovens desamparados na Companhia de Aprendizes Marinheiros de Sergipe (1868-1885)**. In: **Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação**. Invenções, tradições e escritas da História da Educação do Brasil – Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

LONER, Beatriz. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: UFPEL, 2001.

LOPES DA SILVA, Carlos André. **A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha: aspectos de uma instituição militar de ensino na alvorada da profissionalização do oficialato militar, 1808-1839**. Dissertação de Mestrado em História, UFRJ, 2012.

LORIGA, Sabina. A experiência militar. In: LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude. **História dos jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. V. 2.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridional do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975.

MACHADO, Gisele Terezinha. **“Escreveu, não leu, o pau comeu”**: A Escola de **Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina (1889-1930)**. Dissertação de Mestrado apresentado ao programa de pós-graduação em educação da UFC. Florianópolis, 2007.

MAESTRI, Mário. **A Revolta dos Marinheiros**. São Paulo: Global, 1986.

\_\_\_\_\_. **Cisnes Negros: uma história da revolta da chibata**. Ed. moderna, São Paulo, 2000.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil. (1808-1912)**. São Paulo. UNESP: moderna, 1997.

MAIA, João do Prado. **A Marinha de guerra no Brasil na colônia e no Império**. Rio de Janeiro. José Olympio, 1965.

\_\_\_\_\_. **A Marinha de Guerra do Brasil na colônia e no Império: tentativa de reconstituição histórica**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Cátedra; Brasília, 1975.

\_\_\_\_\_. **Quatro séculos de lutas na Bahia do Rio de Janeiro**. SDGM. Ministério da Marinha, 1981.



MARTINS, Hélio Leôncio e Boiteux, Lucas Alexandre. Campanha Naval na Guerra da Cisplatina In: **História Naval Brasileira**. Terceiro Volume, Tomo I, RJ: SDM, 2002.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC. 1987.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MELO E SOUZA. Laura de. **Desclassificado do ouro. A pobreza mineira do século XVIII**. Rio de Janeiro, 1982.

MENDES Fábio faria. **O tributo de Sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial**. Tese de doutorado apresentado ao programa de pós-graduação do IUPERJ, em 1997.

\_\_\_\_\_. A revolta contra o sorteio militar. **Revista Estudos Históricos**, América do Norte, 13, dez. 1999.

\_\_\_\_\_. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil dos séculos XVIII e XIX In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (org.) **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MONCORVO FILHO, Arthur. **Histórico da proteção à infância no Brasil (1500-1922)**. Rio de Janeiro: Imp. Gráfica Editora, 2ª Ed., 1926.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império: subsídios para a história da educação no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 2º v. 1936.

MONTEIRO, Nuno G. **O crepúsculo dos Grandes – A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.p.226-234.

MONTEIRO, Tobias. **Pesquisas e depoimentos para a história**. Belo Horizonte. Itatiaia; São paulo: EDUSP, 1983.

MOLET, Claudia Daiane Garcia. **Entre o trabalho e a correção: escravos forras na cadeia de Rio Grande/RG (1864-1875)**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2011.

MORAES, José Narciso de Magalhães Carvalho de. **A política nacional e a política do poder naval no Brasil**. (?).

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. Esboço crítico da historiografia militar brasileira. In: **Escritas** Vol.5 n.1 (2013). p.99-126.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. In: **Ciência e Educação**, v.9, n.2, p.191-211, 2003.

MORAES, Alexandre José Mello. **História do Brasil-Reino e Brasil-Império**. Tomo I. Rio de Janeiro, Typografia de Pinheiro, 187.

MOREL, Marco. **O período das Regências, (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

MUNIZ, Jonei Coelho. **Mobilização do estado e esforço de guerra da Marinha imperial no conflito contra os Farrapos (1836-1840)**. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História Militar Brasileira da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, 2012.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

\_\_\_\_\_. Entre o convés e as ruas. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (org.) **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. **Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910**. Rio de Janeiro: FAPERJ, MAUAD X, 2008.

NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**. 5ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NEVES, Hugo Alberto Pereira. **A importância do Porto do Rio Grande na economia do Rio Grande do Sul (1890-1930)**. Dissertação de Mestrado. Curitiba, 1980.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber e produção em Marx e Engles**. São Paulo: Cortez editora. 1999.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2002.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. **Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835-1864)**. Tese de doutorado apresentada no programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2013.

OSÓRIO, Helen. **O Império português no Sul da América: estanceiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernando dos. **Clausewitz e a política uma leitura de da guerra**. Tese de Doutorado em Ciências Políticas de USP, São Paulo, 2005.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo. Contexto 2013.

PESAVENTO, Sandra. J. Crime, violência e sociabilidades urbanas: as fronteiras da ordem e da desordem no Sul brasileiro no final do século XIX. **Estudos Íberos americanos**, v. XXX, nº2, dezembro 2004, p.27-37.

PRADEL, Antonio. **Histórico da Barra do Rio Grande**: comemorando os 135 anos de fundação da Câmara do Comércio. 1979.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2.ed. Editora contexto. São Paulo: Contexto, 2005.

RIZZINI, Irene. & RIZZINI, . **Assistência à Infância no Brasil**: uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

\_\_\_\_\_. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio; São Paulo : Loyola, 2004.

RIBEIRO, JOSÉ Iran. **O Império e as revoltas: Estado e nação nas trajetórias dos militares do Exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

ROCHA. Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. Editora brasiliense, 11ª ed. São Paulo, 1994.

RODRIGUES, R. Nina. **As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil**. 3a ed. São Paulo, Nacional, 1938.

RODRIGUES, Márcia B. F. Razão e sensibilidade: reflexão em torno do paradigma indiciário. **In: Revista de História da Ufes**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº 17, 2005. p. 213-221.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SANTOS, Wagner Luiz Bueno dos. **A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial**. Dissertação a apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de História da UFRJ, 2016.

SCHERER, Jovani de Souza. **Experiências de busca de liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, século XIX**. Dissertação de Mestrado em História. PPGH Unisinos: São Leopoldo, 2008.

SCHWARCZ, Lilia M. **O Espetáculo das Raças**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. Colonização e a questão racial no Brasil imigração. In: **REVISTA USP**, São Paulo, n.53, p. 117-149, março/maio 2002. P.117-149.

SILVA, Marcelo Renato Siquara. **Independência ou morte em Salvador: O cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823)**. Dissertação de Mestrado em História. Salvador, UFBA, 2012.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Ser nobre na Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SILVA, Theotonio Meirelles da. **Apontamentos para a história da marinha de guerra brasileira**. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1882-1883.

SILVA, Jandira; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. In:**Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense**. Porto Alegre: Corag, 1986.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco. Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

\_\_\_\_\_. **Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. 8 ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – São Leopoldo, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 3ª Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1979.

SOUTO MAIOR, Armando. **Quebra Quilos: lutas sociais no outono do Império**. São Paulo, Cia. Ed. Nacional. 1978.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. **Bernardo Pereira de Vasconcelos/Otávio Tarquínio de Sousa: História dos fundadores do Império do Brasil**, Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo. USP, 1988.

SOUZA, Adriana Barreto de. "A serviço de sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-1850)". In: **Nova história militar brasileira**. São Paulo: FGV, 2004, p. 161.

SOUZA, J. A. Soares de. O Brasil e o Prata até 1828. In: **Holanda, Sérgio B.** (Dir). História geral da civilização brasileira: O Brasil monárquico. São Paulo: Bertand Brasil, 1993, t.2 v.1, p.300-28.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus: 1990-1992**. Trad. Geraldo G. de Souza. São Paulo: Edusp, 1996. p.78.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. V. 1 (A árvore da liberdade).

\_\_\_\_\_. Folclore, Antropologia e história social. In: **THOMPSON, E. P.** As peculiaridades dos ingleses e dos outros artigos. (Org) Antônio Luigi negro e Sérgio Silva. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TORRES, Daniel de Quadros. **Rio Grande-Pelotas: Produção, comércio, redes mercantis e interesses econômicos em meados do século XIX**. Monografia de conclusão do curso de Bacharelado em História, FURG, 2004.

TORRES, Luiz Henrique. A casa da roda dos expostos do Rio Grande. In: **Revista Biblos**, Rio Grande, v. 20, 2006. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/724>.

URICOECHEA, Fernando. **O Minotauro Imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX**. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL. 1978.

VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VALLE, Hardalla Santos do. **As Propostas Educacionais da Administração de**

**Luiz Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias): Um Estudo da Instrução Rio-Grandense do Séc. XIX (1842-1871).** Dissertação de Mestrado em Educação PPGE-UFPEL, 2013.

VALLE & AMARAL. A Escola de Aprendizizes Marinheiros e o aquartelamento dos meninos desvalidos na cidade do Rio Grande/RS (1861 a 1889). In: **Anais do 22º encontro de educação da Asphe** - Bagé – 2016.

VALLE, Brian. **História Naval Brasileira**, v. 3 Tomo 1, Rio de Janeiro: SDM, 2002.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador (séculos XVIII e XIX)**. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

VEREKER, Henry Prendergast. **Vereker, 1860: roteiro da costa do Rio Grande do Sul**. Rio Grande/RS: Ed. da FURG, 2001.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **Projeto de nacionalização para o setor militar naval**. [198-]

\_\_\_\_\_. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro**. Ri de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas Margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História da Independência do Brasil, até ao reconhecimento pela antigametrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data. In: **Revista do IHGB**, 1916/1917, 79, p. 5-598.

VAN DIJK, Teun A. Semântica do discurso e ideologia. In: **PEDRO, E. R. (Org.). Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho, 1997.

WARREN, Michel A. O Visconde de Itaboraí, Ministro da Marinha Imperial (parte 1). In: **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v.119, nº7/9, p.81-94, jul/set, 1999.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1999.

## Fontes consultadas

### Legislações

BRASIL. **Coleção de Leis do Império** - 1831, Página 229 Vol. 1 pt I.

Constituição de 1824. Typografia Nacional. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm).

BRASIL. **Colleção de leis do império**. Decreto de 05/12/1822. Decretos, Cartas e Alvarás de 1822. Biblioteca da Câmara dos Deputados.

IMPÉRIO. Decreto (?) de 01/07/1837. **Colleção de Leis do Império do Brasil**. 1837.

\_\_\_\_\_. **Colleção das Leis do Império do Brasil de 1836**. Rio de Janeiro. Typographia da Silva, 1838. Disponível no seguinte site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/>

Lei 148 de 27 de agosto de 1840. **Fixando as Forças de Mar (1841-1842)**. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=66766&norma=82700/>

\_\_\_\_\_. Decreto nº 55, de 13/11/ 1840. **Colleção de Leis do Império do Brasil - 1840**, página 43 Vol. 1 pt II. Disponível no seguinte site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/>



\_\_\_\_\_. Decreto nº 326, de 02/10/1843. **Colleção de Leis do Império do Brasil, 1843.** Disponível no seguinte site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/>

\_\_\_\_\_. Decreto nº 358, de 14/08/1845. **Colleção de Leis do Império do Brasil - 1845,** página 39 Vol. pt I. Disponível no seguinte site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/>

\_\_\_\_\_. Decreto 363 de 04/09/1845. **Colleção de Leis do Império do Brasil, 1845.** Disponível no seguinte site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/>

\_\_\_\_\_. Decreto nº 447 de 19 de maio de 1846. **colleção de Leis do Império do Brasil- 1846,** página 5 Vol. 1 pt. II Disponível no seguinte site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/>

\_\_\_\_\_. Decreto 475 de 23 de setembro de 1846. **colleção de Leis do Império do Brasil, 1846.** Disponível no seguinte site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/>

\_\_\_\_\_. Decreto nº 451-A, de 31/07/1847. **Colleção de Leis do Império do Brasil - 1847.** Disponível no seguinte site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/>

\_\_\_\_\_. Decreto 523 de 20/07/1847. **Colleção de Leis do Império do Brasil - 1847,** página 83 Vol. pt II. Disponível no seguinte site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/>

\_\_\_\_\_. Decreto nº 535 de 11/09/1847. **Colleção de Leis do Império do Brasil.** 1847. Disponível no seguinte site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/>

\_\_\_\_\_. Decreto nº 1.465, de 25/10/1854. Colleção de Leis do Império do Brasil. 1854. Disponível no seguinte site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/>

\_\_\_\_\_. Decreto nº 1.482-A de 02/12/1854. Colleção de Leis do Império do Brasil, 1854. Disponível no seguinte site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/>

\_\_\_\_\_. Decreto nº 1. 517 de 04/01/1855. **Colleção das Leis do Império do Brasil - 1855**, página 10 Vol. 1 pt. II. Disponível no seguinte site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899>.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2003, de 24 outubro de 1857. **Colleção das Leis do Império do Brasil - 1857**, página 361 Vol. 1 pt II . Disponível no seguinte site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899>.

\_\_\_\_\_. Decreto 2725 de 12 de janeiro de 1861. **Colleção das Leis do Império do Brasil - 1861**, página 43 Vol. 1. Disponível no seguinte site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899>.

\_\_\_\_\_. Decreto 3.708 de 29 de setembro de 1866. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1866**, Página 268 Vol. 1 pt. II. Disponível no seguinte site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899>.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.142 de 05/04/1868. **Colleção das Leis do Império do Brasil.** 1868. Disponível no seguinte site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899>.

Lei ordinária 2556 de 1874 (Sorteio Militar). Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=56717&norma=72568>.

MARINHA. Regulamento do Decreto nº 9371, de 14/02/1885. In: **Relatório Ministerial**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885. Anexo Decretos e Avisos. Serviço de Documentação da Marinha, Arquivo Histórico, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 9980 de 12/07/1888. **Colleção das Leis do Império do Brasil.** 1888. Disponível no seguinte site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899>.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 10.238 de 02/05/1889. **Colleção das Leis do Império do Brasil.** 1889. Disponível no seguinte site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899>.

### Relatórios e falas de Autoridades:

Sessão apresentada em 22 de maio de 1830, Francisco Vilela Barbosa, Typografia nacional, RJ, publicado em 1876. <http://www.crl.edu>.

Sessão apresentada em 12 de dezembro de 1831, Guerra, Typografia nacional, RJ, publicado em 1876. <http://www.crl.edu>.

Apresentado à Assembleia Geral de 7 de maio de 1832, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1832 Disponível em <http://www.crl.edu>.

Apresentado à Assembleia Geral Legislativa 8 de maio de 1833, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1833 Disponível em <http://www.crl.edu>.

Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinário de 1834, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1834. Disponível em <http://www.crl.edu>.

Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinário de 1835, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Pereira Pinto. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1836. Disponível em <http://www.crl.edu>.

Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinário de 1836, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Salvador José Maciel. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1838. Disponível em <http://www.crl.edu>.

Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinário de 1838, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1839. Disponível em <http://www.crl.edu>.

Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinário de 1839, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Jacinto Roque de Sena Pereira. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1840. Disponível em <http://www.crl.edu>.

Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinário de 1840, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Jacinto Roque de Sena. Rio de Janeiro, Typographia Nacional.1841. Disponível em <http://www.crl.edu/>

Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinário de 1841, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Francisco Vilela Barbosa Marquez de Paranaguá. Rio de Janeiro, Typographia Nacional.1843. Disponível em <http://www.crl.edu/>

Apresentado à Assembleia Geral Legislativa 1ª sessão da 5ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Francisco Vilela Barbosa Marquez de Paranaguá. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1843. Disponível em <http://www.crl.edu/>

Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão 5ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1843. Disponível em <http://www.crl.edu/>

Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão 5ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Jerônimo Francisco Coelho. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1844. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão 6ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1845. Disponível em <http://www.crl.edu/>

Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão 6ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, (?). Disponível em <http://www.crl.edu/>

Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão 6ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1846. Disponível em <http://www.crl.edu/>

Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª sessão 6ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1847. Disponível em <http://www.crl.edu/>

Apresentado à Assembléia Geral Legislativa, na 1º sessão da 8ª legislatura pelo respectivo ministro e secretário do Estado Manoel Vieira Tosta. Rio de Janeiro, Typ. Americana de I. P. da Costa, 1849. (referente ao ano de 1848). Disponível em <http://www.crl.edu>.

RIO GRANDE DO SUL. Relatório e Falas da Presidência da província do Rio Grande do Sul. Nos anos de 1860, 1862, 1864, 1865 e 1868. Disponível em <http://www.crl.edu>.

RIO DE JANEIRO. Relatório daquela Província, 1841. Disponível em <http://www.crl.edu>.

#### Proposta de Fixação de Forças Navais

Apresentada à Assembleia Geral na sessão ordinário de 1836, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Salvador José Maciel. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1836. Disponível em <http://www.crl.edu/>

Apresentada à Assembleia Geral na sessão ordinário de 1837, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Salvador José Maciel. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1837. Disponível em <http://www.crl.edu/>

Apresentada à Assembleia Geral na sessão ordinário de 1838, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1838. Disponível em <http://www.crl.edu/>

Apresentada à Assembleia Geral na sessão ordinário de 1840, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Jacinto Roque de Sena Pereira. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1840. Disponível em <http://www.crl.edu/>

Apresentada à Assembleia Geral na sessão ordinário de 1842, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Francisco Vilela Barbosa. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1843. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

Apresentada à Assembleia Geral na sessão ordinário de 1843, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1876. Disponível em <http://www.crl.edu/>

Apresentada à Assembleia Geral na 3ª sessão da 5ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Jeronimo Francisco Coelho. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1876. Disponível em <http://www.crl.edu/>

Apresentada à Assembleia Geral em 9 de maio de 1845, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1845. Disponível em <http://www.crl.edu/>

Apresentada à Assembleia Geral em 5 de maio de 1846, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1845. Disponível em <http://www.crl.edu/>

Apresentada à Assembleia Geral na 3ª sessão da 5ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1847. Disponível em <http://www.crl.edu/>

Apresentada à Assembleia Geral na 3ª sessão da 5ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Manoel Vieira Tosta. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1847. Disponível em <http://www.crl.edu/>

### Anais da Câmara dos Deputados e do Senado

Anais do Senado, sessão de 06 de Julho de 1833, Marquês de Barbacena, p. 111

Anais do Senado, sessão de 08 de julho, Rodrigues Torres, p. 124.

Anais do Senado, 1833. Op. Cit.; Ministro Rodrigues Torres, p. 114.

Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 19 de Julho de 1833.  
<http://www2.camara.leg.br/>

Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 1837 - 3º ano da 3ª legislatura. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia de Viúva Pinto e Filho, 1887. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/>

Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 1838 - 1º ano da 4ª legislatura. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia de Viúva Pinto e Filho, 1886. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/>

Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 1839 - 2º ano da 4ª legislatura. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia de Viúva Pinto e Filho, 1884. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/>

Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 1840 - 3º ano da 4ª legislatura. Vol. I. Rio de Janeiro, Typographia de Viúva Pinto e Filho, 1884. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/>

Sessão da Câmara dos dias 15 e 16 de junho de 1860. Anais do Parlamento brasileiro - Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, Typografia nacional. Tomo 1, 1860.

Sessão da Câmara dos deputados proferida pelo Sr. Ottoni em 17 de agosto de 1861. Disponível em [http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais\\_Imperio/1874](http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1874)

Anais do Senado, Sessão em 20 de maio de 1861. Disponível em [http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais\\_Imperio/1861](http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1861)

Anais do Senado, Sessão em 20 de abril de 1874. Disponível em [http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais\\_Imperio/1874](http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1874)

## ARQUIVOS DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

### Setor de periódicos

O Diário do Rio Grande, 24 de janeiro de 1851

O Diário do Rio Grande, 11 de março de 1851

O Diário do Rio Grande, 31 de julho de 1851

O Diário do Rio Grande, 07 de março de 1860

O Diário do Rio Grande, 22 de março de 1860

O Diário do Rio Grande, 31 de maio de 1860

O Diário do Rio Grande, 07 de julho de 1860

O Diário do Rio Grande, 29 de setembro de 1861

O Diário do Rio Grande, 08 de março de 1862

O Rio Grandense, 21, março de 1862

O Diário do Rio Grande, 15 de junho de 1862

O Diário do Rio Grande, 18 de julho de 1862

O Commercial, 18 de julho de 1862

O Diário do Rio Grande, 09 de outubro de 1862

O Diário do Rio Grande, 31 de dezembro de 1862.



Jornal Echo do Sul, 1º de fevereiro de 1889

O Diário do Rio Grande, 16 de outubro de 1898

#### Acervo iconográfico

- Foto do primeiro prédio da Capitania do Porto de Rio Grande, Sec. XIX.
- Foto do prédio da Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande, Séc XIX.

### **ARQUIVO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE RIO GRANDE (AMPRG)**

#### Fontes Manuscritas

- Documentação da Escola de Aprendizes-Marinheiros do Rio Grande do Sul, caixa 0069

### **ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHR)**

#### Fontes Manuscritas

Fundo Justiça - Maço 005

Fundo polícia. Maço 002

Fundo Autoridades Municipais. (1854-1861)

Fundo Comando das Armas e Marinha. Maço 033

### **CAPITANIA DOS PORTOS DE RIO GRANDE (RS)**

- Livro histórico de estabelecimento

## **CAPITANIA FLUVIAL DE PORTO ALEGRE**

- Livro histórico de estabelecimento

## **BIBLIOTECA NACIONAL**

Anais da Biblioteca Nacional, Volumes 104-107. Imprensa Nacional, 1984

### Setor de periódicos

- Jornal Diário Fluminense, Paço em 22 de dezembro de 1824. Também Disponível em <http://bndigital.bn.br/>
- Jornal Correio da Câmara - Cochrane, 4 de novembro de 1822, Annais do Itamaraty, Vol.2, 1937, p.39
- Jornal *Correio da Câmara*, 30 de novembro de 1822

## **ARQUIVO NACIONAL**

### Setor de periódicos

- Jornal *Correio da Câmara*, 13 de setembro de 1822, Arquivo Diplomático da Independência, Vol. IV
- Jornal Correio Oficial, de 7 de julho de 1836
- *Correio da Câmara* - Cochrane, 4 de novembro de 1822, Annais do Itamaraty, Vol.2, 1937.

### Setor de Publicações

- Caldeira Brant e José Bonifácio, 4 de maio de 1822, Publicações do Arquivo Nacional
- Caldeira Brant e José Bonifácio, 4 de maio de 1822, Publicações do Arquivo Nacional Vol. VII, 1907
- Caldeira Brant e José Bonifácio, 27 de dezembro de 1822, Vol.II, 1907, p.293

### Série Marinha

- XM 128 CODES.
- XM 202 CODES
- XM 494 CODES
- XM 530 CODES
- XM 562 Codice
- XM 700, CODES.
- XM 850, CODES.
- IIIM409 – CODES -f.B5.
- IIIM 701 B5 CODES
- IIIM702 B5 CODES
- XVIII M 3 Codice

- XVIII M 490 CODES.

## **ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHR)**

### Fontes Manuscritas

- Fundo Marinha: Lata 537, Maço 72

## **FONTES IMPRESSAS**

- Livro histórico de estabelecimento da Capitana Fluvial de Porto Alegre
- Livro histórico de estabelecimento da Capitana dos Portos de Rio grande (RS)

## **DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA MARINHA (DPHDM)**

Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província do Rio Grande do Sul (43240)1893/1896. Filme 597-007-3567.

## **DICIONÁRIOS**

- AMORIM, João Pedro d'. **Diccionario de Marinha que aos officiais da Armada Nacional Portugueza**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1841.
- CAMINHA, Henrick Marques. **Diccionario Marítimo Brasileiro**: Clube Naval, 1996.
- BATRATA, Carlos Eduardo e BUENO, Cunha. **Diccionario das Famílias Brasileiras, e Almanak Laemmert.(1844-1889)**. São Paulo: Ibero-América, 1999-2001.
- VAINFAS, Ronaldo (org). **Diccionario do Brasil Imperial**. RJ: Objetiva, 2002

## GLOSSÁRIO

**Atracar:** Encostar e prender (a embarcação, a cais ou outra embarcação).

**Belonave:** Navio de guerra.

**Divisão:** Grupo de alunos normalmente formado a partir da separação de um todo em categorias ou classes.

**Faina:** Atividade ou trabalho a cargo da tripulação de um navio.

**Grumete:** Marinheiro que está iniciando a carreira na armada.

**Imediato:** Na hierarquia naval, aquele que está logo abaixo do comandante.

**Mancebo:** classe de marinheiros aos quais se lhe não confiam ainda certos trabalhos de maior consideração , é termo mercante, entre marinheiro, e moço de governo

**Oficial:** Militar que exerce certo grau de comando. Na marinha de guerra, aqueles que possuem nível hierárquico acima de suboficial.

**Praça:** Militar de baixa patente. Na marinha de guerra, aqueles que estão abaixo de guarda-marinha.

**Torneiro:** Artífice que trabalha ao torno (engenho em que se faz girar uma peça para lavrá-la, ou para arredondá-la).

## **APÊNDICE A** - Nomenclatura de embarcações do período trabalhado século XIX

Seque abaixo a tipologia das embarcações verificada nas fontes pesquisadas e citadas neste trabalho. Também elaborado pelo autor, que possivelmente, complementar ao texto, imprescindível a compreensão do leitor.

**BRIGUE:** “embarcação de dois mastros com cesto de gáveas, que tem só vãos e pequenas gáveas de brim, com armação à latina”.

**CÚTER:** “Embarcação de coberta e um só mastro à latina, em que se espiga um mastareó para o gaftop”.

**ESCUNA:** “embarcação ligeira de dois mastros e velas latinas, com uma ou duas gáveas, mas sem cestos”.

**FRAGATA:** “navio de guerra a vela, de três mastros, com apenas uma ou duas cobertas de canhões”.

**NAU:** “denominação abstrata dada a navios de grande porte com capacidade de 200 pessoas ou mais, até o século XV usados em viagens de grande percurso”

**PATAXÓ OU PATACHÓ:** “navios de dois mastros, armados e da proa à redonda e dá ré à latina”.

**PALHABOTE:** “é um navio veleiro de dois mastros, usando em ambos, velas latinas quadrangulares”.

## ANEXOS

**ANEXO A** – Livro de Socorro da Escola de Aprendizes-Marinheiros do Rio Grande do Sul, constando dados antropológicos e biográficos do Aprendiz. Ano 1893. Fonte: setor de microfilmagem da DPHDM

REGISTRO							PARTICULARES
ORDINARIO							
NATURALIDADE	IDADE	COR	ESTADO	ESTADO	ESTADO	ESTADO	
Rio Grande	15 annos	Pel.	Solteiro	Companheiro	Solteiro	Solteiro	...
LIQUIDADO E PAGO	SEMESTRE	HISTORICO					
	1894.						
100		Sala magna de 6. de outubro e de novembro para o curso de...					
200		Sala magna de 6. de outubro e de novembro para o curso de...					
300		Sala magna de 6. de outubro e de novembro para o curso de...					
400		Sala magna de 6. de outubro e de novembro para o curso de...					
500		Sala magna de 6. de outubro e de novembro para o curso de...					
600		Sala magna de 6. de outubro e de novembro para o curso de...					
700		Sala magna de 6. de outubro e de novembro para o curso de...					
800		Sala magna de 6. de outubro e de novembro para o curso de...					
900		Sala magna de 6. de outubro e de novembro para o curso de...					
1000		Sala magna de 6. de outubro e de novembro para o curso de...					



**ANEXO B-** Caderneta de pagamento do Aprendiz Marinheiro. Ano 1893. **Fonte:** também setor de microfilmagem da DPHDM

Companhia	N.º	CLASSE	NOME				
Companhia	111	Aprendiz do Armador	Sob. Alva				
FILIAÇÃO		Sob. Anchi Chaves				CRÉDITO	
NOTAS EXPLICATIVAS DO DÉBITO E CRÉDITO		DÉBITO				Vencimentos	
		DESCONTOS					
		ANEXO	PRESTAL	FARMAMENTO	OUTROS MOTIVOS	TOTAL	
			Recibos				
1893							
Saldo de 29 a 31 Dezembro		100				100	Jan
Pagam. 2 Janeiro 1894							
Saldo a favor de		100	2.000			2.100	3.000
Pg. 1-2-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 3-94							
Saldo a favor de 1894		100	2.000			2.100	3.000
Pg. 4-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 5-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 6-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 7-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 8-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 9-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 10-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 11-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 12-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 13-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 14-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 15-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 16-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 17-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 18-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 19-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 20-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 21-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 22-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 23-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 24-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 25-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 26-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 27-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 28-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 29-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 30-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 31-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 32-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 33-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 34-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 35-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 36-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 37-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 38-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 39-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 40-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 41-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 42-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 43-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 44-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 45-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 46-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 47-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 48-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 49-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 50-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 51-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 52-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 53-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 54-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 55-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 56-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 57-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 58-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 59-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 60-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 61-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 62-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 63-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 64-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 65-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 66-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 67-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 68-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 69-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 70-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 71-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 72-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 73-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 74-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 75-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 76-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 77-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 78-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 79-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 80-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 81-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 82-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 83-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 84-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 85-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 86-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 87-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 88-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 89-94							
Saldo a favor de 1894		100	3.000			3.100	3.000
Pg. 90-94							
Saldo a favor de 1894		100</					

**ANEXO C-** Rotina dos Aprendizes. Uma turma de alunos da Escola de Aprendizes-Marinheiros, depois de um exercício de “foot Ball”.**Fonte:** Mural do Marujo, disponível em: <https://www.facebook.com/muraldomarujo?fref=ts>, acesso em 03 de abril de 2017.

